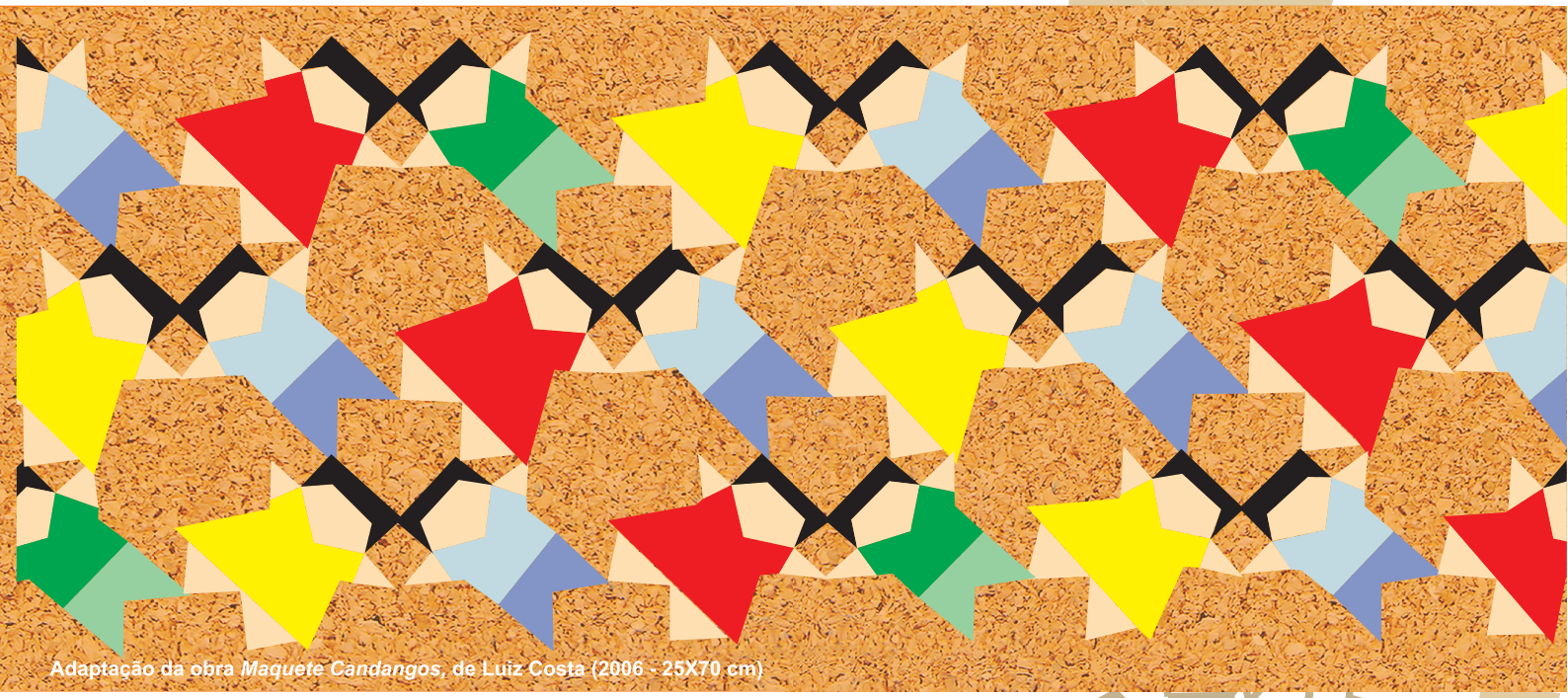
ISSN 19819749

V Congresso
de ensino, pesquisa e extensão

& V Encontro
de iniciação científica do UniCEUB

Educação superior e desenvolvimento sustentável



Adaptação da obra *Maquete Candangos*, de Luiz Costa (2006 - 25X70 cm)

2, 3 e 4 de outubro de 2007

Inscrições de 03/09 a 1º/10 pelo site

www.uniceub.br

UniCEUB
Centro Universitário de Brasília
Formando profissionais de verdade

APRESENTAÇÃO

O ensino, a pesquisa e a extensão complementam-se na missão institucional do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB de gerar, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de cidadãos reflexivos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A escolha do tema Educação superior e desenvolvimento sustentável foi conseqüência da necessidade de divulgação, incentivo, fortalecimento e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao tema desenvolvimento sustentável em todas as áreas do conhecimento no UniCEUB e nas demais instituições públicas e privadas responsáveis pela educação superior.

1 - Cidadania Vivenciada

2 - Extensão e Integração Comunitária

3 - Grupos de Pesquisa

4 - Palestras

5 - Pesquisas Apoiadas por agências de fomento

6 - Pós-Graduação Lato Sensu

7 - Pós-Graduação Stricto Sensu

8 - Programa de Iniciação Científica

9 - Projetos Institucionais

SUMÁRIO

Cidadania Vivenciada 15

PROJETO: "O ATELIÊ DE DRUMMOND"– O DIÁLOGO ENTRE LITERATURA E ARTES PLÁSTICAS ..16

PROJETO SOCIOEDUCATIVO DISCUSSÃO DE GÊNERO NA CASA ABRIGO.....17

RECURSOS INOVADORES PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA.....18

A FORMAÇÃO DO SUJEITO-LEITOR NOS MANUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA DE ELIANA SANTOS BELTRÃO E TEREZA GORDILHO: NOVO DIÁLOGO 19

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA PERCEPÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CERRADO.....20

HISTÓRIA E LITERATURA: IDENTIDADE NA OBRA DE GABRIEL GARCIA MARQUES.....
.....21

ARTE-TERAPIA: ALTERNATIVA PARA DINAMIZAR AS HORAS LIVRES DO IDOSO 22

Extensão e Integração Comunitária..... 23

CLÍNICA DE LÍNGUA INGLESA: INGLÊS INSTRUMENTAL 24

INCLUSÃO DIGITAL: AS DIVERSAS FACES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO.....25

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA.....27

PALAVRAS-CHAVE: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PROMOÇÃO DA SAÚDE EDUCAÇÃO ALIMENTAR.29

ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO.....30

ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS: ANÁLISE CLÍNICA À COMUNIDADE 31

COMUNICAÇÃO E VOLUNTARIADO: INCENTIVO AO VOLUNTARIADO, À RESPONSABILIDADE SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 32

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE COMPUTAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO.....33

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO "CIDADE LEGAL" – O DIREITO À CIDADE: MORADIA, SAÚDE E CIDADANIA.....34

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE: CONVIVENDO COM A SEXUALIDADE 36

ENFERMAGEM EM AÇÃO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA CLASSE 708 NORTE - VIVENCIANDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FASE ESCOLAR 38

ENFERMAGEM EM AÇÂO: UMA EXPERIÊNCIA EM PROJETO DE EXTENSÃO COM IDOSOS EM ASILOS.....39

ENFERMAGEM EM AÇÃO: FEDERAÇÃO BANDEIRANTES CRIANÇAS E IDOSOS 40

ENFERMAGEM EM AÇÃO: FEDERAÇÃO CRIANÇA NO PARANOÁ 41

ENFERMAGEM EM AÇÃO: AÇÕES DE ENFERMAGEM EM PEDIATRIA SOCIAL NA CRECHE PROMOVIDA 42

ENFERMAGEM EM AÇÃO: FEDERAÇÃO CRIANÇA NO PARANOÁ 43

ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES: EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS 44

ESPAÇO ÁGUA – LABORATÓRIO A CÉU ABERTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E ESCOLAR DO UNICEUB 46

ESTUDO HISTÓRICO DO DIREITO 48

EXCELÊNCIA EM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 49

FISIOTERAPIA DO TRABALHO: A INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NO POSTO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIOS DO UNICEUB 50

FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA: EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA 51

INCLUSÃO DIGITAL – JOGOS DE APRENDIZAGEM 52

ENFERMAGEM EM AÇÃO: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO LAR DOS VELHINHOS MARIA MADALENA 53

NÚCLEO DE ESTUDO, PESQUISA EM VÍDEO E FOTOGRAFIA: OFICINA DO OLHAR 54

NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA 55

OFICINA DE MÉTODOS QUANTITATIVOS: ESTATÍSTICA E OTIMIZAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS 56

ADOTE UMA NASCENTE: DISTRITO FEDERAL, HIDROGRAFIA 58

EQUOTERAPIA NO PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO: O CAVALO COMO AGENTE DE INSERÇÃO SOCIAL 59

PROJETO REVER 60

PSICOPATOLOGIA E SÁUDE MENTAL: ESPAÇOS DE INTERLOCUÇÃO: SAÚDE MENTAL E CIDADANIA 61

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO: ENTREVISTA E TRIAGEM 63

UNICEUB AMBIENTAL: ÁREAS VERDES COMO RECURSO DIDÁTICO 64

UNICEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 65

UNICON – NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR (UNICEUB/ BRASILCON) 66

ASPECTOS SUBJETIVOS DAS DOENÇAS CRÔNICAS 67

ENFERMAGEM EM AÇÃO: PARQUES.....68

ENFERMAGEM SOCIAL: ASSISTÊNCIA À CRIANÇA NA FASE ESCOLAR.....69

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.....70

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA 71

Grupos de Pesquisas 73

GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA.....74

ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES..
.....75

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO E GESTÃO UNIVERSITÁRIA 76

GRUPO DE PESQUISA CITOGENÉTICA APLICADA.....78

DIÁLOGO: GRUPO INTERDISCIPLINAR.....79

PROMOÇÃO DA SAÚDE: REPERCUSSÕES DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO GRUPO DE PESQUISA INTERINSTITUCIONAL INTEGRANDO A UNIVERSIDADE À ESCOLA 80

GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CERRADO 82

MONITORAMENTO DE 22 PESTICIDAS POLARES EM SEDIMENTOS UTILIZANDO A CROMATOGRAFIA LÍQUIDA COM DETECTOR DE MASSAS.....83

VALIDAÇÃO DA ESCALA DE SUSCEPTIBILIDADE HIPNÓTICA DE HARVARD PARA APLICAÇÃO EM GRUPO (HGSHS:A) 84

GRUPO DE PESQUISA DIREITOS HUMANOS E MUNDO GLOBALIZADO 85

GRUPO DE ESTUDOS DO MERCOSUL.....86

GRUPO DE PESQUISA EPISTEMOLOGIA E TÓPICOS METODOLÓGICOS 87

GRUPO DE PESQUISA DIREITO, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE – GERIMA 88

GRUPO INTEGRADO DE PESQUISA SOBRE DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO EM SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO - GIDE 89

GRUPO DE PESQUISA: INFÂNCIA E JUVENTUDE EXPLORAÇÃO E TRABALHO INFANTIL 90

GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO 91

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS 92

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E O DIREITO GRUPO LEI E SOCIEDADE 93

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS: JURISPRUDÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ... 94

NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIPLOMACIA RESPONSÁVEL 96

GRUPO DE PESQUISA PADÊ 97

NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO PÚBLICO 99

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS: JURISPRUDÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS . 100

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS 102

GRUPO DE ESTUDOS DO MERCOSUL 104

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO 106

GRUPO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO 107

Palestras 109

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA E O PROCESSO INSTITUCIONAL DE FORTALECIMENTO ACADÊMICO 110

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE RIACHO FUNDO QUANTO À CONSERVAÇÃO DE ENERGIA 112

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: TEORIA E PRÁTICA 113

CERTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO VISANDO À CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL 114

A ECOTOXICOLOGIA COMO RECURSO PARA A VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE 115

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E BIODIVERSIDADE: AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA IMPLANTAÇÃO DE MATÉRIAS ESPECÍFICAS NO CURRICULO DE GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA 116

ATIVIDADE FÍSICA E MEIO AMBIENTE 117

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO HUMANISTA NOS CURSOS DE DIREITO:UM EQUILÍBRIO NECESSÁRIO 118

O IMPACTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE SOBRE O MEIO AMBIENTE 119

LAZER E ECOTURISMO 120

MONITORAMENTO DE 22 PESTICIDAS POLARES EM SEDIMENTOS UTILIZANDO A CROMATOGRAFIA LÍQUIDA COM DETECTOR DE MASSAS 121

MUTAGÊNESE AMBIENTAL NA CARCINOGÊNESE HUMANA 122

NASCIMENTO E MORTE DA TECNOLOGIA 123

A MOVIMENTAÇÃO RACISTA DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO NA PAUTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 124

A SACRALIDADE DA VIDA: UMA ANÁLISE À LUZ DE RONALD DWORKIN 126

GESTÃO FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR 127

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: COMO A SOCIEDADE ENTENDE O FENÔMENO 128

CAUSAS SOCIAIS DOS TRANSTORNOS MENTAIS: O CASO DO RACISMO 129

A PRÁTICA JURÍDICA E A AÇÃO COMUNITÁRIA EM DIREITOS HUMANOS 131

Pesquisas Apoiadas por Agências de Fomento 133

DIPLOMACIA RESPONSÁVEL: A PRESENÇA DO BRASIL NO HAITI 134

GOVERNANÇA GLOBAL E ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS 135

GOVERNO DOS RISCOS 136

PERFIL RACIAL E DE GÊNERO DA POPULAÇÃO MANICOMIAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS 137

A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO SUPERIOR 139

Pós-Graduação Lato Sensu 141

HISTERIA NA CONTEMPORANEIDADE: A LOUCURA DA ESTÉTICA 142

ESTRATÉGIA DE RELACIONAMENTO COMO VANTAGEM COMPETITIVA: UM ESTUDO DE CASO CALL CONTACT CENTER 143

CONVERSÃO DE TEXTO: DO TEXTO DEGRAVADO À ELABORAÇÃO DE MATERIAL EDUCACIONAL ESCRITO 144

FIBROMIALGIA: UM NOVO SENTIDO PARA A DOR DE EXISTIR 146

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E O USO DO AMIANTO: BANIMENTO OU USO CONTROLADO? UMA VISÃO HUMANÍSTICA EM FACE DA SAÚDE DO TRABALHADOR 148

A DEMONIZAÇÃO NOS SERMÕES DE ANTONIO VIEIRA (DE 1651 A 1663) 150

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PATRIMÔNIO DA COOPERAÇÃO ESPANHOLA NO BRASIL: PROJETO ESCOLA-OFICINA DE SALVADOR 151

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA EM PARCERIAS TRIANGULARES COM PAÍSES DESENVOLVIDOS EM BENEFÍCIO DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO 152

O PAPEL DA CURA NA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PESSOA ENTRE OS NEOPENTECOSTAIS..154

ASPECTOS SOCIAIS DECORRENTES DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA NO ALTO RIO NEGRO/AM 155

A EQUOTERAPIA E O BRINCAR: RELAÇÕES TRANSFERENCIAIS NA EQUOTERAPIA E O USO DO CAVALO COMO OBJETO TRANSICIONAL 156

FALTA O TÍTULO DO RESUMO 157

PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: A METODOLOGIA E OS RESULTADOS DO FUNDO PARA A EQÜIDADE/ IGUALDADE DE GÊNERO DA AGÊNCIA CANADENSE DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, IMPLEMENTADO NO BRASIL DE 1995 A 2005 158

Pós-Graduação Stricto Sensu 159

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: QUESTÃO QUE TRANSCENDE AOS ASPECTOS MILITARES 160

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DOS INSTITUTOS DO AMICUS CURIAE E DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO MECANISMOS DE INTERPRETAÇÃO PLURALISTA COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA... 162

ESTATAL E TERCEIRIZAÇÃO 164

CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E MUNDIALIZAÇÃO: DA SOBERANIA NACIONAL AOS DIREITOS UNIVERSAIS 166

O PAPEL DA DEFESA COMERCIAL NOS ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO 167

POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A ADOLESCENTES INFRATORES 169

COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E NATUREZA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS 170

A SOCIEDADE ABERTA UNIVERSAL: A (RE) DISCUSSÃO DO PAPEL DO SUJEITO PERANTE OS ORGANISMOS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE PLURALISTA DE RISCO.....172

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO, GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA VELOCIDADE DA INTERAÇÃO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA CONSOANTE OS POSTULADOS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....
.....173

O SISTEMA DE GOVERNANÇA NO CONTEXTO DA SOJA GENETICAMENTE MODIFICADA 174

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL DOS RISCOS 175

O DIREITO DA CRIANÇA AO CONVÍVIO FAMILIAR: REFLEXÃO SOBRE A ADOÇÃO INTERNACIONAL
.....176

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS: ANÁLISE DOS SISTEMAS PARA A ADEQUADA PROTEÇÃO DA NATUREZA 178

CRISE DO CONCEITO DE SOBERANIA E SUA REPERCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NO BRASIL, NO FIM DO SÉCULO XX 180

DIREITO DE INGERÊNCIA: COOPERAÇÃO E INSTRUMENTO DE PODER 182

A DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO: A INTEGRAÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL NO MERCOSUL 184

COGÊNCIA NORMATIVA E GERAÇÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS CONTINUADAS: CUSTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 186

INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA 188

LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E EMPREGO: INTERAÇÃO NECESSÁRIA EM BUSCA DE BENEFÍCIOS GLOBAIS 190

LISTA COMPLETA DOS TRABALHOS ENCAMINHADOS A ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PELO PODER JUDICIÁRIO: LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL? ..191

A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ELETRÔNICA: INCLUSÃO DIGITAL, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS 193

O DIREITO SOCIAL DE COMBATE À POBREZA 195

PATENTES E PRODUTOS FARMACÊUTICOS 196

INFLUÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO NO TOCANTE AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 197

BRASIL 198

COTAS: UMA FORMA DE MEDIDA COMPENSATÓRIA OU APENAS UMA COMPENSAÇÃO PARA A FALTA DE MEDIDAS? 200

IMPOSTOS SOBRE VALOR AGREGADO NO MERCOSUL: LIMITES E PERSPECTIVAS DE HARMONIZAÇÃO 202

A AUTORIDADE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE OS JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 204

O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA E A MEDIAÇÃO 206

A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL COMO FATOR DE EXPANSÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL 208

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE: APLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 209

INSTRUMENTOS PRIVADOS PARA REDUÇÃO DO AQUECIMENTO GLOBAL: O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO 211

O BRASIL EM FACE DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONALEM RELAÇÃO AOS ORGANISMOS GENTICAMENTE MODIFICADOS 213

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL À REPRESSÃO E COMBATE AO TERRORISMO 214

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA E A SUPRANACIONALIDADE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.....215

RESUMO DO TEMA: CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO PÓS-POSITIVISMO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS .....
.....217

JUSTIÇA E MÉTODO: A EPISTEMOLOGIA PENAL MODERNA.....219

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL NA CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME 221

Programa de Iniciação Científica..... 223

ESTUDO DAS TÉCNICAS FACILITADAS DE ANÁLISE DE REQUISITOS (FAST) JUNTAMENTE COM OS PRINCÍPIOS E OS VALORES DAS METODOLOGIAS ÁGEIS (AM).....224

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL: A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....225

MÉTODOS ITERATIVOS PARA RESOLVER SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES.....226

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DO INFRAVERMELHO E DA DIATERMIA POR MICROONDAS ASSOCIADOS AO ALONGAMENTO PASSIVO NO ENCURTAMENTO DOS MÚSCULOS ISQUIOTIBIAIS.....227

VÍCIO DE VONTADE DO ATO ADMINISTRATIVO 228

A HIGIENIZAÇÃO SOCIAL POR MEIO DO PLANEJAMENTO DE BELO HORIZONTE NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX.....230

SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR EM SERVIÇO DE HOTELARIA: MODELO DE PREDIÇÃO NO NÍVEL DE ANÁLISE VERTICAL 231

PERFIL SAZONAL DOS INDICADORES DE CONTAMINAÇÃO FECAL, ENTEROCOCCUS E E. COLI, NOS MANANCIAIS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO DISTRITO FEDERAL.....232

REVISÃO JUDICIAL E DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS 233

ANTROPOLOGIA DA IMAGEM A IMAGEM EM MOVIMENTO COMO FERRAMENTA DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS.....234

O ENVOLVIMENTO DO GLUTAMATO NOS NÍVEIS DE ANSIEDADE DE RATOS SUBMETIDOS AO LABIRINTO EM CRUZ ELEVADO 236

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E COMPETITIVIDADE: UMA ANÁLISE COMPARADA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....237

AS EXPECTATIVAS E A MOTIVAÇÃO DO PROFESSOR LIGADAS À SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA: RELAÇÕES COM A FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMEN-

TAL 238

SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR: COMPARANDO DIFERENTES PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS 239

ESTUDO MOLECULAR NO CONTROLE DA TAXA DE OVULAÇÃO EM OVINOS DA RAÇA SANTA INÊS 240

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA FUNÇÃO PULMONAR E DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM CORONARIOPATAS IDOSOS SUBMETIDOS À REVASCULARIZAÇÃO DO MIOCÁRDIO 241

A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO DO MERCOSUL: O PARLAMENTO DO MERCOSUL COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO.....242

PROPOSTA DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE) DA ÁREA DE NASCENTE DO PARQUE ECOLÓGICO E DE USO MÚLTIPLO OLHOS D' ÁGUA.....244

APLICAÇÃO DE PRÁTICAS DA NUTRIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UMA CRECHE FILANTRÓPICA 245

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA NUTRICIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS. 246

A EFETIVIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO E DAS POSSIBILIDADES DE CONCRETIZAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DE FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO – CITES – NO BRASIL 247

REFUGIADOS NO BRASIL: IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE 248

ESTUDO DE MÉTODOS PARA AVALIAR A CONTAMINAÇÃO POR HIDROCARBONETOS E SEUS DERIVADOS EM ÁREAS DO SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS (SIG) DO DF E PROPOSTA DE BIORREMEDIAÇÃO.....249

O CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIREITO À COMUNICAÇÃO VERSUS DIREITOS DA PERSONALIDADE 250

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: O CONSUMO DE COSMÉTICOS EM BRASÍLIA..... 251

ANÁLISE DOS VAZIOS URBANOS NA CIDADE DISPERSA 252

SUBJETIVIDADE, EXPERIÊNCIA E PSICOSE 253

A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL 254

ANTROPOLOGIA DA IMAGEM: A FOTOGRAFIA COMO RECURSO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS 255

A INTEGRAÇÃO MONETÁRIA COMO PROPOSTA PARA O MERCOSUL.....256

COMO A EQUIPE INTERDISCIPLINAR E A FAMÍLIA INFLUENCIAM NO TRATAMENTO DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA.....257

UMA PROPOSTA DE BIORREMEDIAÇÃO PARA ÁGUAS DO LAGO PARANOÁ E SOLOS DEGRADADOS PRÓXIMOS A POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM ALGUMAS REGIÕES DO DF 258

GESTÃO E MÉTODOS DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA NAS ORGANIZAÇÕES 259

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: A VISTA DE OUTRO PONTO.....260

A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA 261

LINGUAGENS IMBRICADAS: SÃO BERNARDO, ROMANCE E FITA.....262

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL EM RELAÇÃO À FAUNA SILVESTRE A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES PENAIS 265

ECOLOGIA DE SUINDARA (TYTO ALBA) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS (ESECAE) – MONITORAMENTO DE REPRODUÇÃO E DIETA 266

BASTIDORES DAS REPORTAGENS VENCEDORAS DO PRÊMIO ESSO DURANTE A DITADURA MILITAR.....267

LEVANTAMENTO DE FUNGOS E BACTÉRIAS DA FLORA INTESTINAL DE BESOUROS (COLEÓPTERA: SCARABAEIDAE) COLETADOS NO PARQUE OLHOS D'ÁGUA, BRASÍLIA, DF.....268

LEVANTAMENTO DE ARTRÓPODES NO PARQUE OLHOS D'ÁGUA – DF VISANDO À MONTAGEM DE UMA COLEÇÃO DIDÁTICA 269

QUALIDADE AMBIENTAL EM ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE - TECNOLOGIA DA ARQUITETURA (QUALIDADE DO AR, RESÍDUOS DAS PROCESSADORAS E REÚSO DE ÁGUA) 270

EM BUSCA DO SELVAGEM CORAÇÃO DA VIDA: UM ESTUDO DA OBRA A PAIXÃO SEGUNDO G.H., DE CLARICE LISPECTOR.....271

PROPOSTAS DIETOTERÁPICAS PARA CRIANÇAS COM LEUCEMIA LINFOCÍTICA AGUDA SOB TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO NO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA.....
.....272

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A DIVERSIDADE DE TESES NO CASO SUB JUDICE DOS FETOS ANENCÉFALOS.....273

Projetos Institucionais 275

PESQUISA INSTITUCIONAL DE ESTUDO DE ESPÉCIES DE ARTHROPODA E ANURA PARA ÁREAS DE CERRADO DO BRASIL CENTRAL.....276

LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO E IDENTIFICAÇÃO BIOLÓGICA DE PRINCÍPIOS ATIVOS DE PLANTAS MEDICINAIS ENCONTRADAS NO CERRADO DO DF 278

Cidadania Vivenciada

PROJETO: "O ATELIÊ DE DRUMMOND"– O DIÁLOGO ENTRE LITERATURA E ARTES PLÁSTICAS

Alunas : Candylena Cordeiro
Jussara Rocha
Kelli Cardoso
Lílian Melo

No século XX, junto às realizações do Modernismo, houve aproximação entre Literatura e Artes Plásticas, gerando experimentações e conquistas, mas, que, infelizmente, ainda não alcançaram a escola, apesar de esta trabalhar com conceitos como inter e transdisciplinaridade. A escola deve fomentar a Literatura, o professor, formar leitores e municiá-los com instrumentos que possibilitem o exercício da cidadania e o domínio do meio sociocultural em que vivem. Mesmo com todas as limitações – e das mais diversas ordens -, o progresso do processo não pode ser impedido. Exemplo de recurso a que a escola pode se valer é a realização de atividades de aprendizagem lúdicas para estimular o ambiente escolar e promover a diversidade cultural, proposta da presente pesquisa, que prevê a inclusão da Literatura comparada às Artes Plásticas no Ensino Médio, especificamente no momento em que se aborda a respeito de Carlos Drummond de Andrade. O poeta faz uma leitura poética de algumas obras consagradas da arte ocidental e leva o leitor a interagir, compelindo-o a reler o poema e rever a obra, reconstruindo, assim, o todo da imagem. Com isso, desenvolve no estudante o hábito da leitura, o potencial crítico, a interlocução entre as duas linguagens, afora a contextualização de um trabalho de significância para alunos e professores.

Palavras-chave = transdisciplinaridade – literatura e arte - interação

PROJETO SOCIOEDUCATIVO DISCUSSÃO DE GÊNERO NA CASA ABRIGO

Maria Inês Malta Castro (Orientadora)
Ana Carolina Silva da Costa
acpemja@yahoo.com.br
Glória Maria Varela
gvarela@correioweb.com.br
Márcio Rezende da Silva
marcio.rezende@eln.gov.br
Mauro Goyatá Campante
mauro.campante@almg.gov.br
Centro Universitário de Brasília – FACE/História

O Projeto Socioeducativo tem como objetivo colocar em prática ações que expressam o compromisso social dos futuros profissionais e constitui uma oportunidade para o exercício do espírito de iniciativa e para o desenvolvimento da capacidade de empreender seus próprios projetos. O grupo optou pelo trabalho na Casa Abrigo, instituição vinculada à Delegacia de Defesa da Mulher de Brasília. É uma entidade que difere de outras instituições pelas características da assistência que oferece e por seu público-alvo: mulheres vítimas de diversos tipos de violência, constrangidas por ameaças e, muitas vezes, com a vida em risco. Esse público-alvo é composto por uma população flutuante e, de modo geral, com baixos níveis de escolaridade. O trabalho junto às mulheres assistidas por essa entidade consistiu na exibição de filmes versando sobre a condição feminina e capazes de provocar reflexões sobre a perspectiva de gênero. A elas foram apresentadas histórias vivenciadas por mulheres de diferentes idades, origens e condições socioeconômicas. O debate sobre os personagens e sobre a abordagem do filme proporcionou-lhes momentos de lazer e, em especial, a oportunidade de analisar a realidade do mundo feminino contemporâneo. Dessa forma, de maneira lúdica e espontânea, elas puderam expor seus pensamentos, idéias, sonhos e fazer identificações que poderão ser-lhes de grande utilidade no processo de mudança obrigatoriamente vivenciado por elas. Os principais objetivos do projeto foram proporcionar às mulheres assistidas pela Casa Abrigo a oportunidade de refletir sobre a temática de gênero e oferecer-lhes, por meio das histórias dos filmes, condições de pensar em alternativas para a superação do momento difícil que vivem. Na avaliação do projeto, pôde-se constatar que as atividades desenvolvidas estimularam as mulheres abrigadas a refletir sobre sua condição e que o debate sobre os temas apresentados nos filmes contribuiu para aumentar sua auto-estima.

Palavras-chave: violência contra a mulher; gênero; auto-estima.

RECURSOS INOVADORES PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Satsuqui Wada (Orientadora)
Khaled Ghazalen
Lucas de Melo Ferreira
Luis Caio Ramos Bezerra
Centro Universitário de Brasília – FACE/Geografia

O presente trabalho pretende evidenciar uma concepção acerca de procedimentos a serem utilizados para motivar a aprendizagem no ensino da geografia e proporcionar ao aluno, pela inovação nos métodos, uma maneira diferente de estudar, possibilitando benefícios com o desenvolvimento de novas atitudes nos educandos. As inúmeras e contínuas descobertas e novidades que acontecem no campo da ciência e da tecnologia têm contribuído para pensar em uma nova visão da escola, voltada a preparar as atuais gerações para participarem social e cientificamente do mundo a que serão integradas. Por isso, procurou-se desenvolver, em Pesquisa e Práticas Pedagógicas – IV, o Projeto Recursos Inovadores para o Ensino da Geografia, com o objetivo de utilizar procedimentos tais como poesia, música, fotografia, obras de arte, obras literárias, computadores e filmes e de, assim, dar outra visão e significado ao estudo da ciência geográfica. Os novos procedimentos metodológicos têm por finalidade incentivar e desenvolver o interesse pela geografia e pela aventura de descobrir e de apropriar-se do conhecimento significativo, questionar, de maneira sistematizada, o que se aprende, identificar situações problemáticas do cotidiano. Além disso, o ensino da geografia integralizada à arte desenvolve, nos alunos, a desenvoltura, a criatividade e as competências, evidenciando-se, assim, um resultado positivo para o ensino-aprendizagem, uma vez que aproximam e integram, de uma forma simples e bem ao gosto do aluno, a pesquisa, a teoria e a prática, fugindo da metodologia tradicional das salas de aula. Outra justificativa importante para a proposta de se trabalhar com os novos recursos é a possibilidade de fazer o aluno acreditar em si mesmo, descobrindo suas próprias potencialidades e sua capacidade criadora para se tornar agente e participante ativo de sua própria formação.

Palavras-chave: aprendizagem; procedimento metodológico; competência.

A FORMAÇÃO DO SUJEITO-LEITOR NOS MANUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA DE ELIANA SANTOS BELTRÃO E TEREZA GORDILHO: NOVO DIÁLOGO

Maria José Leotti(Orientadora)
Carina Melo
Laura Canto
Mariana Rodrigues
Centro Universitário de Brasília – FACE/Letras

O projeto analisa como são realizadas as atividades de leitura e interpretação de textos de Língua Portuguesa no livro Novo Diálogo, em suas edições para 5ª, 6ª e 7ª séries, publicados em 2004 pela editora FTD. Constata-se a existência do caráter homogeneizante dos livros didáticos, uma vez que, na obra, se desconsidera a diversidade cultural de seus usuários, os quais são colocados em um mesmo patamar de aprendizagem. Os dados confirmam a concepção dos manuais como um discurso de verdade, um produto a ser reconhecido e consumido pelos seus usuários, que suprime a voz dos professores como intermediadores do conhecimento e limita o desenvolvimento dos alunos. Tais fatos reafirmam a necessidade de considerar o aluno como um sujeito que deva estar ciente das finalidades de cada atividade ou de cada texto incluído no livro didático, bem como a necessidade de posicionar o professor como parte atuante diante dos manuais. Nos livros analisados, há grande escassez de atividades que induzem ao desenvolvimento da criatividade. Textos e exercícios são limitados por questões objetivas. Há, ainda, a falta de quaisquer tipos de justificativas para as atividades propostas, assim como de textos introdutórios, que funcionam como um prévio exercício de compreensão e introdução aos conteúdos a serem trabalhados. Todos os dados observados remetem à conclusão de que os manuais utilizados devem ser reformulados, principalmente aqueles que dizem respeito à interpretação de textos. Eles devem incentivar a criatividade de acordo com a diversidade de idéias, e não limitá-las a uma resposta comum. Professores devem estar atentos à abordagem utilizada, e principalmente, aptos a propor atividades que motivem a criatividade de seus alunos. Assim, formam-se alunos mais críticos, que atuam na escola e, futuramente, na sociedade.

Palavras-chave: leitura e interpretação de texto; livro didático; língua portuguesa.

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA PERCEPÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CERRADO

Rafael Vieira Nunes
Thiago Soares Gigliotti de Carvalho
Centro Universitário de Brasília – FACS/ Biologia
rafaelvnunes@yahoo.com.br

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil em extensão e um dos maiores do mundo em diversidade e está incluído na lista dos 25 hotspots mundiais para conservação, ecossistemas que abrigam grande quantidade de espécies biológicas. Além da alta biodiversidade, o bioma possui um grande potencial sustentável, contendo inúmeras espécies de vegetais com uso na medicina, artesanato ornamentação e produção de óleos, entre outros. Porém, esse potencial está ameaçado pelas ações humanas que, até o ano de 2002, já tinham sido responsáveis pela destruição de mais de 70% do Cerrado no Distrito Federal. Programas governamentais e Educação Ambiental formal e não-formal são as principais linhas de ação no combate à degradação do ecossistema. Na Educação Ambiental formal, que abrange o ensino fundamental, existe um quadro de professores mal preparados, livros didáticos superficiais e escassos projetos escolares relacionados ao Cerrado. O desenvolvimento de atividades de percepção e de valorização do bioma local pode representar parte da solução para alguns desses problemas, pois isso auxilia o professor em seu trabalho, na sala de aula, propicia propostas de trabalhos complementares em livros didáticos e estimula o surgimento de projetos escolares de extensão relacionados ao Cerrado. Ações desse tipo foram empreendidas com 105 crianças, em duas localidades do Distrito Federal, a ONG Amigos do Futuro, no zoológico de Brasília, e o Parque Ana Lídia, localizado no Parque da Cidade, também em Brasília. Foram realizadas práticas com enfoque na fauna e na flora local, com abordagens lúdicas que visaram a aproximar o Cerrado do cotidiano dos alunos. Ao final do trabalho, concluiu-se que essa realização deu destaque a vários elementos relacionados ao meio ambiente, atingindo-se assim o objetivo de possibilitar a percepção e a valorização do bioma local e o uso desses elementos em discussões, reflexões e questionamentos sobre o Cerrado, dentro e fora da escola.

Palavras-chave: percepção ambiental; cerrado; atividades lúdicas.

HISTÓRIA E LITERATURA: IDENTIDADE NA OBRA DE GABRIEL GARCIA MARQUES

Regina Coelly Fernandes Saraiva (Orientadora)
Anderson Sousa Lima
Cláudio Ryuzo Yamaguchi
Deyverson Rafael Cestaro Jorge
Marcelo Henrique de Souza Moreira
Thiago Franca Campos Facó
Centro Universitário de Brasília – FACE/História

O trabalho desenvolvido por alunos da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica V revelou o encontro entre história e literatura, apresentado por meio da leitura e da pesquisa da obra literária de Gabriel Garcia Marques, Cem Anos de Solidão. A obra propiciou o reconhecimento da história e da identidade da América Latina e, ainda, das potencialidades que a literatura apresenta para o desenvolvimento de atividades nas aulas de história. O trabalho, também, tornou possível reconhecer que a interdisciplinaridade é um caminho possível a ser construído. Revelou-se sua riqueza nas possibilidades que as obras literárias oferecem ao estudo da história.

Palavras-chave: história; literatura; identidade.

ARTE-TERAPIA: ALTERNATIVA PARA DINAMIZAR AS HORAS LIVRES DO IDOSO

Neuza Garbin (Orientadora)
Petronília Coelho Rodrigues de Farias
Rosana Adriano Ribeiro
Shirley Tatiana Azevedo de Barros Sampaio
Centro Universitário de Brasília – FACS/ Psicologia
pettrocoelho@yahoo.com.br

Este projeto tem por objetivo estimular a criatividade e a capacidade de produção na terceira idade, em momentos livres, com a utilização de materiais recicláveis. Visa-se a minimizar as dificuldades enfrentadas por essa população, a possibilitar o exercício e a descoberta de suas potencialidades e a despertar suas ações produtivas, não obstante os obstáculos motores presentes. Pode-se, desse modo, suscitar o pensamento e o reconhecimento de que todos são produtores, portadores de habilidades e, também, de limitações. Algumas das dificuldades vivenciadas pelos idosos durante o internato em casas de abrigo, como o isolamento, a carência afetiva, o sentimento de depressão e de inutilidade, e as limitações, são queixas destacadas por diversos profissionais de saúde. Muitas vezes, portanto, o internato constitui-se em um espaço traumático e hostil que pode afetar o processo terapêutico. Em virtude dessas questões e frente à problemática emergencial, o projeto Arte-terapia: alternativa para dinamizar as horas livres do idoso surge como atividade capaz de promover algum conforto a esses idosos, pois impedimentos ou dificuldades expostos acima poderiam ser minimizados por meio de uma atividade socioeducativa para ocupar o tempo livre. A manutenção da saúde física e mental da pessoa idosa é uma maneira de tentar impedir a perda de sua auto-suficiência, uma vez que essa fase acarreta considerável diminuição de autonomia e aumento de dependência física e emocional, o que prejudica a locomoção, a sociabilidade, a identidade social e o bem-estar do idoso. A elaboração de um programa de atividade de lazer para esse grupo deve levar em consideração o preparo para que possa cumprir as necessidades impostas pelo cotidiano. As capacidades de inovação e de mudanças necessitam de condições para o seu exercício e concretização, e experiências artísticas podem proporcionar excelente oportunidade para desenvolver representações imaginativas e originais, sem censura. A estimulação é, de preferência, coletiva, no limite do espaço disponível. Trata-se, aqui, de devolver ao idoso, com a ajuda de um ambiente agradável, o desejo e o prazer de participar de atividades sociais. Assim, as ações propostas pretenderam incentivar o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias a uma vivência democrática e digna do idoso. Houve, na realização do projeto, a preocupação do profissional de Psicologia quanto à integração, à socialização e à busca do resgate de valores essenciais à vida humana.

Palavras-chave: arte-terapia; idoso; criatividade.

Extensão e Integração Comunitária

CLÍNICA DE LÍNGUA INGLESA: INGLÊS INSTRUMENTAL

Carlos Eduardo de Oliveira Guedes
UniCEUB – FACE – Letras
caduguedes@bsb.netium.com.br

A década de setenta marca o início de momento único no campo de ensino de língua estrangeira no Brasil. A PUC de São Paulo propõe um projeto nacional na área de inglês instrumental, que proporciona leitura de textos ingleses por meio da habilidade de leitura. Com o desenvolvimento da lingüística na área de ensino de línguas, o estudo de línguas estrangeiras surge com a necessidade de levar o aprendizado de línguas para as diversas áreas do conhecimento científico, técnico e literário. As universidades encarregam-se de estimular o ensino em tempo reduzido, uma vez que há necessidade de implementar os cursos de mestrado e doutorado no país. No início, houve grande oferta de cursos oferecidos para pesquisadores brasileiros em diversos países, sobretudo nos Estados Unidos da América. A carência de profissionais para o ensino de línguas e a necessidade de rápida aprendizagem leva estudiosos a trabalhar de maneira efetiva no campo de ensino de língua estrangeira. No decorrer dos anos noventa, o quadro de mestres e doutores brasileiros transforma os números das décadas passadas. Uma mudança rápida e substancial ocorre no ensino de línguas estrangeiras no Brasil. O ensino de língua estrangeira instrumental é fato marcante no preparo de novos profissionais também no UniCEUB.

Palavras-chave: Ensino. Inglês. Instrumental.

INCLUSÃO DIGITAL: AS DIVERSAS FACES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Prof. Ádja de Jesus Neto Rego
UniCEUB – FASA -
Curso Superior de Formação Específica em Análise de Sistemas
adja72593@uniceub.br

Não basta fornecer às comunidades projetos de inclusão digital se estes não possibilitarem mudanças efetivas na identidade social dos envolvidos. A apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação pressupõe não só o conhecimento dos recursos que se inserem neste processo, mas também a reflexão profunda sobre a realidade social em que o indivíduo vive, adquirindo a capacidade de transformar a comunidade pela própria mudança de comportamento. Assim, as atividades de ensino nos projetos de inclusão digital devem ser acompanhadas das visões que possibilitam o crescimento do homem em suas dimensões psicológica, social, econômica e ética. A formação do cidadão integral que busca alterar a realidade, colaborando na construção de estruturas políticas, econômicas e sociais mais humanas e mais justas, deve ser o norte de projetos nesta área. Por isso, o projeto de Inclusão Digital do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, em parceria com o Comitê para a Democratização da Informática no DF e Entorno – CDI-DF, possibilita que os participantes realizem a autocrítica de sua posição enquanto educador e trabalha o crescimento individual por meio dos temas abrangidos em cada curso, com a visão da cidadania que nasce da responsabilidade social de cada indivíduo. O projeto permite que os participantes realizem levantamento de dados sobre a comunidade, suas necessidades, problemas e perspectivas. A análise de tais dados leva à construção de texto reflexivo sobre a realidade social que vivencia. Ao partilhar a visão da realidade, inicia-se o processo de mudança comportamental; questionamentos inseparáveis a este processo são trazidos à tona de tal modo que o indivíduo verifica que não está sozinho nesta jornada: outras comunidades vivenciam as mesmas realidades. Já não mais sozinho, o participante reconhece no outro o companheiro de jornada, e o intercâmbio e a troca de informações mostram que a realidade pode ser modificada pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação assimiladas. A oportunidade de crescimento é vislumbrada como opção da comunidade, e não mais como opção individual. O estudo das Tecnologias de Informação e Comunicação envolve outros temas: teoria da cor, acessibilidade, usabilidade, qualidade de serviços, empreendedorismo, marketing. A inserção destes elementos no projeto final do curso demonstra o crescimento de cada participante: as justificativas para o uso dos elementos finais na elaboração dos projetos dos sites é solicitada como forma de fortalecer os conceitos de cidadania discutidos. Quem é a comunidade? Que papel a organização a qual se pertence exerce na comunidade? Quem faz parte do público-alvo nas atividades desenvolvidas na comunidade? O público-alvo é hetero-

gêneo? Se não, pode-se dividi-lo em faixas etárias diferenciadas, a fim de melhor atendê-lo. A apresentação dos projetos demonstra a maturidade alcançada pelos participantes e tem como conseqüência indiscutível a inclusão digital do indivíduo e da comunidade na internet, permitindo o desenvolvimento sustentável pessoal e comunitário.

Palavras-chave: Inclusão digital. Tecnologias da informação e da comunicação. Transformação da realidade social.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

Carla Tavares de Moraes Sarmento
UniCEUB – FACS – Nutrição
carlatms@gmail.com

Este projeto proporciona aos estudantes do curso de Nutrição do UniCEUB a aplicação dos conhecimentos referentes à alimentação saudável junto a alunos do ensino fundamental de uma escola particular do Distrito Federal, direcionando aos conceitos e às práticas da educação alimentar continuada. A alimentação saudável, entendida como um direito humano, compreende um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas e sociais dos indivíduos de acordo com as fases do curso da vida e tem por característica três princípios: variedade, moderação e equilíbrio. No que diz respeito à fase pré-escolar e escolar, é na escola que a criança inicia mudanças na sua rotina diária infantil, e a convivência com outras crianças pode influenciar os hábitos alimentares adquiridos na família. Com o intuito de propiciar a adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis e, conseqüentemente, a promoção da saúde neste ambiente, o Ministério da Saúde criou o programa Dez passos para a promoção da alimentação saudável na escola, que consiste num conjunto de estratégias a ser implementadas de acordo com a necessidade de cada escola ou região. Dessa forma, os hábitos alimentares saudáveis, se bem estabelecidos durante o período escolar, poderão permanecer por toda a vida, o que se configura em fator importante frente ao aumento da obesidade, principalmente em escolares. Este projeto foi realizado durante o primeiro semestre de 2007 e teve como objetivo iniciar a implementação do programa criado pelo Ministério da Saúde. As atividades foram realizadas semanalmente, com a supervisão de uma professora do curso. A escola localiza-se na Asa Norte e foram selecionados todos os alunos das 1 e 2ª séries do ensino fundamental dos turnos matutinos e vespertinos. Os encontros do projeto aconteceram todas as quartas feiras no período da manhã e tarde. Com base nos Dez passos para a promoção da alimentação saudável na escola, foi elaborado um cronograma de ações com a criação de fichas de atividades para cada semana e um relatório de observação dos resultados ao final de cada dia. O processo desenvolveu-se na seguinte ordem: exposição do programa à direção da escola; dinâmica de apresentação e interação com as crianças; identificação dos lanches consumidos durante o horário do recreio; conhecimento dos tipos de alimentos existentes; apresentação do conceito de alimentação saudável; incentivo do consumo de frutas e hortaliças e preparo de novos alimentos. O trabalho teve apoio da coordenação e dos professores da escola, o que contribuiu para a facilidade no desenvolvimento das atividades. Observou-se que as crianças nesta fase são receptivas tanto no lado afetivo quanto no aprendizado. Como resultado, constatou-se que os produtos com maior concentração de gordura e açúcar são trazidos de casa, o que reforça a importância do trabalho de conscientização e educação alimentar. As estratégias elaboradas pelo grupo

de alunos do curso de Nutrição atingiram as expectativas iniciais e apresentaram resultados significativos, principalmente considerando o incentivo por parte dos professores. Assim, a escola cumpre seu papel educacional e social, e os alunos do curso de Nutrição têm a oportunidade de participar de uma atividade, ao mesmo tempo, de observação e intervenção, com a devida supervisão. Para o segundo semestre, o projeto pretende continuar com as próximas etapas, que são: reforçar a abordagem da promoção da saúde nas atividades curriculares da escola; sensibilizar os profissionais da cantina para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis; divulgar a experiência e desenvolver atividades junto aos pais; apresentar um projeto que possa ser desenvolvido em todas as séries da escola.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Promoção da saúde. Educação alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL. PROMOÇÃO DA SAÚDE. EDUCAÇÃO ALIMENTAR.

Rose Mary Gonçalves
UniCEUB – FASA – Administração

A produção do conhecimento demanda do aluno certa organização de texto. Quanto mais elevada for a exigência da academia, mais essa necessidade impõe-se. Acresce-se que, para além da obediência a essa obrigatoriedade, há um dado maior que se refere, especificamente, à função precípua de uma Instituição de Ensino Superior (IES), qual seja, a de articular ensino, pesquisa e extensão. Não há como dissociar esses três eixos caso se anseie que a IES cumpra o papel político-social de formação de cidadãos reflexivos e críticos. Este projeto é composto de uma série de oficinas que visam apoiar o desenvolvimento dos trabalhos de Estágios e Monografias, quais sejam: Metodologia Aplicada à Pesquisa Social e Planejamento de Pesquisa, Métodos Quantitativos e Estatística, Normas da ABNT, Formatação e Recursos de Informática e Apresentação Pública de Trabalhos. Essas oficinas são independentes, ou seja, o aluno pode escolher a de que deseja participar, de acordo com suas necessidades. Isso permite melhor aproveitamento do conteúdo desenvolvido na oficina, pois o aluno está motivado. O projeto visa proporcionar aos discentes possibilidades para o desenvolvimento e a ampliação de habilidades necessárias à organização e à sistematização de seus estudos na universidade, a fim de que possam construir e apresentar trabalhos acadêmicos, com base nas normas, nos métodos e no rigor científico. Espera-se que tais ações consigam a redução da dificuldade dos alunos de participar de atividades de pesquisa e da elaboração de trabalhos acadêmicos e dos professores na condução e na avaliação dos trabalhos. A carga horária está distribuída da seguinte forma: Metodologia: 4 horas-aula; ABNT: 2 horas-aula; Estatística: 2 horas-aula; Formatação e Recursos de Informática 2 horas-aula; Apresentação Pública de Trabalhos: 2 horas-aula. Caso o aluno participe de todas as oficinas, o total de horas será de 12 horas-aula. No 2º semestre de 2006, participaram das oficinas 448 alunos dos quatro cursos da FASA. No 1º semestre de 2007, houve a participação de 381 alunos. As participações nas oficinas possibilitaram a alunos e orientadores o auxilio a superar os desafios da estruturação de um trabalho acadêmico de excelência, conforme os padrões exigidos.

Palavras-chave: Formação acadêmica. Desenvolvimento de competências. Oficinas.

ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO

Carla Tavares de Moraes Sarmento
UniCEUB – FACS – Nutrição
carlatms@gmail.com

Palavras-chave: Hábitos alimentares. Promoção da saúde. Atendimento ambulatorial.

O atendimento ambulatorial de Nutrição realizado no UniCEUB foi proposto pela Associação de Docentes do Ensino Superior – ADESU com o objetivo de oferecer orientação nutricional para a comunidade local e é desenvolvido desde maio de 2005, na sala 1001 do bloco 10, às terças e sextas, entre 14:30 e 18:30 horas. Atualmente, o projeto conta com a presença de dois alunos no atendimento direto ao paciente e dois alunos em atividades de pesquisas. O instrumento de atendimento foi elaborado por ex-alunos e compreende informações sobre dados pessoais, antropométricos, de saúde, questionário de freqüência de consumo de alimentos e história alimentar do paciente. O atendimento possibilita a identificação dos desvios nutricionais e de hábitos alimentares inadequados, indicando a necessidade de intervenção de forma a auxiliar a recuperação e ou a manutenção do estado de saúde. As atividades de pesquisas compreendem a identificação do perfil de todos os pacientes já atendidos desde o início do projeto, para melhor direcionamento e planejamento das atividades. Outra iniciativa é a investigação dos hábitos alimentares dos alunos do primeiro semestre do curso de Nutrição com a intenção de iniciar proposta de mudança ainda na fase inicial. Para os alunos envolvidos, o projeto representa oportunidade de desenvolvimento prático do conhecimento e de suas habilidades humanas. Entre os quase 350 pacientes atendidos desde o início do projeto, além dos retornos marcados mensalmente, estão funcionários, professores, alunos do UniCEUB e indivíduos da comunidade. Foram detectadas inadequações em hábitos alimentares, como escolha de alimentos pouco saudáveis, longos períodos de jejum e falta de noções básicas de nutrição. No entanto, houve boa adesão quanto à proposta de mudanças. No que diz respeito ao perfil dos pacientes atendidos, constatou-se que a grande maioria é do sexo feminino, com idade entre 18 e 50 anos, cujo objetivo principal é o desejo de perder peso. Diante dos resultados expostos, concluiu-se que existe a necessidade de ampliar a abrangência do atendimento ambulatorial de nutrição com o intuito de promover ao maior número possível de pessoas o atendimento de qualidade, visando prevenir as doenças crônicas não-transmissíveis que tem como fator de risco a inadequação alimentar.

ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS: ANÁLISE CLÍNICA À COMUNIDADE

Tânia Cristina Lopes Andrade
UniCEUB – FACS – Biomedicina
Tatiana Karla dos Santos Borges
UniCEUB – FACS – Biomedicina

Palavras-chave: Idosos. Atendimento comunitário. Exames laboratoriais.

Este projeto oferece atendimento laboratorial a entidades filantrópicas que atendem a idosos carentes. É realizada coleta de material biológico, exames laboratoriais e liberação do laudo para que as devidas providências de tratamento sejam tomadas. O atendimento é oferecido a duas entidades filantrópicas que acolhem idosos carentes: o Lar São José e o Lar Bezerra de Menezes, ambos localizados em Sobradinho/DF. O Lar São José foi fundado em 1973 e faz parte das Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília (OASSAB). O público-alvo são 53 idosos, 10 homens e 43 mulheres, com idade entre 60 e 96 anos. O Lar Bezerra de Menezes foi fundado em 1981, pelas Obras Assistenciais Centro Espírita Irmão Jorge (CEIJ). O público-alvo são 60 idosos, 30 homens e 30 mulheres, com idade entre 60 e 90 anos. Os alunos do curso de Biomedicina participaram de todas as etapas do projeto: coleta, manipulação laboratorial e liberação de resultados. Isto traz grande contribuição à formação acadêmica dos alunos e é uma oportunidade ímpar de relacionar os conhecimentos teóricos às atividades práticas, com as devidas supervisões. O aluno tem contato com a rotina laboratorial e tem oportunidade de relacionar-se com os idosos atendidos, proporcionando experiência de convivência comunitária. Os exames oferecidos são referentes a análises de fezes e urina, além de dosagens bioquímicas séricas relacionadas ao perfil lipídico, à função renal e à avaliação glicêmica. Este projeto teve início em agosto de 2006 e já atendeu 70 idosos. Os exames foram realizados como previsto, de acordo com as amostras biológicas possíveis de serem coletadas, e os resultados foram encaminhados aos lares, para as devidas providências.

COMUNICAÇÃO E VOLUNTARIADO: INCENTIVO AO VOLUNTARIADO, À RESPONSABILIDADE SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Joana Bicalho
UniCEUB – FASA – Comunicação Social
joana.bicalho@uniceub.br

Este projeto, existente na Agência de Comunicação do CEUB desde o 2º semestre de 2004, estimula a atuação do futuro profissional com base nos princípios de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. O processo dá-se pela promoção de momentos de sensibilização, em que são transmitidos dados e fatos, para despertar no alunado o desejo de alcançar soluções inovadoras e sustentáveis na Comunicação Social. Alunos e professores tiveram a oportunidade de perceber eficazes formas de comunicação que significaram menor impacto ambiental. Busca-se estimular que os alunos venham a ser promotores de mudança positiva na gestão empresarial e governamental no que diz respeito aos aspectos não somente econômicos, mas também ambientais e sociais, com visão sistêmica que alcance resultados efetivos de comunicação para a sustentabilidade, beneficiando as presentes e as futuras gerações. Como exemplo disso, mais de sessenta por cento do material publicitário produzido pela instituição e criado pelos alunos da ACC foram confeccionados em papel reciclado (revistas, folders, catálogos, cartazes, livros e outros). Foi incentivado o consumo consciente do uso de materiais na linha de produção, tais como, tinta, papel, energia e material de escritório, o que permitiu significativa redução de custos e, sobretudo, minimizou o impacto ambiental causado pelos subprodutos da comunicação. Foram estimuladas a realização de planejamentos e a criação de peças publicitárias e matérias jornalísticas, utilizando a comunicação e o marketing para promover entidades e organismos que contribuem com a inclusão social, tais como: a Federação de Basquetebol em cadeira de rodas do Distrito Federal, o Hospital Universitário de Brasília e a Casa de Recuperação. Os alunos tiveram a oportunidade de atuar como multiplicadores, comunicando os casos de sucesso da Agência aos demais departamentos da Instituição, estimulando a melhor gestão dos resíduos nos princípios dos 3 R's – redução, reúso e reciclagem. A utilização e o melhor direcionamento na mídia virtual (site, e-mails pop-up) representaram importantes mudanças para a comunicação sustentável.

Palavras-chave: Comunicação e marketing para a sustentabilidade. Responsabilidade social. Desenvolvimento sustentável.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE COMPUTAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO

Paulo Rogério Foina
UniCEUB – FAET – Bacharelado em Ciência da Computação paulo.foina@uniceub.br

O ensino de computação, por ser uma área nova no campo da didática, tem-se apoiado na experiência adquirida pelos docentes em outros cursos. Esse fato leva à baixa identificação e sinergia entre as técnicas didáticas adotadas e os conteúdos das matérias, provocando a pouca motivação do aluno e os conseqüentes altos índices de reprovação. Corrobora essa afirmação o fato de a FAET, notadamente os cursos de Ciência da Computação e de Engenharia de Computação, deter o maior índice de reprovações do UniCEUB. Os professores do curso têm-se esmerado na busca de alternativas didático-pedagógicas, para aumentar o grau de aproveitamento dos alunos nas disciplinas. A primeira fase deste trabalho consiste no levantamento das experiências coletadas entre os professores neste semestre, com vistas à disseminação de resultados significativos, tais como: simulador de empresa (Administração de TI); estudos de casos (Teoria Geral de Administração, Modelagem e Projeto de Banco de Dados, Projeto Físico de Sistemas, Análise de Sistemas 1 e 2, Comportamento Organizacional); projeto prático em grupo (Teoria Geral de Administração, Análise de Sistemas 1 e 2); resolução de exercícios em sala de aula (todas as disciplinas); quadro e mapas (Gerência de Projetos); filmes e material audiovisual (Gerência de Projetos, Língua Estrangeira, Comportamento Organizacional). A adoção de material audiovisual e de atividades práticas em sala de aula tem aumentado o interesse e a motivação dos alunos. Essa prática, todavia, tem sido prejudicada nas disciplinas de programação pela baixa disponibilidade de computadores.

Palavras-chave: Ensino de informática; Técnicas de ensino. Experiências de sucesso.

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO "CIDADE LEGAL" – O DIREITO À CIDADE: MORADIA, SAÚDE E CIDADANIA

Sandra Nascimento
UniCEUB – FAJS – Direito
dhdextensão.fajs@uniceub.br

O projeto Direitos humanos e desenvolvimento constitui-se em um espaço de promoção da prática jurídica com responsabilidade social voltada para a construção da cidadania ativa e da cultura de respeito aos direitos humanos. Trata-se de um projeto de ações destinadas a contribuir com a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico e para a formação da consciência de cidadania, mediante a participação ativa, democrática e multidisciplinar dos atores sociais. As atividades do projeto distribuem-se em ensino, pesquisa e ações de extensão na comunidade com o propósito de difundir o conhecimento sobre direitos, em especial, o direito à moradia digna e o acesso à saúde. De acordo com as demandas da comunidade, o grupo de trabalho executa ações diversificadas, tais como, a elaboração de parecer e a promoção de diálogos destinados a despertar a consciência de cidadania e de autonomia da comunidade. O objetivo geral do projeto é promover a inserção do Direito na comunidade, mediante ações de educação em direitos humanos, e contribuir para a formação acadêmica, favorecendo o contato dos alunos e das alunas com novo campo do exercício profissional e a assessoria jurídica popular, a qual se destina a orientar os cidadãos e as cidadãs de comunidades economicamente vulneráveis e socialmente fragilizadas nos projetos e nas ações que pretendem executar, capacitando-os para tomar decisões e influenciar a esfera do poder público. Os objetivos específicos do projeto reúnem um conjunto de ações destinadas a assessoria e consultoria jurídica à comunidade, por suas entidades organizadas, para a promoção, o respeito e a defesa dos direitos em favor da qualidade de vida das populações locais, em especial, quanto às questões da cidade e do acesso à saúde. A assessoria jurídica não se constitui em modalidade de prática de assistência judiciária, porém o projeto orienta-se pela multidisciplinaridade e pela integração dos setores que desempenham essa função como atividade complementar. As ações concentram-se na realização de seminários e palestras sobre direitos humanos, cidadania e desenvolvimento. As etapas de execução do projeto incluem o diagnóstico da região atendida, o cadastramento das entidades, a avaliação das demandas, o planejamento das ações e a elaboração de parecer jurídico de natureza consultiva, no qual são apresentadas recomendações e diretrizes da ação coletiva tanto para a comunidade quanto para o poder público. O projeto teve início em 13 de maio de 2006, atua em Itapoã, XXVIII região administrativa do Distrito Federal, e realizou, até o momento, visita orientada à comunidade. Os encontros do grupo destinam-se a estudo sobre a prática jurídica emancipadora, a formação acadêmica e as habilidades dos alunos e das alunas, os diálogos sobre cidadania, direitos humanos, em particular, o direito a moradia, espaço urbano e saúde e outros temas transversais. As

ações são planejadas mediante diagnóstico das comunidades envolvidas, por meio de entrevista, investigação apreciativa, levantamento de dados sobre a região, apresentação do projeto, identificação do interesse da comunidade, parceria com clientes e logística, planejamento de ações de intervenção social, definição de metodologia de ação na comunidade, elaboração de relatórios e pareceres, promoção de ações de emancipação. A execução das ações segue diretrizes internas ao projeto, no entanto as ações na comunidade dependem da manifestação das entidades da sociedade civil organizadas ou outras que intermedeiam o contato com os moradores e as moradoras. O grupo executa pesquisa sobre saúde e espaço urbano, tendo como objeto a limpeza urbana. A ação comunitária em Itapoã destina-se ao incentivo da população na participação política e na organização da região. No primeiro semestre letivo de 2007, o grupo elabora artigo sobre a questão do sistema público de saúde no Distrito Federal, tendo como referência a região de Brasília, Itapoã e Paranoá, além de assessorar a Escola de Ensino Fundamental 01 de Itapoã em temas relativos à escola e à comunidade e orientar os professores e as professoras sobre a legislação do regime de trabalho dos órgãos públicos. Permanecem como parceiros a TV Câmara, a Organização Internacional do Trabalho – OIT – com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o portal DHNET e a revista Consulex.

Palavras-chave: Prática jurídica. Direitos humanos. Direito à cidade. Qualidade de vida.

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE: CONVIVENDO COM A SEXUALIDADE

Magda Verçosa Carvalho Branco
Marília Queiroz Dias Jácome
UniCEUB – FACS – Psicologia
magda.vercosa@uniceub.br

O Projeto Educação para Saúde (PES) desenvolve programas de orientação psicoeducativa em saúde relativa à prevenção e ao tratamento de diabetes e dos aspectos psicofisiológicos da sexualidade humana (puberdade, adolescência, climatério, uso de anabolizantes, gravidez, andropausa, etc), aplicados à comunidade do DF. O trabalho é realizado por meio de diferentes tipos de atividades, como oficinas, dinâmicas de grupo, palestras, peças de teatro, entre outras. Para tanto, são elaborados materiais paradidáticos: vídeos, cd-roms, jogos, folders e cartilhas. O PES é aplicado em locais onde já ocorre algum tipo de intervenção educativa e ou assistência em saúde e educação, como hospitais, escolas, creches, igrejas, postos de saúde, ruas e associações. É um trabalho desenvolvido por grupos de alunos de Psicologia que já cursaram disciplinas com pré-requisito para o Projeto Educação para Saúde - PES, como Fisiologia Humana III e Laboratório de Fisiologia Humana III. Este projeto permite o contato do aluno com a comunidade, o que enriquece sua formação com a possibilidade de realização de atividades psicoeducativas, utilizando os conhecimentos adquiridos em Psicofisiologia, e estimula o desenvolvimento do pensamento científico e a produção científica com a elaboração de artigos, apresentações em congressos e seminários. No 2° semestre de 2006 e no 1° de 2007, realizaram-se atividades em um orfanato da cidade de Taguatinga e uma escola particular do Plano Piloto, ambos no Distrito Federal, com adolescentes, e houve apresentação junto à comunidade do Paranoá, para mulheres adultas que estão no climatério, abordando temas acerca da sexualidade. Foram apresentadas oficinas com o objetivo de propiciar informações e reflexões sobre o uso de métodos contraceptivos, preservativos, transformações decorrentes dos hormônios sexuais, relações de gênero, com o intuito de promover crescimento dos participantes nas áreas dos direitos sexuais e reprodutivos. Utilizaram-se recursos, como: dinâmicas de grupo, peças teatrais, jogos e palestras. Os participantes discutiram dúvidas e questionamentos, momentos em que se promovia a busca de atitudes positivas acerca da própria sexualidade e de respeito aos outros. Percebeu-se aumento no nível de informações e novo olhar sobre as questões da sexualidade entre os adolescentes e as mulheres adultas, a cada encontro; por parte dos alunos de Psicologia, constatou-se motivação para o aprimoramento profissional e a continuidade da participação no projeto. Observa-se que esta iniciativa vai ao encontro da necessidade de profissionais habilitados a trabalhar os aspectos fisiológicos da sexualidade e as questões psíquicas e sociais envolvidas, já que a saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde, não é apenas a ausência de doenças, mas também o completo bem-estar físico, psíquico e social. Por fim, considera-se que o PES contribui com a concepção atual do papel

do psicólogo, como sendo o de um educador que se articula em atividade de promoção de saúde e prevenção de problemas, seja no ambiente clínico, seja no institucional, como escolas, hospitais e instituições de atendimento à população. Sua atuação deve olhar cada indivíduo na sua totalidade, auxiliando a melhoria das relações interpessoais, a definição e a delimitação dos papéis que exercem ao longo da vida.

Palavras-chave: Psicologia. Educação. Saúde.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA CLASSE 708 NORTE - VIVENCIANDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FASE ESCOLAR

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
rosangj68@yahoo.com.br

Neste trabalho, foram desenvolvidas atividades voltadas à educação em saúde para a criança na fase escolar, na Escola Classe da 708 Norte. Para o desempenho das ações, foram seguidas etapas, como: interação das alunas de Enfermagem com as crianças da escola; avaliação física completa; levantamento de alterações detectadas na avaliação física; levantamento do interesse e da necessidade das crianças quanto aos temas relacionados à educação em saúde; organização de ações educativas, como palestras interativas, jogos e gincanas envolvendo os conteúdos selecionados para educação em saúde; avaliação do aprendizado das crianças por meio de jogos que exijam as respostas voltadas para os conteúdos administrados. Por meio dessas etapas, obteve-se o retorno das crianças mediante respostas e mudanças de comportamento que indicam a busca consciente por ações voltadas à melhor qualidade de vida e aos cuidados adequados com o próprio corpo. Quanto aos professores e coordenadores da escola, o retorno obtido foi a informação trazida sobre a percepção da mudança de comportamento das crianças e a solicitação para participar da organização dos temas para o próximo semestre.

Palavras-chave: Saúde do escolar. Enfermagem em pediatria social. Criança na fase escolar

ENFERMAGEM EM AÇÂO: UMA EXPERIÊNCIA EM PROJETO DE EXTENSÃO COM IDOSOS EM ASILOS

Fátima Cardoso
Vannessa Suzeny Batista Coelho
Maria Isaura Neves Feitosa
UniCEUB – FACS - Enfermagem

A evolução da estrutura etária do país revela o paulatino envelhecimento da população, resultante da redução da fecundidade associada à queda da mortalidade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). O interesse em desenvolver o projeto de pesquisa surgiu do reconhecimento do aumento rápido da população idosa, das doenças crônicas degenerativas e da falta de recursos destinados a esta faixa etária, sendo, portanto, fundamental a integração da universidade com a instituição que atua com esses sujeitos. Neste contexto, os projetos nos asilos visam à diversificação de experiências na formação dos acadêmicos do curso de Enfermagem do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB – adequadas a esta realidade epidemiológica. Desde o ano de 2004, o projeto de extensão tem sido desenvolvido com a participação de discentes e monitores do curso de Enfermagem, supervisionados por docentes e orientadores de prática de enfermagem. As instituições atendidas localizam-se na cidade satélite de Sobradinho, Distrito Federal. Reside nestes asilos um número aproximado de 120 (cento e vinte) idosos, cujas idades variam de 60 (sessenta) a 97 (noventa e sete) anos. Possuem patologias inerentes ao processo de envelhecimento: demência senil, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, seqüelas de acidente vascular encefálico. A metodologia utilizada baseia-se em intervenções de enfermagem que priorizam a construção do conceito de educação e promoção em saúde. Os acadêmicos de enfermagem realizam, entre outras atividades, higiene e massagem corporal, práticas alternativas de saúde, orientações preventivas, trabalhos lúdicos. Os discentes que participam do projeto têm a oportunidade de elaborar e implementar cuidados integrais aos idosos, realizar procedimentos técnicos de enfermagem e revisar a literatura científica da área por meio de estudos de caso. Somado a isso, planejam e realizam atividades em saúde mental que buscam a melhoria das condições de convivência dos residentes nas instituições de longa permanência.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem. Gerontologia e geriatria. Asilo.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: FEDERAÇÃO BANDEIRANTES CRIANÇAS E IDOSOS

Fátima Cardoso
Vannessa Suzeny Batista Coelho
UniCEUB – FACS – Enfermagem

O projeto de extensão e pesquisa surgiu do reconhecimento do aumento rápido da população idosa, das doenças crônicas degenerativas e da falta de recursos destinados a esta faixa etária. É fundamental a integração da Universidade com a instituição Federação Bandeirantes com o intuito de reforçar o compromisso social, possibilitando ao acadêmico de enfermagem aprendizagem e vivências na área de saúde geriátrica e ao idoso da referida instituição melhoria da qualidade de vida por meio da educação e da saúde para o processo de envelhecimento saudável. O projeto tem como objetivo relatar o trabalho educativo desenvolvido pelos acadêmicos de Enfermagem com os idosos em uma instituição filantrópica da cidade de Brasília. Por meio de observação direta e participativa, foram realizados cincos encontros. A interação com os idosos foi feita mediante atividades lúdicas e as referentes à educação em saúde. Os temas que nortearam as atividades em grupo foram pautados com base nas demandas apresentadas pelos idosos, referentes à terceira idade. O nome do grupo é Conviver, composto por sessenta idosos com encontros quinzenais, às segundas-feiras, no período vespertino, durante os dias letivos do UniCEUB. Os encontros tiveram como premissa a integração e a interação dos professores e dos acadêmicos com os idosos. A participação dos idosos na educação à saúde é fundamental para compreensão das implicações que o processo de envelhecimento traz ao indivíduo. Este trabalho também é uma experiência construtiva para o crescimento dos acadêmicos, ao lidar com idosos para a construção de imagem positiva dos aspectos patológicos do envelhecer.

Palavras-chave: Idoso. Convivência. Enfermagem.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: FEDERAÇÃO CRIANÇA NO PARANOÁ

Prof.ª Fátima Aparecida Cardoso
Prof.ª Vannessa Suzeny Batista Coelho
Aila Stela,
Ana Carolina Gouvêa,
Ana Maria Guedes,
Clarisse de Mendonça,
Hellen Lorena,
Maria Cecília da Silva,
Patrícia Nascimento
Nadielle Abed.
UniCEUB – FACS – Curso de Enfermagem

O curso de Enfermagem do UniCEUB, por meio de um projeto de extensão, atua em uma instituição de reforço escolar gerenciada por uma ONG no Paranoá que assiste o total de 120 (cento e vinte) crianças, desde o 1º semestre de 2004. Sabendo-se que parasitose intestinal continua sendo grande problema de saúde pública em nosso país, é inerente aos indivíduos economicamente e culturalmente menos favorecidos e sabendo-se da realidade da população atendida neste projeto e da importância de propiciar ao acadêmico de Enfermagem a oportunidade de vivenciar os problemas sociais, elaborou-se esta pesquisa após aprovação pelo Comitê de ética. Do total de crianças atendidas, 80 (oitenta) participam de atividades no período vespertino, com idade entre 07 (sete) e 12 (anos). Com o propósito de iniciar o processo de controle de infecções intestinais parasitárias, realizou-se a pesquisa coprológica, foi elaborado o perfil epidemiológico e aplicou-se a atividade educativa com as 80 crianças, pautando as parasitoses mais comuns e as orientações de coleta de EPF – Exame Parasitário de Fezes. Foram distribuídos 80 frascos de coleta de fezes, dos quais 53 foram analisados pelo LABOCIEN do UniCEUB, pelo método de Hoffmann-Pons-Janer. Constatou-se que 52% das amostras foram positivas e 48% foram negativas para enteroparasitoses. Verificou-se a presença dos seguintes parasitos: Giardia Lamblia (37,5%), Endolimax Nana (25%), Entamoeba Coli (20%), Entamoeba Histolytica (10%), Iodamoeba Butchlli (5%) e Hymenolepis Nana (2,5%). Os exames alterados foram devolvidos à comunidade assistida, e os pais das crianças receberam orientação para procurar atendimento no Centro de Saúde da comunidade no Paranoá, para tratamento e acompanhamento das crianças. Concordante com a literatura, as infecções parasitárias ainda fazem parte da vida das famílias das classes populares brasileiras, o que reafirma a necessidade de pesquisar essa realidade pelo profissional de Enfermagem.

Palavras-chave: Saúde do escolar. Enfermagem. Parasitose.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: AÇÕES DE ENFERMAGEM EM PEDIATRIA SOCIAL NA CRECHE PROMOVIDA

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
rosangj68@yahoo.com.br

Neste trabalho, foram desenvolvidas atividades direcionadas à educação em saúde para a criança na fase escolar, além de ações voltadas à melhoria do padrão de higiene e saúde. Para o desempenho das ações, foram seguidas etapas, como: interação das alunas de Enfermagem com as crianças da creche; avaliação física completa; levantamento de alterações detectadas na avaliação física; levantamento do interesse e da necessidade das crianças quanto aos temas relacionados à educação em saúde; organização de ações educativas, como palestras interativas, jogos e gincanas envolvendo os conteúdos selecionados para educação em saúde; avaliação do aprendizado das crianças por meio de jogos que exijam as respostas voltadas para os conteúdos administrados. Essa seqüência realizada permitiu ao grupo detectar problemas de saúde, como pediculose (piolhos), em grande quantidade para a qual tivemos como ação a aplicação do protocolo contra o piolho, o qual consiste na aplicação de vinagre nos cabelos, deixando por 30 minutos protegidos em saco plástico, para, posteriormente, lavar-se com sabão de coco. O efeito da aplicação desse protocolo era avaliado na semana seguinte. Os resultados foram de 100% de eliminação das infestações de piolho nesse período. Por meio dessas etapas, obteve-se o retorno das crianças mediante respostas e mudanças de comportamento que indicam a busca consciente por ações voltadas à melhor qualidade de vida e aos cuidados adequados com o próprio corpo. Quanto aos professores e coordenadores da escola, o retorno obtido foi a informação trazida sobre a percepção da mudança de comportamento das crianças e a solicitação para participar da organização dos temas para o próximo semestre.

Palavras-chave: Saúde do escolar. Enfermagem em pediatria social. Protocolo contra a pediculose.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: FEDERAÇÃO CRIANÇA NO PARANOÁ

Prof.ª Fátima Aparecida Cardoso
Prof.ª Vannessa Suzeny Batista Coelho
Aila Stela,
Ana Carolina Gouvêa,
Ana Maria Guedes,
Clarisse de Mendonça,
Hellen Lorena,
Maria Cecília da Silva,
Patrícia Nascimento
Nadielle Abed.
UniCEUB – FACS – Curso de Enfermagem

O curso de Enfermagem do UniCEUB, por meio de um projeto de extensão, atua em uma instituição de reforço escolar gerenciada por uma ONG no Paranoá que assiste o total de 120 (cento e vinte) crianças, desde o 1º semestre de 2004. Sabendo-se que parasitose intestinal continua sendo grande problema de saúde pública em nosso país, é inerente aos indivíduos economicamente e culturalmente menos favorecidos e sabendo-se da realidade da população atendida neste projeto e da importância de propiciar ao acadêmico de Enfermagem a oportunidade de vivenciar os problemas sociais, elaborou-se esta pesquisa após aprovação pelo Comitê de ética. Do total de crianças atendidas, 80 (oitenta) participam de atividades no período vespertino, com idade entre 07 (sete) e 12 (anos). Com o propósito de iniciar o processo de controle de infecções intestinais parasitárias, realizou-se a pesquisa coprológica, foi elaborado o perfil epidemiológico e aplicou-se a atividade educativa com as 80 crianças, pautando as parasitoses mais comuns e as orientações de coleta de EPF – Exame Parasitário de Fezes. Foram distribuídos 80 frascos de coleta de fezes, dos quais 53 foram analisados pelo LABOCIEN do UniCEUB, pelo método de Hoffmann-Pons-Janer. Constatou-se que 52% das amostras foram positivas e 48% foram negativas para enteroparasitoses. Verificou-se a presença dos seguintes parasitos: Giardia Lamblia (37,5%), Endolimax Nana (25%), Entamoeba Coli (20%), Entamoeba Histolytica (10%), Iodamoeba Butchlli (5%) e Hymenolepis Nana (2,5%). Os exames alterados foram devolvidos à comunidade assistida, e os pais das crianças receberam orientação para procurar atendimento no Centro de Saúde da comunidade no Paranoá, para tratamento e acompanhamento das crianças. Concordante com a literatura, as infecções parasitárias ainda fazem parte da vida das famílias das classes populares brasileiras, o que reafirma a necessidade de pesquisar essa realidade pelo profissional de Enfermagem.

Palavras-chave: Saúde do escolar. Enfermagem. Parasitose.

ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES: EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

Karina Aragão Nobre Mendonça
UniCEUB – FACS – Nutrição

O projeto Ensino e cidadania em creches é realizado semanalmente, com atividades relacionadas à nutrição e à alimentação desenvolvidas por alunos de Nutrição do UniCEUB, supervisionadas por uma professora do curso. O trabalho é efetuado por visitas à creche e reuniões no UniCEUB para elaboração dos materiais. A creche Promovida localiza-se em São Sebastião – cidade-satélite do Distrito Federal. O público-alvo são crianças de 6 a 14 anos, totalizando 210, as quais ficam na creche durante um período (matutino ou vespertino), pois, no outro, encontram-se na escola. Na creche, as crianças recebem três refeições durante o período e exercem ações, como: recreação, deveres de casa, leituras, encontros com a equipe de Nutrição e outras equipes. No segundo semestre de 2006, foram feitas atividades, como: elaboração de cardápios nutricionalmente balanceados, implementação e avaliação da aceitabilidade de receitas que tem por objetivo aproveitar integralmente os alimentos, utilizando folhas, talos, sementes e cascas. Foi realizada a avaliação antropométrica das crianças, em que se observou encontrarem-se 74% eutróficas e 12% e 14% estarem com baixo peso e sobrepeso, respectivamente. Também foram ministradas oficinas para as crianças, contendo vídeos educativos e cartilhas, objetivando o esclarecimento das novas práticas alimentares adotadas e o incentivo à alimentação saudável por meio da educação nutricional. Com as atividades que foram realizadas em 2007, foi constatado o impacto positivo da educação alimentar propiciada no ano anterior, trazendo resultado satisfatório na alimentação das crianças, com mudanças de comportamento alimentar. Além dessas atividades, foram elaborados os rótulos com as informações nutricionais dos alimentos comercializados pela creche. No primeiro semestre de 2007, o foco principal foi a educação nutricional das crianças, além da elaboração e da implantação de cardápios balanceados semanais com o auxílio das cozinheiras sobre a disponibilidade de produtos e a possibilidade da confecção das receitas, contendo os cinco dias da semana e as refeições servidas na creche. O objetivo é fornecer alimentação saudável e balanceada compatível com a idade das crianças, procurando atender as necessidades nutricionais do grupo, a disponibilidade dos produtos da creche e visando ao aproveitamento integral dos alimentos. As atividades de educação nutricional realizadas foram: a dinâmica da pirâmide alimentar, o jogo "Monte seu prato saudável" e a "Gincana do prato saudável". Ao longo do semestre, foi desenvolvido um folder pelos alunos participantes do projeto para divulgação sobre alimentação saudável e higiene na cozinha. A equipe de Nutrição também atende a comunidade da creche no consultório onde é realizada orientação alimentar individual. Para avaliação da

eficácia de parte das intervenções, será feita a reavaliação antropométrica das crianças com apresentação de novo perfil nutricional, no segundo semestre de 2007, além de atividades relacionadas à higiene e à manipulação dos alimentos com as cozinheiras. O projeto contribui para a formação acadêmica do aluno, pois trata-se de oportunidade ímpar de referir os conhecimentos teóricos às atividades práticas, com as devidas supervisões. O aluno terá oportunidade de ter experiência de convivência comunitária, relacionando-se com crianças e funcionários da creche.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Crianças. Educação nutricional.

ESPAÇO ÁGUA – LABORATÓRIO A CÉU ABERTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E ESCOLAR DO UNICEUB

Prof.Luiz Carlos Buriti Pereira
UniCEUB – FACE – Geografia
lcburitipereira@yahoo.com.br - luiz052878@uniceub.br

objetivo do projeto é integrar efetivamente o UniCEUB por meio da participação de alunos e professores às atividades desenvolvidas no Espaço Água, no Jardim Zoológico de Brasília, sob a responsabilidade da Associação Amigos do Futuro e implantar um laboratório a céu aberto com vistas ao desenvolvimento de atividades de campo que podem ser realizadas por professores a alunos de diversas disciplinas. A Associação Amigos do Futuro é uma OSCIP que atua, há oito anos, no Distrito Federal, com projetos bem-sucedidos na área de conscientização e mobilização ambiental. A Associação, tendo em vista o edital público da PETROBRAS de 2003, encaminhou o projeto Amigos da água com o intuito de implantar um programa de educação ambiental na área de conservação e preservação de recursos hídricos, por meio de atividades de conscientização e mobilização da comunidade e das escolas. O projeto foi selecionado, obtendo aprovação de financiamento, e previu a construção do Espaço Água nas dependências do Jardim Zoológico de Brasília. Para a conclusão das instalações, contou com apoio financeiro do UniCEUB e do Banco Real. O Espaço Água visa desenvolver, entre outras, as seguintes atividades: capacitação de multiplicadores sobre a questão hídrica; exposições e atividades comunitárias sobre proteção dos mananciais e uso responsável da água com desenvolvimento de projetos pedagógicos e socioeducativos do curso de Geografia com alunos e bolsistas do UniCEUB em trabalhos de extensão comunitária; participação na formação de grupos gestores de água nas escolas públicas e particulares e nos condomínios horizontais do Distrito Federal. O Espaço Água utiliza equipamentos redutivos de consumo, tecnologias de captação da água da chuva, estação de tratamento da água servida para reúso; pretende demonstrar e disseminar práticas preservativas e preventivas do uso racional da água para toda a comunidade do DF; pretende oferecer atendimento gratuito a cerca de 100 estudantes e 50 visitantes por dia; promove a capacitação de 500 multiplicadores em consumo consciente da água, visando à criação de grupos gestores; propõe o lançamento da campanha de conscientização Amigos da água, que mobilizará a população do DF para o consumo racional e a importância da preservação dos mananciais que abastecem a cidade. São previstas para o segundo semestre de 2007 exposições no Espaço Água, de iniciativa do UniCEUB, da "Geografia em ação" com a apresentação de práticas pedagógicas, trabalhos de pesquisa e de extensão desenvolvidos, sobretudo, na área de recursos hídricos. O projeto conta com um professor coordenador, oito estagiários bolsistas e dois voluntários. Busca-se ampliar a participação de alunos do curso de Geografia e incluir alunos de outras faculdades do UniCEUB. No primeiro semestre de 2007, com vistas a am-

pliar a participação do UniCEUB, concebeu-se a implantação do Laboratório a céu aberto, aproveitando o Espaço Água e as adjacências, em quatro trilhas ecológicas e científicas, com marcos de observações geográficas, denominadas Trilhas dos quatro ventos. O Laboratório a céu aberto poderá ser utilizado como trabalho de campo. Finalmente, a título de experiência, foi lançado o projeto Cultura ambiental, a ser desenvolvido por bolsistas e estagiários junto à comunidade visitante do Zoológico, por meio de projeção de curtas-metragens com a temática ambientalista e, no futuro, apresentação de peças teatrais. Foi elaborada pelos participantes do projeto uma homepage: br.groups.yahoo.com/group/espacoaguauniceub, da qual constam as informações e os links importantes sobre recursos hídricos, publicações, legislação básica, notícias de interesse comum dos participantes.

Palavras-chave: Recursos hídricos. Educação ambiental. Atividades pedagógicas.

ESTUDO HISTÓRICO DO DIREITO

Sócrates dos Santos Feijó
socratesfeijo@uniceub.br
Neide Fonseca de Oliveira
ciclobasico@uniceub.br
UniCEUB – Ciclo Básico

Palavras-chave: Verdade. Direito. Experiência.

No Estudo Histórico do Direito, por meio da exposição programática, procura-se despertar a consciência entre os acontecimentos do passado, geradores do atual momento nacional em que há um período de transição semelhante aos acontecimentos de 1939, quando o grande capital determinava o destino dos povos, e aos atuais, em que ocorre a mesma diretiva econômica com o surgimento de múltiplos interesses potencial e conflitantes com os novos pólos de potências emergentes, cujos objetivos se chocam com os objetivos dos Estados hegemônicos. O estudo traça paralelos com o pensamento dos enciclopedistas, dos empiristas, dos teoréticos e dos racionalistas, além de ressaltar o capitalismo das nações dominantes. Situa-se a história do direito entre Platão, Aristóteles, Kant e Comte, lembrando que todos eles lidam com a alma humana e consideram fundamentais os costumes morais, esquecidos na política atual. A disciplina ministrada desenvolve os seguintes títulos: O Direito Primitivo; Introdução ao Direito; A Ciência Jurídica em Roma e na Idade Média; Glosadores e Pós-glosadores; A escola Protestante do Direito Natural; A Escola Racional ou Formal de Direito; Boa Vontade e Imperativo Categórico da Moral.

EXCELÊNCIA EM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Leonardo Humberto Soares
UniCEUB – FASA – Administração
leonardo.soares@uniceub.br

Palavras-chave: Tecnologia. Laboratório. Gestão.

O projeto de Excelência em Laboratório de Informática propõe atender os alunos da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do UniCEUB, com o objetivo de capacitá-los para atividades de gestão em laboratórios de Informática. Além de catalisar uma série de habilidades profissionais relacionadas ao uso de Tecnologia da Informação, este projeto cria mecanismos que visam tornar os laboratórios auto-suficientes, além de potencializar a sua utilização nos períodos de ociosidade em alguns turnos. A proposta segue os ditames definidos pela Instituição, visando auxiliar os alunos a enfrentar o mercado de trabalho e a agir como multiplicadores de conhecimento, criando novas perspectivas para o futuro, e também auxiliar a capacitação do docente na utilização de mais um recurso pedagógico. Apesar das dificuldades inerentes ao ambiente, tais como, rotatividade de alunos e professores, constante necessidade de manutenção e gestão do relacionamento com o usuário, o projeto apresentou-se positivo, visto que atendeu demanda antiga dos alunos no que diz respeito à utilização do ambiente de laboratório fora do horário de aulas. Foi verificado aumento considerável no interesse dos alunos em participar do projeto, pois, na primeira versão, no 2º semestre de 2006, somente três alunos voluntários preencheram as vagas oferecidas; porém, na última apresentação, no 1º semestre de 2007, foram preenchidas duas vagas com alunos voluntários e sete vagas com alunos bolsistas. A divulgação do projeto foi realizada por meio de reuniões, mailing, cartazes, entrevista ao jornal local do canal SBT e banner no IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão & IV Encontro de Iniciação Científica. A principal dificuldade de operacionalização foi observada entre os alunos voluntários, que não cumpriram adequadamente os horários de trabalho e exercícios propostos. Em relação ao corpo docente, percebe-se resistência do professor no que diz respeito à utilização de novos recursos de ensino no cotidiano da sala de aula.

FISIOTERAPIA DO TRABALHO: A INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NO POSTO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIOS DO UNICEUB

Renata V. Rebouças – FACS – Fisioterapia - renatareboucas@gmail.com

A ergonomia objetiva modificar os sistemas de trabalho para adequar a atividade profissional a características, habilidades e limitações das pessoas com vistas ao desempenho eficiente, confortável e seguro (ABERGO, 2000). O modo de vida moderno está voltado ao enfrentamento de situações críticas, para suprir necessidades, tais como, alimentação, moradia, transporte, ensino, saúde e manutenção do emprego, geradoras de estresse e lesões osteomusculares. Atualmente, um dos principais problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores, de acordo com o Ministério da Previdência e Assistência Social (INSS), são os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Estas doenças têm relação direta com os esforços repetitivos em instrumentos e mobiliários inadequados, com as sobrecarregadas jornadas de trabalho, com as posturas físicas incorretas e com o estresse. O projeto Fisioterapia do trabalho tem como objetivo realizar pelos alunos um trabalho preventivo e curativo que venha ao encontro das necessidades dos funcionários do UniCEUB, buscando melhor adaptação. Foi realizada apreciação inicial do ambiente de diferentes setores da Faculdade de Ciências da Saúde – FACS e do bloco 2 com a coleta de fotos e dados de acordo com as normas que deliberam o respeito à identidade dos profissionais em questão. Detalhadamente, foi considerada como parte do estudo ergonômico e biomecânico das tarefas executadas pelos funcionários nos postos de trabalho a apreciação, a diagnose, a projetação ergonômicas e a avaliação, a fim de identificar fatores de risco ou estágios iniciais de mesopatias musculoesqueléticas do tipo LER/ DORT e algias da coluna vertebral e dos membros. Foi identificada a sintomatologia dolorosa e realizado o encaminhamento terapêutico individual para a geração do Relatório de Análise Ergonômica do Trabalho, objetivando a aplicação de exercícios terapêuticos e possíveis correções do ambiente físico. Este projeto possui fundamento de sugerir propostas para as melhoras das condições de trabalho dos profissionais, juntamente com os dados observados na apreciação. Os alunos tiveram participação positiva no auxílio à SISPAT do UniCEUB. Os funcionários demonstraram interesse e foram receptivos aos exercícios. A administração do estresse por parte dos indivíduos e o tratamento das DORT/ LER têm-se mostrado um recurso vital nas provas técnicas de administração empresarial, já que comprovadamente, a melhoria dos níveis de qualidade de vida, baseados nas situações críticas mencionadas, é fator diferencial entre as empresas, na competição por produtividade, qualidade e desempenho comercial.

Palavras-chave: Fisioterapia do trabalho. Ergonomia. DORT

FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA: EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

Flávia L. V. Dumas
UniCEUB – FACS – Fisioterapia
fladeira@gmail.com

A busca por melhor qualidade de vida induz o indivíduo a participar da escolha do que lhe é mais saudável. Sob esse aspecto, a fisioterapia pode ser a opção de tratamento. Para acompanhar a evolução da saúde, é essencial a presença de profissionais capacitados a promover, prevenir, manter e melhorar as condições de vida e saúde humana. A fisioterapia está engajada em nova atuação denominada "fisioterapia humanista". Nesta área, o indivíduo é visto em sua totalidade, tendo respeitados seus princípios éticos, bioéticos, morais e culturais, além de atuar e articular-se na necessidade e nas prioridades da saúde humana. Os hábitos de vida relacionados com sedentarismo, má alimentação, consumo de álcool e tabaco e má postura em sala de aula e no ambiente de trabalho desencadeiam doenças que podem tornar-se crônicas quando não tratadas no momento adequado. A intervenção nessas patologias pode acontecer quando estejam instaladas e quando o risco para que se desencadeiem seja eminente. A fisioterapia pode atuar expressivamente nos três níveis de atenção à saúde humana e não só no âmbito de reabilitação. O curso de graduação em Fisioterapia do UniCEUB tem alunos com diferencial importante pelo fato de estarem em contato com a atividade de extensão relacionada com a sua atuação no âmbito integral, ou seja, a fisioterapia aplicada à saúde humana. No UniCEUB, existe um número grande de profissionais que necessitam de orientações sobre DORT (Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho), alunos que necessitam de orientações posturais e funcionários que precisam de atendimento fisioterapêutico com tempo curto para isso. O desenvolvimento do projeto de extensão pôde proporcionar a atuação da fisioterapia nos dois níveis de atenção à saúde, para otimização da qualidade de vida de alunos, funcionários e comunidade adjacente. Os alunos envolvidos neste projeto puderam ter contato com o nível de educação em relação á saúde dos indivíduos tratados. Repassaram informações para que cada um dos envolvidos pudesse ter consciência da importância que os seus hábitos de vida têm para a sua longevidade. A mensuração de dados, como, por exemplo, a pressão arterial e o nível de glicemia, serviu para alertar a população sobre patologias, como a hipertensão arterial e o diabetes mellitus. A produção e a distribuição de folders informativos possibilitaram que as informações fossem passadas de maneira lúdica e criativa. O levantamento de dados sobre os atendimentos de fisioterapia realizados no CENFOR pelos alunos do estágio elucidou índices epidemiológicos a ser analisados. Essas intervenções estão relacionadas com abordagem dos pacientes, equipamentos utilizados e infra-estrutura do local, entre outros aspectos. Desta maneira, o projeto Fisioterapia em saúde coletiva atingiu o objetivo primeiramente proposto de cuidar da saúde, proporcionando conhecimento e educação.

Palavras-chave:Fisioterapia. Prevenção. Saúde coletiva.

INCLUSÃO DIGITAL – JOGOS DE APRENDIZAGEM

Ádja de Jesus Neto Rego
adja72593@uniceub.br
Vera Parucker Harger
vera.parucker@vergo.com.br
UniCEUB – FASA Curso Seqüencial de Formação Específica em Análise de Sistemas

Pelos padrões mundiais de disseminação da informática e a chamada sociedade da informação, os que não possuem qualquer conhecimento em informática são considerados "analfabetos digitais". O Brasil apresenta um contexto de analfabetismo nas mais variadas faixas de idade. Atualmente, para que uma pessoa exerça seus direitos e suas obrigações, deve ter o mínimo de conhecimento para assumir a cidadania plena. O termo inclusão digital deve ser utilizado para pressupor o uso da tecnologia em apoio a movimentos que possibilitem o crescimento e o despertar do cidadão, não apenas alfabetizando o indivíduo digitalmente, mas também possibilitando a sua integração na sociedade digital e a geração de emprego e renda. O projeto apresentado tem como parceiro o CDI-DF – Comitê de Democratização da Informática do Distrito Federal e Entorno, cuja proposta pedagógica se diferencia, ao possibilitar que o participante internalize conhecimentos de tecnologia e aprenda a utilizá-la como fortalecedor da sua comunidade, dando novas perspectivas de vida aos envolvidos no processo. A educação deve ser o parceiro principal da inclusão digital. Deste modo, a educação continuada deve ter como parte integrante a inclusão digital. Por meio do curso de Formação Específica em Análise de Sistemas, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FASA vê-se pronta a atuar como parceiro promotor e produtor de jogos de aprendizado, que podem ser utilizados em distintos segmentos do conhecimento, aliando a isso a liberação do instrutor ou multiplicador do CDI para outras atividades que não possam dispensar o encontro presencial. Entre os cursos oferecidos na FASA, o de Formação Específica em Análise de Sistemas possui os instrumentos necessários para prover a comunidade com cursos eletivos, profissionalizantes e relacionados aos seus interesses. Para desenvolver esse projeto, serão envolvidos os cursos de Análise de Sistemas e Pedagogia, além de Geografia, Matemática, História, Biologia, Administração e Psicologia. Com jogos de aprendizado, o CDI-DF, particularmente, será beneficiado com um recurso sem limitações quanto ao conteúdo que puder ou quiser desenvolver, atendendo, com a mesma qualidade, a comunidade, orientando e estimulando os usuários no uso democrático da tecnologia da informação e no exercício da cidadania. O objetivo é prover o CDI com recurso informatizado de criação de jogos de aprendizagem, visando à formação e à capacitação de usuários, de modo a despertar a consciência de cidadania e o exercício da democracia.

Palavras-chave: Tecnologia da informação. Sociedade da informação. Cidadania. Aprendizado

ENFERMAGEM EM AÇÃO: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO LAR DOS VELHINHOS MARIA MADALENA

Nilvia Jacqueline Linhares
UniCEUB – FACS – Enfermagem
Jacqueline.linhares@uniceub.br

O idoso institucionalizado, em função das necessidades sociais e individuais, necessita de cuidados para manter a integridade física e psicológica e a identidade. Aos acadêmicos, a oportunidade de ouvir histórias de vida, conhecer suas dificuldades para compreender as limitações do idoso quanto ao aspecto cognitivo, à acuidade visual e auditiva, à precariedade do autocuidado, às necessidades de uso de medicações prescritas pelo médico, entre outros aspectos, faz do contato acadêmico, por meio do projeto de extensão, um rico aprendizado. O Lar de Velhinhos Maria Madalena, fundado em 07/03/1980, é uma entidade assistencial sem fins lucrativos que tem como objetivo promover e exercer a prática ilimitada da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios ao seu alcance. O Lar tem estrutura física para receber 150 idosos; o interno recebe alojamento durante 24 horas, em ambiente de segurança e higiene, com alimentação sadia, lazer, cuidados com a saúde e orientação psicológica. O Lar conta com médicos, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, dentistas, técnicos de enfermagem. A importância do projeto de extensão está pautada na abordagem que privilegia a assistência integral de enfermagem ao idoso. Somado a isso, o projeto assume relevância social, teórica e prática, ao permitir a compreensão, a vivência da humanização e as intervenções de enfermagem pelos acadêmicos.

Palavras-chave: Enfermagem. Idosos. Assistência.

NÚCLEO DE ESTUDO, PESQUISA EM VÍDEO E FOTOGRAFIA: OFICINA DO OLHAR

Alexandre Humberto Gonçalves Rocha
UniCEUB – FASA – Comunicação
fotojornalismo.uniceub@gmail.com
René Marc da Costa Silva
UniCEUB – FAJS – Direito
rene.marc@bol.com.br

O projeto tem como objetivo proporcionar aos participantes, crianças de 10 a 14 anos, a possibilidade de, pela fotografia, pela filosofia como reflexão sobre a vida cotidiana dos participantes e pela história como memória, reconhecerem-se e conscientizarem-se do espaço de vivência. As crianças desenvolvem as atividades propostas, participando ativamente de todos os trabalhos dirigidos ao aprendizado básico da fotografia, com a apresentação da câmera escura e os exercícios de Pinhole. Na segunda etapa, a iniciar-se no próximo semestre, vão compor um "painel" de imagens da comunidade e deles próprios, para que, numa exposição no local, possam reconhecer-se e aos outros, como num grande espelho, tornando possível a avaliação por parte dos participantes e dos responsáveis pelo projeto. O impacto causado pelo andamento do projeto mede-se pela participação ativa das crianças em todas as atividades propostas, além de apresentarem grau elevado de entendimento dos objetivos, de forma que, no próximo semestre, possam perceber, com a devida clareza, o resultado, qual seja, a inserção como sujeito ativo de sua própria história e para com a sua comunidade. A Oficina do olhar é um projeto social que se propõe a educar, por meio de ações afirmativas, jovens da periferia das grandes cidades, utilizando a fotografia, a filosofia e a história como pilares de um processo de auto-reconhecimento e conscientização do espaço de vivência. Este processo desenvolve-se durante um semestre, sendo que, a cada semestre, o projeto acontece numa comunidade diferente, onde cada participante terá a oportunidade de conhecer melhor a si próprio e a comunidade onde vive, por meio de exercícios de fotografia, conceitos de filosofia e de história como memória, reconhecendo símbolos e significados de sua existência. A dinâmica da oficina terá como metodologia os encontros cuja prioridade será a reflexão, pela fotografia, do desenvolvimento de conceitos como cidadania, ecologia, política, pela memória como história oral, visual e escrita da comunidade em questão.

Palavras-chave: Fotografia. História. Filosofia.

NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA

Suzana Schwerz Funghetto
Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB
suzana.funghetto@uniceub.br
Ana Beier
Assessoria de Extensão e Integração Comunitária
Renata Inecco Bittencourt de Carvalho
Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB
assessoria.extensao@uniceub.br

O movimento pela educação inclusiva tem representado um desafio para a educação superior em nosso país, uma vez que a ausência de políticas públicas nessa área exclui as demandas dos alunos com deficiência que apresentam necessidades educacionais especiais. O número de matrículas de alunos com deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla no ensino superior aumentou nos últimos anos. Dados do Censo da Educação Superior de 2005, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que o aumento do número de matrículas é de 179,4 %, passando de 2.155 para 6.022, em cinco anos. O mesmo censo apresenta que 67% dos alunos com deficiência (4.247) estudavam em instituições particulares. O UniCEUB, a partir de 2005, sistematizou as ações de acessibilidade, já disponibilizadas aos alunos com deficiência, com a criação do projeto de extensão Núcleo de Integração à Vida Acadêmica, por acreditar que a implementação de ações educativas junto aos alunos com deficiência que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino superior é uma questão de democracia, cidadania e responsabilidade social. Com o objetivo de possibilitar a transformação de práticas para a elaboração de política de acesso e permanência dos alunos com deficiência matriculados que apresentam necessidades educacionais especiais, o Núcleo de Integração à Vida Acadêmica realiza as seguintes ações: atendimento às necessidades educacionais dos alunos com deficiência; adaptações arquitetônicas – vagas no estacionamento, construção de rampas e acessibilidade aos alunos com deficiência física e múltipla; acompanhamento de intérpretes para alunos com deficiência auditiva; acompanhamento de ledores para alunos com deficiência visual; atendimento e orientações aos professores de alunos com deficiência de todos os cursos; formação dos alunos monitores e dos alunos voluntários acerca de temas sobre inclusão no ensino superior e necessidades educacionais especiais. Atualmente, o UniCEUB tem matriculados 122 alunos com deficiência, e o Núcleo de Integração à Vida Acadêmica apresenta um quadro técnico de dois professores e 22 alunos monitores.

Palavras-chave: Inclusão. Necessidades educacionais especiais. Ensino superior.

OFICINA DE MÉTODOS QUANTITATIVOS: ESTATÍSTICA E OTIMIZAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Rogério Lopes Sinotti
UniCEUB – FASA – Administração
sinotti@unb.br

Esta oficina é uma atividade de extensão da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, que tem como objetivos: melhorar o desempe-nho e a afinidade dos alunos nas disciplinas quantitativas e de pes-quisa Estatística Aplicada à Administração, Matemática Financeira, Métodos Quantitativos, Tópicos Avançados em Produção, Ciência e Tecnologia, Metodologia da Pesquisa, além de apoio ao Estágio e à Monografia; estimular o aumento da produção acadêmica, propici-ando ambiente e subsídio para elaboração de artigos científicos e trabalhos de natureza acadêmica, incluindo as monografias para a conclusão do curso. O projeto justifica-se pela dificuldade de a-prendizagem de grande parte dos alunos nas disciplinas em que estão incluídos conteúdos de métodos quantitativos, além do pouco interesse pelo aprofundamento de conhecimentos nesta área, pre-judicando a formação profissional. Em relação ao primeiro objetivo, o aluno tem a oportunidade de resolver exercícios e situações prá-ticas, simulando a resolução de tarefas sobre tomada de decisão com dados quantitativos, com ênfase na utilização de ferramentas computacionais. Quanto ao segundo objetivo, os participantes de-senvolvem atividades para elaboração de instrumentos de coleta de dados, tabulação e consolidação de dados e delineamento de a-mostragem para todo o trabalho. As oficinas ocorrem duas vezes na semana, no horário especial, sem obrigatoriedade de inscrição prévia e possuem duração máxima de quatro períodos de aula, possibilitando, a qualquer instante, a participação de qualquer aluno interessado. As seguintes atividades foram desenvolvidas no 2º semestre de 2006 e no 1º semestre de 2007: oficina de Estatística aplicada com Excel envolvendo organização da base de dados e operações básicas e funções estatísticas elementares; oficina de Estatística aplicada com Excel envolvendo uso de tabela dinâmica e gráfico dinâmico e organização de dados; oficina de Aplicações Computacionais das distribuições discretas de probabilidade: bino-mial, poisson, geométrica, hipergeométrica e multinomial; oficina de simulação estocástica no Excel; oficina de técnicas de tabulação e análise de dados para alunos de Monografia e Estágio Supervisio-nado; oficina de método simplex, suas variantes e programação in-teira mista; oficina de otimização - problemas de programação line-ar, transporte e designação; oficina aos alunos de Estatística de correlação e regressão linear; oficina de aplicações das distribui-ções contínuas de probabilidade: distribuição normal e exponencial; oficina aos alunos de metodologia da pesquisa envolvendo noção geral dos principais tipos de amostragem: amostragem Vs censo, amostragem probabilística e não-probabilística, fundamentos de amostragem, intervalo de confiança para pequenas e grandes amostras, margem de erro, cálculo do tamanho da amostra; atendimento pedagógico para elaboração de instrumentos de coleta de dados, cálculo de tamanho da

amostra, tabulação e análise de dados. Esta atividade tem proporcionado melhora significativa nas monografias quanto à elaboração de questionário, tabulação de dados, apresentação e interpretação de dados quantitativos e delineamento amostral.

Palavras-chave: Métodos quantitativos. Ferramentas computacio-nais. Otimização.

ADOTE UMA NASCENTE: DISTRITO FEDERAL, HIDROGRAFIA

Francisco Chagas Barradas
UniCEUB – FACE – Geografia
francisco.barradas@bcb.gov.br

O projeto envolve atividades de monitoramento da qualidade da água e avaliação de impactos ambientais de nascentes nas regiões administrativas do Distrito Federal, realizadas periodicamente por docentes e discentes do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, dos cursos de Geografia, Biologia, Arquitetura e História. Visa manter as ações iniciadas no ano de 2001, na Secretaria Especial do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, que buscam a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos localizados no Distrito Federal. As atividades desenvolvidas visam à recuperação das nascentes adotadas que se encontram degradadas. Entre o conjunto de medidas para redução de impactos, há o plantio de mudas nativas do bioma do Cerrado, a analise físico-química da água por meio de um kit, o cadastramento e a observação das espécies vegetais e animais e o registro de plantas e animais invasores. Outra ação importante é a descrição e a adoção de medidas e ações mitigadoras cabíveis aos órgãos públicos e aos adotantes que visam à melhoria das áreas de preservação permanentes. O trabalho de visitas e levantamentos nas nascentes é desenvolvido alternadamente, de forma a contemplar a todas, durante um semestre.

Palavras-chave: Nascente. Adote. Projeto.

EQUOTERAPIA NO PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO: O CAVALO COMO AGENTE DE INSERÇÃO SOCIAL

Renata Rebouças – FACS – Fisioterapia – renata.reboucas@gmail.com

A criança com deficiência visual apresenta, freqüentemente, atraso em relação às funções motoras elementares, o que se reflete não só na aprendizagem, mas também no comportamento psicomotor. Na Equoterapia, as respostas que a criança obtém do cavalo permitem intensificar a experiência perceptiva, a qual estimula a consciência mediante a percepção do seu corpo e do corpo do outro, uma vez que a sensibilidade do animal é extremamente precisa em relação ao comando, isto é, ao som do cavaleiro, o que se torna um recurso expressivo, para ajudar a criança a encontrar respostas significativas. Na Equoterapia, não há preocupação com resultados imediatos nem com respostas padronizadas, pois respeita-se a individualidade de cada praticante, buscando estimular suas potencialidades e diminuir obstáculos existentes. A motivação do praticante de Equoterapia é grande aliada no processo de reabilitação, e este trabalho realizado em equipe interdisciplinar torna-se uma forma prazerosa de melhorar a qualidade de vida do praticante. A Educação precoce é um programa da Secretaria de Educação que visa promover o desenvolvimento global e as potencialidades da criança de 0 a 3 anos de idade, no que se refere aos aspectos físicos, cognitivos, psico-afetivos, sociais e culturais. A Equoterapia é considerada um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de necessidades especiais. Neste método, o cavalo atua como agente cinesioterapêutico, facilitador do processo de ensino-aprendizagem e como agente de inserção social. Este projeto tem por objetivo oferecer atendimento em Equoterapia para os alunos do Programa de Estimulação Precoce do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais. Atualmente, participam do projeto 14 alunos do curso de fisioterapia, cujas atividades são realizadas com a carga horária de quatro horas semanais. O funcionamento do projeto de Equoterapia conta com a colaboração e a parceria da Escola de Equitação da Sociedade Hípica de Brasília, que permite a utilização de suas instalações e dos seus cavalos. Esta parceria é de suma importância para que o aluno possa vivenciar, os resultados positivos de um método terapêutico reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina.

Palavras-chave: Equoterapia. Deficiência visual. Reabilitação.

PROJETO REVER

Clóvis Muniz Reis Filho
UniCEUB – FAJS – Direito

O projeto Rever tem por objeto proporcionar ao corpo discente do UniCEUB vivências que enriqueçam os conhecimentos teóricos obtidos no decorrer dos cursos de graduação, além de despertar na clientela a visão da problemática social, passando a contribuir como agentes de mudanças, auxiliando as equipes técnicas dos órgãos dos poderes Judiciário e Executivo. Busca integrar ações de ensino, assistência e pesquisa no atendimento a jovens em cumprimento de medida sócioeducativa de liberdade assistida. Para tanto, os estagiários dos cursos de graduação, sob supervisão colegiada dos professores do UniCEUB e dos técnicos das instituições parceiras, acompanham a vida sociofamiliar dos adolescentes em conflito com a lei. A atuação dos estagiários está direcionada a criar condições para que o adolescente em regime de liberdade assistida seja capaz de construir novo projeto de vida que rompa com a prática infracional, desenvolvendo auto-estima, autoconfiança e capacidade de reflexão sobre suas ações e dificuldades no âmbito social. O projeto Rever disponibiliza 72 vagas para estágio nas cidades de Brasília, Taguatinga, Planaltina, Gama e Guará, para os alunos dos cursos de Psicologia e Pedagogia, junto à Secretaria de Ação Social do Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania: Subsecretaria da Juventude e Diretoria de Medidas Socioeducativas. No segundo semestre de 2006, o curso de Psicologia utilizou 32 vagas de estágio, sendo 25 no Centro de Abrigamento Reencontro e 7 na Casa Arco-Íris. No primeiro semestre de 2007, 20 vagas de estágio foram utilizadas por alunos do curso de Psicologia no Centro de Abrigamento Reencontro. A meta é criar mais oportunidades de estágio para que os alunos apliquem seus conhecimentos em favor das pessoas necessitadas. O aluno cumprirá o estágio, participando das atividades sociais promovidas pelo Governo do Distrito Federal, em processo de cooperação mútua que possibilita oportunidades de prática profissional em situação real. O estágio desenvolvido pelos alunos dos cursos de Psicologia e Pedagogia, durante os dois primeiros anos do Projeto Rever, na avaliação dos professores e dos especialistas, proporcionou aos alunos: vivências que reforçaram e enriqueceram os conhecimentos teóricos obtidos no decorrer do curso de graduação; visão real da problemática social, ao contribuir como agentes de mudança, auxiliando as equipes técnicas dos órgãos do sistema de justiça infanto-juvenil e de execução de medidas socioeducativas na ressocialização dos jovens em conflito com a lei; ações de ensino, assistência e pesquisa no atendimento a adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida.

Palavras-chave: Justiça infanto-juvenil. Liberdade assistida. Prática infracional. Estágio.

PSICOPATOLOGIA E SÁUDE MENTAL: ESPAÇOS DE INTERLOCUÇÃO: SAÚDE MENTAL E CIDADANIA

Tânia Inessa Martins de Rezende
UniCEUB – FACS – Psicologia
tânia@hades.com.br

O campo da saúde mental tem sofrido profundas e importantes transformações: o olhar marcado pelo estigma e pela busca da patologia abre-se para a atuação multiprofissional, com ênfase na inclusão social e nos direitos humanos. Esse novo paradigma exige um profissional crítico, reflexivo e capaz de problematizar a realidade e as reais demandas da sociedade brasileira. A atuação em saúde mental, em detrimento da idéia de doença mental, comparece para a Psicologia como um espaço privilegiado de atuação clínica, redefinindo dimensões, objetivos e estratégias. Configura-se como um campo de atuação psicossocial, voltando-se para o resgate da cidadania do sujeito em sofrimento psíquico. Neste sentido, o projeto tem por objetivo proporcionar aos alunos do curso de Psicologia a possibilidade de desenvolvimento de atividades de cunho clínico, social e voluntário em instituições públicas e organizações não-governamentais de saúde mental, estreitando a relação entre teoria e prática, aprofundando a interlocução entre as áreas do conhecimento, levando a analisar e compreender os processos de subjetivação em saúde mental, considerando o contexto histórico-social, as necessidades, as demandas e os desejos do sujeito em sofrimento psíquico grave. O projeto visa atender as necessidades de acompanhamento psicológico de usuários de saúde mental e as demandas da instituição, desenvolvendo atividades de cunho clínico, psicossocial e voluntário em instituições públicas de saúde mental que atendem a parcela socioeconômica em situação desfavorável, contribuindo para a construção de práticas substitutivas em saúde mental no Distrito Federal. Além disso, colabora com a construção da nova forma de atuação e relação com as pessoas que apresentam sofrimento psíquico grave, pautada nos princípios defendidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Psicologia, da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. As ações desenvolvidas têm como função primordial iniciar e desenvolver um espaço de interlocução com os usuários de saúde mental e com os profissionais, que permita construir novo olhar sobre a loucura e o sofrimento psíquico grave, para produzir momentos e processos de subjetivação de modo a trabalhar em direção à inclusão social. Este espaço de escuta e transformação é articulado e desenvolvido por meio de atividades e projetos, considerando as peculiares de demandas e especificidade da clientela. As ações desenvolvidas contemplaram as demandas institucionais identificadas no semestre anterior, incluindo atividades que envolveram todos os atores sociais da instituição, usuários de saúde mental, familiares e profissionais, tais como, atividades comunitárias e terapêuticas, participação em reuniões de equipe, acompanhamento individual de pacientes e familiares, participação em grupo de usuários e de famílias,

e apresentam como resultado a adesão e a participação de usuários e familiares, enquanto sujeitos de suas histórias. Com isso, acredita-se que seja possível a criação de um espaço diferenciado em instituições psiquiátricas, que invista no potencial saudável do indivíduo e tenha a possibilidade de ressignificação de questões pessoais que ultrapassam os limites institucionais. Neste sentido, o projeto tem contribuído efetivamente para a construção do novo olhar sobre o sofrimento psíquico grave que sustenta a atuação voltada para os processos de subjetivação, resgate da cidadania e inclusão social.

Palavras-chave: Saúde mental. Cidadania. Inclusão social.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO: ENTREVISTA E TRIAGEM

Tânia Inessa Martins de Resende
UniCEUB – FACS – Psicologia – CENFOR
coord.psicologia@uniceub.br

Palavras-chave: Acolhimento. Encaminhamento. Entrevista de triagem.

O presente projeto visa propiciar acolhimento diferenciado aos clientes do CENFOR – Psicologia, parcela da população em situação social desfavorável, para oferecer o melhor atendimento. Salienta-se que esta clientela é encaminhada por dificuldades, psíquicas e sociais, tendo a maioria encontrado dificuldade de acesso a serviços e tratamentos especializados, estando presente, portanto, a urgência subjetiva em causa que solicita resposta e acolhimento breves. Neste sentido, o projeto visa realizar entrevistas de triagem no CENFOR, para encaminhar o cliente ao atendimento indicado, visando à maior mobilidade e fluidez no tratamento oferecido pelo CENFOR. Inicialmente, o projeto objetiva realizar as entrevistas clínicas de triagem como forma de pronto-atendimento, as quais são realizadas em dupla por alunos das disciplinas de Psicopatologia. Antes de realizar as entrevistas, os alunos participam de um treinamento, com duração média de 06 horas. Os alunos são supervisionados e participam da discussão clínica acerca das entrevistas e do processo de triagem. Os resultados almejados são: acolher o cliente com suas queixas, demandas e sofrimento; colher informações objetivas, subjetivas e situacionais que subsidiem os supervisores na tomada de decisão sobre o melhor encaminhamento que o CENFOR pode oferecer para cada cliente; iniciar os alunos em atividades clínicas, em especial, primeira entrevista clínica. No segundo semestre de 2006, foram agendadas 139 entrevistas, e 94 clientes foram efetivamente atendidos no projeto, estando em andamento, no primeiro semestre de 2007, as atividades de extensão. Destaca-se como resultado do projeto o desempenho e o interesse diferenciados de alguns alunos que passaram a constituir um subgrupo específico de trabalho, tendo como objetivo primordial analisar os dados obtidos, a fim de avaliar o seguimento das entrevistas de triagem e de produzir um banco de dados que oriente a escolha de projetos de estágios em função de necessidades e demandas da clientela do CENFOR.

UNICEUB AMBIENTAL: ÁREAS VERDES COMO RECURSO DIDÁTICO

Elizabeth Maria Mamede da Costa
UniCEUB – FACS – Biologia

Este projeto, com início em agosto de 2006, tem por objetivo desenvolver, com alunos de licenciatura em Biologia do UniCEUB, instrumentos pedagógicos, tais como, atividades e roteiros de aulas que possam ser desenvolvidos nas áreas verdes das quadras residenciais do Plano Piloto e nos parques urbanos. Estes instrumentos são gerados para ser aplicados nas disciplinas de Ciências e Biologia do Ensino Fundamental e Médio. A aula de campo é um recurso didático para a ação pedagógica positiva na aprendizagem de conceitos, pois serve de estímulos para professores e alunos que vêem possibilidade de inovação em seus trabalhos e aprendizagem. Assim sendo, todas as sensações e emoções surgidas durante as aulas de campo, no ambiente natural, podem auxiliar a aprendizagem de conteúdos, na medida em que os alunos recorrem a outros aspectos, além da razão, para compreender os fenômenos. As áreas verdes e os parques do Distrito Federal apresentam grande potencial para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, possuem elementos da fauna e da flora nativas do cerrado, espécies exóticas e invasoras e retratam pequenos ecossistemas. Além disso, são de livre acesso, uma vez que se constituem áreas públicas e estão presentes nas cercanias das escolas. O projeto foi estruturado para ser desenvolvido em quatro etapas, sendo a primeira considerada como estrutural, com ênfase na obtenção de conhecimentos necessários para a elaboração dos instrumentos metodológicos; a segunda ressalta a elaboração dos instrumentos; a terceira corresponde à aplicação, à análise e à avaliação da eficácia dos instrumentos aplicados com vistas à criação de novos produtos; a quarta enfatiza a sistematização e a seleção dos produtos eficazes para a organização e a confecção do livro. A primeira e a segunda etapas do projeto envolvem apenas alunos da graduação em Biologia; somente na terceira é que alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio serão envolvidos. Neste semestre, o projeto cumpriu os objetivos estipulados na primeira e na segunda fases. Foram elaboradas 8 aulas, e três estão em processo de desenvolvimento, cujos temas são: diversidade vegetal, reprodução vegetal, dispersão de sementes, diversidade de artrópodes, diversidade de aracnídeos, interação inseto-planta, quelônios e lagartos e ecossistema aquático. A aula é composta por um conjunto de atividades, um mapa conceitual e uma proposta de avaliação de aprendizagem. A elaboração envolveu discussão e exigiu dos alunos grande quantidade de leitura, incluindo os PCNs, os livros didáticos e paradidáticos e a literatura científica especializada. O projeto gerou aprendizado amplo e interdisciplinar e superou as expectativas do coordenador e dos alunos.

Palavras-chave: Ensino de Biologia. Aulas de campo. Ensino médio e fundamental. Metodologia de ensino.

UNICEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Norma D' Albuquerque Augusto
Ana Regina Melo Salviano
Maria das Dores Brigagão
Regina Cláudia Coelho Netto
UniCEUB – Assessoria Acadêmica
redealfa@uniceub.br

O desafio de alfabetizar e proporcionar condições básicas de escolaridade a todos os brasileiros é tarefa que se impõe com o objetivo de incluir jovens e adultos à margem dos processos de desenvolvimento social. Assim, o UniCEUB não poderia furtar-se a participar do esforço de engajar-se no trabalho de alfabetizar, tendo em vista a função social da empresa de não só criar riquezas e oportunidades, mas também diversificar a força de trabalho e estimular o desenvolvimento científico e a melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, o projeto de Erradicação do Analfabetismo do UniCEUB enfatiza a preocupação com a formação integral dos alunos e a busca do resgate de valores essenciais à vida humana para a construção de uma sociedade democrática e digna. A seleção dos candidatos ao projeto é antecedida por edital destinado a alunos e funcionários da Instituição e a membros da comunidade O projeto é composto de carga horária de 70 horas distribuídas em 35 encontros dedicados ao conhecimento teórico e prático da alfabetização, com base em estudiosos e atividades de elaboração de materiais pedagógicos, planejamentos de intervenções didáticas, simulações de situações de sala de aula, oficinas pedagógicas, dinâmicas e vivências, nas quais se empregam recursos variados. As atividades constituem, junto com as verificações e os instrumentos de auto-avaliação, os indicadores para avaliação e expedição de certificados. Os alunos realizam trabalhos de pesquisa no item do programa denominado Ampliando a alfabetização, cujo objetivo é integrar a alfabetização a outros campos do conhecimento e elaborar projetos que objetivam a geração de renda das comunidades assistidas e a intervenção na prática pedagógica. Quanto ao impacto do projeto nas comunidades assistidas, podem ser observadas três vertentes. A primeira relaciona-se aos universitários alfabetizadores que, segundo os dados dos relatórios de avaliação, declararam sentir-se seguros para realizar a alfabetização em locais escolhidos previamente. A segunda refere-se ao grupo de alfabetizadores pertencente à comunidade que evidenciaram disposição para concretizar o trabalho de alfabetizar. A terceira vertente diz respeito aos grupos de alfabetizandos cujos dados estão em processo de construção e análise. Há duas turmas em funcionamento (Lago Norte e Camarão 206) e a parceria realizada entre o UniCEUB e a ALFASOL/ GDF, no Paranoá e em Itapoã. O projeto prevê para a comunidade acadêmica, após a capacitação, o compromisso de formar turmas de alfabetização de, no mínimo, 8 pessoas, estendendo-se os benefícios da bolsa-auxílio de 25% ofertada pela instituição e a implantação de uma sala de leitura para que o recém-alfabetizado amplie o processo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Inclusão social. Voluntariado. Geração de renda.

UNICON – NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR (UNICEUB/ BRASILCON)

Marcio Cruz Nunes de Carvalho
UniCEUB – FAJS – Direito
marcio@carvalhomoura.com.br
Walter José Faiad de Moura
Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor
walter@uniceub.br9

O desafio a que se lançaram os alunos do UNICON em 2007 percorreu, especialmente, as transformações do mercado de consumo com as derivações de novas tecnologias. Os avanços tecnológicos alcançaram o dia-a-dia dos consumidores, dando-lhes mais comodidade, mobilidade e agilidade para as tarefas mais corriqueiras. Por outro lado, a mesma complexidade que originou as novas necessidades de mercado trouxe novas espécies de lesões praticadas contra os direitos estabelecidos na Lei 8.078/90. Os alunos do primeiro semestre de 2007 estudaram as principais modificações de mercado da primeira década do século XXI que atingiram o hábito do cidadão comum, de onde foram destacados os serviços de telefonia móvel, o comércio eletrônico e os serviços bancários. Acerca da telefonia móvel, constatou-se que a forma de contratação em massa que permite a vasta oferta de um número alto de aparelhos, linhas e serviços é ambiente propício para que o fornecedor estabeleça prestações desproporcionais. É o que descreveu, por exemplo, o aluno Mário Gomes da Silva Júnior no artigo Cláusulas de fidelização em contratos de prestação de serviços de telefonia móvel. Sobre os contratos bancários, foi elaborada pesquisa de campo denominada O atendimento ao consumidor em relação ao serviço bancário, averiguando a conduta do setor bancário na Capital Federal frente às informações e à qualidade do que é repassado aos consumidores. Os alunos Thalita Moraes Lima e Arthur Felipe de Menezes Il Pak entrevistaram 221 pessoas e apuraram dados importantes, como, por exemplo, o de que 64% dos entrevistados não estão satisfeitos com o horário de funcionamento dos bancos. A pesquisa foi encaminhada ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, Ministério da Justiça.

ASPECTOS SUBJETIVOS DAS DOENÇAS CRÔNICAS

Fernando González Rey
UniCEUB – FACS – Psicologia gonzalezrey49@hotmail.com
Valéria Mori
UniCEUB FACS – Psicologia
morivaleria@gmail.com

O objetivo do projeto é aprofundar os aspetos subjetivos da doença e a forma com que afetam a qualidade de vida de pacientes com câncer, hipertensão e vítimas de enfarto do miocárdio. No campo da saúde, domina a idéia dos processos de prevenção como forma de evitar doenças, que é um dos aspectos centrais da prevenção; junto a isso, deve-se considerar a importância da prevenção em sujeitos portadores de doenças crônicas, orientada à qualidade de vida, ao fortalecimento dos recursos subjetivos para melhoria do estado geral de saúde e ao desenvolvimento de atividades benéficas para o tipo de doença apresentada. Um dos aspectos piores das doenças crônicas, associadas com a morte no imaginário social, é a ruptura da identidade do paciente em relação a atividades, interesses e projetos que faziam parte de sua vida antes da doença, num processo que acarreta novas perdas, do tipo subjetivo, e que tem relação direta com o empobrecimento do estilo de vida do paciente. Isso é influenciado pela forma com que toma a doença na subjetividade, na produção de representações sociais e nos discursos que apresentam às pessoas afetadas por essas doenças como próximas da morte e limitadas em suas possibilidades vitais. Os pacientes, às vezes, perdem seus espaços pessoais e tornam-se objeto de suas enfermidades. A doença crônica implica ao sujeito nova trama de sentidos e significações, que atinge tanto sua configuração subjetiva individual quanto sua condição social, envolvendo-lhe numa nova teia de subjetividade, em que, com freqüência, suas possibilidades de desenvolvimento e suas opções vitais são desconhecidas pelos outros ante o domínio da representação organicista da doença, centrada no tratamento sobre o sistema somático afetado. A saúde é um conceito em construção que, durante muito tempo, esteve ausente pela hegemonia do conceito de patologia, o que tem norteado as diferentes práticas institucionais nas denominadas instituições de saúde, as quais, durante muito tempo, foram identificadas apenas com os hospitais. Mesmo assim, os aspetos públicos e sociais da saúde têm passado por diferentes momentos como resultado de recomposição de movimentos associados ao desenvolvimento de práticas sanitárias. Neste projeto, junto ao aprofundamento no conhecimento dos processos de subjetivação da doença, orienta-se conhecer a forma com que funcionam os espaços sociais da vida dos pacientes, entre eles, a instituição hospitalar e a família, com o objetivo de desenvolver novas estratégias de ação profissional e de prevenção, as quais se consideram como ações de promoção de saúde pelos objetivos de mudança no estilo de vida dos pacientes e em relação à articulação entre hospital e família.

Palavras-chave: Subjetividade. Doenças crônicas. Saúde.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: PARQUES

Nílvia Jaqueline Linhares
UniCEUB – FACS – Enfermagem
Jacqueline.linhares@uniceub.br

Este trabalho de extensão universitária é caracterizado pelo atendimento à população adulta saudável freqüentadora do Parque da Cidade e do Parque Olhos D'água no período matutino, aos sábados e domingos, com média de atendimento de 20 pessoas por período, para identificar pressão arterial e realizar screaning para diabetes mellitus. A população interessada forma grupos que realizam controle de pressão arterial com os alunos do UniCEUB e recebem orientações individualizadas sobre suas condições específicas de saúde.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem. Saúde do adulto. Parques.

ENFERMAGEM SOCIAL: ASSISTÊNCIA À CRIANÇA NA FASE ESCOLAR

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
rosangj68@yahoo.com.br

O desenvolvimento deste trabalho permitiu atender às crianças na faixa etária escolar que freqüentam a escola classe do SIA, cuja característica é a carência, em todos os âmbitos, de necessidade humana básica. Entre os fatores observados, podemos citar: carência alimentar; carência de condições básicas de higiene e cuidados pessoais; carência afetiva e de condições familiares favoráveis ao crescimento e ao desenvolvimento infantil. Nesse contexto, o trabalho foi organizado na tentativa de intervir nos fatores possíveis de ser trabalhados no âmbito escolar, junto à criança. Sendo assim, as intervenções iniciaram-se pela carência de condições básicas de higiene e cuidados pessoais e foram voltadas para a redução das infestações por piolho (pediculose), por meio de aplicação de protocolo (aplicação de vinagre e lavagem dos cabelos com sabão de coco) e cuidados com ferimentos por meio de curativos e banhos com anti-sépticos sempre que necessário. As respostas obtidas foram satisfatórias, uma vez que se observou a redução da infestação de piolhos em 90% das crianças atendidas pelo protocolo. Em relação aos cuidados de lesões, as crianças atendidas tiveram cicatrização satisfatória e redução do nível de infecção.

Palavras-chave: Atenção à saúde do escolar. Enfermagem em pediatria social. Protocolo contra pediculose.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Ilma Passos Alencastro Veiga
UniCEUB – FACE – Pedagogia
ipaveiga@terra.com.br

Tendo em vista as recentes políticas de educação superior brasileira, diferenciando as instituições entre aquelas voltadas ao ensino e à pesquisa e aquelas envolvidas, predominantemente, com o ensino, é possível afirmar que grande parte de professores titulados na graduação e em programas de pós-graduação irá exercer as atividades ligadas à docência, para as quais, de modo geral, não recebe nenhuma formação. É necessário destacar que o sistema educacional tem estimulado a ampliação do acesso à educação superior, aumentando o número de vagas e proporcionando maior heterogeneidade do público. Isto exige dos professores a necessidade de saber lidar com a diversidade cultural e com turmas numerosas. Entende-se que o processo de desenvolvimento profissional dos professores deve estar alicerçado na concepção de práxis educativa, isto é, a formação que não se limita ao desenvolvimento de habilidades técnicas do saber fazer, mas abrange outras dimensões, tais como: filosóficas, pedagógicas, sociológicas, políticas, econômicas, éticas e culturais. A formação continuada de professores é um processo sistemático e permanente. Está articulada à proposta pedagógica institucional do UniCEUB, aos projetos pedagógicos dos cursos e às necessidades formativas expressas pelo grupo de professores. Tem como objetivo implementar uma política institucional para tratar da qualidade acadêmico-científica do professor na totalidade. As linhas de ação estão assentadas em estudos e pesquisas, intervenção e assessoramento acadêmico-pedagógico e ação cultural. Os projetos de formação continuada de professores, além de contribuir com a construção da identidade institucional do UniCEUB, devem possibilitar a compreensão de que a docência universitária se vincula às finalidades educativas da formação humana. O desafio que se apresenta para a execução do projeto de formação continuada é o de garantir o espaço de discussão das concepções e dos princípios motivadores da ação educativa. O processo deve formar professores para compreender sua atuação profissional, contribuindo para as transformações que se fazem necessárias no trabalho e na sociedade. Para que o professor se aproprie de seu papel, o projeto de formação continuada desenvolve duas grandes metas: atingir os professores dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo UniCEUB; atingir os alunos-docentes dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu com a formação para a docência.

Palavras-chave: Educação superior. Formação. Professor.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
UniCEUB
renata.carvalho@uniceub.br

A renovação da política institucional de extensão e integração comunitária do UniCEUB está inserida na Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, proclamada na Assembléia Geral das Nações Unidas, aliada à concepção de extensão do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. As mudanças realizadas consistem em proposta de adequação da Política Institucional de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB às inovações na proposta pedagógica e no modelo de gestão institucional e tem como objetivo geral desencadear todos os processos internos e de relação com a comunidade externa com base na missão, na filosofia e nos princípios institucionais. O projeto foi proposto pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Extensão e Integração Comunitária, para estabelecer objetivos a ser alcançados pelas atividades extensionistas com criação de procedimentos e critérios específicos para análise e avaliação das atividades de extensão. As transformações que a nova política tem causado referem-se, principalmente: aos alunos, quanto à filosofia institucional; e à instituição, quanto à missão institucional. O impacto qualitativo atinge outras instâncias, entre elas: tendência à concentração da gestão na administração intermediária; ampliação das oportunidades de diversificação do trabalho pedagógico; adequação das atividades extensionistas aos projetos pedagógicos dos cursos; melhoria da qualidade de vida, do relacionamento social e do meio ambiente nos campi; melhoria da qualidade de vida, do meio ambiente, da integração da comunidade acadêmica com a comunidade do Distrito Federal e entorno de maneira bidirecional, em prol do desenvolvimento sustentável da sociedade. As instalações dos campi não-utilizadas em atividades curriculares obrigatórias são disponibilizadas para as atividades extensionistas, especialmente, um prédio de 14 andares, o campus III, destinado ao Atendimento Comunitário por docentes e discentes do UniCEUB, além de proporcionar: bolsas ao Plano de Incentivo à Extensão - PIEx, aos projetos Enfermagem em ação, Erradicação do Analfabetismo e Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor – UNICON; seguro de vida para atividades fora dos campi; identificação dos alunos; equipamentos específicos e materiais de consumo para uso pessoal; e para os professores: carga horária semanal específica para o projeto; autorização para uso da estrutura e de equipamentos já existentes; compra de materiais específicos; desenvolvimento de materiais informativos para distribuição. O fornecimento desses recursos é viabilizado após a aprovação semestral da Diretoria Acadêmica, com base nas informações obtidas pela Assessoria de Extensão e Integração Comunitária e do Comitê de Ética do UniCEUB. Para avaliação de impacto das atividades de extensão, são identificados como dados quantitativos: quantidade de docentes, alunos

de graduação bolsistas e voluntários, alunos de pós-graduação e técnicos do UniCEUB; quantidade de docentes e alunos externos; quantidade de pessoas da comunidade atingidas ou envolvidas pelas atividades; comunidades, organizações e parceiros. Os dados quantitativos, junto com os qualitativos, são apurados pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Extensão e Integração Comunitária com visitas in loco durante o semestre e por relatórios semestrais encaminhados pelos professores responsáveis, por projetos e eventos, em prazos preestabelecidos e em formulário próprio colocado à disposição pela Assessoria de Extensão e Integração Comunitária.

Palavras-chave: Educação superior. Extensão universitária. Desenvolvimento sustentável.

Grupos de Pesquisas

GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA

Helen Ulhôa Pimentel – FACE/História – UniCEUB. helenulhoa@hotmail.com
Maria Inês Malta Castro – FACE/História – UniCEUB. castro.ines@gmail.com
Rosana Ulhôa Botelho – FACE/História – UniCEUB. rosana.ulhoa@terra.com.br

O grupo de pesquisa História, sociedade e cidadania, criado em março de 2007, desenvolve pesquisas que versam sobre questões relativas à sociedade brasileira atual. O projeto Problemas e perspectivas do ensino universitário de História, sob responsabilidade das professoras Helen Ulhôa Pimentel, Maria Inês Malta Castro e Rosana Ulhôa Botelho, focaliza a inserção dos temas transversais, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ao ensino superior de História, explorando três vertentes associadas à questão dos temas eleitos. A primeira delas diz respeito à dimensão política da valorização da pluralidade cultural na contemporaneidade. A segunda analisa a relação entre questões étnico-sociais e a qualidade de vida. A terceira examina a presença de questões ambientais na historiografia e sua tradução na prática dos professores do ensino fundamental e médio. Em todas essas vertentes, procura-se analisar o papel da História em reflexões sobre a sociedade atual. Os trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa resultaram na aprovação de 4 projetos de iniciação científica desenvolvidos por alunos do curso de História, a saber: Educação, qualidade de vida e respeito à diversidade no DF, desenvolvido por André Luiz Gonçalves de Moura; E os japoneses? Considerações sobre a atualização do mito das três raças, desenvolvido por Alexandre de Siqueira Campos; Cidadania, etnia e memória na construção da identidade de jovens nipo-brasileiros, desenvolvido por Camila Christiana de Aragão Tavares e Políticas públicas de ação afirmativa: a trajetória de um debate, de Renata Monteiro de Lima. O último, na modalidade PIBIC/ CNPq, faz parte do projeto Cidadania, democracia e desenvolvimento: os sentidos e os lugares da ação afirmativa no debate sobre políticas públicas para o ensino superior, também integrante deste grupo de pesquisa.

Palavras-chave: História. Sociedade. Cidadania.

ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Eleusa Montenegro – memontenegro@terra.com.br (líder);
Vitorina Angélica Montelo Zinato – vzinato58@yahoo.com.br;
Dulce Regina de Souza – degaucho@hotmail.com;
Vera Maria de Carvalho – veramar1357@gmail.com;
Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto – celeidacintra@uol.com.br;
Marianna Dantas Guimarães De Melo – ma.baixinha@gmail.com;
Hadana Graziela Silva Pereira – hadanagraziela@gmail.com;
Jean Carmo Barbosa - jeanjcb@hotmail.com;
Andressa Kelly Dos Santos Veras - andressa.sveras@gmail.com.
UniCEUB – FACE – Curso de Pedagogia

Este grupo de pesquisa está cadastrado no CNPq desde 2004, é certificado pelo UniCEUB, cuja tônica tem sido a formação docente. Dedica-se a pesquisas sobre a prática pedagógica, a profissão docente e a psicologia da educação. Os resultados dos estudos têm sido divulgados em eventos locais, nacionais e internacionais, evidenciando o repensar da práxis educativa tanto no que se refere à ação do professor em sala de aula quanto aos materiais utilizados, como planos de ensino, instrumentos de avaliação e demais materiais pedagógicos. A pesquisa do grupo, ora em andamento, encontra-se em fase final e versa sobre A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia, desenvolvida em cinco etapas, quais sejam: a visão do aluno; a análise de planos de ensino dos professores; a análise dos instrumentos de avaliação de aprendizagem; a verificação da relação entre a teoria e a prática em outros materiais pedagógicos utilizados pelos professores; a observação de aulas. Todas as etapas geram relatórios parciais publicados em revistas e anais científicos. O grupo possui duas linhas de pesquisa: Profissão docente e práxis educativa e Psicologia da Educação e prática pedagógica. Além disto, foi enviado à Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP), da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, um projeto que inclui a participação de educadores e estudantes do curso de Pedagogia do UniCEUB e de outras instituições de ensino, com vistas a diagnosticar e contribuir para a diminuição da violência em uma escola de educação básica, da rede pública de ensino, situada em Santa Maria, região administrativa do Distrito Federal. Pretende-se iniciar um processo de estudo e pesquisa no curso de Pedagogia, visando à preparação do futuro educador para o trabalho com a violência escolar. Outro projeto do grupo enviado ao CNPQ é denominado O curso de Pedagogia: a preparação técnico-científico-emocional e ética para o magistério. O grupo conta, atualmente, com sete professoras e quatro alunos cadastrados.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Formação docente. Prática pedagógica.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO E GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Marília Fonseca,
doutora em Educação e professora do Centro Universitário de Brasília;
João Ferreira de Oliveira,
doutor em Educação e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), bolsista em produtividade do CNPq

O presente texto origina-se da pesquisa interinstitucional Avaliação da educação superior no Brasil: desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico em questão, que congrega pesquisadores de cinco instituições de ensino superior da região Centro Oeste. A pesquisa é apoiada pelo CNPq e pela ANPAE. É estruturada na forma de subprojetos temáticos que contam com coordenadorias nas seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) , Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e Centro Universitário de Anápolis (Unievangélica). Reflete-se sobre as dimensões pedagógicas e gestionárias do processo avaliativo, envolvendo a questão do currículo, da gestão de financiamento, do processo de ensino-aprendizagem e do trabalho docente e discente. Neste texto, analisam-se os projetos de auto-avaliação de nove instituições, sendo seis universidades federais, uma estadual e dois centros universitários privados. O objetivo é compreender como a avaliação se articula à gestão universitária em IES públicas e privadas. Focaliza-se o modo como os projetos de auto-avaliação das IES pensam a avaliação institucional, em articulação com o planejamento, e as ações de gestão que possam colaborar com a melhoria do desenvolvimento institucional. As análises efetuadas são produto da primeira fase da pesquisa, na qual foram examinados nove projetos de auto-avaliação de IES públicas e privadas, na perspectiva de identificar a vinculação entre avaliação e gestão universitária. O exame dos projetos de auto-avaliação permitiu problematizar a vinculação entre gestão e avaliação, formular a caracterização inicial dos projetos avaliados e apresentar teses para o debate. Foi possível perceber aspectos, tais como: de que modo os projetos concebem a sociedade, a universidade, a avaliação, a gestão; como se estrutura a avaliação, com respeito a sua intencionalidade – emancipatória ou regulatória – e a sua tipificação – burocrática, participativa, gerencial; como são compostas as comissões próprias de avaliação, atentando-se para a maior ou menor representatividade e o grau de autonomia ou de subordinação frente à administração superior; como se definem os instrumentos, a forma de coleta, o tratamento e a análise dos dados no interior de cada instituição; qual é o uso que as IES fazem das informações; qual é a vinculação entre avaliação, financiamento e gestão, prevista em cada projeto. Os dados indicam que a busca pela articulação entre avaliação e gestão sem a compreensão profunda dos significados pode produzir prática nefasta de controle, ao utilizar a avaliação como atestado do desem-

penho institucional e da gestão limitada às dimensões da estrutura e da organização. Faz-se necessário, pois, guardar vigilância nos rumos que a avaliação pode tomar, sobretudo, porque pode reduzir a autonomia das universidades.

Palavras-chave: Educação superior. Avaliação institucional. Avaliação e gestão institucional.

GRUPO DE PESQUISA CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima
João Rogério Cardoso de Oliveira
Graciana Souza Lordelo
Daphne Renata Tavares Amaral
Priscilla Lamar Matos
Edna Alves de Santana Esteves
Faculdade de Ciências da Saúde
fvlima@solar.com.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética que consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e suas anomalias. Os cromossomos foram descritos no século XIX como corpos nucleoprotéicos de coloração escura, observados nas células durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual os cromossomos atingem o maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diplóide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. A partir de então, foi possível explicar, aproximadamente, 12 síndromes congênitas humanas e demonstrar que cerca de cinco entre mil recém-nascidos apresentam algum tipo de aberração cromossômica. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa Citogenética aplicada é formado pela Profª. Drª. Fernanda Vinhaes de Lima (líder) e pelos alunos: João Rogério Cardoso de Oliveira, Graciana Souza Lordelo, Daphne Renata Tavares Amaral, Priscilla Lamar Matos e Edna Alves de Santana Esteves, envolvidos em duas linhas de pesquisa, as quais se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos de neoplasias humanas e determinação do sexo cromossômico em pacientes portadores de genitália ambígua ou distúrbios de diferenciação sexual. Os estudos neoplásicos têm fornecido dados relevantes e decisivos tanto no diagnóstico quanto na determinação da conduta terapêutica de pacientes com Leucemia Mielóide Crônica, provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal. Para a realização deste estudo, foi necessária a aprovação pelo Comitê de Ética da Secretaria de Saúde do DF. Os distúrbios que afetam a determinação e a diferenciação sexuais são acompanhados de conflitos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Os aspectos que afetam a diferenciação sexual estão cercados de preconceitos. Além da relevância do diagnóstico para as famílias envolvidas, os projetos citados têm servido como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo de trabalho. No último ano, foram apresentados trabalhos em congressos internos e externos, com material obtido por meio das linhas de pesquisa, desenvolvidos sob a responsabilidade da líder do grupo, juntamente com seus alunos.

Palavras-chave: Citogenética. Leucemia Mielóide Crônica (LMC). Ambigüidade genital.

DIÁLOGO: GRUPO INTERDISCIPLINAR

Prof. Dr. José Bizerril Neto
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
FACS - Curso de Psicologia
jose60360@uniceub.br

O grupo de pesquisa, em atividade desde 2001, foi constituído, originalmente, por demanda de estudantes do curso de Psicologia. Seu objetivo é viabilizar pesquisa qualitativa por meio de orientação coletiva e seminários que objetivam o aprofundamento da capacidade de reflexão teórica dos participantes e a constituição de um vocabulário compartilhado que fundamente a compreensão dos complexos fenômenos culturais do mundo contemporâneo. Como o nome indica, o grupo almeja ser um espaço de interlocução entre participantes de áreas disciplinares distintas, pesquisadores docentes ou estudantes, e de construção de posicionamento compatível com diálogos multidisciplinares e trânsitos interdisciplinares que incluam temas e problemas das seguintes áreas: antropologia, psicologia, sociologia, filosofia, estudos culturais e história. No presente momento, o grupo congrega um historiador antropólogo, nove estudantes de Psicologia e recebe, em seus seminários, profissionais, convidados de áreas afins do UniCEUB e de outras instituições. No momento, integrantes do grupo desenvolvem investigações em três linhas de pesquisa: Corpo e identidade; Comunicação multicultural: religiosidade popular e discurso médico; Olhares interdisciplinares sobre o mundo contemporâneo. O grupo gerou três pesquisas de iniciação científica com bolsas no programa PIC/ UniCEUB, das quais duas estão em fase final, e duas monografias estão em andamento. O coordenador liderou um grupo de trabalho sobre Corpo, performance e identidade, em parceria com a professora Silvia Citro (Universisdad de Buenos Aires/ Conicet), na VII Reunião de Antropologia do Mercosul e teve participação aprovada para mesa-redonda sobre psicologia e artes marciais, coordenada por Cristiano Barreira (USP), a ser apresentada na reunião da Sociedade Brasileira de Psicologia. Uma edição bilíngüe do primeiro canto do poema épico nacional finlandês Kalevala, produzida em parceria com Álvaro Faleiros (UnB/ LET), está em fase de editoração final. O grupo participa do projeto Cinemateca, do curso de Psicologia e de outros eventos caracterizados pelo diálogo interdisciplinar.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Pesquisa qualitativa. Mundo contemporâneo.

PROMOÇÃO DA SAÚDE: REPERCUSSÕES DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO GRUPO DE PESQUISA INTERINSTITUCIONAL INTEGRANDO A UNIVERSIDADE À ESCOLA

Suzana Schwerz Funghetto
Olivério Gomes de Oliveira Neto
Margô Gomes de Oliveira Karnikowski
Carla Nunes de Araújo
Jorge Augusto Borges Serique
Thiago Faria Gonçalves
Valéria Moran Pereira
Graciella Giacomili Oliveira
Danilo Piva Júnior
UniCEUB: Cursos de Pedagogia e Direito
UCB – Cursos de Farmácia, Nutrição, Educação Física
UnB – Cursos de Educação Física e Licenciatura em Informática

O conceito de saúde tem sido amplamente discutido nas instituições de ensino superior, nos diferentes campos do saber, nas propostas de atendimento adequado, de democratização e de participação da população. Outro enfoque sobre saúde chama a atenção: para trabalhar esse tema transversal na educação, é necessária a abordagem da promoção da saúde, que envolve escolha e, como tal, não se apresenta na esfera do conhecimento científico, mas na dos valores, vinculando-se a processos que não se expressam de maneira precisa e facilmente mensurável. Esta característica explica o diálogo transdisciplinar e as incorporações de temáticas, como a diferença, a subjetividade e a singularidade de indivíduo e coletivos. No Distrito Federal, desde 2001, o grupo de pesquisa Educação e saúde: integrando a universidade à escola desenvolve projetos e ações que promovem a saúde no contexto educacional do ensino fundamental ao ensino superior. Por meio de projetos interdisciplinares e interinstitucionais, este grupo de pesquisadores de três instituições de ensino do Distrito Federal – UniCEUB/ UCB/UnB – é composto por 07 professores com formação e experiência em diferentes áreas do conhecimento – Educação, Saúde e Direito. O grupo mantém as seguintes linhas de pesquisa e atuação: consumo de drogas entre universitários – prevenção e programas de promoção para a saúde; drogas e saúde – desenvolvimento e avaliação de proposições educativas e pesquisas de prevenção e qualidade de vida; formação de professores, saúde e cotidiano escolar; o uso de drogas em crianças e adolescentes; o narcotráfico, o direito da criança e do adolescente e as drogas; o uso de medicamentos e o contexto social; a promoção da saúde aliada ao desenvolvimento de estratégias de prevenção do uso de drogas na instituição escolar, interligando a universidade à escola. Nos anos de 2005 e 2006, foram desenvolvidas ações referentes à capacitação de alunos das diferentes áreas das três IES, por meio curso de extensão, palestras e seminários. Na área da pesquisa, foram dadas orientações para trabalhos de conclusão de curso na graduação e na pós-graduação. No ano de 2007, foram realizadas consultorias à Agência Nacional de Vigi-

lância Sanitária para a implementação de um projeto de formação de professores, visando ao uso racional de medicamentos na escola.

Palavras- chave: Promoção da saúde. Educação. Ensino superior.

GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CERRADO

Líder: Profª Drª Elizabeth Maria Mamede da Costa
bethinhacosta@yahoo.com.br
Professores integrantes: Prof. Dr. Marcelo Ximenes A. Bizerril; Profª Drª Dulce M. S. Rocha, Prof. Daniel Louzada da Silva, Profª Drª Marina Regina Frizzas, Prof. Andréa Marilza Líbano
UniCEUB – FACS – Curso de Biologia

O grupo de pesquisa, efetivado em 2003, conta com a participação de seis pesquisadores – professores da FACS, mestres e doutores nas áreas de Ecologia, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável – e 15 estudantes, envolvidos em projetos de pesquisas dos pesquisadores. O grupo trabalha com ensino, pesquisa e extensão nas seguintes linhas: Percepção e Educação Ambiental como Subsídios à Conservação da Biodiversidade do Cerrado; Conservação e Biodiversidade em Unidades de Conservação do Cerrado e em Ambiente Urbano; Formação de Professores de Biologia para Ensino Médio e Fundamental. No decorrer de 2006 e 2007, o grupo de pesquisa apresentou a seguinte produção científica e acadêmica: publicações – 5 artigos em periódicos indexados, 2 artigos de divulgação, 2 capítulos de livro e 1 organização de livro; apresentação de trabalhos em congressos – V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, Joinville-SC, Congresso Nacional de Botânica, 13º Encontro Estadual de Botânicos e 5º Encontro Estadual de Herbários, XXI Congresso Brasileiro de Entomologia, Congresso Brasileiro de Herpetologia, IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e IV Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB, Congresso Brasileiro de Botânica, X Simpósio de Controle Biológico, no total de 20 trabalhos apresentados em congressos de âmbito nacional e América Latina; orientações – 7 alunos em projetos de PIC, 38 estagiários, 27 monografias e 10 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); participação em projeto de extensão e consultorias – 1 projeto de extensão UniCEUB ambiental: áreas verdes como recursos didáticos; delegado – membro da Conferência Nacional do Meio Ambiente; participação em curso de pós-graduação – curso de pós-graduação em Análises Ambientais – ICPD/ UniCEUB, Ecologia - UnB. O grupo é atuante. Destaca-se a formação profissional dos estudantes do curso de Biologia para a atuação em pesquisa e em atividades técnicas relacionadas ao ensino e à produção de conhecimento nas áreas de Ecologia, Educação Ambiental e subsídios para ações voltadas à conservação do Cerrado, além de desempenhar papel junto à comunidade do Distrito Federal em questões referentes ao meio ambiente.

Palavras-chave: Educação ambiental. Conservação. Cerrado. Meio ambiente.

MONITORAMENTO DE 22 PESTICIDAS POLARES EM SEDIMENTOS UTILIZANDO A CROMATOGRAFIA LÍQUIDA COM DETECTOR DE MASSAS

Professora doutora Maria Hosana Conceição
Biologia e Biomedicina – FACS – UniCEUB
Orientadores: Dra. María José López de Alda
Damià Barceló
Consejo Superior de Investigaciones Cientificas de Barcelona- IIQAB – CSIC - Espanha

Este trabalho descreve a otimização de um método analítico para a determinação de 22 pesticidas de média e alta polaridades em sedimentos. Os analitos são das famílias das triazinas, feniluréias, organofosforados, anilidas e herbicidas ácidos. O método é baseado na extração líquida sob pressão (PLE), utilizando a mistura acetona/ metanol (1:1) como solvente, seguida do clean-up em extração em fase sólida (SPE), usando cartuchos de Oasis HLB e Carbography. Os extratos foram injetados no cromatógrafo líquido acoplado com detector de massas (LC-MS/MS). O método com Carbography mostrou-se sensível para a maioria dos compostos, e os limites de detecção (LOD) ficaram na faixa de 0,034ng/g (para o propanil) e 6,7ng/g (para o alachlor). O método desenvolvido foi aplicado em programas de monitoramento dos rios Ebro e Llobregat, na região mediterrânea da Espanha. Os compostos mais presentes nas amostras foram o fenitrotion, propanil, diuron e metolachlor.

Palavras-chave: Pesticidas polares. LC/ MS/ MS. PLE.

VALIDAÇÃO DA ESCALA DE SUSCEPTIBILIDADE HIPNÓTICA DE HARVARD PARA APLICAÇÃO EM GRUPO (HGSHS:A)

Prof.ª MSc. Danilo Assis Pereira
UniCEUB – FACS - Curso de Psicologia

A presente pesquisa, parte dos estudos realizados pelo grupo de pesquisa Neuropsicologia, ciências cognitivas e processos hipnóticos, objetiva validar, na população brasileira, a Escala de Sugestionabilidade Hipnótica de Harvard para Aplicação em Grupos, a Harvard Group Scale of Hypnotic Susceptibility, Form A (HGSHS:A). Examinam-se as normas para a adaptação brasileira do HGSHS:A. Comparações serão feitas entre as amostras brasileiras e as amostras de referência, que incluem versões em inglês do HGSHS:A dos EUA, da Austrália e as cinco versões traduzidas da Itália, da Finlândia, da Dinamarca, da Espanha, da Suécia e da Alemanha. O HGSHS:A é um método comportamental largamente usado para a identificação inicial de susceptibilidade à hipnose, no qual os sujeitos, após receberem a indução hipnótica, avaliam suas respostas observáveis com a escala de auto-avaliação.

Palavras-chave: Hipnose. Escala de susceptibilidade. HGSHS.

GRUPO DE PESQUISA DIREITOS HUMANOS E MUNDO GLOBALIZADO

Líder: Prof. Dr. José Rossini Campos do Couto Corrêa
Site: www.rossinicorrea.com.br
E-mail: jurista@rossinicorrea.com.br

O grupo de pesquisa Direitos humanos e mundo globalizado, em atividade desde 2005, centra a sua ação na realização sistemática de leituras e debates de natureza formativa da nova consciência jurídica, irrigando a sua presença, de maneira pragmática, na construção de dissertações de Mestrado, nas quais tenha ecoado o projeto de difundir a percepção qualitativamente distinta do Direito e de seu universo de relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e intelectuais. Entre os textos que conferem testemunho aos propósitos delineados, estão as dissertações de Mestrado de Carlos Alberto Simões de Tomaz, Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Raquel Tiveron, Orlando Pinto, Luciana Peçanha, Neila Maria Barreto Leal, Ana Paula Rocha do Bomfim, Marco Antônio da Silva Lemos e outros. É de antever que as futuras dissertações de Mestrado de Hedel de Andrade Torres, Simirame Pereira Leite, Clélia Scafuto, Joana Bezerra Cavalcanti Barbosa e João Emmanuel Silva de Jesus, entre outros, também confirmarão esta tendência, levando a resultados pragmáticos aquilo que nasceu de propósitos especulativos: repensar crítica e criativamente o Direito. Entre as repercussões obtidas pelo grupo de pesquisa, estão as dissertações de Mestrado dos componentes, cujos resumos podem ser acessados e compulsados na Biblioteca João Herculino, do UniCEUB e que permitem considerar e ponderar em que medida o debate humanístico do Direito provoca impactos no universo dos projetos de ensino e projetos de extensão, na medida em que a consciência pós-positivista começa a ser disseminada sob a contribuição irrecusável das reflexões originárias deste grupo.

Palavras-chave: Direitos humanos. Pessoa humana. Direitos fundamentais.

GRUPO DE ESTUDOS DO MERCOSUL

Profª Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha minelizabethrocha@stm.gov.br
Prof. Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros cachapuz@mre.gov.br
UniCEUB – Mestrado em Direito das Relações Internacionais

Criado em 2003, o Grupo de Estudos do MERCOSUL é coordenado pela Profª Drª Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e pelo Prof. Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros e conta com a participação de professores, mestrandos e graduandos em Direito, Ciência Política e Relações Internacionais do UniCEUB e da UnB, além de assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Câ¬mara dos Deputados. Vinculado ao Programa de Mestrado em Direito das Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, este grupo tem por objetivo a discussão de aspectos do direito de integração do MERCOSUL por meio do desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa, tendo como metodologia a leitura e a discussão de obras jurídicas, artigos científicos e jurisprudência, alé¬m de apresentação de seminários pelos integrantes. Entre os temas analisados durante as reuniões e nas pesquisas realizadas, estão: o acompanhamento do processo de evolução do MERCOSUL, com vistas à construção do direito comunitário regional, buscando verificar de que forma se dá a introdução do elemento da supranacionalidade no avanço do bloco, ou seja, na implementação do Parlamento do MERCOSUL; o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias; as reformas institucionais; a promoção da cidadania mercosulina. Tem sido enfatizada a experiência comunitária européia, de modo a conhecer acertos e erros, conquistas e percalços, para aprender com os seus princípios e aproveitar a experiência do Velho Mundo. Nesse contexto, são estudados os avanços em temas comunitários europeus, tanto nas perspectivas interna do bloco quanto na perspectiva dos interesses externos. No âmbito da integração, serão observados aspectos políticos, econômicos e jurídicos que sustentam a união das comunidades. No aspecto externo, serão analisados os interesses do bloco em sua hegemonia mundial. Durante o primeiro semestre de 2007, os pesquisadores debruçaram-se sobre o direito constitucional do MERCOSUL, a problemática da incorporação das normativas mercosulinas, o sistema de solução de controvérsias regional, a construção do Direito Comunitário no bloco e a inserção do MERCOSUL na Ordem Internacional, e compararam-no com outras experiências de integração regional e o seu direito institucional. Por fim, cabe destacar que, desde 2005, o grupo desenvolve o projeto de pesquisa denominado A construção do Direito Comunitário do MERCOSUL, por meio do Programa de Iniciação Científica, pela cota PIBIC/CNPq.

Palavras-chave: MERCOSUL. Integração regional. Supranacionalidade.

GRUPO DE PESQUISA EPISTEMOLOGIA E TÓPICOS METODOLÓGICOS

Profa. Dra. Dirce Mendes da Fonseca
mendesdirce@yahoo.com.br
Profa. Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz
tânia.cruz@uniceub.br
Prof. Dr. Gilson Ciarallo
icpd.gc@uniceub.br

A pesquisa desenvolvida pelo grupo de estudos Epistemologia e tópicos metodológicos consiste na análise de monografias, dissertações, prática docente da disciplina Metodologia Científica em cursos de pós-graduação do Centro Universitário de Brasília. Consideram-se as relações entre ideologia e metodologia, identificando manifestações no conhecimento produzido, sobretudo, no âmbito das reflexões dos cursos pertencentes ao campo jurídico. As observações foram orientadas, tendo em vista identificar: como se dá a percepção de um objeto de pesquisa pelos que se iniciam na produção científica; como se processa a aprendizagem de métodos e técnicas de pesquisa quando se levam em conta as distinções entre ciências da natureza e ciências humanas, de um lado, e entre pesquisas qualitativas e quantitativas, de outro; como se estabelece o entendimento da importância que tem o exercício de objetivação, ao tratar-se de temas próprios do mundo humano e social; de que maneira alunos conseguem distinguir entre abordagens explicativas e compreensivas, características do conhecimento científico e abordagens normativas do mundo jurídico. Entre os olhares teóricos privilegiados nesta abordagem, é relevante a contribuição de Bourdieu, especificamente as considerações acerca da necessária vigilância epistemológica nos procedimentos relativos à produção do conhecimento científico. De Max Weber, toma-se a elucidação da racionalidade característica da esfera jurídica, vertente do racionalismo ocidental. Bachelard, por sua vez, é evocado no que se refere ao estabelecimento de rupturas requeridas na produção científica. São pertinentes as reflexões de Ernest Nagel e Paul Veyne, particularmente, sobre a natureza do conhecimento produzido em matrizes de pensamento cujo objeto é o mundo humano e social. Como resultados da observação, pode-se perceber vertente positivista que orienta referenciais teóricos e metodológicos, a formação técnica profissional que prevalece sobre a estruturação da lógica da pesquisa, dificultando-a quanto à abordagem interpretativa de dados e referências, ao estabelecimento de relações interdisciplinares no campo da pesquisa e às rupturas com o senso comum.

Palavras-chave: Vigilância epistemológica. Ideologia. Produção científica.

GRUPO DE PESQUISA DIREITO, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE – GERIMA

Marcelo Dias Varella
Ana Flávia Granja e Barros
Priscila Andrade
André Nunes Chaib
UniCEUB – ICPD – Mestrado em Direito
marcelodvarella@gmail.com

O objeto de pesquisa do grupo é a análise da efetividade do direito ambiental. Os estudos têm contribuído para pesquisa em tópicos ambientais, especialmente as convenções sobre espécies em extinção, clima, diversidade, biológica, águas internacionais, comércio internacional de resíduos tóxicos. A diferença entre teoria e prática do Direito internacional nessa área constitui o tema de análise do grupo que envolve a comunidade acadêmica além de parceiros em universidades estrangeiras. A pesquisa sobre efetividade de normas internacionais auxilia o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do Direito internacional. Com reuniões a cada 3 semanas, o grupo contribui para a formação crítica sobre o tema, em diferentes níveis (iniciação científica, mestrado e doutorado) e a conseqüente produção de artigos no Brasil e no exterior. O grupo é formado por estudantes de graduação e de mestrado e tem com principal finalidade capacitar pessoal para lidar com assuntos relacionados ao governo dos riscos. O líder, professor Marcelo Dias Varella, coordena a Rede Alfa, financiada pela Comissão Européia, envolvendo oito instituições universitárias, sendo quatro na América Latina e quatro na Europa. Pretende-se formar 120 mestrandos e doutorandos destes países. Compõem a rede de pesquisas: o Centro Universitário de Brasília, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade de Santa Fe (Argentina), Universidade de la Republica (Uruguai), a Universidade de Lecce (Itália), a Universidade de Granada (Espanha), a Universidade de Jaen (Espanha), a Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne (França). Deste grupo participam como terceiros os membros de diferentes ministérios e órgãos do Governo Federal, como CNPq, MCT, FINEP, MRE, EMBRAPA, que contribuem em assuntos específicos discutidos mensalmente. Os recursos recebidos vêm do CNPq, do PADCT (Projeto Genoma), da Comissão Européia, da CAPES e de outros órgãos e instituições.

Palavras-chave: Direito. Meio ambiente. Sociedade.

GRUPO INTEGRADO DE PESQUISA SOBRE DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO EM SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO - GIDE

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida
FAJS – Graduação e Mestrado em Direito
pralmeida@mac.com

Constituído em 2002, sob a liderança do Prof. Marcelo Dias Varella, o grupo passou à coordenação do Prof. Paulo Roberto de Almeida desde o início de 2005 e focaliza os temas clássicos do Direito econômico internacional e suas conexões com as políticas e as medidas regulatórias no âmbito interno, com vistas a acomodar o impacto dos processos de globalização e de regionalização nas economias nacionais. O grupo mantém uma lista eletrônica (gide-uniceub@yahoogrupos.com.br), para intercâmbio circular de informações e avisos, e um site associado (http://br.groups.yahoo.com/group/gide-uniceub), no qual podem ser divulgados textos de referência e documentação relativa às reuniões de estudo. No momento, estão vinculadas ao grupo quase duas dezenas de pessoas, sendo professores, mestrandos e alunos de graduação que já preparam projeto de pós-graduação. A metodologia de trabalho tem sido a seleção de temas preferenciais dos participantes, com exposições individuais ou em grupo a cada reunião – em princípio uma a cada três semanas, pelo menos –, seguidas de debate sob a orientação do professor coordenador. A cada semestre, são realizadas seis reuniões, de acordo com calendário aprovado previamente. Pretende-se avançar na organização dos temas de pesquisa sobre as divisões do Direito econômico internacional, com tarefas associadas à preparação de pequenos guias de referência sobre as divisões, com o objetivo de preparar bibliografia básica de cada área e, ulteriormente, listagem de temas relevantes, com vistas à elaboração de manual de estudo sobre o assunto.

Palavras-chave: Direito econômico internacional. Globalização. Integração.

GRUPO DE PESQUISA: INFÂNCIA E JUVENTUDE EXPLORAÇÃO E TRABALHO INFANTIL

Professora Dirce Mendes da Fonseca
mendesdirce@yahoo.com.br

Esta pesquisa tem como objeto de análise o fenômeno do trabalho infantil, sua relação com a escola e a percepção dos alunos sobre o trabalho. O estudo, cujo objetivo é identificar a presença do trabalho infantil e seus efeitos na descolarização, foi realizado na Escola de Ensino Fundamental 404 de Samambaia, que possui 1.816 alunos no ensino fundamental de 5ª a 8ª série. A sociedade brasileira vive um paradoxo: enquanto os níveis de emprego diminuem, o trabalho infantil cresce, inclusive no Distrito Federal, que é a região com o menor índice. O 3º Relatório Nacional de Direitos Humanos apontou o crescimento do trabalho infantil em torno de 8,8%, o que representa um dos principais fatores da não-escolaridade ou da evasão escolar. Este fenômeno foi identificado na escola pesquisada. A metodologia utilizada constituiu de revisão da literatura, entrevistas com o diretor da escola e com alunos. Os resultados da pesquisa mostraram a presença de trabalho infantil e a desativação de ações de combate a essa prática. A escola possui o Programa Renda Minha, que atende 450 alunos. Foi apontada pela escola a desarticulação de programas de combate ao trabalho infantil e a falta de condições da escola para interagir e sensibilizar as famílias. Na visão dos alunos entrevistados, existe desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. 82% dos entrevistados afirmaram que o trabalho os afasta da escola. Dos alunos entrevistados, 73% exercem algum tipo de trabalho, e 42% recebem algum tipo de incentivo governamental. Os alunos exercem atividades, como: tarefas domésticas, vendedores ambulantes, pedintes, cuidadores de outras crianças, vigias de carros. A entrevista indicou que os alunos têm medo de revelar que trabalham. Segundo a direção da escola, o índice de evasão está em torno de 30%. A pesquisa indica que, embora a escola se preocupe com o trabalho infantil, faltam-lhe condições para interagir com as famílias. Os programas de combate ao trabalho infantil não garantem a retirada das crianças do trabalho, considerando que mesmo as participantes de programas sociais continuam trabalhando. Por outro lado, existe descontinuidade de programas e de ações de combate ao trabalho infantil. Falta capacitação aos professores para perceber os efeitos do trabalho infantil no desempenho do aluno e apoio do governo em programas de distribuição de renda.

Palavras-chave: Exploração. Trabalho infantil. Escola.

GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO

Marcelo Dias Varella
Ana Flávia Granja e Barros
Andre Pires Gontijo
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros
Christiani Amaral Buani
Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Roger Stiefelmann Leal
Samantha Ribeiro Meyer- Pflug
marcelo.varella@pq.cnpq.br
UniCEUB – ICPD – Mestrado em Direito

Considera-se que o direito mundial é construído por meio de interações constantes entre os diferentes ambientes jurídicos, que caminham em múltiplas direções (do nacional para o internacional, destes para o regional e vice-versa). Os subprocessos de interação são caracterizados por diferentes velocidades e sofrem múltiplas barreiras, como o multiculturalismo e a linguagem. O resultado é um contexto complexo cujo estudo permite compreender o processo de transição jurídica contemporânea. Os estudos do grupo têm por objeto a análise do processo de interação entre o direito nacional, o regional e o internacional, procurando identificar e estudar quais os atores, os fatores e os resultados desta interação. O grupo tem realizado estudos conjuntamente com o Collège de France e outras instituições de outros Estados, a respeito de como se dá o processo de internacionalização dos direitos no ordenamento jurídico interno. Envolve alunos de graduação, mestrando, professores e profissionais da área que se reúnem desde 2006. Trata-se de uma rede de pesquisa composta por diferentes instituições do Brasil (UniCEUB, UnB, FGV, UERJ) e do exterior (Collège de France). Em Brasília, o grupo é formado por 6 professores doutores do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB e cerca de 20 alunos. Com reuniões a cada 3 semanas, o grupo contribui para a formação crítica sobre o tema, em diferentes níveis (IC, Mestrado e Doutorado), e a conseqüente produção de artigos no Brasil e no exterior. As pesquisas, até o momento, refletem o interesse em analisar o processo de influência do Direito internacional na evolução do Direito doméstico, em especial, o Direito penal, o Direito econômico, o Direito ambiental e o Direito constitucional.

Palavras-chave: Direito internacional. Direito nacional. Direito regional.

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

José Levi Mello do Amaral Júnior - jose.levi@uol.com.br
Carlos Bastide Horbach
Fabiano Menke
UniCEUB – ICPD – Programa de Mestrado em Direito

O grupo estuda a jurisdição constitucional disciplinada pela Constituição de 1988, a dinâmica da democracia brasileira e a efetivação dos direitos fundamentais no Brasil. Analisa, casuisticamente, decisões do Supremo Tribunal Federal no que toca à efetiva promoção e à proteção da pessoa humana. Examina julgado sobre temas similares proferidos por Supremas Cortes ou por Tribunais Constitucionais sobre democracia, direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. Debate o conceito contemporâneo de democracia e as ameaças havidas nos dias atuais contra o regime democrático (terrorismo, criminalidade, corrupção, demagogia, populismo, perda de fé nas instituições democráticas). Participam do grupo professores, mestrandos e graduandos com temas de pesquisa relacionados. O grupo tem duas linhas de pesquisa. A primeira concentra-se no tema Crise da democracia, tendo como objetivo verificar qual é o conceito atual de democracia seja na teoria contemporânea, seja na prática política do Ocidente, com especial atenção para o Brasil. A segunda linha de pesquisa é Democracia e suas obras fundamentais e tem como objetivo ler e debater obras essenciais à teoria da democracia, como, por exemplo, A democracia na América, de Alexis de Tocqueville, e produzir artigos científicos sobre diferentes aspectos de tais obras e suas implicações na compreensão da democracia contemporânea. O grupo discute obras de constitucionalistas e politólogos, como Alain Touraine, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Robert Dahl, entre outros.

Palavras-chave: Jurisdição constitucional. Democracia. Direitos fundamentais.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E O DIREITO GRUPO LEI E SOCIEDADE

Luiz Eduardo Abreu luizeabreu@yahoo.com.br
UniCEUB – ICPD – Programa de Mestrado em Direito

O grupo Lei e sociedade tem, desde 2002, desenvolvido leituras sistemáticas sobre temas relacionados ao Direito e às pesquisas produzidas no âmbito do Mestrado em Direito do UniCEUB, com o objetivo de: estabelecer uma comunidade de diálogo com pesquisadores que compartilhem de um conjunto comum de leituras e de interesses de pesquisa; incentivar pesquisas de caráter sociojurídico. Este esforço tem resultado em dissertações de mestrado, monografias de graduação e projetos de iniciação científica que se desenvolveram por meio das discussões do grupo, além da produção de artigos e de participações em congressos locais, nacionais e internacionais. No último ano, realiza-se um projeto de leitura e produção de textos vinculados à disciplina História e Cultura Jurídica no Brasil, da nova grade do curso de Direito. Mais precisamente, enfatiza-se a leitura de autores do pensamento social brasileiro da sua "primeira fase". No momento de formação do Estado brasileiro até o primeiro terço do século XX, os estudos sobre o Brasil incorporavam a reflexão sobre o Direito. Assim é que autores, como o Visconde do Uruguai, Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Rui Barbosa, Oliveira Vianna e Victor Nunes Leal, acrescentavam à sua reflexão senso agudo das especificidades brasileiras em face das experiências de outros países e do papel do Direito na formação nacional. É esta relação e os seus desdobramentos possíveis que o grupo examina.

Palavras-chave: Lei. Sociedade. História. Cultura jurídica no Brasil.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS: JURISPRUDÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Professora Christine Oliveira Peter da Silva
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Curso de Direito
christinepeter@uol.com.br

O constitucionalismo do século XXI está a exigir reflexões que transcendem o contexto meramente analítico das Constituições e da dogmática constitucional, impondo ao bacharel em Direito os desafios de ser agente interlocutor das instituições democráticas em plena crise do Estado e da Constituição. Não há dúvidas de que o estudo da jurisprudência dos direitos fundamentais, tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto na experiência comparada, oferece caminhos para discussões que podem contribuir para a formação adequada da consciência constitucional que conduzirá o intérprete-concretizador dos direitos fundamentais por caminhos sustentáveis e racionais, justificando a missão que lhe é reservada pela história e cobrada pela sociedade contemporânea. Segundo a concepção de Estado Constitucional de Antonio-Enrique Perez Luño (Espanha) e da Teoria da Constituição como processo público aberto de Peter Häberle (Alemanha), o objetivo do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos Constitucionais, no ano de 2007, é investigar as discussões judiciais acerca dos direitos fundamentais. O aprofundamento da Pragmática Constitucional, com base nos ensinamentos de Tércio Ferraz Júnior e da Topologia do Caso de J.J. Gomes Canotilho, teve como objetivo construir uma metodologia de estudo de precedentes que fosse adequada ao ensino e à pesquisa do Direito Constitucional, principalmente quanto à temática dos direitos fundamentais. A pesquisa no NEC intensificou os métodos de estudo, ensino e pesquisa já desenvolvidos nos anos anteriores, envidando esforços para a formação de um grupo de discussões e produção científica com ênfase para a hermenêutica de direitos fundamentais. A discussão, perene nos encontros do grupo, foi acompanhada de leituras e fichamentos sobre os pressupostos teóricos de escolas jurídicas e modelos de decisões judiciais que constituem a base da construção das decisões judiciais envolvidas nos direitos fundamentais e sobre as condições de possibilidade de metodologia adequada para análise de precedentes. No último ano, foram realizados cursos de extensão sobre os seguintes temas: Principiologia Jurídica e Jurisprudência dos Direitos Fundamentais (1º semestre de 2007) e Introdução aos Direitos Fundamentais (2º semestre de 2007). Foi organizada e realizada a IV Semana de Direito Constitucional, o VI Encontro de Professores de Direito Constitucional do UniCEUB e a III Mostra de Iniciação Científica em Direito Constitucional, que contou com a participação de alunos de iniciação científica da Universidade de Brasília, integrantes conveniados do grupo de pesquisa do NEC. Foi inaugurada a linha de encontros denominada Conversando com os professores, em que são convidados professores de Direito Constitucional para uma conversa informal com os alunos do NEC. Dois alunos do grupo desenvolveram projeto de iniciação científica no V Programa de Iniciação Científica do UniCEUB, investigando os temas: Constitucionalização do Direito

Penal (Alex Duarte Santana) e Direitos de personalidade x Direito à intimidade-privacidade (Juliana Moreira). Duas alunas do NEC apresentaram projeto de pesquisa para seleção no VI Programa de Iniciação Científica do UniCEUB. Monografias de conclusão do curso de Direito de alunos do NEC destacaram-se na apresentação de temas relacionados às linhas de pesquisa do grupo; foram publicados artigos científicos por alunos e professores pesquisadores do NEC. Com as discussões implementadas, foi possível planejar uma disciplina, a ser ofertada no curso de Direito da Universidade de Brasília - UnB, no segundo semestre de 2007, cujo tema é Jurisprudência de Direitos Fundamentais. Proporcionar aos graduandos em Direito o aprofundamento da prática do Direito Constitucional, no contexto dos direitos fundamentais, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de metodologia de estudo de precedentes que estimule reflexões e discussões na seara da concretização desses direitos, tanto no plano da jurisdição constitucional pátria quanto no Direito Constitucional Comparado, foram os principais resultados deste ano de pesquisa no âmbito do NEC. As discussões, conduzidas sob os princípios da escola pós-positivista, permitiram introduzir e estimular os alunos pesquisadores e professores a investigar os direitos fundamentais como eixo temático irradiante das discussões constitucionais, o que se viabilizou pelos estudos de casos em direitos fundamentais e pela aproximação da metodologia de estudo de precedentes.

Palavras-chave: Pós-positivismo. Estudo de precedentes constitucionais. Jurisprudência dos direitos fundamentais.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIPLOMACIA RESPONSÁVEL

Líder: Renata de Melo Rosa – Relações Internacionais FAJS/ UniCEUB

O Núcleo de Estudos de Diplomacia Responsável tem como missão observar, em profundidade, ações significativas da diplomacia entabuladas de forma bi ou multilateral, tanto entre países de níveis econômicos desiguais como entre países em desenvolvimento, preferencialmente, nas atividades de combate às desigualdades, à exclusão e à pobreza, com ênfase no apoio às políticas de inclusão e valorização da diversidade étnico-racial, combate ao sexismo, ao racismo e manutenção da paz. No decorrer do ano de 2006, o projeto desenvolvido pelo Núcleo, intitulado Diplomacia responsável: a presença do Brasil no Haiti, recebeu apoio financeiro do CNPq, mediante aprovação no Edital 61/2005, e da CAPES, mediante a concessão de bolsa de pós-doutorado à líder do grupo para aprofundamento da pesquisa na cidade de Porto Príncipe/ Haiti. Entre os dias 27, 28 e 29 de março de 2007, os resultados preliminares da pesquisa foram amplamente discutidos no Simpósio Internacional Caminhos de diálogo para a construção de uma diplomacia responsável: a presença do Brasil no Haiti, o qual contou com a presença de autoridades políticas brasileiras e haitianas para a discussão da presença brasileira em solo haitiano, no campus do UniCEUB. O grupo tem as seguintes linhas de pesquisa: A participação política das mulheres parlamentares das Américas; Diplomacia responsável: a presença do Brasil no Haiti; Relações bilaterais Haiti/ Taiwan: o que o Brasil tem a ver com isso?

Palavras-chave: Diplomacia. Relações internacionais. Relações bilaterais.

GRUPO DE PESQUISA PADÊ

Dr.René Marc da Costa Silva, líder, doutor em História pela UnB
Dra. Joelma Rodrigues da Silva, vice-líder, doutora em História pela UnB
Ms Ciomara Schneider, psicóloga, mestre em Antropologia Social pela UnB
Ms.Deusdedith Alves Rocha Junior, doutorando em História pela UnB
Ana Paula Pinto Damasceno, graduanda em Direito pelo UniCEUB
Andréia Mara Nunes Rodrigues, graduanda em Direito pelo UniCEUB
Humberto Lins Correia, graduado em História pelo UniCEUB
Karla Campos Ribeiro, graduanda em Comunicação Social pelo UniCEUB
Patrícia Leite de Lima, graduanda em Comunicação Social pelo UniCEUB
Rodrigo Ferreira Cruz, graduado em História pelo UniCEUB
Salatiel Ribeiro Gomes, graduando em História pelo UniCEUB
Suelen Gonçalves dos Anjos, graduanda em História pelo UniCEUB
Vanessa Alessandra Aquino, graduanda em Comunicação Social pelo UniCEUB
Vicente de Paulo Cartaxo Salgado Junior, graduando em História pelo UniCEUB
Victor Martins Alves, graduando em Comunicação Social

Padê quer dizer "encontro". Na tradição religiosa africana e brasileira de matriz africana, as mulheres são responsáveis pelo ritual do Padê. O grupo leva este nome por centrar a abordagem teórico-metodológica no existencialismo, na fenomenologia e no desconstrutivismo. Isto significa que se pretendem apreender as condições determinantes da existência humana por meio das relações sociais, de existências encarnadas, não concebidas abstratamente ou percebidas sob o ponto de vista teórico-formal. Crê-se que os lugares generizados e racializados se apresentam em práticas cotidianas, em ações que somente podem ser informadas caso os olhares se comprometam com o Outro, com aquele com o qual se compartilha o mundo. Ainda que se reconheça a presença de aspectos do Outro no pensamento religioso, a abordagem proposta passará ao largo dos pressupostos religiosos, metafísicos e ou morais. O Padê propõe abordagem política e ética no sentido arendtiano. Em face das especificidades que caracterizam a realidade da sociedade brasileira contemporânea e suas repercussões obliteradoras do desenvolvimento da cidadania e da democracia inclusiva e participativa, é fundamental que se possa surpreender a formação dos elementos de sustentação de tais obstáculos e, com base neles, pensar e propor alternativas para políticas públicas direcionadas a defesa, implementação e plenitude de direitos fundamentais das pessoas humanas na sociedade brasileira. A apreensão da alteridade enquanto categoria política central do pensamento político ocidental sob as perspectivas social, histórica e antropológica permitirá alcançar os seguintes objetivos: analisar a categoria alteridade no pensamento ocidental; verificar usos, práticas e dimensões políticas desta categoria; reconhecer as representações sociais hegemônicas do Outro no mundo ocidental e suas conseqüências em termos da construção das assimetrias de poder nas sociedades democráticas do ocidente; identificar os desdobramentos políticos e sociais destas ancoragens no ocidente. Em 2006, o Padê participou de dois editais do CNPq e apresentou dois projetos: Perfil racial e de gênero da população manicomial do Distrito Federal e entorno: análise, diagnóstico e propostas, sob a coordenação do dr. René Marc da Costa Silva, em atendimento ao edi-

tal Universal do CNPq; o projeto ampliado Três olhares sobre raça, gênero e sofrimento mental: 1- Perfil racial e de gênero da população manicomial do Distrito Federal e Entorno, coordenado pelo dr. René Marc da Costa Silva 2- Racismo,doença mental e o atendimento dos terreiros do Distrito Federal e Entorno, sob a responsabilidade da drª Rita Laura Segato e, 3 - O sofrimento psíquico do/a estudante negro/a nas universidades – o caso UnB sob a coordenação do dr. José Jorge de Carvalho, objetivando atender ao edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT n° 26/2006; o projeto encaminhado ao convênio entre o banco Santander-Banespa e UNIVERSIA, abrangendo os estudos desenvolvidos pelo Padê, pela ONG Centro Cultural Congo Nya, sediada na cidade de São Sebastião, e pela ONG TAMBONOA, Tambores do Paranoá; a revista eletrônica Padê: estudos de filosofia, raça e gênero, apresentando a produção do Padê e dos grupos semelhantes existentes em todo o Brasil (governamentais, acadêmicos e independentes).

Palavras-chave: Gênero. Raça. Estudos.

NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO PÚBLICO

Carlos Bastide Horbach - carloshorbach@uol.com.br
Carolina Cardoso Guimarães Lisboa -lisboacarolina@yahoo.com.br
João Rezende Almeida Oliveira - jrezendeao@uol.com.br
Samantha Ribeiro Meyer- Pflug - samanthameyer@uol.com.br
Roger Stiefelmann Leal -rogersl@uol.com.br
UniCEUB – ICPD – Programa de Mestrado em Direito

Ao longo de seu último período de atividades, o grupo de pesquisa, focalizado na discussão do processo constitucional, aprofundou o exame do direito estrangeiro, em especial, o norte-americano, utilizando como referencial a obra de Bruce Ackermann, ponto de partida das investigações. O grupo registrou uma série de repercussões de seu trabalho, em especial no que toca a publicações e palestras proferidas por seus membros. Podem ser mencionados, à guisa de exemplo, os seguintes trabalhos publicados: O efeito vinculante na jurisdição constitucional, livro de Roger Stiefelmann Leal (Ed. Saraiva); Mandado de segurança, de Carlos Bastide Horbach, e Alguns aspectos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em tema de extradição, de Carolina Cardoso Guimarães Lisboa, ambos publicados no livro Processo nos Tribunais Superiores (Ed. Saraiva); os artigos Processo constitucional e democracia: exemplos ibero-americanos, de Carlos Bastide Horbach, e A convergência dos sistemas de controle de constitucionalidade: aspectos processuais e institucionais, de Roger Stiefelmann Leal, ambos publicados no v. 57 da Revista de Direito Constitucional e Internacional (Ed. Revista dos Tribunais), o artigo Controle de constitucionalidade na constituição de Timor-Leste, de Carlos Bastide Horbach, publicado na Revista da Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, Portugal (vol. 46 – 2); A jurisdição constitucional como instrumento de defesa dos direitos fundamentais, de Fabrício Juliano Mendes Medeiros, publicado na Revista Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização (vol. 3, ano 2); entre outros. Quanto às palestras, podem ser citadas as seguintes: Controle do STF sobre as comissões parlamentares de inquérito, de Carolina Cardoso Guimarães Lisboa, na Semana de Direito Constitucional do UniCEUB; Jurisdição, legislação e guarda da Constituição, de Carlos Bastide Horbach, e Jurisdição constitucional e federalismo, de Roger Stiefelmann Leal, no VI Encontro Regional de Direito Constitucional, em Porto Alegre - RS, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, e a participação de Carlos Bastide Horbach e Roger Stiefelmann Leal no painel Processo Constitucional no Direito estrangeiro, no 15° Encontro Nacional de Direito Constitucional, na Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: Direito público. Novas tendências. Processo constitucional.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS: JURISPRUDÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Professora Christine Oliveira Peter da Silva.
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Curso de Direito.
christinepeter@uol.com.br

O constitucionalismo do século XXI está a exigir reflexões que transcendem o contexto meramente analítico das Constituições e da dogmática constitucional, impondo ao bacharel em Direito os desafios de ser agente e interlocutor das instituições democráticas em plena crise do Estado e da Constituição. O estudo da jurisprudência dos direitos fundamentais, tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto na experiência comparada, oferece caminhos para discussões que podem contribuir para a formação adequada de consciência constitucional que conduzirá o intérprete e concretizador dos direitos fundamentais por caminhos sustentáveis e racionais, justificando a missão que lhe é reservada pela história e cobrada pela sociedade contemporânea. Com base na concepção de Estado Constitucional de Antonio-Enrique Perez Luño (Espanha) e da Teoria da Constituição como processo público aberto de Peter Häberle (Alemanha), o objetivo do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos Constitucionais, no ano de 2007, é investigar as discussões judiciais acerca dos direitos fundamentais. O aprofundamento da Pragmática Constitucional, com base nos ensinamentos de Tércio Ferraz Júnior e da Topologia do Caso de J.J. Gomes Canotilho, teve como objetivo elaborar uma metodologia de estudo de precedentes, adequada ao ensino e à pesquisa do Direito Constitucional, principalmente quanto à temática dos direitos fundamentais. A pesquisa no NEC intensificou os métodos de estudo, ensino e pesquisa já desenvolvidos nos anos anteriores, envidando esforços para a formação de um grupo de discussões e produção científica, com ênfase na hermenêutica concretizadora de direitos fundamentais. A discussão, acompanhada de leituras e fichamentos sobre os pressupostos teóricos – escolas jurídicas e modelos de decisões judiciais que baseiam a elaboração das decisões judiciais e envolvem os direitos fundamentais – e sobre as condições de possibilidade de metodologia adequada para análise de precedentes, foi perene nos encontros do grupo. No último ano, foram realizados cursos de extensão sobre os seguintes temas: Principiologia jurídica e jurisprudência dos direitos fundamentais (1º semestre de 2007) e Introdução aos Direitos Fundamentais (2º semestre de 2007). Foi organizada e realizada a IV Semana de Direito Constitucional, o VI Encontro de Professores de Direito Constitucional do UniCEUB e a III Mostra de Iniciação Científica em Direito Constitucional, que contou com a participação de alunos de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e integrantes conveniados do grupo de pesquisa do NEC. Também foi inaugurada uma linha de encontros denominada Conversando com os professores, em que são convidados docentes de Direito Constitucional para uma conversa informal com os alunos do NEC. Dois alunos do NEC desenvolveram projeto no V Programa de Iniciação Científica do UniCEUB, com os temas: Constitucionalização do Direito Penal (Alex Duarte Santana) e Direitos de

Personalidade x Direito à intimidade-privacidade (Juliana Moreira). Duas alunas do NEC apresentaram projeto de pesquisa para seleção no VI Programa de Iniciação Científica do UniCEUB. Monografias de conclusão do curso de Direito de alunos do NEC destacaram-se na apresentação de temas relacionados às linhas de pesquisa do grupo e foram publicados artigos científicos por alunos e professores do NEC. Por fim, vale registrar que, com as discussões implementadas no NEC, foi possível planejar uma disciplina a ser ofertada no curso de Direito da Universidade de Brasília, no segundo semestre de 2007, cujo tema é Jurisprudência de Direitos Fundamentais. Os principais resultados de pesquisa no âmbito do NEC foram: proporcionar aos graduandos aprofundamento da prática do Direito Constitucional no contexto dos direitos fundamentais, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de metodologia de estudo de precedentes que estimule reflexões, discussões e concretização desses direitos, tanto no plano da jurisdição constitucional pátria quanto no Direito Constitucional Comparado. As discussões, conduzidas sob os princípios da Escola Pós-Positivista, permitiram introduzir e estimular alunos e professores a investigar os direitos fundamentais como eixo temático irradiante de todas as discussões constitucionais, o que se viabilizou pelos estudos de casos em direitos fundamentais e pela aproximação da metodologia de estudo de precedentes.

Palavras-chave: Pós-positivismo. Estudo de precedentes constitucionais. Jurisprudência dos Direitos Fundamentais.

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS

Prof. Dr. Marcelo Dias Varella
Programa de Mestrado em Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
E-mail: marcelo.varella@laposte.net

O processo de internacionalização do Direito é conseqüência natural da expansão de integração global, sobretudo, com o avanço de novas tecnologias, o aumento da globalização econômica, da internacionalização cultural, entre outros fatores documentados e discutidos na teoria sociológica e política contemporânea. No entanto, existem indícios de que este processo tem características e métodos distintos e complexos daqueles tradicionalmente reconhecidos pelo Direito internacional público, ensinado nas escolas. A compreensão das formas de internacionalização dos Direitos nacionais e a construção do Direito internacional permitirão definir os contornos dos meios de integração, os métodos e a nova lógica que guia a cooperação e a coordenação internacional. O aumento da complexidade da relação entre os Direitos nacionais e o Direito internacional tem sido estudado em foros relevantes. Tais instâncias concluem pela inexistência de lógica estrutural do sistema jurídico internacional, que poderia, de acordo com autores alarmistas questionar a segurança jurídica. Nesta lógica, defende-se, anteriormente, a inexistência de um sistema jurídico internacional pela falta de coerência entre os elementos deste sistema. Esta característica aparenta ser, atualmente, um estágio lógico tradicional da evolução de qualquer sistema – normativo, matemático ou outro – quando da iminência de alteração de lógica, ou seja, antes da formação de novo sistema, com lógica própria. Se um sistema ultrapassa determinado nível de complexidade por sua estrutura dinâmica e interativa, não pode ser, ao mesmo tempo, completo, no sentido de ser previsível, e coerente, não-contraditório. Neste sentido, no Direito internacional contemporâneo, percebe-se acúmulo de lógicas distintas que questionam as tradicionais de validade formal e material das normas jurídicas e as da efetividade dos dispositivos normativos. Cada um dos ramos – ambiental, econômico e humanitário – que se pretende estudar durante a pesquisa é caracterizado por lógicas próprias, muitas vezes contraditórias com as dos demais. O problema agrava-se pela expansão das áreas do Direito internacional ao longo do tempo. Estes microssistemas normativos multilaterais procuram instrumentos de coexistência, mas, desde que sigam pressupostos de validade próprios do subsistema, que não necessariamente coincidem com os dos demais subsistemas ou do Direito internacional como um todo. O projeto busca identificar as crises do sistema atual e os contornos da lógica do sistema jurídico internacional que se impõe. As principais características identificadas no estágio inicial de pesquisa do processo de internacionalização do Direito são: interação freqüente entre os Direitos nacionais, o Direito de sistemas regionais de integração e o Direito internacional; multiplicação de fontes normativas, além do Estado-nação; multiplicação de instâncias de solução de conflitos fora do Estado; inexistência de hierarquia formal entre as normas jurídicas ou entre as instâncias

de solução de conflitos; acúmulo de lógicas distintas nos Direitos nacional e internacional, cuja interação com os métodos tradicionais de solução de conflitos de normas ou de jurisdição é impossível.

Palavras-chave: Direito internacional. Internacionalização dos direitos. Teoria do Direito internacional.

GRUPO DE ESTUDOS DO MERCOSUL

Líderes: Profª Drª Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha; Prof. Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros.
Membros: Prof. Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira, Profª Drª Samantha Ribeiro Meyer-Pflug, Profª. Msc Christine de Oliveira Peter, Adriano Martins Juras, Ana Carolina Arrais Bastos, Ana Jamily Veneroso Yada, Andrey Leonardo Lima e Silva, Bruno Caetano Amancio Coimbra, Carlos Marne Dias Alves, Carlos Santos, Carolina Nogueira Lannes, Demian Oliveira Sousa, Elisa de Sousa Ribeiro, Fernando Teixeira Abdala, Graison Charles Aparecido de Carvalho, Hadassah Laís, Juliana Lobão Ribeiro, Larissa Caetano Mizutani, Leyza Ferreira Domingues, Lorena Machado de Lima, Luis Cláudio Queiroz Coni, Luis Góes Mesquita, Mateus Schaeffer Brandão, Michael Afonso de Rezende Xavier, Michelly Amorim da Silva, Paula Santos de Abreu, Polliana Blans Libório, Rafael Nascimento Reis, Rândala Maria de Morais Nogueira Y Rocha e Victor Eduardo.

Criado em 2003, o Grupo de Estudos do MERCOSUL é vinculado ao Programa de Mestrado em Direito das Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília e conta com a participação de professores, mestrandos e graduandos de Direito, Ciência Política e Relações Internacionais do UniCEUB e da UnB, alé¬m de assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Câ¬mara dos Deputados. O objetivo é a discussão do direito de integração ao MERCOSUL com base no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. A leitura e a discussão de obras jurídicas, artigos científicos e jurisprudência, alé¬m de apresentação de seminários pelos integrantes, compõem a metodologia de estudo. Analisa-se a evolução do MERCOSUL, em especial, a inserção na Ordem Internacional, a comparação com outras experiências de integração regional e o Direito institucional do MERCOSUL. Os pesquisadores investigam o Direito Constitucional do MERCOSUL, a problemática da incorporação das normativas do MERCOSUL, o sistema de solução de controvérsias regional e a construção do Direito Comunitário do MERCOSUL. Atualmente, o grupo conta com uma aluna bolsista do Programa de Iniciação Cientifica pela cota PIBIC/ CNPq, cujo projeto de pesquisa trata da Construção do Direito Comunitário do MERCOSUL e encontra-se em fase de renovação. Duas alunas da graduação estão em processo de elaboração de projeto com vistas a obter financiamento da União Européia para atividades de pesquisa, palestras e intercâmbio de professores entre as universidades participantes. Está em fase de publicação a obra coletiva intitulada Estudos em homenagem ao professor Jorge Miranda, a qual tem como coordenadoras as professoras Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e Samantha Ribeiro Meyer-Pflug e contém artigos de membros do grupo e de juristas. O grupo contou com a participação de uma das alunas em curso realizado pela Universidade Complutense de Madrid, realizado em fevereiro do presente ano, na cidade de Córdoba, Argentina. Dois outros alunos realizaram estágio universitário na Secretaria do MERCOSUL, localizada em Montevidéu, Uruguai, e apresentaram às Comissões Parlamentares Conjuntas do MERCOSUL dos Estados-Partes projeto de norma, com vistas a regulamentar o procedimento de audiências públicas no Parlamento do MERCOSUL. Cabe destacar a presença dos membros do grupo no

4° Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, realizado no Supremo Tribunal Federal, com a participação de magistrados e juristas dos Estados-Partes e dos Estados associados ao MERCOSUL. Foram realizadas apresentações por alunos de graduação na IV Semana da Direito Constitucional e no Relatório Parcial de Pesquisa do 5º Programa de Iniciação Científica, eventos de iniciativa do UniCEUB. As reuniões para discussão dos temas pesquisados e dos que serão objeto de análise ocorreram em 16 de abril e 05 de junho. Por fim, a Profª Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha participou como palestrante nos seguintes eventos: IV ENCONTRO JURÍDICO DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE BELO HORIZONTE – O DIREITO PÚBLICO NA ATUALIDADE, com o tema Revisão constitucional, realizado no período de 6 e 7 de novembro de 2006, no Centro de Convenção Joaquim José da Silva Xavier, campus Floresta, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a palestra As limitações ao exercício da reforma constitucional e a tese da dupla revisão; IV SEMANA DE DIREITO CONSTITUCIONAL. VI ENCONTRO DE PROFESSORES DE DIREITO CONSTITUCIONAL, com o tema Direito constitucional comparado, realizado no período de 22 a 27 de maio de 2006, no campus do Centro Universitário de Brasília, com a palestra Direito Constitucional norte-americano e a Common Law; REFORMA POLÍTICA – O ESTADO DEMOCRÁTICO PASSADO A LIMPO, realizado no período de 18 a 20 de abril de 2007, na Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, com a palestra As propostas de reforma política no Congresso Nacional; I CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, realizado no período de 10 a 12 de maio de 2007, em Fortaleza, Ceará, com a palestra O futuro da profissão legal; AULA MAGNA do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas do Centro Universitário – UMA, ministrada em 9 de abril de 2007, em Belo Horizonte, Minas Gerais; V ENCONTRO DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, realizado no período de 11 a 15 de junho de 2007, em Brasília, Distrito Federal, com a palestra A justiça militar e a inserção internacional do Brasil. REUNIÃO DO GRUPO DE ESTUDOS INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO, realizada em 11 de abril de 2007, em Brasília, Distrito Federal, em conjunto com a Profª Drª Samantha Ribeiro Meyer-Pflug.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho – UniCEUB – renata.carvalho@uniceub.br
Joana D´Arc Bicalho Felix – UniCEUB – joana.bicalho@uniceub.br
Mônica Igreja do Prado – UniCEUB - pradomonica2004@yahoo.com.br
Suzana Schwerz Funghetto – UniCEUB – suzana.funghetto@uniceub.br

Durante o ano 2006 e o início de 2007, o grupo trabalhou no fortalecimento da consolidação das linhas voltadas para a interface da Educação Superior e da Comunicação. O grupo de pesquisadoras, atualmente, é composto por quatro professoras da Educação Superior que atuam em cursos de Comunicação Social e de Pedagogia. Além de reflexões a respeito dos temas que permeiam a Educação Superior, a Sustentabilidade e a Comunicação, percebeu-se a importância da reflexão sobre como a inclusão e a comunicação pública estão inseridas nas instituições de ensino superior e como estas questões têm sido trabalhadas com os alunos universitários. As pesquisadoras, além de ministrar aulas em cursos de graduação e de pós-graduação, orientar alunos e desenvolver pesquisas, obtiveram resultados expressivos neste período, tais como: a professora Renata Bittencourt publicou o livro Universidade midiatizada pela editora Senac-DF e desenvolveu a renovação do projeto de Política institucional de extensão e integração comunitária do UniCEUB; a professora Joana Bicalho ministrou palestras, foi jurada do prêmio Ethos nacional de responsabilidade social na categoria Pós-Graduação e na categoria Finalistas, atuou como líder do projeto de extensão Comunicação e voluntariado no UniCEUB e teve a oportunidade de ministrar módulos de Responsabilidade Social, Comunicação e Marketing em três cursos de pós-graduação, gerando estudos de caso que incluíram a responsabilidade social nas ações de marketing e comunicação governamental e empresarial; a professora Mônica do Prado orienta dois projetos de iniciação científica aprovados pelo Programa de Iniciação Científica do UniCEUB na área da comunicação social, com os temas Comunicação social: discutindo perfil e práticas nos tribunais e Filosofia na TV como indutora da formação crítica cidadã; a professora Suzana Funghetto atua como líder do projeto de extensão Núcleo de integração à vida acadêmica, cujo objetivo é implementar e consolidar a política de inclusão das pessoas com deficiência no UniCEUB.

Palavras-chave: Educação Superior. Comunicação. Sustentabilidade. Inclusão.

GRUPO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Marcos André Sarmento Melo, Mestre
UniCEUB – FASA – Administração
marcos.melo@uniceub.br

O Grupo de Pesquisa em Administração é formado pelas Linhas de Pesquisa: Gestão das Organizações, Finanças, Marketing e Estudo do Trabalho. O objetivo do Grupo é estudar e propor soluções para os problemas de gestão nas empresas, órgãos públicos, organizações sem fins lucrativos, e os grandes temas em Administração. A Linha de Pesquisa Gestão das Organizações aborda os temas de planejamento estratégico, estrutura organizacional, cultura, fluxo de informação e comunicação nas organizações, processos produtivos e controle de qualidade. A Linha de Pesquisa em Finanças trata das decisões de investimento, composição de carteira de ativos, planejamento financeiro e orçamento, composição de fontes de financiamento, estudos sobre o mercado de capitais, e destacadamente, controle de fluxo de caixa e desempenho financeiro. Em Marketing, a Linha de Pesquisa estuda os problemas relacionados à identificação das necessidades do cliente, pesquisa de mercado, composição do mix de marketing, satisfação do cliente, e sobretudo, o comportamento do consumidor. A Linha de Pesquisa de Estudo do Trabalho aborda questões de planejamento de RH, avaliação de desempenho, composição de perfil profissiográfico, e principalmente, ergonomia. O Grupo de Pesquisa em Administração tem como objeto primário de estudo as práticas administrativas das empresas privadas, mas possui investigações conduzidas com foco no setor público e em organizações do terceiro setor. A equipe de professores, alunos e pesquisadores do Grupo tem como orientação procurar estimular outros acadêmicos a participarem da pesquisa e constatar o enriquecimento profissional que a atividade proporciona. Os resultados dos trabalhos são divulgados em artigos submetidos a periódicos, encontros e congressos, empresas, órgãos governamentais e na imprensa.

Palavras-chave: Pesquisa em gestão das organizações. Finanças. Marketing. Estudo do trabalho.

Palestras

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA E O PROCESSO INSTITUCIONAL DE FORTALECIMENTO ACADÊMICO

Dirce Mendes da Fonseca
Centro Universitário de Brasília – Pós-Graduação
mendesdirce@yahoo.com.br

O Programa de Iniciação Científica tem como objetivo despertar a vocação científica e incentivar a produção de conhecimento entre os alunos de graduação. A implantação do Programa nas instituições de ensino superior consolida uma política de qualidade de ensino e de pesquisa, fortalecendo a prática e o processo de pesquisa em todos os níveis institucionais e acadêmicos. A relação qualidade, ensino e pesquisa encontra no Programa de Iniciação Científica um diálogo integrador. O aluno tem a oportunidade de desenvolver uma formação diferenciada centrada na capacidade epistemológica de construir objetos/ problemas de pesquisa. Essa prática científica rompe com o ensino meramente instrumental e fortalece a dimensão da prática científica centrada no ensino pesquisa/pesquisa e na pesquisa/ ensino. Pedagogicamente, realiza uma formação integrada. Essa pedagogia propicia ao aluno o desenvolvimento de sua iniciação científica, capacitando-o para interagir com realidades complexas e multifacetárias e com situações-problema no campo científico. O aluno formado com base nessa pedagogia institucional/acadêmica terá um perfil profissional ampliado a partir de paradigmas de complexidade e de visão multidisciplinar. Bachelard afirma que quem ensina necessita pesquisar e quem pesquisa necessita ensinar. A prática da iniciação cientifica realiza os vínculos da multidisciplinaridade, da ruptura do senso comum no tratamento dos fenômenos sociais, políticos e econômicos e das diversas áreas do conhecimento. Permite a Universidade desenvolver pesquisas em todas as áreas do conhecimento e realizar sua função precípua de ensino e pesquisa. Nesse sentido, a prática de iniciação cientifica realiza a vocação da Universidade de produzir conhecimentos. O processo de iniciação científica possibilita à universidade o desenvolvimento de investigações institucionalizadas e estruturadas em linhas e grupos de pesquisa. O corpo docente envolvido, por sua vez, tem a oportunidade de fortalecer suas linhas de pesquisas aprofundando novas temáticas e objetos científicos. Tal prática permite o desenvolvimento da docência articulada à pesquisa. Noutra direção, permite ao professor incorporar, no seu campo de pesquisa, novos interesses e temas oriundos da experiência e das inquietações dos alunos. A prática da pesquisa permite à instituição e ao corpo docente e discente estabelecer rupturas com a dimensão puramente disciplinar, em direção à perspectiva multidisciplinar. Nesse sentido, as equipes de pesquisa com o foco multidisciplinar apreendem a complexidade dos problemas e fenômenos sociais, desenvolvendo novos paradigmas de análise. Assim, o aluno terá a oportunidade de ser formado com base na perspectiva multidisciplinar e poderá ser um sujeito mais aberto, flexível, solidário, democrático e crítico. Será formado, dessa forma, com base na curiosidade para novas descobertas. Tais experiências permitem

a professores e alunos estabelecerem rupturas no nível epistemológico institucional e psicossocial. Rompem, dessa forma, com estruturas rígidas do conhecimento, possibilitando a transformação das instituições com base em enfoques pedagógicos de produção coletiva, de um saber novo, em termos de processos de produção de conhecimento e de orientação científica, instaurando uma nova relação entre educador e educando, transformando a prática pedagógica institucional.

Palavras-chave: iniciação científica; ensino; pesquisa.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE RIACHO FUNDO QUANTO À CONSERVAÇÃO DE ENERGIA

ELIETE DE PINHO ARAUJO
Professora e doutoranda em Saúde Pública - ENSP – Fiocruz
Rio de Janeiro RJ Brasil
e-mail: eliete_pa@yahoo.com.br
UniCEUB, FAET, Curso de Arquitetura e Urbanismo

No que concerne à edificação, o consumo de energia é importante critério de projeto e parâmetro de avaliação de desempenho. Em função das necessidades operacionais e de uso da edificação, as condições ambientais interiores podem ser controladas sem limitações, produzindo-se calor no frio, luz no escuro ou privacidade acústica. Para isso, deve haver metodologia eficiente para o projeto da edificação, do ponto de vista do consumo de energia, que considere os seguintes aspectos: identificação dos parâmetros que interferem no nível de conforto exigido pelo usuário – ambiental, como temperatura, umidade e velocidade do ar, e funcional, como tipo de vestimenta, atividade desenvolvida e idade; identificação das condições climáticas para as quais é feita a avaliação por meio dos dados meteorológicos; caracterização da edificação por meio da temperatura superficial e do ar interior e da taxa de renovação de ar. Como objeto de estudo, foi escolhido o Centro de Saúde Riacho Fundo, localizado no Riacho Fundo, R.A. XVII do Distrito Federal. Inicialmente, são apresentados fatores, parâmetros e critérios importantes utilizados na elaboração de um projeto eficiente na conservação de energia. As ações para racionalização do consumo de energia têm início na concepção arquitetônica. Consideram-se os parâmetros culturais e fisiológicos e o meio físico onde se insere a edificação, na medida em que exerce impacto significativo sobre a edificação, ao definir o comportamento das condições ambientais interiores. A avaliação dos desempenhos térmico e luminoso representa importante instrumento de eficiência energética. No desempenho térmico, são considerados fatores, tais como: climáticos – o vento, radiação solar, temperatura, umidade relativa do ar e insolação; do entorno – posição relativa entre edificações, tipologia das edificações vizinhas, características da paisagem e da vegetação, massa de água, recobrimento do solo e topografia; da edificação – implantação, características térmicas dos materiais, morfológicas da edificação e dos ambientes internos; ocupacionais – o período de ocupação, número de pessoas e atividades desenvolvidas, número e natureza dos equipamentos instalados. Conservar energia não é somente economizar energia elétrica, mas também pensar nos projetos de arquitetura, urbanismo e instalações, levando em conta os acessos do vento, da luz, do som e do ruído. Maior iluminação e ventilação naturais, menos calor no interior da edificação, vegetação para evitar poeira, ruído e oferecer sombra, ambientes pintados com cores claras, utilização de elementos arquitetônicos eficientes oferecem conforto necessário, racionalização do consumo de energia, custos mais baixos na obra e na manutenção da edificação.

Palavras-chave: Energia. Conforto. Sustentabilidade.

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: TEORIA E PRÁTICA

Fabiano Sobreira
Arquiteto e Urbanista, PhD
Professor e pesquisador
UniCEUB – FAET – Curso de Arquitetura e Urbanismo

A preocupação com a sustentabilidade está presente em todas as formas de produção e consumo. No caso da produção do espaço, não é diferente. A sustentabilidade urbana depende de ações em várias escalas e disciplinas e, no caso das edificações, é preciso incorporar e confrontar princípios e diretrizes da sustentabilidade a demandas que influenciam o objeto arquitetônico na fase de concepção do projeto. Se, por um lado, a indústria da construção é uma das principais responsáveis pelas ações de impacto socioambiental, por outro, é um segmento que tem potencial de contribuição. Ao mesmo tempo, observa-se que o aparente modismo em torno do tema, a diversidade de interpretações correntes, a carência e a dispersão de estudos científicos apropriados na arquitetura são aspectos que têm contribuído para a difusão de conceitos equivocados, técnicas e soluções questionáveis. A importação e a propagação de "selos verdes" e de "materiais ecológicos" têm ignorado as especificidades geográficas e sociais. Por sua vez, o extremismo de alguns "princípios filosóficos em prol de comunidades auto-sustentáveis" impede apropriações realísticas e adequadas do tema na arquitetura e, conseqüentemente, na cidade contemporânea. Entende-se que a investigação científica sobre o exercício de projeto é fundamental, em especial, para uma atividade que, por vezes, é equivocadamente classificada como pertencente, exclusivamente, aos universos da criatividade e da inspiração, relegando a parcela de investigação técnica e de procedimentos metodológicos a segundo plano. Nesse contexto, um dos principais e mais democráticos meios de promoção da arquitetura tem sido a promoção de concursos públicos de projeto. Nesta pesquisa, os projetos de concurso são vistos sob a ótica da sustentabilidade, e esta, sob o ponto de vista do projeto arquitetônico. Considera-se o princípio de que a arquitetura em potencial originada nessas competições pode fornecer informações valiosas sobre como o tema da sustentabilidade tem sido abordado na recente produção arquitetônica brasileira.

Palavras-chave: Arquitetura. Sustentabilidade. Concursos. Projeto.

CERTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO VISANDO À CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Leonardo Pinto de Oliveira
Pesquisador, professor de Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB
doutorando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
e-mail: prof@leooliveira.com.br
Marta Bustos Romero
Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
e-mail: romero@unb.br

A pesquisa tem como objetivo sistematizar o processo do projeto de arquitetura, oferecendo aos projetistas um método com base nas diretrizes de projetos, resultantes de estudos referentes às questões ambientais da arquitetura e de acordo com o processo de retro-alimentação de dados, necessário para a construção sustentável, garantindo aos empreendedores confiabilidade aos projetos certificados. Para o desenvolvimento do trabalho, tomou-se o cuidado com a definição dos limites de investigação; assim, restringiu-se o objeto à construção sustentável, reconhecidamente valorizada pelos problemas que se enfrentam com o modelo de desenvolvimento no século passado. A hipótese levantada é que, por meio da sistematização dos procedimentos de projeto, consegue-se elevar a possibilidade de maior número de empreendimentos resultarem na construção sustentável. Há a premissa no ato de projetar um edifico que é o condicionamento de seus ambientes no que tange o conforto do usuário. Mesmo que negligenciadas as técnicas adequadas, é preocupação primária atender as necessidades básicas do ser humano no seu abrigo. O projeto de arquitetura de um edifício deve, segundo YEANG, por meio de sua configuração, orientação, projeto de fachada, proteção solar, iluminação natural, da ventilação natural, uso de vegetação e cores do edifício, promover a proteção das intempéries da natureza, e, sobretudo, aproveitar, de maneira passiva, os recursos naturais, para suprir as necessidades de conforto. Porém, dado o nível de negligência das estratégias passivas de controle ambiental no projeto arquitetônico, outras tecnologias são adotadas, para suprir as necessidades dos usuários. O aumento de iluminação artificial, sistemas de refrigeração do ar, abastecimento de água, entre outros, trouxe, proporcionalmente, o aumento excepcional no consumo de energia. Segundo ROMERO, o Brasil investe maciçamente na produção de energia por meio de construção de geradores hidrelétricos que, apesar de ser um dos métodos de geração de energia mais baratos atualmente, causou impactos ambientais, destruindo a fauna e a flora de grandes regiões, além de obter produção de energia que dificilmente pode ser ampliada. A arquitetura inteligente seria constituída de elementos de tecnologia passiva que poderiam contribuir para o desempenho térmico e de iluminação do edifício, sem, entretanto, consumir energia elétrica ou equivalente. Acredita-se que a reflexão sobre o processo de projetar o objeto arquitetônico é capaz de conduzir a resultado qualitativamente melhor. No entanto, o projeto sustentável supera as questões apenas de metodologia projetiva e representativa do objeto reduzido. Os conceitos de sustentabilidade, certificação, avaliação e qualidade total são necessários para avançar a reflexão.

A ECOTOXICOLOGIA COMO RECURSO PARA A VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

Eduardo Cyrino Oliveira-Filho, EMBRAPA Cerrados/ UniCEUB – FACS – Biomedicina
email: cyrino@cpac.embrapa.br

Recentemente, jornais brasileiros publicaram a informação de que as doenças ambientais têm sido responsáveis pela mortalidade de milhares de pessoas por ano no Brasil. Tais dados foram obtidos junto aos últimos levantamentos da Organização Mundial da Saúde, constatando que, entre as principais causas, destacam-se as contaminações hídrica e atmosférica, geradas, sobretudo, por atividades humanas. A ecotoxicologia é a ciência responsável pelo estudo dos efeitos adversos das substâncias químicas sobre os ecossistemas e seus componentes e, em princípio, não tem ligação direta com a questão da saúde humana. Todavia, indiretamente, o que a mortalidade de espécies aquáticas poderia indicar que não fosse a relação com a baixa qualidade da água? Nesse contexto, a qualidade da água para manutenção da vida aquática foi um parâmetro recentemente inserido na legislação brasileira, conforme Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Tal inserção tem como objetivo principal monitorar a presença de pequenas quantidades de substâncias químicas por meio da observação de efeitos adversos sobre espécies em teste. Deve-se ressaltar que as análises químicas podem não ser capazes de detectar minúsculas quantidades de substâncias potencialmente indutoras de um efeito tóxico crônico, e, por essa razão, é relevante a inclusão de informações ecotoxicológicas para a avaliação da qualidade da água em âmbito nacional. Essas informações podem fornecer bases significativas para a tomada de decisões em várias esferas da vigilância ambiental em saúde, gerando dados diretivos sobre possíveis efeitos adversos à saúde humana.

Palavras-chave: Monitoramento. Meio ambiente. Qualidade de água.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E BIODIVERSIDADE: AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA IMPLANTAÇÃO DE MATÉRIAS ESPECÍFICAS NO CURRICULO DE GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA

Daniel Louzada-Silva Centro Universitário de Brasília / Faculdade de Ciências da Saúde, daniel.louzada@uniceub.br
Marcelo X.A. Bizerril Universidade de Brasília / Faculdade UnB Planaltina, bizerril@unb.br

Os currículos de graduação em Bacharelado e Licenciatura em Biologia do UniCEUB, implantados em 2001 e 2003, respectivamente, incluíram três matérias pouco comuns até então: Educação Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento e Biodiversidade. A primeira tem o objetivo de trabalhar os fundamentos de um campo relativamente recente na atividade de conservação de recursos naturais, que é a mudança de atitude e prática na interação do homem com a natureza. A segunda discute as mudanças de paradigma na relação do homem com o uso de recursos naturais e a busca de soluções sustentáveis, com ênfase para o histórico da formação da nova mentalidade e para aspectos de legislação ambiental. A Biodiversidade, por sua vez, avança na discussão sobre a variedade da vida na Terra, os processos que integram os seres vivos nos ecossistemas e a integração entre os ecossistemas. As três disciplinas mostraram ser importantes na formação integral de alunos de Biologia, tanto de Bacharelado como de Licenciatura. Há reflexos disso quando examinamos o expressivo número de monografias de Bacharelado que tratam de temas relacionados aos programas dessas disciplinas, em particular, os trabalhos que examinam a biodiversidade do Distrito Federal e a percepção de estudantes sobre fauna e flora. Alguns desses estudos têm apontado para a necessidade de que a fauna e a flora locais tenham um tratamento mais cuidadoso em relação a alunos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior. Vale ressaltar que somente a inclusão desses novos componentes curriculares não é suficiente para garantir a formação completa dos estudantes de Biologia. Ao contrário, o sucesso nessas disciplinas depende, em grande parte, da formação sólida em áreas mais tradicionais do ensino de Biologia. Por outro lado, é desejável a formação abrangente, integrada e holística dos profissionais que vão lidar com os crescentes desafios da conservação de recursos naturais e da educação. Neste aspecto, os campos de conhecimento discutidos nessas disciplinas não têm caráter apenas suplementar, mas também passaram a fazer parte do núcleo central da formação de biólogos contemporâneos.

Palavras-chave: Educação ambiental. Sustentabilidade. Currículo.

ATIVIDADE FÍSICA E MEIO AMBIENTE

A expressão meio ambiente é utilizada como tema que se refere à discussão dos problemas ligados à destruição ou à preservação da natureza e relacionados com a forma de o ser humano interagir com o meio ambiente. A atividade física, compreendida como a experiência do ser humano em movimento, é uma das maneiras que caracterizam a interação do homem com o meio ambiente, a qual pode conduzir o ser humano à relação de integração, e não de destruição. Para possibilitar isso, é necessário sensibilizar o ser humano que se movimenta à compreensão da sua condição de ser filho e ser continuidade da natureza. Ao mesmo tempo, é necessário o planejamento e a realização de atividades físicas que coloquem o ser humano em contato com espaços do meio ambiente preservados nas suas características naturais, levando-o a perceber a qualidade desta experiência e a entender que a forma de relacionar-se com o meio ambiente traz conseqüências integrativas ou destrutivas ao meio e a si próprio. A experiência integrativa do movimento humano com o meio ambiente conduz o homem à sua auto-realização.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO HUMANISTA NOS CURSOS DE DIREITO: UM EQUILÍBRIO NECESSÁRIO

Bistra Stefanova Apostolova
Centro Universitário de Brasília – FAJS/Direito
bistra.apostolova@uniceub.br

A história social das universidades, desde o seu surgimento na Europa, durante a Idade Média, no século XII, até os dias atuais, está marcada por desafios e conflitos relativos ao seu papel e às suas funções. Ao lado de questões como: democratização do acesso versus qualidade da educação, autonomia universitária versus controle externo, situa-se a tensão existente entre a formação profissional e a formação intelectual generalista, de viés humanista. Nos cursos de direito, esses conflitos revestem-se de algumas características próprias. Por exemplo, a formação profissional é transformada em valor preponderante, o que pode trazer desequilíbrios e deficiências ao perfil dos bacharéis em direito. Entendemos que, em face da experiência histórica e no contexto da sociedade contemporânea, espaço de incerteza e risco, a formação humanista é um investimento necessário. Porém, surgem dificuldades em fortalecê-la no ensino jurídico, especificamente no ensino das matérias propedêuticas e dogmáticas, sem descuidar do preparo para o exercício das profissões jurídicas. Os marcos regulatórios que orientam o ensino superior e o ensino jurídico oferecem alguns parâmetros amplos na concretização dessa tarefa, contudo, insuficientes. A cultura jurídica que define a atuação dos professores, alunos e dirigentes não é homogênea. Ela apresenta várias contradições que revelam os interesses dos múltiplos agentes sociais. A opção metodológica que parece razoável compreende a necessidade de contextualizar o conhecimento jurídico e inserir a interdisciplinaridade no campo do ensino. Pressupõe, também, clareza na escolha das habilidades não somente cognitivas, mas, também, comportamentais, que devem ser alcançadas, e nos métodos de ensino a serem utilizados. Entendemos que, no campo da metodologia de ensino, deve ser feito esforço no sentido de superar a sua utilização diferenciada nas matérias propedêuticas e nas matérias dogmáticas. Uma formação ampla, integradora, voltada a valores, não restrita a uma especialização profissional estará em condições de situar os alunos dentro das tendências mais amplas que perpassam as sociedades contemporâneas, oferecendo-lhes possibilidades de orientar-se a longo prazo em cenários mutantes e complexos e de exercer a sua função social de forma ativa e consciente. Em suma, a tensão entre o sistema educativo profissionalizante e o sistema intelectual não-pragmático deve ser preservada em razão do seu potencial criativo, revelado no decorrer da história das universidades e dos cursos jurídicos, sendo que a preponderância expressiva do primeiro leva ao risco da irrelevância das profissões jurídicas na modernização e democratização da sociedade.

Palavras-chave: desafios na educação contemporânea; formação profissional e formação humanística no ensino jurídico; habilidades e metodologias de ensino.

O IMPACTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE SOBRE O MEIO AMBIENTE

R. L. Correa, Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Biomedicina, ronaldlamas@terra.com.br
A. R. Muner, Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Biomedicina, arissamail@yahoo.com.br

A partir do momento em que o ser humano se organiza em sociedade, cresce a busca pelo bem-estar, independentemente do preço a pagar pelas gerações futuras. A exploração incontrolável dos recursos naturais estabeleceu um fluxo de matéria e energia com o meio ambiente, de onde o homem retira os recursos naturais e onde deposita os resíduos de suas atividades. Um dos maiores problemas relacionados a esta exploração, à produção máxima e à qualidade de vida está na geração e na disposição dos resíduos sólidos. Os resíduos de saúde, por exemplo, apesar de todas as normas existentes, são lançados, quase sempre, de maneira irregular, podendo produzir riscos e danos significativos ao ser humano e ao equilíbrio dos ecossistemas. A maioria dos estabelecimentos de saúde pode ser considerada como de impacto ambiental local, por isso deve-se garantir a manutenção e a melhoria da saúde da comunidade. Com esse objetivo, vários processos precisam ser avaliados, gerenciados e monitorados a fim de que a assistência se dê em tempo hábil e de maneira adequada. A implementação de programa de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde visa reduzir os agravos provocados ao meio ambiente, à saúde coletiva e ao trabalhador diretamente envolvido. Especialistas apontam como principais causas dos prejuízos a deficiência dos sistemas de coleta internos e externos, o manejo inadequado na origem dos resíduos, a disposição final, aliadas a um descaso quase completo das autoridades sanitárias e de vigilância em segurança e saúde do trabalhador. Recentemente, parece que, por meio das novas resoluções, essas questões serão tratadas com mais rigor.

Palavras-chave: Resíduos. Saúde. Gestão. Meio ambiente.

LAZER E ECOTURISMO

Marcelo de Brito

O processo civilizatório concentrou as pessoas em cidades, onde houve diminuição drástica do domínio espacial individual. Essa condição gera desdobramentos que repercutem na qualidade de vida. As cidades formaram grandes aglomerados, por isso o caos é a característica predominante, sobretudo nas metrópoles. O lazer, fenômeno que emergiu na era moderna, é uma resposta compensatória à condição de estrangulamento dos fluxos vitais. Mais recentemente, o ecoturismo surgiu do desdobramento do movimento ecológico mundial, a partir dos anos 1980 e, hoje, representa não apenas uma mercadoria para área de entretenimento, mas também uma resposta da sociedade, para indicar novas tendências no estilo de vida.

MONITORAMENTO DE 22 PESTICIDAS POLARES EM SEDIMENTOS UTILIZANDO A CROMATOGRAFIA LÍQUIDA COM DETECTOR DE MASSAS

Professora doutora Maria Hosana Conceição
UniCEUB – FACS – Cursos de Biologia e Biomedicina
Orientadores: Dra. María José López de Alda
e Damià Barceló
Consejo Superior de Investigaciones Cientificas de Barcelona- IIQAB – CSIC - Espanha

Este trabalho descreve a otimização de um método analítico para a determinação de 22 pesticidas de média e alta polaridades em sedimentos. Os analitos são das famílias das triazinas, feniluréias, organofosforados, anilidas e herbicidas ácidos. O método é baseado na extração líquida sob pressão (PLE), utilizando a mistura acetona/ metanol (1:1) como solvente seguido do clean-up em extração em fase sólida (SPE), usando cartuchos de Oásis HLB e Carbography. Os extratos foram injetados no cromatógrafo líquido acoplado com detector de massas (LC-MS/MS). O método com Carbography mostrou-se mais sensível para a maioria dos compostos, e os limites de detecção (LOD) ficaram na faixa de 0,034ng/g (para o propanil) e 6,7ng/g (para o alachlor). O método desenvolvido foi aplicado em programas de monitoramento dos rios Ebro e Llobregat na região mediterrânea da Espanha. Os compostos mais presentes nas amostras foram o fenitrotion, propanil, diuron e metolachlor.

Palavras-chaves: Pesticidas polares. LC/MS/MS. PLE.

MUTAGÊNESE AMBIENTAL NA CARCINOGÊNESE HUMANA

Profa. Dra. Fernanda Vinhaes de Lima – UniCEUB – FACS
fvlima@solar.com.br

O câncer é uma das doenças que mais causam temor na sociedade, por ter-se tornado um estigma de mortalidade e dor. A definição científica de câncer refere-se ao termo neoplasia, especificamente aos tumores malignos, como doença caracterizada pelo crescimento descontrolado de células transformadas. Existem quase 200 tipos que correspondem aos vários sistemas de células do corpo, os quais se diferenciam pela capacidade de invadir tecidos e órgãos, vizinhos ou distantes. Durante as três últimas décadas, foi possível o delineamento da biologia e da patologia do câncer. A hipótese de que o processo carcinogênico é composto por múltiplas etapas, nas quais um conjunto de eventos contribui para a transformação celular e seus subseqüentes estágios malignos, é amplamente aceita. Neste contexto, por meio da estimativa, da caracterização e da organização da informação genética, o papel atribuído aos fatores genéticos envolvidos na tumorigênese evoluiu rapidamente. Atualmente, com o Projeto Genoma Humano e, mais recentemente, com o Projeto Genoma Ambiental, espera-se que a compreensão da suscetibilidade genética e da interação entre os fatores genético e ambiental esclareça e viabilize novas estratégias de prevenção e tratamento da doença. Tal avanço reflete a preocupação política, social e científica frente a este problema de saúde pública, já que o câncer representa importante causa de mortalidade e morbidade mundial, sendo responsável pela morte anual de 104.000 pessoas no Brasil, 560.000 nos Estados Unidos e 6, 6 milhões em todo o mundo. A maioria das neoplasias é, teoricamente, passível de prevenção, uma vez que achados epidemiológicos apontam grande número de fatores etiológicos ambientais, tais como, a exposição esporádica ou seqüencial a carcinógenos químicos, radiação ionizante e não-ionizante e os estados inflamatórios crônicos (bacterianos, virais ou parasitários). O estilo de vida, particularmente o hábito tabagista e a dieta, soma-se aos agentes causadores passíveis de controle, constituindo importante alvo das campanhas de prevenção. Além disso, fatores, como etnia, sexo, idade e status nutricional e de saúde, também influenciam as taxas de incidência e mortalidade por câncer. Estima-se, portanto, que grande parte das neoplasias resulta da interação entre fatores genéticos e ambientais, sendo a contribuição exclusivamente genética responsável por apenas 5% de todos os tumores. A fração restante pode ser atribuída a fatores ambientais externos que atuam em conjunto com a suscetibilidade genética. Pesquisas no campo da epidemiologia molecular têm fornecido evidências contundentes da contribuição efetiva do ambiente no surgimento do câncer humano e das situações de risco influenciadas pela suscetibilidade genética. Tal disciplina alia a metodologia molecular, principalmente a técnica de PCR (reação em cadeia da polimerase), os modelos laboratoriais in vitro e in vivo e a bioquímica aos dados obtidos pela epidemiologia clássica, possibilitando o levantamento rápido não apenas dos riscos populacionais mas também dos individuais no surgimento de neoplasias, o que propicia a intervenção precoce e a implementação de estratégias eficazes de prevenção, além de fornecer bases para o tratamento da doença.

NASCIMENTO E MORTE DA TECNOLOGIA

Marcos Wilson Matos Marques
UniCEUB – FAET – Curso de Engenharia de Computação
marcoswi@eln.gov.br

Desde os primórdios da existência, iniciou-se um processo paulatino de modificação do meio ambiente em prol do conforto e do bem-estar da humanidade. A civilização, principalmente a ocidental, acelerou, de maneira bastante acentuada, a utilização dos recursos naturais, provocando um índice crescente de destruição ambiental e de pobreza nunca antes ocorrido. Presencia-se um tempo em que a evolução tecnológica acontece todos os dias, tornando rapidamente obsoleto o que ainda é novo. Se as atuais previsões sobre o crescimento da população se confirmarem e se os padrões de atividade humana no planeta permanecerem inalterados, a ciência e a tecnologia podem não ser capazes de impedir a degradação irreversível do meio ambiente ou a pobreza contínua de grande parte do mundo e, conseqüentemente, não assegurar um futuro melhor para a humanidade. Atualmente, o otimismo tecnológico passou a ser questionado de forma intensiva, obrigando a refletir-se sobre a tecnologia como causa ou solução para os problemas ambientais. A questão que se apresenta é a (im)possibilidade de solução tecnológica definitiva para os problemas dos limites do crescimento. O progresso tecnológico pode ser considerado como paliativo capaz de postergar, mas não de fornecer meios para ultrapassar os limites do crescimento econômico e populacional. A tecnologia pode amenizar os sintomas de um problema, sem afetar as causas subjacentes, podendo comprometer a estabilidade do meio ambiente. Quando desenvolvida e aplicada com objetivos de aumentar o bem-estar da sociedade, poderá, com o tempo, acarretar efeitos indesejáveis. O avanço da ciência e da tecnologia apresentou à humanidade um dilema que compreende um risco e uma possibilidade. O avanço de conhecimentos tem ensinado que a compreensão sobre as causas dos problemas ambientais não cessa de evoluir e que as soluções encontradas são necessariamente transitórias. A tecnologia não é uma panacéia para todos os males ou soluções definitivas para dos problemas enfrentados pela humanidade.

Palavras-chave: Tecnologia. Meio ambiente. Degradação.

A MOVIMENTAÇÃO RACISTA DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO NA PAUTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ana Luiza Pinheiro Flauzina
Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais
Curso de Direito
e-mail: anaflauzina@yahoo.com.br

De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável, criada pelas Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável deve suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras. Os trabalhos sobre o tema ocupam-se, em primeiro plano, com o conceito de desenvolvimento sustentável relativo aos vetores que sinalizam para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Entretanto, há outra implicação deste conceito, não menos importante, que deve ser objeto de preocupação, qual seja, a preservação da vida humana na agenda do desenvolvimento internacional. Tratando especificamente da realidade brasileira, a abordagem da presente comunicação traz para o debate o sistema penal brasileiro inserido na agenda global como parte fundamental da manutenção das assimetrias sociais e da contenção dos supérfluos humanos para o suposto desenvolvimento econômico, alheio aos parâmetros de sustentabilidade. Com base na perspectiva da Criminologia Crítica, o sistema penal passa a ser percebido como um instrumento que opera de maneira estruturalmente seletiva em todo o mundo, servindo mais ao controle de determinados grupos sociais do que à efetiva contenção das práticas tidas como delituosas. Na América Latina, o entendimento é que a movimentação dos sistemas penais se dá na produção de verdadeiro genocídio, sendo o racismo a variável que demonstra atuação truculenta dos aparatos de controle social na região. No Brasil, especificamente, a assunção do caráter genocida e racista do sistema penal conta com forte resistência intelectual, por ser a imagem da harmonia entre as raças mito fundamental para a perpetuação das elites nos espaços de poder. Os números que cercam a atuação do empreendimento de controle brasileiro, entretanto, revelam a existência de um instrumento que se movimenta com alto índice de letalidade e com o foco prioritariamente direcionado aos corpos da juventude negra do país. É por essa constatação que se propõe um debate sobre desenvolvimento sustentável que leve em conta, em primeiro plano, a preservação da vida humana como forma de garantir o atendimento das necessidades das gerações futuras. O projeto de Estado dirigido à população negra brasileira, que tem no sistema penal seu aporte mais expressivo, indica a vocação para o extermínio de largo contingente da juventude negra, o que agride frontalmente, além dos princípios de Direitos Humanos, qualquer proposta viável de desenvolvimento sustentável para o Brasil. Com base nessa ótica, o enfrentamento do racismo no Brasil e, mais especificamente, da articulação que estabelece com o sistema penal, compõe necessariamente a

agenda política de qualquer proposta conseqüente do que se entende por desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Racismo. Sistema penal.

A SACRALIDADE DA VIDA: UMA ANÁLISE À LUZ DE RONALD DWORKIN

José Carlos Veloso Filho – Direito – FAJS – UniCEUB zveloso@gmail.com

A sacralidade da vida é um tema que ganha importância no contexto mundial moderno. Sintetizar as idéias do pai da bioética, Ronald Dworkin, é fundamental como forma de trazer a discussão para o espaço acadêmico e propiciar a divulgação das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Bioética do UniCEUB. O tema guarda estreito liame com a educação superior, pois a vida humana deve ser objeto de reflexão contínua, precipuamente aos que têm a oportunidade de explorar o tema com arcabouço científico e instrumentos metodológicos. O aborto, a eutanásia, as técnicas reprodutivas e os avanços da medicina correlacionam-se com a sacralidade da vida. Na obra O domínio da vida, Dworkin busca a superação filosófica como proposta para a compreensão do que é sagrado. Estabelece paralelo com situações do cotidiano para aproximar as vicissitudes sociais com questões de alta indagação. O que é sagrado? A vida é sagrada? Como algo intrinsicamente valioso (se é que realmente o é), a vida, pode ocasionar opiniões diametralmente opostas para pessoas de mesma religião e nível intelectual e social semelhantes? Cada vida humana está acobertada de santidade? Como medir e comparar o insulto à santidade da vida? Este insulto à vida é absoluto? Essas e outras indagações permitem debate aprofundado acerca de posições pessoais, propiciando a identificação categórica de ser conservador ou liberal. Com efeito, a inserção em certa categoria viabiliza a tomada de consciência e a possibilidade de rediscussão do tema com menos idéias pré-concebidas. Assim, pode-se pensar no projeto de vida de cada ser humano e se a frustração disso está acima do valor intrínseco da vida. O autor ajuda a perceber que as divergências a respeito da sacralidade da vida são de "natureza espiritual", o que "deveria unir os seres humanos e não separá-los em compartimentos estanques", como se as crenças individuais fossem motivos de discórdias infinitas. Portanto, a pretensão de Ronald Dworkin é "resgatar um ideal unificador por meio da santidade da vida". Por essa razão, a crença é a de que o grande segredo é respeitar as diferenças que a vida impõe. O objetivo é despertar a reflexão com uma provocação: o que é sacralidade da vida?

GESTÃO FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Marcos André Sarmento Melo, Mestre
UniCEUB
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – FASA
Curso de Administração
marcos.melo@uniceub.br

A gestão financeira em corporações lucrativas é amplamente estudada e discutida no meio acadêmico. A administração financeira do setor público, apesar do volume menor de investigação, também é objeto relevante de estudo para acadêmicos e pesquisadores. A área que mais carece de observação e desenvolvimento é a gestão de organizações do terceiro setor, sejam elas não-governamentais, sejam elas privadas, sejam elas sem fins lucrativos. O objetivo do estudo é oferecer as noções basilares para execução do processo de gestão dos recursos financeiros de organizações do terceiro setor para o efetivo cumprimento de sua missão. Os tópicos tratados referem-se às etapas de funções administrativas, tais como: a elaboração do planejamento para identificação de necessidades de cunho financeiro; o conseqüente estabelecimento de objetivos; a escolha das oportunidades de investimento de acordo com os resultados estratégicos esperados; o plano de obtenção de recursos condizentes com os objetivos estabelecidos; o controle do processo para eventual correção de rumo. A identificação das necessidades de cunho financeiro segue metodologia análoga às regras geralmente aplicadas ao setor privado com fins lucrativos. Nas corporações atuantes no mercado, os objetivos são obter determinado retorno em dinheiro para o investimento realizado, no prazo programado, com a assunção de risco calculado. Nas organizações do terceiro setor, os resultados não são estabelecidos sob forma de dinheiro, estão voltados ao objetivo institucional expresso na missão. O plano de obtenção dos recursos deve atender às características dos investimentos escolhidos no tocante ao prazo para demonstração dos primeiros resultados, conseqüências de possíveis insucessos e custo de levantamento dos recursos. O controle dos resultados é efetuado de acordo com critérios e objetivos estabelecidos no planejamento da organização. Reunidos, os passos do processo de gestão financeira pretendem conduzir ao mapa com as primeiras informações para a organização do terceiro setor encontrar o caminho do aperfeiçoamento das atividades.

Palavras-chave: Gestão de organizações do terceiro setor. Administração financeira para organizações sem fins lucrativos. Resultados e controles financeiros para organizações do terceiro setor.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: COMO A SOCIEDADE ENTENDE O FENÔMENO

Renato Ferraz
UniCEUB
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – FASA
Curso de Comunicação
renato.ferraz@gmail.com

O tema sobre responsabilidade socioambiental apresenta a dicotomia entre os interesses do empresário e os da sociedade na qual a empresa está inserida. O empresário espera da organização o maior valor possível em retorno ao capital investido a longo prazo, para continuar a promover a produção. A sociedade apresenta-se representada por grupos organizados, defensores do estabelecimento de condições para aumento da qualidade de vida, expressas pelo suprimento de carências sociais e pela proteção ao meio ambiente. A ambivalência do tema destaca-o na recente e acalorada discussão sobre as causas e as conseqüências do aquecimento global e na antiga preocupação das nações em criar ambiente favorável a reduzir as desigualdades sociais entre povos. As decisões políticas de ordem mundial, voltadas a privilegiar o desenvolvimento econômico, estão direcionadas aos resultados de empresas privadas como unidades produtoras de riqueza. A atuação das empresas com fins lucrativos no ambiente formado para fomentar seu crescimento interfere na alocação de recursos para fins socioambientais. A questão a ser respondida é como os legítimos interesses de donos de capital investido em empresas podem conciliar-se com a necessidade da população em melhorar as condições de vida e a conservação ambiental. A mesa-redonda pretende incentivar a formação de opinião dos ouvintes com dados e hipóteses para o posicionamento consciente sobre o tema. A intenção é relatar experiências e resultados bem ou mal sucedidos, refletir sobre as demandas prementes da sociedade e vislumbrar as conseqüências de decisões para as próximas gerações.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Responsabilidade ambiental. Conservação ambiental por empresas.

CAUSAS SOCIAIS DOS TRANSTORNOS MENTAIS: O CASO DO RACISMO

René Marc da Costa Silva
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FACJS
Mestrado em Direito
renecostasilva@gmail.com
Joelma Rodrigues
Faculdade de Ciências da Educação – FACE
Ética, cidadania e realidade brasileira
joelmarodriguess@gmail.com

Com o índice de ser a segunda unidade da federação que oferece as piores condições de tratamento para pacientes psiquiátricos no Brasil, pretende-se realizar um diagnóstico da realidade manicomial no Distrito Federal e assinalar a timidez na implementação dos programas do Ministério da Saúde que objetivam a não-internação e a redução da perversidade presente nos tratamentos tradicionais. Seis anos após a aprovação da Reforma Psiquiátrica, como lhe verificar a eficácia? A escassez, para não dizer inexistência, de dados sobre o perfil racial e de gênero – objeto da pesquisa proposta – da população manicomial no DF aponta para a absoluta invisibilidade daqueles e daquelas que ainda "habitam" os manicômios no país, mesmo depois do programa De volta para casa, do Governo Federal (Lei 10.708/ 03). É inevitável assinalar que a invisibilidade social fertiliza o solo para que outras formas de violência germinem e compõe-se do racismo e do machismo fundadores da sociedade brasileira, além de fortalecê-los, ao enfatizar estigmas e estereótipos. Se compreendidos como mecanismos políticos de contenção de indesejáveis e como mecanismos estratégicos na construção de indesejáveis, faz-se necessário verificar o modo como se estruturam os manicômios e os serviços de atendimento aos portadores de transtornos mentais neste início de século, no Brasil. Desenhar o rosto generizado e racializado dessa população significa o descortinamento de mais uma reserva de indivíduos socialmente ameaçadores, politicamente indesejáveis e economicamente desnecessários, o que se mantém por seu desempenho na conformação aos comportamentos e papéis sociais estabelecidos. Se os dados relativos aos cuidados da população manicomial ou em tratamento ambulatorial carecem de visibilidade, que dizer quando se pergunta acerca da existência de dados racializados e generizados? Herdeira do cientificismo do século XIX, a psiquiatria no Brasil estruturou-se sobre pressupostos racistas e sexistas, que, por sua vez, justificaram as desigualdades de renda, escolaridade e qualificação profissional. De acordo com Jurandir Freire Costa, a história dos tratamentos dispensados aos doentes mentais no Brasil encontra-se, na sua origem, intimamente ligada às idéias e às propostas dos eugenistas de fins do século XIX e inícios do século XX. Pensar as condições de vida e tratamento nos manicômios do Distrito Federal e região do entorno implica refletir sobre o sistema manicomial no Brasil, neste início de século. Nesse sentido, é preciso identificar as condições que possibilitaram o seqüestro da cidadania dos internos e os equipamentos que supostamente permitirão sua reintegração social. Identificar os internos como desintegrados ou não-integrados exige a elaboração e a implementação de políticas públicas estratégicas, exige não ser aprisiona-

do por uma rede discursiva que justifica a lentidão dos processos e exige a percepção das questões como não-prioritárias que afligem esta população. Este projeto propõe realizar o cruzamento entre loucura, raça e gênero, considerando as questões relacionadas à raça e ao gênero estruturais da sociedade brasileira. Fundamental para a solidificação do Estado democrático de Direito no Brasil é a transformação dos olhares e das práticas que cercam e definem as populações abjetas; inadmissível é assentir que estas populações permaneçam como instrumentos para a manutenção de práticas violentas, degradantes e desumanas que têm como contexto instituições de saúde públicas e conveniadas ao SUS.

Palavras-chave: Psiquiatria. Racismo. Direitos humanos.

A PRÁTICA JURÍDICA E A AÇÃO COMUNITÁRIA EM DIREITOS HUMANOS

Sandra Nascimento
Mestre em Direito Público pela Universidade de Brasilia – UnB
Coordenadora do projeto de extensão Direitos Humanos e desenvolvimento
Professora do curso de Direito – FAJS – UniCEUB
e-mail: sandranscmnt@yahoo.com.br

O presente trabalho discute aspectos relativos à educação em direitos humanos e à prática jurídica, como via necessária para a formação dos estudantes com responsabilidade social. A relação entre teoria e prática no âmbito jurídico é tratada na perspectiva da cidadania e da participação ativa na sociedade. A capacitação dos estudantes e da comunidade em direitos humanos exige o auto-reconhecimento e o inter-reconhecimento dos atores sociais mediante a proposta de construção do "capital social" como dimensão emancipatória que promova o desenvolvimento humano, social e econômico sob as bases humanísticas. Este trabalho associa a teoria do capital social como diretriz das estratégias metodológicas definidas para a execução do projeto de extensão Direitos Humanos e desenvolvimento pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília.

Palavras-chave: Direitos humanos. Cidadania ativa. Prática jurídica.

Pesquisas Apoiadas por Agências de Fomento

DIPLOMACIA RESPONSÁVEL: A PRESENÇA DO BRASIL NO HAITI

Renata de Melo Rosa – UniCEUB – FAJS – Relações Internacionais

Esta pesquisa investiga o desempenho do Brasil na liderança militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização Civil no Haiti – MINUSTAH – mediante entrevistas com autoridades políticas brasileiras e haitianas, com foco no grau de envolvimento da sociedade civil haitiana e nos impactos visíveis da Missão. Os indicadores utilizados para medi-los foram: constância do diálogo entre o governo e os setores de oposição; capilaridade política da MINUSTAH; melhoria das condições de estabilidade social. Com base na pesquisa de campo realizada em Porto Príncipe, Haiti, em janeiro, observa-se que a indignação popular visível nas ruas de Porto Príncipe não ganha força de movimento organizado com metas definidas de combate à MINUSTAH. Existe, pois, compreensão ambígua acerca da presença da Missão e do Brasil, em específico, por parte dos setores políticos, intelectuais e sindicais entrevistados. A ausência total de diálogo ou de criação de mecanismos de diálogo entre a MINUSTAH e a sociedade civil haitiana ou de incentivo ao Estado haitiano a dialogar com a sociedade a respeito dos trabalhos e dos resultados obtidos manifestou-se como um dos principais dilemas da Missão. No entanto, de um modo geral, a insatisfação dirige-se à Missão em si, já que existe compreensão inteligível de que o Brasil não está sozinho nesta liderança, mas atua em conjunto com a diplomacia latino-americana. Do ponto de vista de intelectuais haitianos entrevistados, a comunidade política latino-americana presente no Haiti entrou em espécie de disputa pela liderança da cooperação internacional no Haiti, já que se discutia a suposta ineficácia da cooperação norte-americana e canadense presente no país há mais de sessenta anos.

Palavras-chave: Brasil. Haiti. ONU. Intervenção.

GOVERNANÇA GLOBAL E ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

Professor responsável: Dr. Marcelo Dias Varella
Mestranda: Andressa de Sousa e Silva
Equipe: UniCEUB, CIRAD (França), UnB, Universidade de Buenos Aires

Trata-se de pesquisa desenvolvida pelo Programa de Mestrado em Direito em cooperação com outras instituições nacionais e estrangeiras, coordenado pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), sobre os organismos geneticamente modificados, tendo em vista a compreensão das relações que sustentam o sistema de governança no contexto da soja geneticamente modificada. Muitas são as normas que orientam as atividades relacionadas aos transgênicos. A avaliação das regras privadas acerca da soja geneticamente modificada, tema central da pesquisa, pressupõe o trato da matéria na cena internacional e nacional pública, a fim de compreender a projeção das normas privadas com base na totalidade do sistema de governança. Desta forma, a pesquisa propõe-se a averiguar a questão da coerência entre as regras nacionais e o sistema internacional, a confluência de orientação dentro do sistema nacional, haja vista a miríade de órgãos e instituições encarregados de regulamentar a questão dos novos produtos e as regras privadas que orientam as relações entre as grandes empresas sementeiras e os agricultores. O objetivo é delimitar o estado atual de adequação entre a legislação e a realidade dos organismos e a interação entre os componentes do sistema de governança.

Palavras-chave: Governança global. Organismos geneticamente modificados. Regras nacionais. Sistema internacional.

GOVERNO DOS RISCOS

Prof. Dr. Marcelo Dias Varella
Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Curso de Direito,
e-mail: marcelo.varella@pq.cnpq.br
Apoio: Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq

No triênio deste projeto, a pesquisa está concentrada no tema sobre governo dos riscos, que analisa a perspectiva dos riscos sociais, econômicos, ambientais, tecnológicos sob a ótica do direito e da política. Procura-se entender novas formas de percepção e reação em face dos riscos da sociedade pós-industrial reflexiva. Analisam-se os regimes internacionais de risco e as margens de manobra dos Estados segundo o direito internacional econômico e o direito internacional ambiental. Para estudar o tema, compôs-se uma rede internacional de pesquisa, envolvendo oito instituições de seis países da Europa e da América Latina. A rede contribuiu com a formação de 15 estudantes do UniCEUB em outras instituições, além da recepção a estudantes estrangeiros, a publicação de quatro livros, distribuídos pela ONU e pelo UniCEUB em mais de 50 países.

Palavras-chave: Governo. Direito internacional econômico. Direito internacional ambiental.

PERFIL RACIAL E DE GÊNERO DA POPULAÇÃO MANICOMIAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS

Dr. René Marc da Costa Silva
FACE- FAJS – Mestrado em Direito
renecostasilva@gmail.com
Drª. Joelma Rodrigues da Silva
FACE – FAJS
joelmarodriguess@gmail.com
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

A escassez de dados sobre o perfil racial e de gênero da população manicomial no Brasil aponta para a absoluta invisibilidade daqueles e daquelas que ainda "habitam" os manicômios do país e ou que freqüentam os ambulatórios psiquiátricos. É inevitável assinalar que a invisibilidade social fertiliza o solo para que outras formas de violência germinem: se não são visíveis, não têm existência reconhecida e não são percebidas como questões dignas de nota, não se atenta para suas demandas específicas, para seus dramas e sofrimentos de cunho ético-político. Tal invisibilidade alimenta-se do racismo e do machismo estruturantes da sociedade brasileira e fortalece-os, ao reforçar estigmas e estereótipos. Se compreendidos como mecanismos políticos de contenção de indesejáveis e como mecanismos estratégicos na construção de indesejáveis, faz-se necessário verificar o modo como se estruturam os manicômios e os serviços de atendimento aos portadores de transtornos mentais neste início de século, no Brasil. Desenhar o rosto generizado e racializado dessa população significa o descortinamento de mais uma reserva de indivíduos socialmente ameaçadores, politicamente indesejáveis e economicamente desnecessários, o que se mantém por seu desempenho na conformação aos comportamentos e papéis sociais estabelecidos. Na ânsia de transformar o Brasil em uma nação desenvolvida e progressista, psiquiatras, advogados e sociólogos identificaram, na formação racial brasileira, a causa do atraso do país e formularam propostas para a melhoria do povo, a saber: a higienização do espaço público; a disciplinarização das pessoas do povo; o embranquecimento da população. Aquel@s que foram identificados como "desviantes" receberam dos aparelhos do Estado, os tratamentos recomendados e reconhecidos como necessários; a internação era o mais utilizado deles. Em 1934, foi assinada por Vargas a primeira lei da República voltada para o tratamento dos doentes mentais, de acordo com a qual, a família e o poder público tinham o direito de internar pessoas consideradas loucas ainda que sem o consentimento delas. Tal arbitrariedade só seria combatida pela Lei 10.216 de 06/04/2001. Essa violência ganhou visibilidade na segunda metade dos anos 1980 com o processo de redemocratização da sociedade e do Estado brasileiro. Nas quase sete décadas, a internação foi considerada a única medida capaz de conter as vítimas da desrazão. Os doze anos de tramitação da Lei 10.216 indicam o reconhecimento por parte da sociedade brasileira dos manicômios como instrumentos disciplinares, que incluem, perversamente, aquel@s que transgridem. A associação das pes-

soas negras à natureza, ao selvagem, ao não-civilizado, ao exótico, à força física, à baixa capacidade intelectual e à sensualidade sem freios nem normas compõe as representações sociais d@s negr@s na sociedade brasileira. O desconhecimento da história do povo negro e afro-descendente no Brasil, a redução à lógica de mercado de suas práticas culturais e religiosas, a desqualificação estética e ética de mais da metade da população do país tornam insuportável a vida de milhões de pessoas. O sofrimento emocional resulta da construção da alteridade negativa.

Palavras-chave: Perfil racial. Gênero. População manicomial.

A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO SUPERIOR

Ilma Passos Alencastro Veiga – UniCEUB- FACE/ Pedagogia/ UnB
ipaveiga@terra.com.br
Edileuza Fernandes da Silva – SEEDF/UnB
edileuzaf13@bol.com.br
Odiva Silva Xavier – UnB
odiva@tecnolink.com.br
Rosana César de Arruda Fernandes – SEEDF/UnB
rosanacarruda@yahoo.com.br

O projeto de pesquisa procura compreender o papel da Didática na formação do professor para a educação básica e o ensino superior. Os resultados parciais da pesquisa são socializados e debatidos em importantes eventos científicos. Este trabalho de investigação ocorreu por meio de análise documental, de planos de ensino de Metodologia de Ensino Superior e Organização do Trabalho Pedagógico, observação de aula, entrevista com docentes e grupo focal com alunos dos cursos de pós-graduação. A análise dos dados permitiu fazer as seguintes ponderações quanto às disciplinas pesquisadas, as quais devem: a) ser concebidas no âmbito da educação, sob a ótica social, tendo como objeto a educação superior; apoiar-se no eixo da construção do conhecimento; fundamentar-se no diálogo entre os diferentes conhecimentos; ter como princípio orientador a prática social do aluno; integrar metodologias de ensino e pesquisa; surgir de concepções que procuram entender e explicar como ocorre a aprendizagem do aluno. A visão da metodologia de Ensino Superior focalizada na docência procura atender o processo didático e os saberes profissionais construídos e ampliados ao longo da aula como núcleo de desenvolvimento pessoal e profissional, na perspectiva da integração e da colaboração. Nesse sentido, a aula é concebida como espaço pedagógico em que professores e alunos trabalham, mantêm relação pedagógica de cunho dialógico, constroem conhecimentos, avaliam. A aula viabiliza a pesquisa como atividade didática que possibilita ao aluno responsabilizar-se pelo seu processo de aprendizagem. A aula universitária, como organização didática, permite ao aluno a participação como sujeito do seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Formação de professores. Docência. Aula universitária.

Pós-Graduação Lato Sensu

HISTERIA NA CONTEMPORANEIDADE: A LOUCURA DA ESTÉTICA

Adriana Henning Paranaguá - UniCEUB, ICPD/ CESAPE, Especialização Teoria Psicanalítica
E-mail: henning@senado.gov.br

Este trabalho tem o objetivo geral de abordar, sob a ótica psicanalítica, a trajetória da sexualidade feminina desde as investigações iniciais sobre a histeria, em que os sintomas conversivos consistiam na expressão de desejos insatisfeitos, até as novas formas de histeria na contemporaneidade, representadas pela busca incansável de um ideal corporal inatingível. Com base nas teorizações de Freud e outros autores pós-freudianos, pretende-se aprofundar os estudos sobre a sexualidade e a constituição identitária feminina, instituídas pelo exacerbado culto estético ao corpo. O objeto de estudo abrange mulheres adeptas da prática excessiva da fisiocultura e aquelas que têm compulsão por cirurgias plásticas, denominadas, respectivamente, as mulheres "saradas" e as "turbinadas". Ambas buscam, por meio da tentativa de construção de um corpo ideal, ser desejadas e reconhecidas. Percebe-se, nos dois casos, tratar-se de um processo que revela a onipotência de um corpo autoplástico, moldável de acordo com o padrão idealizado, esculpido com músculos ou com enxertos sintéticos, ainda que se tenha de adotar postura de sacrifício, haja vista as manipulações corporais invasivas e irreversíveis.Tal fato suscita a reflexão acerca da violência simbólica intrínseca a tais procedimentos e sobre as possíveis motivações psíquicas que as norteiam. O objetivo específico é investigar a dinâmica psíquica da constituição da subjetividade feminina pela construção corporal referenciada no desejo de reconhecimento do Outro. Baseando-se na obra de Lacan, evoca-se a possibilidade de a postura feminina de alienação no desejo do Outro relacionar-se a falhas no vínculo arcaico entre mãe e filha, no âmbito da dialética fálica. Por meio da análise da centralidade conferida ao corpo na transição do século XX para o XXI, o narcisismo é mencionado como possível mecanismo defensivo, enquanto demanda de complementação na inútil tentativa de aplacar inexorável falta. A construção do corpo feminino na contemporaneidade, caracterizada pelo excesso de investimento em si, parece consistir em reação frente à angústia de castração. Mediante veículos midiáticos, analisam-se novas formas de histeria na contemporaneidade por meio da descrição dos casos de Juliana Borges e de Ângela Bismarck, cujos corpos são uma metáfora da dor psíquica inscrita na carne pelo inconsciente. Por fim, constata-se que o movimento de banalização das intervenções corporais, sobretudo nas mulheres, aliado à superficialidade e à exterioridade, domina a sociedade contemporânea, a qual não investe em valores que possam estimular a constituição da subjetividade. Tal postura reflete-se na "produção" de indivíduos fragmentados e alienados de si mesmos.

Palavras-chave: Sexualidade feminina. Construção corporal. Histeria.

ESTRATÉGIA DE RELACIONAMENTO COMO VANTAGEM COMPETITIVA: UM ESTUDO DE CASO CALL CONTACT CENTER

Áurea Cristina Arruda e Maria Arlete de Sousa Lima – UniCEUB, ICPD/CESAPE, especialização em Gestão Empresarial.
E-mail: aureaarruda@hotmail.com;
ma_arletelima@yahoo.com.br

O objetivo do presente estudo de caso é analisar a estratégia adotada pela empresa Call Tecnologia, cuja importância consiste em determinar o principal fator de sucesso para que se possa, por meio de análise das informações obtidas e de fontes relevantes ao processo, permitir aos seus integrantes e, em especial, aos diretores a visão atual do posicionamento da marca na mente do público interno e na elaboração de ações que possibilitem perpetuar a sua linha de sucesso, considerando que as organizações empresariais do novo século passam por profundas transformações que se manifestam tanto na base produtiva quanto nos âmbitos financeiro e político. Nas empresas que aprendem isso, a fonte segura de vantagem competitiva duradoura é o conhecimento e o relacionamento. A gestão do conhecimento implica as práticas gerenciais e devem ser administradas no mesmo contexto em que se cria valor. Além do objetivo geral, o trabalho propõe identificar, por meio de pesquisas, as percepções dos clientes internos e externos da Call Tecnologia e analisar o ambiente organizacional da empresa e os seus efeitos sobre a estratégia adotada. O estudo está amparado em pesquisa exploratória que envolve levantamento bibliográfico de autores, tais como, CHIAVENATO (1999), KOTLER (2006), MACKENNA (1992), MONTGOMERY e PORTER (1998), MANCINI (2001), STWART (1998) e o relatório The Global Center Industry Project (2005), que traz um estudo sobre a indústria de Call Centers no Brasil. Foram consideradas publicações em jornais, artigos da internet e revistas especializadas no assunto. Realizou-se pesquisa de clima organizacional aplicada aos funcionários da empresa, cuja mostra foi composta por 178 pesquisados de um universo de 2830 colaboradores. O estudo foi desenvolvido de acordo com a metodologia utilizada nos cursos de pós-graduação lato sensu do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Os resultados poderão contribuir para a tomada de decisão estratégica de ajustamento do composto de marketing, visando agregar valor e benefícios superiores, proporcionando a satisfação de clientes atuais e futuros e a elaboração de novos produtos ou serviços com base nas intenções do público.

Palavras-chave: Capital humano. Relacionamento. Vantagem competitiva.

CONVERSÃO DE TEXTO: DO TEXTO DEGRAVADO À ELABORAÇÃO DE MATERIAL EDUCACIONAL ESCRITO

Cláudia Leite Falcão de Souza –
UniCEUB, ICPD/CESAPE, Especialização em Língua Portuguesa – Texto e Discurso
Telefones: 3223 9208 / 9966 5227
E-mail: claufalcao@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo, desenvolver metodologia para elaboração de material educacional escrito, fundamentado na análise da conversação sobre Língua Portuguesa, tendo como corpus quadro semanal de programa de rádio. Para desenvolvimento da metodologia proposta, foram realizadas etapas, eminentemente práticas, utilizando-se, como instrumentos de trabalho, o rádio, o gravador e o computador, aliados à pesquisa e à análise de fontes bibliográficas a respeito da modalidade oral e da modalidade escrita da língua. Tendo como base o modelo das operações textuais discursivas na passagem do texto oral para o texto escrito proposto por Marcuschi (2001), a metodologia de elaboração de material educacional escrito com base em texto degravado é apresentada com descrição detalhada das etapas necessárias à consecução dos objetivos propostos: degravação de texto; análise do conteúdo exposto; conversão de texto do oral ao escrito, envolvendo identificação de marcas da linguagem oral e de termos e expressões para realização de busca automática; reordenação do texto escrito; formatação do material escrito, definição de padrões, no que diz respeito à apresentação gráfica do texto, incluindo, entre outros, itens, como escolha de tipo e tamanho de fonte, paginação e espaçamento entre linhas. Assim, o texto selecionado para análise foi gravado e, posteriormente, degravado, com transcrição literal da fala e registro das ações dos interlocutores, gerando o texto-base falado que, apesar de escrito, é espelho do texto oral emitido no decorrer do programa de rádio. Com aplicação das operações do modelo utilizado e realização de procedimentos de busca automática, o texto foi analisado e inserido integralmente neste trabalho, com marcações em cores para representar as alterações feitas, correspondentes à retirada de termos e expressões típicos da linguagem oral e a repetições e redundâncias, além da reorganização da fala dos interlocutores. A proposta de desenvolvimento de metodologia de conversão de texto, contendo sugestão de projeto gráfico para publicação do texto escrito final produzido neste trabalho, visa garantir padronização, agilidade e segurança na preservação da integridade do texto. O material educacional escrito elaborado com base em conversação sobre Língua Portuguesa abre espaço para novas áreas de investigação e para a publicação de outras fontes de pesquisa e gera impactos na ampliação da aplicabilidade das experiências discutidas oralmente. Com o trabalho prático desenvolvido, pode-se comprovar a redução textual causada pela retirada de termos e expressões típicos da linguagem oral e de repetições e redundâncias. O texto escrito final deve ser fiel ao que foi dito, apenas a linguagem oral deve ser transformada em escrita, com retirada de termos e expressões, repetições e redundâncias e sem

alteração do nível de linguagem, garantido, assim, fidedignidade e autenticidade do texto. O uso de linguagem informal típica da linguagem oral, atrelado a projeto visual gráfico, garante a produção de material educacional escrito com mais facilidade de aprendizagem e proximidade com o leitor.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Oralidade. Escrita. Conversão. Degravação.

FIBROMIALGIA: UM NOVO SENTIDO PARA A DOR DE EXISTIR

ELIA TIE KOTAKA – UniCEUB/ICPD
Especialização em Teoria Psicanalítica
E-mail: eliatie@terra.com.br

Este trabalho teve por objeto a pesquisa sobre a síndrome denominada fibromialgia, abordada sob os aspectos médicos e psicanalíticos, articulando pressupostos teóricos das duas áreas de conhecimento, num diálogo que constitui o princípio da psicossomática. Isto permite a obtenção da compreensão profunda no que tange ao enigma apresentado por esse elemento nosológico, especialmente quanto a possíveis causas que levam ao seu aparecimento em maior número nas mulheres. Para tal, foi realizado levantamento bibliográfico do assunto na literatura médica e psicanalítica, inclusive, em portais eletrônicos. As doenças psicossomáticas têm sido amplamente discutidas e podem causar polêmica quanto aos aspectos não-médicos envolvidos, pois, além do estudo dos aspectos biológicos, buscarão, nos pressupostos da psicanálise, aprofundar o conhecimento sobre a causa da formação de sintomas, o que retrata a divergência entre os discursos da medicina e da psicanálise. A possibilidade do entendimento das doenças como um processo, no qual participam soma e psique, constitui passo importante para a compreensão e o tratamento de muitas enfermidades. A fibromialgia, neste contexto, apresenta subjetividade e desempenha papel importante em seu desencadeamento, com sinais e sintomas que podem ser tratados sob a abordagem psicossomática. A dor constitui o sintoma principal, seguido por outros sintomas, tais como, perturbações do sono, sono não reparador, fadiga, depressão e dor de cabeça. O discurso médico mostra que a sua etiologia não parece ter causa única, pois, no exame físico, são detectados pontos dolorosos, e os exames laboratoriais mostram a presença de alterações nos níveis de serotonina e da substância P no sangue. A visão psicanalítica enfatiza a questão da perda do objeto amado e do desamparo a dominar o sujeito, o que tem levado os pesquisadores a enfatizar os aspectos referentes à feminilidade, à sexualidade e à posição feminina do sujeito. O quadro clínico apresentado por esta síndrome é constituído por dor física intensa, migratória, em indivíduos geralmente do sexo feminino, cuja história leva à percepção de condições de fragilidade diante de algum tipo de perda, luto e melancolia. A dor surge como repetição de experiência vivenciada anteriormente, que volta a repetir-se de forma inconsciente. No contexto da psicossomática, o tratamento sintomático com medicamentos é um dos instrumentos utilizados. O medicamento não elimina o elemento gerador do sintoma, isto é, a causa que produz efeitos auto-destrutivos para o sujeito, mas proporciona alívio temporário do sofrimento. Isto implica a necessidade da busca do conhecimento sobre a causa da doença, em que a psicanálise apresentará grande contribuição. Somente com a compreensão da doença, será possível a atuação clínica ampla, a abordagem da relação entre mente e corpo e a busca do sentido dos conteúdos psíquicos e da linguagem corporal. O aspecto mais importante no tratamento dos sujeitos com fibro-

mialgia seria a superação de seus mal-entendidos, seus impasses e, conseqüentemente, a sua dor de existir.

Palavras-chave: Fibromialgia. Psicossomática. Dor de existir.

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E O USO DO AMIANTO: BANIMENTO OU USO CONTROLADO? UMA VISÃO HUMANÍSTICA EM FACE DA SAÚDE DO TRABALHADOR

JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO
E-mail: jr.nascimento@terra.com.br
Fones: 99765744 e 32739959
UniCEUB, ICDP. Especialização em Direitos Humanos

O amianto, mineral utilizado largamente no Brasil, foi banido do continente europeu, considerando a sua nocividade à saúde do trabalhador, depois de décadas de estudos e pesquisas pelos mais renomados de institutos e hospitais em nível mundial, que constataram, cientificamente, uma série de doenças causadas aos trabalhadores, mesmo que o contato com a substância tenha sido realizado de acordo com rígidas normas de proteção. Visa este trabalho trazer considerações reflexivas sobre o meio ambiente do trabalho como direito humano fundamental e, nesse contexto, demonstra-se que o amianto deve ser banido no Brasil, eis que fere a dignidade da pessoa humana, pois afeta a saúde do trabalhador e, em última análise, a própria vida. Para tanto, utilizou-se de estudos e pesquisas realizados no exterior, do entendimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sem descuidar-se da legislação pátria, além das discussões no âmbito do Poder Judiciário e dos projetos de lei em trâmite no Poder Legislativo. Não se pode olvidar que o banimento do mineral causará desemprego a milhares de trabalhadores em decorrência da desativação não só da única mina onde é extraído, mas também, via de conseqüência, das fábricas que utilizam o amianto como matéria-prima. Reconhece-se que o direito ao trabalho está inserido entre aqueles previstos no texto constitucional (art. 6º) como um direito social fundamental. Entretanto, da mesma forma, a saúde do trabalhador também se encontra nesse contexto, na medida em que o Estado tem o dever de protegê-la, visando ao bem-estar do cidadão trabalhador ou não. Entre o direito ao trabalho e o direito à saúde, prioriza-se a saúde do trabalhador, que é, em síntese, o direito à própria vida, "o bem supremo do homem", nas palavras de Hanna Arendt. Por isso, é de suma importância a busca de instrumentos e meios para conciliar os direitos fundamentais à saúde e ao trabalho. Nessa linha, sugestões foram feitas para a substituição do amianto por produtos e ou substâncias que não sejam nocivas à saúde do trabalhador. Tem-se utilizado, no Brasil, com recomendação da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Polipropileno (PP) e o Poliálcool Vinílico (PVA), sobretudo, no setor de fibrocimento, em substituição ao amianto. Ainda assim, deve o governo incentivar as pesquisas para as descobertas de outras formas de fibras alternativas capazes de substituir o amianto, a exemplo do uso de sisal, cânhamo, coco, juta, bagaço de cana, etc. Demonstra-se a preocupação com o eventual desemprego de milhares de trabalhadores e a implementação de políticas públicas para que tal fato não ocorra, sem descurar do meio ambiente

do trabalho sadio e equilibrado. Nessa linha, será atendido tanto o princípio do direito ao trabalho quanto o do direito à saúde e à vida, respeitando, assim, o princípio maior, o da dignidade da pessoa humana, fundamental em todo o sistema jurídico.

Palavras-chave: Meio ambiente do trabalho. Banimento do amianto. Dignidade da pessoa humana.

A DEMONIZAÇÃO NOS SERMÕES DE ANTONIO VIEIRA (DE 1651 A 1663)

Marcelo Tadeu dos Santos
UniCEUB, ICPD/ CESAPE
Especialização em História, Sociedade e Cidadania
E-mail – marcelotadeu73@gmail.com
Fone: (61)33393332/(61)84950733

Entre 1652 e 1661, o padre Antonio Vieira esteve na missão do Maranhão e Grão Pará, num momento marcado pelo intenso conflito de interesses entre segmentos inseridos no processo de colonização. Suas opiniões, caracterizadas pela idéia de um Estado português comprometido com os desígnios de Deus e da propagação da fé católica, postulados pelos valores tridentinos, fizeram-no confrontar-se com os interesses de outros segmentos políticos. Contrário à escravização dos índios, que ocupava o centro desse embate, Vieira assumiu atitude ativa, coerente com seus valores religiosos e suas convicções políticas. Seus apelos à coroa portuguesa estavam voltados para o estabelecimento da justiça real cujo compromisso havia sido ditado pelo pacto que tornou os portugueses o povo escolhido para o estabelecimento da Cristandade, ou seja, o reino de Deus na terra. A pesquisa busca entender o que vem a ser a Cristandade com base em simbologia específica contida nos Sermões, proferidos pelo Padre Vieira, apontando para o que, inicialmente, define-se como demonização. A questão central está no contexto colonizador português, identificado por conflitos entre segmentos e interesses que compõem a realidade do Brasil-colônia e que se distanciam da perspectiva de um projeto centralizado em que a monarquia detém controle fixo e rígido, voltado única e exclusivamente para a vontade do rei. Este ponto é caracterizado pela influência de importantes trabalhos desenvolvidos pelo historiador português Antonio Manuel Hespanha e suas teses que indicam a definição do Estado do século XVII como corporativo e não-absolutista. A configuração política em que Vieira e os demais segmentos estão inseridos é distinta por contexto de intenso conflito, de disputa entre interesses e propostas, e os Sermões apresentam-se em ampla teia simbólica que demarca fronteiras, classifica os adversários e sugere proposições. O estudo dos Sermões sob a perspectiva que focaliza a cultura política de época determinada, no caso, o século XVII, constitui a análise destes símbolos, da importância que assumem em um cotidiano bastante complexo e da forma como Vieira busca levá-los aos ouvintes, na tentativa de convencê-los da legitimidade de suas proposições. Antes de configurarem como mensagens espirituais, os Sermões de Antonio Vieira são textos políticos que demarcam posição específica, o que leva à problematização sugerida, ou seja, a demonização como reflexo de embate em que se busca impor um conjunto de proposições. Trabalhos de Alcir Pécora, Beatriz Catão Cruz Santos, Luiz Felipe Baeta Neves, João Lúcio de Azevedo e Antonio José Saraiva constituíram importantes recursos para a análise dos Sermões e para melhor compreensão da personalidade de Antonio Vieira.

Palavras-chave: Antonio Vieira. Cultura política. Brasil-Colônia.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PATRIMÔNIO DA COOPERAÇÃO ESPANHOLA NO BRASIL: PROJETO ESCOLA-OFICINA DE SALVADOR

MARIA BEATRIZ LARA BONILLA –
UniCEUB, pós-graduação lato sensu
em Relações Internacionais
com Ênfase em Cooperação Internacional
E-mail: beatriz_lara_bonilla@hotmail.com

No contexto de maior exigência na eficácia da ajuda ao desenvolvimento, analisa-se e avalia-se o projeto de cooperação internacional Escola-Oficina de Salvador, desenvolvido entre o governo da Espanha, por meio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, e o governo do Brasil, por diferentes contrapartes do Governo Federal e do governo local de Salvador. A Escola-Oficina de Salvador é um projeto inserido no Programa de Escolas Oficinas, uma das linhas de ação do Programa de Patrimônio da Cooperação Espanhola na América Latina. O modelo de escola-oficina inspira-se no programa realizado na Espanha, desde 1985, que combina a recuperação do patrimônio material, mediante a restauração de prédios, e a recuperação social, mediante a formação e a inserção no mercado de trabalho de jovens desempregados em situação de risco social. O potencial do projeto está na dupla valorização comunitária: por um lado, como espaço de formação de mão-de-obra especializada, de acordo com metodologia que valoriza a experiência em oficinas de aprendizagem, e de desenvolvimento do aluno-cidadão; por outro lado, como local de trabalho para jovens carentes. Cada turma está formada por 100 alunos com idades compreendidas entre 18 e 24 anos, que se especializam em sete modalidades: pintura, atividade de pedreiro, carpintaria, marcenaria, cantaria, estuque e ferro forjado. Como incentivos que permitam a continuidade e a dedicação exclusiva, possibilita-se que os alunos completem os estudos básicos, oferecendo bolsa de estudo, seguro de saúde e acidentes, vale-transporte e alimentação diária durante a realização do curso. Até o ano 2005, foram formados 187 alunos que receberam a certificação após completarem o total de 3.872 horas ministradas durante 24 meses. O projeto constitui referencial a novos programas de recuperação patrimonial e social, avaliados para implementação em outros estados brasileiros, por ser experiência pioneira que tem conseguido a recuperação da memória histórica da cidade, com a restauração de prédios significativos, e 70% de inserção social de jovens formados nas seis turmas pela escola-oficina. Avalia-se o projeto com a finalidade de extrair ensinos que possam ser repassados às restantes escolas-oficinas da Cooperação Espanhola e de construir modelo alternativo com base nas falhas encontradas no projeto atual, fundamentalmente no que se refere à sustentabilidade.

Palavras-chave: Cooperação técnica internacional Brasil-Espanha. Inclusão social de jovens. Restauração de prédios históricos.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA EM PARCERIAS TRIANGULARES COM PAÍSES DESENVOLVIDOS EM BENEFÍCIO DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

PATRÍCIA DA ROCHA CANUTO
UniCEUB, ICPD
Especialização em Relações Internacionais com Ênfase em Cooperação Internacional
E-mail: patriciacanuto@gmail.com

Este estudo objetiva apresentar reflexão sobre a evolução do conceito de ajuda externa para o de cooperação para o desenvolvimento, destacando a noção de parceria internacional como meio eficaz de contribuir com o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos e, conseqüentemente, de combater a pobreza e a miséria mundial. Os objetivos específicos são: explorar, sob o foco da teoria globalista das relações internacionais, os princípios e as características da cooperação norte-sul e da cooperação sul-sul; explicitar as diferenças entre as estratégias de atuação dos países desenvolvidos e as dos em desenvolvimento no âmbito da cooperação; com base na análise de características, traçar um modelo ideal de cooperação que seja eficaz para os países mais pobres. A conformação do novo modelo de atuação dar-se-ia com a junção dos componentes da cooperação financeira, tradicionalmente prestada pelos países desenvolvidos como reforço à reserva de capital físico dos países em desenvolvimento, aos elementos da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), modalidade da cooperação sul-sul que estimula a parceria entre países em desenvolvimento, ao provê-los de recursos e conhecimentos técnicos adequados, a fim de valerem-se dos próprios meios para alcançar o desenvolvimento nacional sustentável. A chamada cooperação técnica norte-sul-sul surge como parceria inovadora que une as capacidades técnicas e financeiras disponíveis tanto dos países em desenvolvimento quanto dos países desenvolvidos, em benefício do desenvolvimento internacional e da melhoria da qualidade de vida das nações mais pobres. Esta investigação é de cunho documental e tem por base os dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (2007) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2006). O trabalho desenvolve-se conforme os passos a seguir: reflexão dos conceitos de ajuda externa e de cooperação internacional para o desenvolvimento; identificação das características da cooperação norte-sul e da cooperação sul-sul no âmbito da cooperação para o desenvolvimento; esquematização das diferenças conceituais; delineamento de modelo de parceria inovadora por meio da discussão da triangulação na cooperação internacional; estudo de caso da cooperação técnica brasileira em esquemas trilaterais com países desenvolvidos em benefício de países em desenvolvimento. Ao tratar da experiência brasileira em dois projetos de cooperação técnica trilateral, firmados com

o Canadá e com a Espanha em favor do Haiti, cujo resultado foi a conformação de atuação técnica e financeira conjunta para alcançar objetivos de interesse mútuo naquele país, conclui-se que a cooperação triangular, ao promover a articulação das políticas de interesse comum e dos recursos disponíveis nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, surge como alternativa inovadora de parceria internacional capaz de viabilizar ações e projetos eficazes e eficientes no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Triangulação. Cooperação técnica internacional. Cooperação sul-sul.

O PAPEL DA CURA NA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PESSOA ENTRE OS NEOPENTECOSTAIS

Marconi Martins de Araújo
UniCEUB, ICPD, Especialização em História, Sociedade e Cidadania
marconi.araujo@df.trf1.gov.br
Orientador: Dr. Gilson Ciarallo

É notório o fato de que os pentecostais no Brasil souberam, ao longo do tempo, explorar as demandas provenientes de contextos sociais caracterizados por desemprego, violência, enfraquecimento da Igreja Católica e má qualidade de serviços públicos de saúde. Assim, a oferta de serviços terapêuticos de cunho mágico tem-se revelado, entre eles, como um potencial meio de conversão. Ao contrário da tradição religiosa brasileira que, sob o signo da experimentação, permite aos sujeitos transitar entre diversos sistemas de sentido, sem aderir, exclusivamente, a nenhum deles, parece que a experiência da cura entre os neopentecostais subverteria esta lógica, tornando-se condição de construção da noção de pessoa. Se a terapêutica pressupõe ruptura com um conjunto de práticas, crenças e valores, identificados com o estilo de pré-conversão, o papel da cura não seria mera etapa de adesão, mas um processo institucional de vigília difusa e global, pois envolveria todos os domínios da vida social do doente. Assim, o presente estudo investiga como os serviços mágico-religiosos neopentecostais reconfiguram as identidades sociais – elaborando fronteira simbólica religiosa – e como esta última se articula com valores e práticas discursivas tradicionalmente rechaçadas pelo Catolicismo, tornando-os passíveis de serem informados pelo sagrado.

Palavras-chave: Neopentecostal. Papel da cura. Identidade social.

ASPECTOS SOCIAIS DECORRENTES DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA NO ALTO RIO NEGRO/AM

Thais Mary Machado Bandeira de Melo UniCEUB, ICPD,
Especialização em História, Sociedade e Cidadania
thaismbandeira@uol.com.br

A pesquisa analisa como os cidadãos beneficiários do Programa Bolsa-Família, domiciliados em São Gabriel da Cachoeira no Alto Rio Negro/AM, têm acesso ao saque do benefício e quais aspectos sociais decorrentes desta política pública de inclusão podem ser observados neste município, em que 90% da população são indígenas. São Gabriel da Cachoeira é o terceiro maior município do país, localiza-se na fronteira da Colômbia e da Venezuela e pode ser considerado convencional em muitos aspectos, mas o diferencial é a população. Em área de 109.185 Km2, banhada pelo rio Negro e seus afluentes, cercada pela floresta, pelos índios e pelas montanhas, vive uma população de, aproximadamente, 34.000 habitantes, dos quais cerca de 27.000 são índios e descendentes. A maior parte das terras do município é indígena, cujo acesso depende de autorização da FUNAI. O idioma oficial é o português, mas existem mais de 500 comunidades de 23 etnias diferentes, o que viabilizou a cooficialização, no município, das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa. Na cidade, os postos de comando são ocupados por forasteiros, e existe forte presença do exército que recruta os índios conhecedores da floresta. Eles são dependentes dos comerciantes, de maioria branca, para escoar sua produção – artesanato, cestaria e farinha – e comprar produtos industrializados. O acesso a São Gabriel da Cachoeira dá-se por via aérea ou fluvial, inexistindo malha rodoviária de ligação a Manaus. A BR 307 corta o município e liga-o ao distrito de Cucuí, na divisa com a Venezuela. Neste contexto, a proposta é, por meio de questionário objetivo, identificar como a população recebe o Bolsa-Família, tendo em vista a presença da Caixa Econômica Federal dar-se por intermédio de único correspondente lotérico na sede do município. Algumas questões levantadas referem-se à permanência das crianças na escola, aos bens adquiridos com os recursos, à associação do Programa com a figura pública do Presidente do Brasil, entre outras. Em junho de 2007, foram entrevistados 59 beneficiários do Programa, sendo apenas um não-índio ou descendente. Das 23 etnias indígenas existentes no município, nove foram ouvidas. Do total de entrevistados, 83% associam o Bolsa-Família ao Presidente Lula. Fora da sede do município, residem 39% dos beneficiários, sendo que 79% deslocam-se por meio de barcos para receber o benefício, 11%, de ônibus, 5%, de caminhão, e 5%, a pé. Certificou-se que o Programa Bolsa-Família chega aos brasileiros de maneiras distintas, pois ter acesso ao benefício em uma capital, como, por exemplo, Brasília, é completamente diferente de receber em São Gabriel da Cachoeira, em Amazonas.

Palavras-chave: Bolsa Família. Indígenas. São Gabriel da Cachoeira.

A EQUOTERAPIA E O BRINCAR: RELAÇÕES TRANSFERENCIAIS NA EQUOTERAPIA E O USO DO CAVALO COMO OBJETO TRANSICIONAL

RODRIGO MACIEL RAMOS UniCEUB, ICPD/ CESAPE
Especialização em Teoria Psicanalítica
rodrigomago@uol.com.br
Telefone: (61)32745765- 81118231

A Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo sob abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência. No presente trabalho, é realizada discussão teórica sobre a possível vinculação entre as relações transferenciais na Equoterapia e o uso do cavalo como objeto transicional. Busca-se demonstrar que a atitude contratransferencial baseada em atitudes positivas – tais como, aceitação incondicional, confiança e alegria – leva à facilitação na criação de vínculo entre o praticante e o terapeuta pelo qual, uma vez estabelecido, este pode apresentar àquele o cavalo como objeto transicional. Este animal tem características citadas por Winnicott como próprias de um objeto transicional, tais como, textura e maciez do pêlo, calor e vitalidade, que se referem ao primeiro objeto relacional de um ser humano, o seio. A relação do praticante com o cavalo dá-se na ordem do imaginário, em que o animal passa a ser dotado de poderes e atitudes mágicas, em zona fronteiriça entre o mundo interno e o externo. Sendo a Equoterapia atividade lúdica, tem-se a possibilidade de explorar o cavalo como um objeto transicional e levar o praticante a desenvolver-se com plenitude, por meio do brincar, que é uma forma espontânea e eficaz pela qual se externaliza o que é interno e tem-se a oportunidade de adequar o mundo imaginário ao real, fortalecendo o verdadeiro self. A utilização do cavalo como objeto transicional pode ser útil tanto para praticantes com grave comprometimento físico e mental, pois enriquece o arcabouço de experiências sensoriais, motoras, afetivas e cognitivas, como também para praticantes menos comprometidos e que podem vir a controlar, de forma independente, um cavalo, pois passam da situação de controle imaginário para a efetiva ação de domínio de um animal de, aproximadamente, 400 a 500 quilos, mediante os programas de Equoterapia – hipoterapia, educação e reeducação, pré-esportivo e hipismo adaptado – em que há a possibilidade do resgate da ludicidade humana e do aprendizado para aqueles que, por diversos motivos, não tiveram um objeto transicional em sua infância. Essa discussão foi originada com base em um trabalho vivencial com Equoterapia, na equipe interdisciplinar do Centro Básico de Equoterapia General Carracho, da ANDE-BRASIL (Associação Nacional de Equoterapia), confrontado com as teorias psicanalíticas de Donald Woods Winnicott, autor de livros sobre psicanálise e desenvolvimento humano, o que possibilitou embasamento e aprofundamento no estudo da Psicologia aplicada à Equoterapia.

Palavras-chave: Equoterapia. Relações transferenciais. Objeto transicional.

FALTA O TÍTULO DO RESUMO

THIAGO ABREU MOREIRA
Thiagoam2002@yahoo.com.br
3327-3255/ 9228-3419
Gestão Ambiental: Ferramentas para a Tomada de Decisões

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a percepção dos usuários sobre a conservação dos recursos ambientais e a infra-estrutura do Parque Nacional de Brasília, o PARNA, localizado no Distrito Federal, em área de 30000 hectares, com perímetro de 80 km. A metodologia utilizada baseou-se na análise de informações documentais, referentes à gestão ambiental integrada, junto às instituições responsáveis pelas políticas e pelos programas de gestão das unidades de conservação, especificamente, do Parque Nacional de Brasília, além de material obtido na internet sobre os temas atinentes à pesquisa. Foi analisado o perfil dos usuários por meio de dados, como: escolaridade, renda familiar e local de moradia. Identificou-se a percepção dos usuários em relação à importância da conservação do PARNA, sob o ponto de vista da preservação e da conservação dos recursos ambientais e verificou-se como os usuários consideram a infra-estrutura com ênfase na segurança. A pesquisa indica que os freqüentadores de final de semana, com escolaridade de ensino fundamental e médio e nível superior incompleto, são menos esclarecidos, têm renda familiar baixa e moram nas cidades satélites. Os usuários de nível superior que freqüentam o PARNA durante a semana são assíduos, têm renda familiar alta e é um grupo pequeno que pratica esporte. Os entrevistados que freqüentam o PARNA durante a semana e nos finais de semana dizem que a infra-estrutura é boa. A comunidade brasiliense vê o PARNA como um espaço de lazer para família e amigos, prática de esporte, descanso, apreciação da natureza. Conclui-se que o resultado foi satisfatório, serve de base para estudos mais aprofundados e permite revisão de conceitos, como o papel do IBAMA frente à sensibilização e à conscientização dos freqüentadores do PARNA durante a semana e os finais de semana.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Unidades de conservação. Parques nacionais.

PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: A METODOLOGIA E OS RESULTADOS DO FUNDO PARA A EQÜIDADE/ IGUALDADE DE GÊNERO DA AGÊNCIA CANADENSE DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, IMPLEMENTADO NO BRASIL DE 1995 A 2005

VIDYA ALVES MOREIRA
UniCEUB, ICPD, Especialização em Relações Internacionais com Foco em Cooperação Internacional
E-mail: vidyamoreira@gmail.com

Este trabalho tem como tema central a participação e a autonomia em projetos de gênero da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Essa questão é verificada com base em Estudo de Caso do Fundo para Eqüidade/ Igualdade de Gênero (FG/FIG) da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI-CIDA), implementado no Brasil no período de 1995 a 2005. A pesquisa recupera o itinerário do Fundo e, por meio de metodologia qualitativa de análise documental dos arquivos do FG/FIG, acrescida de registros verbais extraídos de entrevistas com técnicos responsáveis pela gestão e pelo acompanhamento do Fundo, com membros participantes dos Comitês do FG/FIG e com parceiros beneficiários, analisa etapas, estrutura, estratégia, metodologia, operacionalização, sistematização, avaliação e resultados, a fim de verificar como foram participativos e promoveram a autonomia dos parceiros beneficiários. Exploram-se quais foram as contribuições para as questões de gênero nessas instituições. No marco teórico, descrevem-se estudos dos autores Akyeampong (2004), Franco de Sá (2006), Simião (2006) e Scherl (2007) sobre projetos de cooperação internacional que buscaram ser participativos e verifica-se que isso pode apresentar-se como condição prévia, em alguns programas, como meio e resultado esperado, em outros, e como vitrine, para justificar a aplicação de recursos ou a implementação de certas medidas. Em seguida, aprofundam-se os conceitos de participação e autonomia e seus diferentes níveis, sua abordagem na cooperação internacional e os requisitos necessários para que sejam efetivos em projetos de cooperação. Para tanto, foram utilizadas as teorias dos autores Ellerman (2001), Bordenave (1994), Arnstein (1969), Akyeampong (2004), Kaplan (2000), Fukuda-Parr (1995), Steinberg (1985), Costa (2004) e Campos (2006). Com base nisso e de acordo com as a teoria de YIN (2005) sobre a construção de um estudo de caso, procedeu-se à análise por meio da construção de sete pontos de observação e uma escala de oito graus que buscaram verificar a participação e a autonomia das instituições beneficiárias nas diferentes etapas do Fundo no Brasil. Conclui-se que a participação e a autonomia são conceitos relativamente fáceis de verificação no plano ideal, mas, diante da complexidade que envolve as atividades da cooperação internacional, a temática exige olhar profundo e com disposição de recolher as peculiaridades de todos os atores envolvidos.

Palavras-chave: Cooperação internacional. Participação. Autonomia.

Pós-Graduação Stricto Sensu

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: QUESTÃO QUE TRANSCENDE AOS ASPECTOS MILITARES

Dr. Roberto Armando Ramos de Aguiar (orientador)
Adriano Portella de Amorim (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas portelladeamorim@ig.com.br

Recentemente, foi editado o Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005, por meio do qual foi aprovada a Política de Defesa Nacional. Trata-se do primeiro ato formal do poder público a respeito do assunto. Mas, quais são os fundamentos de uma política dessa natureza? Como articular a política de defesa com outras políticas públicas? Será possível, no jogo do poder, conciliar ou harmonizar interesses em torno de questões que transcendem as meras políticas de governo para projetar uma estratégia de longo prazo da qual participem todos os atores políticos? Essas são algumas das inquietações que permeiam a pesquisa, cujo objetivo é colocar em discussão aspectos conceituais com fundamento nos quais se pretende melhor compreender os mecanismos de elaboração, de transformação de situação em problema e da viabilidade de implementação, mediante a tomada da decisão política que se revelou adequada. A análise dessas questões leva a romper com o senso comum e a desvelar que a política de defesa nacional não se circunscreve apenas ao campo militar. Tem-se, em razão do advento da democracia e de seu processo de consolidação no Brasil, mudança de ordem conceitual a respeito dos temas sobre segurança e defesa, especialmente quanto às características e às naturezas das ameaças – efetivas ou potenciais – que podem colocar em risco o país, sejam de ordem militar ou não. Portanto, os conceitos sob exame serão objeto de intensa discussão, com o propósito de desvelar seus princípios, suas naturezas transdisciplinares e a necessidade da combinação do Direito com as políticas públicas, de modo que defesa e segurança não se reservem a partes privilegiadas da sociedade ou a projetos de poder pelo poder, mas representem algo amplo e justo. Nessa ordem de idéias, o fio condutor da pesquisa leva à interdependência dos temas numa simbiose que se amplia e dispersa-se na complexa teia de relações e conflitos internos e externos, cujos múltiplos efeitos trespassam as diversidades culturais, econômicas e valorativas de todos os atores sociais que podem estar envolvidos, influenciam ou deixam-se conduzir pelas questões afetas à segurança e à defesa. Por pertinente, no que tange às Forças Armadas, a continuidade dessas instituições há de ser mantida embora, em sua natureza, objetivos, processos e juridicidade, observados os cenários nacional e internacional (regional), no Estado Democrático de Direito, abrange-se o instituto da garantia da lei e da ordem segundo os princípios contidos na Constituição Federal, enfrentando as questões afetas aos Poderes da República, numa visão de democracia que possa atender aos anseios da atualidade. Entre as inquietações que permeiam a pesquisa, estão: a ruptura com o senso comum de que a defesa nacional é matéria situada exclusivamente no campo militar; a reflexão sobre os efeitos

da atuação predominante do Presidente da República e do Executivo, dispondo a respeito da matéria, não obstante a Constituição situar o tema na competência da União (inc. III do art. 21); as ponderações quanto à falta de legitimidade e à pouca participação do Legislativo nos debates e na formulação de princípios capazes de representar a diversidade de interesses envolvidos; a formulação de políticas públicas de caráter transdisciplinar; o problema e as dificuldades resultantes da atuação do Ministério da Defesa na coordenação da Política de Defesa Nacional; as reflexões a respeito de alternativas para a construção de princípios consensuais de justiça, com base nos quais a segurança e a defesa possam ser alcançadas.

Palavras-chave: Direito público. Soberania. Defesa nacional. Políticas públicas.

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DOS INSTITUTOS DO AMICUS CURIAE E DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO MECANISMOS DE INTERPRETAÇÃO PLURALISTA COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA

Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (orientador)
Aléssia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese (mestranda)
UniCEUB, Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas, alessialima@yahoo.com.br.

A presente pesquisa é desenvolvida na área de concentração Direito e Políticas Públicas, inserida na linha de pesquisa Estado, políticas públicas e domínio econômico-social e possui como tema a atuação do Supremo Tribunal Federal no contexto da democracia participativa, por meio da análise do instituto do amicus curiae e da convocação de audiências públicas como mecanismos de interpretação pluralista com a participação da sociedade organizada. O objetivo geral do trabalho é verificar os limites e as perspectivas da atuação do Supremo Tribunal Federal quando da utilização dos mecanismos de admissão do amicus curiae e da realização de audiências públicas, a teor do que dispõe o § 2º do art.7º da Lei 9.868/99 e § 1º do art. 6º da Lei 9.882/99 no sistema de controle jurisdicional de constitucionalidade brasileiro para o desenvolvimento da jurisdição constitucional democrática sob a ótica da teoria discursiva e no âmbito da sociedade aberta. Apontam-se como marcos teóricos da pesquisa, o modelo proveniente da Teoria Discursiva do Direito e da Democracia, de Jürgen Habermas, e o conceito de sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, de Peter Häberle. Com efeito, as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas da ação governamental voltado à intervenção no domínio social. Contudo, o conceito de políticas públicas, inserido no contexto da democracia participativa, transcende aspectos exclusivamente governamentais e engloba as discussões sociais que trazem para a arena pública questões e temas antes silenciados ou considerados como não pertinentes ao diálogo coletivo. A política é mais ampla que o conjunto de planos governamentais, pois realiza-se num processo de escolha com a participação da sociedade organizada, guiada por uma norma fundamental: a Constituição, entendida como um sistema aberto de regras e princípios. Nesse sentido, a revisão jurisdicional exercida pelos ordenamentos jurídicos, seja de inspiração kelseniana (sistema concentrado), seja de influência estadunidense (sistema difuso), não obstante suas peculiaridades, optaram por conferir ao tribunal de jurisdição suprema o papel de instâncias únicas ou privilegiadas (últimas) de interpretação das Cartas Políticas, as quais são aquilo que a suprema corte diz que são, isto é, as novas interpretações dadas pelo "oráculo da Constituição" implicam tomadas de decisões. Dessa forma, considerando a concentração de poder nas mãos dos magistrados, estar-se-ia revivendo o "governo

dos juízes" ou, modernamente, o Judiciário seria como o "superego da sociedade órfã", conforme Ingerborg Maus, considerando que o ativismo judicial dos tribunais constitucionais teria contribuído para a expansão do poder autocrático, sem que formas equivalentes de controle tenham sido desenvolvidas. Contudo, outra corrente teórica propõe a concepção de jurisdição constitucional como instrumento de defesa democrático a ser desenvolvido na sociedade "aberta de intérpretes". Além disso, para que o Tribunal Constitucional não se torne uma instância autoritária de poder, Häberle resgata a idéia da sociedade aberta de Popper, ou seja, a sociedade não apenas tolera, como também estimula internamente, por meio das instituições democráticas, a liberdade dos indivíduos e dos grupos, tendo em vista a solução dos problemas sociais, construída por diversas experiências que se desenvolvem continuamente. Assim, o círculo de intérpretes da Lei fundamental deve ser ampliado para englobar não apenas as autoridades públicas e as partes formais nos processos de controle de constitucionalidade, mas também grupos sociais organizados atuando como "pré-intérpretes", que, de uma forma ou de outra, vivenciam a realidade constitucional democrática. Na realidade brasileira, a possível abertura do círculo de intérpretes está a operar-se por meio da Lei nº. 9.868, de 10 de novembro de 1999, com destaque ao § 2º do artigo 7º, que permite a manifestação de órgãos ou entidades, desde que os postulantes demonstrem a representatividade e a relevância da matéria. Esse dispositivo inaugura a presença do amicus curiae no processo de controle de constitucionalidade. Com a adoção dessa medida, entre outras, como a realização de audiências públicas, a teor de que dispõe o § 1º do art. 6º da Lei 9.882/99, vislumbra-se uma parcela do que se denomina cidadania "procedimentalmente ativa". Assim, embora a decisão final, isto é, a palavra final sobre a interpretação da Constituição, seja proferida pelo Supremo Tribunal Federal, suas conclusões deverão ser amplamente fundamentadas e expostas ao debate público. O tema proposto pode contribuir para a discussão, no âmbito da jurisdição constitucional, das bases da sociedade democrática.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal. Democracia participativa. Sociedade organizada.

ESTATAL E TERCEIRIZAÇÃO

Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva (orientador)
Alexandre Lobão Rocha (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas lobaorocha@bol.com.br

O projeto de dissertação pretende delimitar a investigação dos problemas atinentes ao acesso à Justiça pela população carente, sob o foco da política pública da assistência judiciária mantida pelo Estado, abordando os modelos alternativos de assistência e as perspectivas de terceirização desse serviço. A motivação adveio da experiência adquirida pelo autor ao longo de quase duas décadas, atuando como Defensor Público da União. Contribuíram as discussões desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Lei, Estado e Sociedade, particularmente sobre a formação do Estado e do pensamento jurídico brasileiros, que permitiram perceber a lacuna histórica no trato da questão do acesso à Justiça como tema institucional na formulação de políticas públicas no Brasil. Só a partir dos anos 1980, o tema do acesso à Justiça passou a freqüentar a agenda de reformas e modernização do Poder Judiciário, sob a alegação de buscar a maior democratização dos seus serviços, principalmente, para as camadas de baixa renda. Portanto, trata-se de demanda recorrente, pois expressa um problema não-resolvido ou mal resolvido, por isso tem voltado ao contexto político e à agenda governamental. No plano internacional, a base teórica para a discussão sobre a democratização do acesso remonta às três últimas décadas do século passado, particularmente, a publicação, em 1978, do relatório de Mauro Cappelletti e Bryan Garth , traduzido no Brasil, dez anos mais tarde, sob o título de Acesso à justiça. Os autores lembram que a agenda de reforma do judiciário com ênfase para a assistência judiciária ganha espaço na década de 60 do século passado, quando eclodiram movimentos culturais de forte conteúdo social. O estudo comparativo dos sistemas jurídicos de países europeus e dos E.U.A. serviu de base àqueles autores que concluíram pela existência de dois principais modelos ou sistemas de assistência judiciária aos necessitados: o sistema judicare, de origem européia, e o sistema dos "escritórios de vizinhança", de inspiração norte-americana. Na América Latina, Alejandro M. Garro observa a prevalência de três modelos principais: o primeiro, onde o Estado mantém a carreira de defensores públicos com dedicação exclusiva à assistência dos necessitados; o segundo, em que os juízes e os tribunais designam os advogados para a assistência em causas específicas; e o terceiro, dependente da assistência prestada por setores especializados das instituições de classe dos advogados e por clínicas jurídicas organizadas pelas faculdades de Direito. Feito o registro dos modelos identificados por Cappelletti-Garth e Alejandro Garro, é propósito investigá-los mais profundamente e de forma sistemática por intermédio da literatura especializada. No Brasil, a indicação do modelo adotado emerge do texto constitucional, que o erigiu em garantia fundamental, ao dispor, no artigo 5º, inciso LXXIV, que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". No artigo 134, atribuiu à Defensoria Pública a execução da política pública de assistência judiciária. As normas gerais de organização e competência da

Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e Territórios e dos Estados estão traçadas na Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994. Observada a seqüência desse sistema legal, constata-se a existência de base normativa de matriz constitucional que se desdobra, no ordenamento jurídico federal e estadual, por intermédio da legislação complementar e suplementar. Trata-se da previsão de enorme estrutura de serviço público de assistência judiciária que tem por escopo viabilizar a política pública de acesso à Justiça, em todas as suas instâncias. A perspectiva de efetividade do acesso da população carente à Justiça está condicionada pelo modelo adotado que, por isso mesmo, tem finalidade estratégica para a provisão de outros direitos. Entretanto, a existência de arcabouço normativo não garante a eficácia do modelo escolhido, como se tentará demonstrar no desenvolvimento do projeto, utilizando, inclusive, a base específica de dados disponível no Ministério da Justiça. O problema da eficiência estrutural do modelo deve ser contextualizado segundo o papel atribuído ao Estado. Sob esse aspecto, pelo menos nas últimas três décadas, consolidou-se e difundiu-se a opinião de especialistas no campo das ciências sociais, segundo a qual o Estado não mais atende às expectativas da sociedade como gestor e promotor de políticas públicas por diversas razões. Se, por um lado, a evolução dos direitos humanos contribuiu para a gestação do modelo assistencial, aproximando a sociedade do Estado, por outro, fez aumentar a tensão entre ambos, em decorrência da demanda por ampliação do espectro de políticas públicas. A chamada crise do Estado, gerada pela incapacidade para atender a essas demandas da sociedade civil, levou à polarização de soluções políticas segundo duas principais correntes: conservadora e socialista-marxista. A administração da máquina estatal tornou-se parte da arena onde se desenrola esse conflito político-ideológico. Em conseqüência, a investigação dos modelos de assistência judiciária e de suas alternativas está inserida no campo de conflito que envolve a administração da máquina estatal, na medida em que compreende parte dela. Daí surge a necessidade de identificar se e até que ponto a formulação e a escolha do modelo de assistência sofre influências político-ideológicas.

Palavras-chave: Acesso. Justiça. Assistência.

CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E MUNDIALIZAÇÃO: DA SOBERANIA NACIONAL AOS DIREITOS UNIVERSAIS

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
Álvaro Osório do Valle Simeão (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais,
alvarosorio1@hotmail.com

O objetivo do presente trabalho consiste na análise dos conceitos clássicos de soberania, constituição e democracia como pontos a serem revistos ou recriados em face do processo de mundialização do direito. A pesquisa estrutura-se em três momentos. No primeiro deles, faz-se um cotejo histórico-filosófico dos conceitos de soberania, constituição e democracia enfocando, sobretudo, as flexibilizações conceituais pelas quais possam passar, na atualidade, estes fenômenos. No segundo momento, analisa-se o processo de mundialização do direito, em que se visa demarcar-lhe os limites, enunciando atributos essenciais e específicos. No terceiro momento, indicam-se pontos de contato entre os conceitos anteriormente estudados, procurando mostrar que alguns sentidos clássicos que davam tessitura à idéia de Estado soberano, constitucional e democrático precisam ser reformulados para que se possa dar esteio legítimo e conduzir o processo de internacionalização das normas. Trata-se de projeto de dissertação para obtenção do título de Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. A orientação está a cargo da professora doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, e a defesa está prevista para ocorrer em fevereiro de 2008. O trabalho tem obtido boa repercussão nos grupos de pesquisa Jurisdição constitucional, democracia e direitos fundamentais, presidido pelo professor doutor José Levi Mello do Amaral Júnior, e Novas tendências do direito público, presidido pelos professores doutores Carlos Bastide Horbach, Roger Stiefelmann Leal e José Levi Mello do Amaral Júnior.

Palavras-chave: Constitucionalismo. Democracia. Mundialização.

O PAPEL DA DEFESA COMERCIAL NOS ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

Dr. Paulo Roberto de Almeida (orientador)
Ana Carolina Meneghetti Peres (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
carolmeneghetti@gmail.com

A pesquisa tem por objeto o estudo das regras sobre instrumentos de defesa comercial – direitos antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas – e a sua compatibilidade em relação à lógica liberal de livre comércio adotada tanto no âmbito multilateral, pelas disciplinas estabelecidas nos acordos administrados pela Organização Mundial do Comércio, quanto nas esferas regional e bilateral, pelos mecanismos de integração regional, como o Mercado Comum do Sul. O Sistema Multilateral de Comércio – estruturado por meio do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1947 – e o fenômeno da Integração Regional têm a liberalização comercial como mola propulsora principal. Baseada no entendimento de que o comércio internacional livre da interferência indiscriminada dos governos nacionais leva ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar da população por meio da melhor distribuição de renda e, em última instância, contribui para o alcance e a manutenção da paz entre os povos, a liberalização comercial dá-se, principalmente, por meio da "tarificação", ou seja, a transformação de todas as barreiras erigidas ao comércio em tarifas consolidadas de maneira consensual e transparente. De tempos em tempos, têm lugar negociações entre os países cujo escopo é a redução e a eliminação destas tarifas. Durante e após a desgravação tarifária, as regras de defesa comercial são expoentes da manutenção de grau mínimo de intervenção dos Estados nos fluxos de troca internacional e nos caminhos da liberalização comercial. Mesmo em certa contraposição aos objetivos do livre comércio, é comum encontrar, nos acordos comerciais, a existência de cláusulas contendo a regulamentação de mecanismos de defesa comercial: geralmente medidas de salvaguarda e, de maneira mais ocasional, procedimentos antidumping e medidas compensatórias. É justamente a natureza intervencionista destes instrumentos em contraposição à lógica do livre mercado que alimenta o interesse no estudo do tema, para auferir como se dá a interação entre a finalidade última de liberalização comercial e a existência de instrumentos de defesa comercial em acordos comerciais de todas as amplitudes. No conjunto de barreiras não tarifárias, são os instrumentos de defesa comercial privilegiados, por gozar de regulamentação relativamente minuciosa, o que dota a sua aplicabilidade de maior segurança jurídica em relação às demais exceções à lógica liberalista e sujeita-os a maior escrutínio de mecanismos de solução de controvérsia na esfera multilateral ou regional. É vasto, portanto, o manancial de decisões internacionais a respeito do tema, das quais se pode valer o pesquisador da matéria para enriquecer o estudo. Como objeto de pesquisa, interessa ao operador do direito: a análise histórica sob perspectiva da construção da doutrina do livre comércio e dos instrumentos de defesa comercial; o estudo comparativo da configuração regional destes mecanismos

tanto em relação aos sistemas de defesa comercial estruturados nas normas multilaterais da Organização Mundial de Comércio como em outros sistemas regionais de integração relevantes; a análise prospectiva no contexto dos avanços esperados na marcha da integração regional e das novas regras multilaterais contidas em eventual pacote final das negociações da Rodada Doha para o desenvolvimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A ADOLESCENTES INFRATORES

Ana Luzia Barbosa Fernandes Braúna (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas,
analuziabrauna@globo.com

O objeto deste projeto de pesquisa são as políticas públicas destinadas a adolescentes infratores, correlacionando-as, em especial, com a doutrina da proteção integral. Pretende-se analisar se a elaboração de políticas públicas pelos administradores obedece ao preceito constitucional da prioridade absoluta. A identificação de que os adolescente infratores são reconhecidos como sujeitos de direitos e como são implementadas as políticas públicas destinadas a tais sujeitos é imprescindível para a compreensão do tema e para a associação de políticas públicas com a consecução de direitos fundamentais. O Brasil dispõe de legislação consistente o bastante para atender a demanda dos direitos das crianças e dos adolescentes. Contudo, o panorama nacional não reflete a eloqüência legislativa. A realidade social apresenta um quadro de sensível precariedade no que deveria ser prioritário. Direitos fundamentais são diuturnamente violados. Essa prática termina por revelar um ciclo pernicioso: em boa parte a violação dos direitos humanos, consubstancia causa e conseqüência do quadro social de abandono e miséria, de aumento da delinqüência juvenil, de incremento nas estatísticas de falecimento de menores por morte violenta, entre tantos outros. A negligência estatal a crianças e adolescentes infratores gera riscos imediatos e mediatos para toda a sociedade. Imediatamente, multiplicam-se os meninos de rua e, com eles, a fome, o abandono, a precariedade de escolas e de postos de saúde, a carência de afeto, a exploração sexual e do seu trabalho. Mediatamente, o risco projeta-se sobre toda a sociedade, vítima da delinqüência infantil, que sofre com a violência produzida pela população marginalizada, desinformada e de senso crítico pouco arguto, incapaz de racionalizar a própria realidade, quanto mais de emancipar-se à condição de ator estatal. Diretrizes orçamentárias, políticas educacionais, estrutura da rede de saúde, programas de esporte e lazer, combate à violência doméstica e à exploração sexual de menores, programas de erradicação do trabalho infantil são exemplos de políticas públicas necessárias à concretização da doutrina da proteção integral. A contextualização espaço-temporal é o Brasil contemporâneo e, para o estudo de casos, os agentes infratores residentes no Distrito Federal.

Palavras-chave: Doutrina da proteção integral. Direitos fundamentais. Adolescente infrator.

COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E NATUREZA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
André Carlos da Silva (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
andcarlos@uol.com.br

Desde o seu surgimento, no início da era republicana, os Tribunais de Contas tiveram as suas competências amplamente alargadas quer em profundidade, quer em quantidade. Essa trajetória teve início com a edição do Decreto n.º 966-A, de 07.11.1890, que atribuía às Cortes de Contas competência para examinar, rever e julgar os atos concernentes à receita e à despesa da República. O coroamento dessas atribuições chegou ao seu apogeu com a Constituição de 1988. A atual Carga Magna reservou significativo espaço qualitativo na condição de órgão responsável pela fiscalização das contas públicas. Atualmente, o controle externo compreende a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, à legitimidade, à economia, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas. Sobressaem desse espectro de atribuições as competências de apreciar, julgar, fiscalizar, realizar comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias, prestar informações às Casas Legislativas, sustar a execução de ato impugnado e aplicar multa aos responsáveis em caso de ilegalidade. Nesse contexto, a atuação das Cortes de Contas alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária. Na realização de suas atribuições constitucionais, as Casas de Contas adotam decisões com eficácia de título executivo. Aos membros que compõem os Tribunais de Contas, a Constituição Federal de 1988 assegurou as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, subsídios e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, aos que têm assento no Tribunal de Contas da União, e dos desembargadores, aos que fazem parte dos Tribunais de Contas dos Estados. Além disso, o Ministério Público especial que atua junto aos Tribunais de Contas e os auditores passaram a ter status constitucional. O resultado do atual desenho dos Tribunais de Contas, órgãos não-pertencentes ao Poder Judiciário, não-subordinados organizacional e administrativamente a qualquer dos Poderes e que a todos fiscaliza, tem levantado questionamentos variados a respeito da natureza, do alcance de suas decisões e de outros temas a eles relacionados, como, por exemplo, o uso da Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal para fundamentar o exame de constitucionalidade das leis. Conquanto controvertidos os limites do uso da Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal por parte das Cortes de Contas, ainda sobressai relevante perquirir se os Tribunais de Contas emitem decisões que são insusceptíveis de revisão pelo Poder Judiciário, em especial, tendo como referência o princípio constitucional da jurisdição única e o sentido do termo jurisdição, quando aplicado aos Tribunais de Contas. Nesse contexto, o núcleo central da pesquisa representa esforço no

sentido de, examinando a doutrina e a jurisprudência a respeito do assunto aqui em destaque, apresentar reflexões que contribuam para o deslinde da questão relativa à atuação dos Tribunais de Contas, em especial, o exame de sua competência jurisdicional e a natureza de suas decisões.

Palavras-chave: Competência. Jurisdição. Decisão.

A SOCIEDADE ABERTA UNIVERSAL: A (RE) DISCUSSÃO DO PAPEL DO SUJEITO PERANTE OS ORGANISMOS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE PLURALISTA DE RISCO

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
André Pires Gontijo (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais,
andre.gontijo@gmail.com

O relatório de pesquisa no âmbito do Direito constitucional-internacional, cujo objeto é o acesso universal aos organismos de proteção aos Direitos Humanos, questiona qual é o papel do sujeito perante estes organismos, no contexto da sociedade pluralista de risco. Em pesquisa instrumental dogmática e epistemológica, com investigação bibliográfica e documental, (re)discute-se a noção de sujeito, a fim de contextualizá-lo perante a sociedade civil global, cuja leitura da pós-modernidade, com base na idéia pluralista de risco, aponta para a organização em uma "sociedade aberta universal". O estudo teórico-filosófico contido nos capítulos iniciais permite análise crítica e contextualizada da possibilidade de acesso universal do sujeito de Direito internacional perante a Corte Européia de Direitos Humanos. Pretende-se realizar a comparação jurídica entre o acesso universal do sistema europeu e o atual sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos, cujo intuito é promover o acesso direto e universal dos indivíduos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Sociedade aberta universal. Papel do sujeito em Direito Internacional. Organismos europeu e interamericano de proteção aos Direitos Humanos.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO, GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA VELOCIDADE DA INTERAÇÃO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA CONSOANTE OS POSTULADOS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Dr. Marcelo Dias Varella (orientador)
Andréa Lyrio Ribeiro de Souza (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
andrea.mayer@terra.com.br

Com base na premissa de que é imprescindível a avassaladora globalização econômica, ora em pleno curso, não acarretar a hegemonia cultural sob regência da "lei do mais forte", o projeto questiona, de início, se há como dissociar os direitos econômicos dos demais direitos humanos na construção de uma sociedade, ao mesmo tempo, universalista e pluralista. Considera-se, neste percurso, o caráter tanto supranacional quanto intranacional das normas protetoras dos direitos da pessoa humana, e sua permeabilidade, já que tais regras tendem a invadir todas as esferas da ordem jurídica interna, as de natureza pública ou privada, pois a ordem jurídica internacional, uma vez ratificada pelos Estados Nacionais, obriga-os a respeitar, em seu território, os direitos ali proclamados. Em seguida, analisa-se a influência do Direito internacional e dos Direitos humanos sobre o Direito nacional, estudando-se os impactos até então produzidos no Brasil, após a publicação do Decreto n° 678, de 6/11/1992 (Pacto de São José da Costa Rica), e examina-se a recente mudança de orientação jurisprudencial emanada do egrégio Supremo Tribunal Federal acerca do tema prisão de depositário infiel, pois a nossa Suprema Corte entendeu que a norma internacional inserida no artigo 7°, item 7 do mencionado Decreto, deve preponderar em relação ao disposto no art. 5°, LXVII, da CF/ 88. Por fim, verifica-se a velocidade de interação entre as normas internacionais protetoras de Direitos humanos e o ordenamento nacional, a fim de concluir se é possível harmonizar o princípio da dignidade da pessoa humana com a globalização econômica e, neste processo, construir uma sociedade verdadeiramente pluralista, sob a regência do Direito universal que harmonize, em vez de abolir, as diversidades sociais, econômicas e culturais locais.

Palavras-chave: Internacionalização do Direito. Globalização econômica. Direitos humanos

O SISTEMA DE GOVERNANÇA NO CONTEXTO DA SOJA GENETICAMENTE MODIFICADA

Dr. José Levi Mello do Amaral Junior (orientador)
Andressa de Sousa e Silva (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas andressaceub@yahoo.com.br

A pesquisa pretende analisar o sistema de governança dos organismos geneticamente modificados no Brasil, com vistas a determinar as implicações na cena nacional e internacional. O estudo é delimitado ao contexto da soja transgênica, haja vista o impacto da liberação comercial desse produto na discussão acerca da transgenia no Brasil. O tema é bastante tormentoso, porquanto, além de despertar interesse de diversas áreas, como no meio social, econômico e político, não há consenso entre os atores que compõem o sistema, razão pela qual o assunto é tão debatido. O início da discussão sobre transgenia no Brasil foi cercado por polêmicas, haja vista a confusão normativa que se estabeleceu com o primeiro episódio de liberação comercial e o plantio de produto transgênico, no caso, a soja roundup ready da empresa Monsanto. Ambientalistas, consumidores, trasnacionais, cientistas e políticos deparam com obstáculos na busca da harmonização de interesses, e essa situação reflete-se nos países importadores dos produtos nacionais brasileiros. Tendo em vista a temática proposta, é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa o exame das regras de governança com ênfase em quão formais são, a que objeto pertencem, como, inicialmente, emergiram, quão efetivas são e quais são os fatores que causam impacto na sua efetividade. Impõe-se a análise da legislação que precedeu a cena jurídica atual e o estudo da sistemática que envolve os níveis de interação na esfera dos organismos geneticamente modificados. Os atores envolvidos no sistema, a legalização que o orienta, os órgãos e as instituições envolvidas no controle de cumprimento das regras são importantes elementos a considerar. O objetivo desta análise é adquirir visão prospectiva da evolução das regras no futuro próximo, o que pressupõe examinar a coerência entre os sistemas de governança nacional e internacional, o papel das empresas multinacionais na produção, no mercado e no uso de organismos geneticamente modificados e a capacidade do governo brasileiro em gerir a situação dos novos produtos, com vistas a delimitar o estado atual de adequação entre a legislação e a realidade dos organismos e a interação entre os componentes do sistema de governança.

Palavras-chave: Transgênicos. Governança. Soja geneticamente modificada.

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL DOS RISCOS

André Nunes Chaib (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
andny@hotmail.com

O mundo viveu um período de grandes mudanças durante o século XX, cujas causas advêm de ações iniciadas nos séculos XVIII e XIX, tais como, a revolução industrial, que provocou alteração não só na forma e nos modos de produção de mercadorias, mas também na mentalidade. A ciência a partir do século XVIII começa a desenvolver-se em velocidade jamais vista. A tecnologia passa a tomar conta da vida dos indivíduos. Os meios de produção desenvolvem-se, a fim de ser mais rápidos e eficazes, e o ser humano comum passa a aproveitar-se da tecnologia para facilitar as atividades quotidianas. O problema é que esse desenvolvimento não leva em consideração as possíveis conseqüências danosas presenciada no século XXI. A utilização impensada de matérias-primas, a implementação de indústrias em lugares inadequados e a criação de certas tecnologias afetam o meio ambiente e a vida do homem na terra de forma grave. A sociedade contemporânea, desta forma, depara com os riscos de suas atividades. O que deve ser objeto de estudo, como estudar e o que fazer com os resultados obtidos pela ciência são algumas questões que se apresentam nos tempos modernos. Esse período de mudanças, no qual se inserem os séculos XX e XXI, é chamado de modernidade reflexiva, que se caracteriza pelo fato de que o homem não realiza suas atividades, sem levar em consideração o futuro. Presente e futuro integram, de antemão, os raciocínios dos tomadores de decisão, pois cada atividade provoca certa conseqüência e é sempre preciso levar em consideração os riscos de dano ou de alterações drásticas no meio ambiente. Por isso, o direito não poderia permanecer estático. Era preciso adaptar-se às mudanças e criar mecanismos que oferecessem determinada segurança à sociedade diante de atividades que poderiam causar danos. O princípio da precaução é um deles, pois considera os riscos de certas ações e busca proteger o meio ambiente, impedindo ou restringindo sua realização. É justo dizer que o princípio da precaução segue o desenvolvimento em razão da passagem da sociedade industrial clássica para a industrial dos riscos. O estudo a ser realizado pretende entender como se deu esse desenvolvimento e estabelecer os limites e as possibilidades do princípio da precaução, considerando sua aplicação e teorização no direito ambiental, mais especificamente, no direito internacional ambiental.

Palavras chave: Direito Internacional Ambiental. Princípio da Precaução. Sociedade dos riscos.

O DIREITO DA CRIANÇA AO CONVÍVIO FAMILIAR: REFLEXÃO SOBRE A ADOÇÃO INTERNACIONAL

Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior (orientador)
Ângela Christina Boelhouwer Montagner (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
angelamontagner@gmail.com

O direito da criança à convivência familiar, as possibilidades da adoção internacional e a efetividade dos institutos protetores impõem reflexão à luz dos direitos humanos e da Convenção da Haia relativa à proteção das crianças e à cooperação internacional em matéria de adoção internacional. Preconiza a Constituição brasileira a família ser a base e a estrutura do Estado, razão pela qual merece especial proteção. É no âmbito da família que se desenvolvem os valores morais do ser humano e, por conseguinte, os valores da sociedade e do Estado. Nesse contexto, reconhece-se a importância de privilegiar a infância, garantindo ao menor o acesso à família em que direitos e garantias individuais possam ser exercidos. A existência de crianças abandonadas, em especial nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, é verdade incontestável que não foge à realidade brasileira. Evidencia-se, assim, a necessidade de colocação dessas crianças em famílias substitutas, normalmente por meio da adoção, quando já não é mais possível a manutenção dos vínculos com a família original. No âmbito do direito internacional, o norte da Convenção da Haia sobre adoção reside na centralização das adoções, na colaboração entre as autoridades centrais e no controle realizado por autoridades por meio da troca de informações. É certo que, no regime brasileiro da adoção internacional de crianças, a centralização já havia sido estabelecida pela Constituição cidadã de 1988 e reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, o qual determinou a criação, em cada estado do Brasil, de uma Comissão Estadual Judiciária de Adoção, denominada CEJA. Hoje, a realidade brasileira mostra que a entrada de documentos para a habilitação ao processo de adoção internacional tem sido feita pelas CEJA'S, e não pela Autoridade Central, limitando-se ao controle das questões normativas. O efeito prático disso é a imposição ao adotante estrangeiro de ter de inscrever-se em cada estado do Brasil, na respectiva Comissão Estadual Judiciária de Adoção, revelando-se, de um lado, como obstáculo a ser vencido pelo pretenso adotante, de outro, como empecilho ao controle centralizado, preconizado pela Convenção da Haia de 1993. Outra questão que surge é quanto ao mecanismo de controle no país de destino, em relação ao bem-estar da criança após a adoção. Por tudo que se pesquisou até o momento, não se identificou que tenham sido implementados meios capazes de, ao menos na fase inicial, acompanhar o processo de adaptação da criança à sua nova família e ao novo país e quem ou qual órgão teria legitimidade para exercer essa fiscalização. A pesquisa justifica-se além dos percalços jurídicos enfrentados pelos adotantes, na medida em que o problema social da proteção integral do menor rompe as fronteiras físicas dos Estados com o vai e vem de crianças à margem da lei, nos casos em que são descumpridos os Tratados e as legislações protetoras. Igualmen-

te, a pesquisa, que se encontra em fase inicial, terá por escopo confirmar a existência de um regime internacional de proteção dos direitos da criança, de modo especial em face da Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, capaz de garantir-lhe a efetividade e identificar a forma com que o Estado brasileiro, aderente a essa Convenção, tem desempenhado seu papel como titular de direitos e obrigações nos termos da Convenção. Diante da realidade, dos questionamentos expostos e da efetividade das normas que norteiam a adoção internacional, na ótica dos direitos humanos da criança no plano internacional e interno, é forçoso reconhecer a necessidade de priorizar a construção de mecanismos técnico-jurídicos facilitadores da concretização desses direitos e a sua efetiva aplicabilidade.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS: ANÁLISE DOS SISTEMAS PARA A ADEQUADA PROTEÇÃO DA NATUREZA

Dr. Marcelo Dias Varella (orientador)
Carina Costa de Oliveira (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
carina2318@yahoo.com.br

A dissertação tem como objeto a proteção ambiental no âmbito dos sistemas de solução de controvérsias internacionais. Para tanto, foram utilizados critérios sociais, econômicos e jurídicos que puderam identificar quais sistemas promoviam adequada proteção da natureza. O contexto do estudo é a necessidade de proteção ambiental diante da sociedade de riscos, por meio de instrumentos jurídicos capazes de coordenar e incentivar a proteção. Os sistemas analisados estão sob as estruturas das integrações regionais e das organizações internacionais multilaterais, com o objetivo de obter amplitude no tratamento ambiental diante das duas perspectivas. Mais especificamente, foram objeto do estudo as seguintes instituições: o MERCOSUL, a União Européia e o NAFTA no âmbito regional; a Organização Mundial do Comércio e a Corte Internacional de Justiça da ONU, no contexto multilateral. Os critérios utilizados para a comparação dos sistemas foram selecionados mediante estudo apurado das condições sociais, econômicas e jurídicas sob as quais o meio ambiente tem melhor proteção. Entre estes, estão: a relação entre a liberalização do comércio e o meio ambiente; a política estabelecida no bloco para a proteção ambiental; a participação dos atores envolvidos tanto por instrumentos processuais quanto pela existência de âmbitos de negociações; a supranacionalidade ou a intergovernabilidade; a harmonização ou a não-discriminação como critério para a aplicação das normas na integração; os órgãos de solução de controvérsias e a sua estrutura normativa; o cumprimento das decisões pelos Estados-membros; a velocidade das decisões e o grau de punição. A observação desses critérios no domínio dos sistemas regionais e multilaterais proporcionou a identificação de qual integração se destaca para cada quesito, além da constatação das características para a proteção da natureza de cada sistema. A comparação levou em consideração as diferenças entre as integrações, tendo em vista que cada uma possui finalidades distintas para a questão ambiental. Apesar disso, a comparação foi possível, pois o objetivo era identificar os parâmetros para a proteção ambiental que pudessem servir como modelo para as outras estruturas, além da análise da possibilidade de integração e coordenação entre os sistemas. Após a comparação, foi constatada a supremacia da União Européia no que tange à política voltada para o meio ambiente, além da superioridade de suas instituições e de seu órgão de solução de controvérsias quanto à capacidade de implementar suas decisões e de compensar o livre comércio com a proteção ambiental. A Organização Mundial do Comércio foi identificada como âmbito atrativo para os litígios ambientais, em razão da efetividade de seu órgão de solução de controvérsias, apesar de não ter como objetivo principal a proteção. O NAFTA apresenta

estrutura que promove proteção ambiental compatível com os seus objetivos, por se tratar integração apenas para a liberalização comercial, apesar de não dispor de critérios para o devido tratamento ambiental. O MERCOSUL, por sua vez, precisa adaptar melhor a sua estrutura, apesar de ter um órgão de solução de controvérsias desenvolvido que, no entanto, esbarra nos problemas políticos e estruturais do bloco. A Corte Internacional de Justiça da ONU possui potencial para as questões ambientais, mas não tem efetividade em seu sistema de solução de controvérsias. Conclui-se que há preocupação no âmbito internacional com as questões ambientais, porém não há materialização desse fato na proteção adequada, por exemplo, por meio dos órgãos de solução de controvérsias efetivos. Há necessidade de sistemas que amparem de modo coerente a natureza e coordenem-se no âmbito internacional. Nesse sentido, os estudos têm de continuar a exemplo dos realizados nos grupos de pesquisa do UniCEUB sobre Direito ambiental e Direito internacional econômico, a fim de que os blocos possam direcionar a sua estrutura para a integração internacional na busca da adequada proteção da natureza.

Palavras-chave: Controvérsia. Ambiental. Internacional.

CRISE DO CONCEITO DE SOBERANIA E SUA REPERCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NO BRASIL, NO FIM DO SÉCULO XX

Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva (orientador)
Carlos Alberto do Carmo (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas
carlo.carmo@globo.com

A dissertação pretende contribuir para a compreensão da crise do conceito de soberania nacional e os efeitos observados no Brasil, nos últimos anos, particularmente no que tange à aceitação de imposições externas para a obtenção de sucessivos superávits primários e sua repercussão sobre a implementação de políticas públicas eficazes no País. Faz-se, prioritariamente, a interpretação dos problemas enfrentados na aplicação das políticas públicas no Brasil, no período de 1994 a 2004, sob o prisma da imposição externa de metas superavitárias, evidenciando as restrições à afirmação da desejada soberania nacional, a qual, em sua concepção moderna, surge vinculada ao nascimento do Estado de matiz ocidental acordado no tratado firmado em 1648, em Westfália, por reis e príncipes europeus em busca de paz duradoura, jamais confirmada. Despontava para a História o Estado nacional soberano que representava o suprema potestas superiorem non recognoscens. A evolução da concepção de poder superior corresponderia a dois eventos históricos "paralelos e divergentes": a progressiva limitação da soberania interna, conseqüência da formação dos Estados constitucionais e democráticos de direito, e a progressiva absolutização da soberania externa que teria alcançado seu ápice na primeira metade do século XX, com as catástrofes das duas guerras mundiais. Isso teria ocorrido porque as relações entre Estados, por não existirem fontes normativas externas superiores a eles, tendem a configurar, à moda hobbesiana, um estado de natureza em que o Estado soberano, fator de paz interna e de superação do bellum omnium, torna-se fator de guerra externa na sociedade artificial de Leviatã, gerada pela convivência dos poderes superiores. Esse modelo foi exportado a outros rincões extra-europeus à medida que as antigas colônias (americanas, africanas, asiáticas) foram libertando-se do jugo da metrópole, cuja organização política já estava irremediavelmente comprometida pelo surgimento do Estado constitucional moderno, fruto, principalmente, das revoluções ocorridas em França e na América do Norte. Surgiram, assim, Estados independentes e nacionais, desde o século XIX, primeiro, na América do Norte, depois, na América Latina, depois, na Europa e, finalmente, na África, por meio do processo de descolonização. Libertando-se da dominação colonialista, o Brasil, se, antes, era vítima de políticas concebidas pela metrópole lusitana, hoje, parece sujeitar-se à dominação de outros poderes existentes no mundo dos blocos. Ao final da década de 1980 e na de 1990, o Estado brasileiro foi submetido a tratamento de choque, receitado no chamado Consenso de Washington, de graves repercussões políticas e econômicas. Como outros países latino-americanos, o Brasil

foi constrangido a adotar as recomendações que pretendiam superar a década perdida (os anos 80), sob pena de enfrentar dificuldades, principalmente, em relação à manutenção de créditos junto à comunidade financeira internacional. A soberania brasileira parece ter sido fortemente comprometida por combinação perigosa de neoliberalismo e crise econômica. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, os Estados do G-7 e as grandes corporações empresariais detêm o poder de decisão sobre as questões políticas e econômicas no mundo, à revelia de qualquer legitimação democrática ou procedimentos consultivos multilaterais. Uma das receitas neoliberais aplicadas ao Brasil é a busca do chamado superávit primário, "um mecanismo contábil que virou política econômica para, ao destinar grande parte do orçamento público para o pagamento da dívida, tornar o Brasil um país 'confiável' do ponto de vista dos credores internacionais". A submissão dos recentes governos brasileiros aos ditames da banca internacional, de que é prova a carta de intenção enviada ao FMI pelo governo Lula em julho de 2004, confirma a tese de que a soberania do Estado brasileiro não resiste às imposições dos credores externos, o que implica, praticamente, a não-realização de políticas públicas sociais eficazes. Tudo indica, dessarte, que a idéia de soberania não se sustenta em seus princípios basilares firmados em 1648. O Brasil não poderia ser considerado um país efetivamente soberano, por admitir aplicação de soluções nem sempre razoáveis recomendadas por interesses alienígenas poderosos. A busca cega pela obtenção de superávit primário parece interferir decisivamente na execução das políticas sociais e econômicas propostas pelo governo.

Palavras-chave: Soberania. Estado. Políticas públicas.

DIREITO DE INGERÊNCIA: COOPERAÇÃO E INSTRUMENTO DE PODER

Dr. Marcelo Dias Varella (orientador)
Christiani Amaral Buani (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
chris.buani@gmail.com

O projeto visa à análise da natureza do direito de ingerência, suas implicações no cenário internacional e sua dupla face de cooperação e instrumento de poder para os Estados, em contexto de luta pela busca dos interesses nacionais e das transformações na estrutura do direito internacional. O objetivo é compreender a dupla composição do direito de ingerência no que concerne à sua utilização no sistema internacional, como forma de os Estados cooperarem frente a situações conflituosas e demonstrarem poder e direcionamento de ações e comportamentos na arquitetura internacional. Pensar o tema no contexto atual significa perceber o direito de ingerência como recurso legal e instrumento de cooperação em segurança, que tem, na maior parte das vezes, o uso controlado pelas grandes potências com intuito de atender seus interesses nacionais. Nesse uso, como instrumento de poder, a ingerência legitima-se pela força e impõe-se aos demais Estados como forma de solução de conflitos e pode ser entendida como um princípio de regulação do jogo internacional. Na idéia clássica de soberania, a ingerência era prática mal vista, pois implicava intervenção, desrespeito à autonomia estatal. Não era pensada como possível, pois significava imposição de força das grandes potências e uma forma de reafirmar superioridade em relação a Estados menores. Hoje, a idéia é vista de forma palpável, é uma possibilidade para lidar com crises humanitárias. Alguns autores a tratam como um direito e um dever, uma forma de regular conflitos e manter a paz e a segurança internacionais. Assunto complexo e incentivador de ilimitados debates, o direito de ingerência reflete nova organização do mundo, mudanças nos comportamentos dos Estados, pressões dos organismos multilaterais, mobilização da sociedade civil internacional, moderna visão de guerra e de paz, transformação no conteúdo dos interesses ou novas justificativas dos Estados para atuar no âmbito internacional com maior legitimidade. A dinâmica internacional requer a relativização da soberania, pois, em sentido absoluto, esse conceito torna-se ineficaz para conviver com as novas demandas emergentes no ambiente mundial. De acordo com essa idéia, soberania individual – representada pela liberdade fundamental de cada indivíduo, com destaque para a Carta da ONU e os tratados internacionais – tem sido fortalecida por renovada e extensa consciência dos direitos individuais. A leitura da Carta demonstra que há a consciência de que a intenção maior é proteger os indivíduos. O Conselho de Segurança é o órgão das Nações Unidas que mais contribui para o arcabouço legal no qual se insere o direito de ingerência. Suas resoluções e decisões parecem delimitar as margens legais para atuação em casos em que haja violação dos princípios nele contidos. A cooperação é um modo de evitar a desconfiança e incentivar o diálogo freqüente no âmbito internacional. Assim, o estudo aprofundado do

direito de ingerência relaciona-se a temas de relevância significativa para a ordem internacional atual. Combina elementos de várias ciências, guiado pelos conceitos de direito internacional. Não deixa, porém, de englobar assuntos predominantes na ciência política e nas relações internacionais, no conceito de poder e de regimes, por exemplo. Da mesma forma, a intervenção é tema de debate freqüente nas Cortes internacionais, e o acompanhamento de decisões e pareceres pode contribuir para o aperfeiçoamento da percepção da estrutura legal que sustenta a ingerência.

Palavras-chave: Direito de ingerência. Cooperação. Instrumento de poder.

A DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO: A INTEGRAÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL NO MERCOSUL

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
Claudio Santos da Silva (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais claudiosantos@uol.com.br

Trata-se de pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Direito, na área de concentração de Relações Internacionais, na linha de pesquisa de Proteção internacional à pessoa humana, do Centro Universitário de Brasília, que se propõe a investigar a liberdade sindical, enquanto norma integrante da Declaração da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada na 86.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em 1998, e sua integração nos ordenamentos jurídicos dos países do MERCOSUL. A Declaração consiste em instrumento promocional mediante o qual governos, empregadores e trabalhadores reafirmam os princípios fundamentais consagrados na Constituição da Organização Internacional do Trabalho, além de comprometer os Estados-membros a respeitar e a promover os princípios e os direitos compreendidos em quatro categorias, tenham eles ratificado ou não as respectivas Convenções, que disciplinam os seguintes assuntos: a liberdade de associação, a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva (Convenções n.ºs 87 e 98); a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório (Convenções n.ºs 29 e 105); a abolição do trabalho infantil (Convenções n.ºs 138 e 182); a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (Convenções n.ºs 100 e 111). Um procedimento de seguimento foi estabelecido para acompanhar a aplicação das Convenções que compõem a Declaração nos respectivos países, mediante análise de relatórios elaborados sobre o objeto e o âmbito de aplicação da Declaração. A opção pela liberdade sindical considera a importância desse direito fundamental social para o processo de integração do MERCOSUL e o fato de o Brasil não haver ratificado a Convenção n.º 87, o que implica a obrigatoriedade de apresentar, anualmente, um relatório sobre os obstáculos e os entraves que impedem a ratificação e os âmbitos que, porventura, necessitariam de assistência. A pesquisa pretende fazer um diálogo entre o Direito Internacional do Trabalho – com ênfase na liberdade sindical, enquanto norma fundamental da Organização Internacional do Trabalho, e no direito fundamental social – e o ordenamento e a prática constitucional dos países do MERCOSUL. Investigar-se-á como os quatro países que integram o bloco econômico do Cone Sul enfrentam o tema da fundamentação, do conteúdo e da legitimação da liberdade sindical em seus ordenamentos jurídicos, já que o gozo efetivo de certos direitos fundamentais pelos cidadãos de todos os

Estados é também uma questão de Direito Internacional. Ademais, é o desenvolvimento de todas as potencialidades das pessoas que se busca alcançar nos direitos sociais, com a esperança numa vida melhor, consistindo em direitos de promoção. Uma vez que os governos são obrigados a apresentar relatórios anuais das convenções não-ratificadas e relatórios periódicos sobre a Declaração da Organização Internacional do Trabalho, pretende-se investigar e constatar se a liberdade sindical é observada nos países que serão objeto de estudo do presente trabalho. A efetividade dos direitos sociais poderia esbarrar na atuação dos organismos internacionais perante os Estados soberanos, especialmente da Organização Internacional do Trabalho. Deve-se aferir se existe dificuldade jurídico-política nessa atuação, na medida em que os organismos internacionais possuem, em face dos Estados que o compõem, força diretiva e não-coativa. Serão investigados, igualmente, o sentido e o motivo do surgimento da Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho no cenário jurídico internacional, sobretudo os antecedentes à sua edição. Com base na idéia da integração das normas da Declaração nos ordenamentos jurídicos do MERCOSUL, alçando-as à categoria de direitos fundamentais, juntamente com o seu seguimento e os programas de apoio em andamento levados a cabo pelas Oficinas da Organização Internacional do Trabalho nos respectivos países, busca-se comprovar se os objetivos pretendidos foram minimamente alcançados ou se houve modificação substancial na realidade desses países, no que concerne ao respeito à liberdade sindical. A Organização Internacional do Trabalho advoga que a justiça social é essencial para assegurar a paz universal e permanente, ao mesmo tempo em que admite o crescimento econômico também ser essencial, mas não suficiente, para assegurar a equidade, o progresso social e a erradicação da pobreza, confirmando a necessidade de que promova políticas sociais sólidas, justiça e instituições democráticas. Considera-se a hipótese de que a atuação normativa da Organização Internacional do Trabalho alcança grau maior de aceitabilidade nos ordenamentos jurídicos dos países e que há atuação efetiva para a promoção e o cumprimento das normas fundamentais consagradas nas oito Convenções que integram a Declaração analisada, em especial, a liberdade sindical. Procede-se à pesquisa bibliográfica que envolve a revisão da literatura sobre os organismos internacionais e a aplicação de suas normas, os direitos humanos, os direitos fundamentais e os direitos sociais nos quatro países objeto de estudo e os anais dos eventos que antecederam a aprovação da Declaração. Analisam-se os relatórios anuais dos últimos seis anos, a partir de 2000, enviados por governos, organizações de empregadores e trabalhadores dos países do MERCOSUL. É necessária a análise dos programas da Organização Internacional do Trabalho existentes nos respectivos países, implementados e acompanhados pelas suas Oficinas que objetivam materializar os princípios e os direitos fundamentais do trabalho, para alcançar os objetivos propostos.

Palavras-chave: OIT. Liberdade sindical. MERCOSUL.

COGÊNCIA NORMATIVA E GERAÇÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS CONTINUADAS: CUSTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior (orientador)
Eber Zoehler Santa Helena (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas
zoehler@gmail.com

O estudo em desenvolvimento visa à identificação, no âmbito da formulação de políticas públicas, dos mecanismos de criação ex vis legis dos gastos obrigatórios continuados no ordenamento brasileiro, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compulsado com os mecanismos de controle ex ante, pois impossíveis ex post, de lege lata e de lege ferenda, no direito pátrio e comparado. Tais gastos, denominados pela doutrina forânea entitlements, representam mais de 90% do total dos gastos primários do governo federal, com destaque para os benefícios previdenciários, assistenciais e com pessoal, que representam mais da metade das receitas correntes líquidas da União. Isso significa que 9/10 dos gastos primários federais não passam pelo processo orçamentário tradicional, não estando submetidos à avaliação periódica de oportunidade e conveniência que o orçamento anual exige das denominadas despesas discricionárias, sendo chancelados pela lei orçamentária, visto já terem sido criados por legislação permanente ou fixados pelas leis de diretrizes orçamentárias. Seu conhecimento e controle mostram-se fundamentais para a eficiência do gasto público, paradigma da boa governança no serviço público, e na busca do equilíbrio das finanças públicas, manifesto histórico do Estado brasileiro, parcialmente concretizado com o atual regime da responsabilidade fiscal. Para tornar-se efetivo, o modelo de controle dos gastos obrigatórios continuados, trazido pela LRF, exige aperfeiçoamentos no processo legislativo com a fixação de instrumentos legais materiais e processuais com parâmetros e limites próprios para categorias específicas de gastos, como já existentes nos gastos com pessoal da União. Essa configuração conjuga tradicionais controles genéricos por limites amplos com o regime da compensação pontual e específica da LRF, verificável caso a caso, com a imediata compensação pela redução de despesas obrigatórias continuadas ou pelo aumento de receitas permanentes. Todavia, esse modelo pontual da LRF não vem sendo cumprido pelo próprio Poder Executivo, em tese, guardião do Tesouro. Tal modelo tem-se mostrado difícil de implementação pelas naturais resistências dos beneficiados pelo status quo, dificultando a redução de despesas vinculadas ou o aumento de receitas no mesmo diploma legal. O estudo abrange temas relacionados, como vinculação de receitas a gastos obrigatórios, criação de fundos ou órgãos da administração federal, iniciativa legislativa privativa presidencial e faculdade de emendamento parlamentar em matéria de criação de gastos públicos obrigatórios, possibilidade de veto presidencial por motivo de inadequação ou incompatibilidade orçamentário-financeira, princípios da exclusividade e da especialidade

orçamentárias e da reserva do possível, no âmbito do Judiciário. A experiência internacional demonstra não ser exclusiva a questão estudada, a qual apresenta avanços e retrocessos na busca do controle na geração de entitlements por ordenamentos alheios. A pesquisa procura levantar e comparar tais alternativas com a realidade brasileira.

Palavras-chave: Criação e controle de gastos. Legislação permanente. Despesas obrigatórias continuadas.

INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA

Dr. Frederico Augusto Barbosa e Silva (orientador)
Evandro José Morello (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas evandro@contag.org.br

No contexto atual, as políticas de proteção social alicerçadas no sistema de Seguridade Social ganham importância de primeira ordem na tomada de decisões políticas, econômicas, ideológicas e jurídicas. Essas políticas, a começar pelo seu conteúdo ou pelo impacto no contexto das políticas públicas, têm suscitado amplo debate e considerável interesse analítico-crítico no campo intelectual e no âmbito de setores da sociedade brasileira e do governo. Não obstante a Seguridade Social brasileira ter, em sua estrutura, três dimensões de políticas públicas direcionadas à proteção dos indivíduos – saúde, previdência e assistência –, a pesquisa tem como foco analisar a efetividade do direito à proteção social no contexto da política previdenciária e na inter-relação com a política de assistência social, ponderando as perspectivas e os desafios que se impõem à maior inclusão dada à constatação do grande número de pessoas que compõe a força ativa do mercado de trabalho brasileiro e que se encontra socialmente desprotegido e os liames do modelo previdenciário vigente em tornar-se instrumento efetivo à maior proteção social, considerando os paradigmas existentes e os problemas socioeconômicos e políticos recorrentes. Dados oficiais informam que, aproximadamente, 50% da população brasileira economicamente ativa encontram-se excluídos do sistema de proteção social vigente. Esse panorama que tende a configurar-se "sobrecarga de demandas" pode converter-se em crise de ameaça à estabilidade do sistema previdenciário e da democracia. Ainda assim, as reflexões feitas sobre a temática, em sua grande maioria, têm como principal fundamento os problemas lancinantes de financiamento e as disfunções onerosas dos aparelhos estatais que têm afetado as políticas de bem-estar social desde o final da década de 1970. A chamada crise fiscal do Estado e o desequilíbrio das contas públicas constituem o grande argumento em favor da redução das despesas do sistema de seguridade social, especialmente em relação à previdência social. A Previdência Social é afetada em sua estrutura por fatores, como: desemprego; mudanças nas relações de trabalho orientadas pelo critério da flexibilização, a par da crescente informalidade; baixas taxas de crescimento econômico com insuficiência de arrecadação de receitas, combinadas com o aumento da longevidade da população que tem conduzido ao crescimento do universo de beneficiários inativos em face dos contribuintes. Ademais, acena-se, para o futuro, à necessidade de o sistema ter de lidar com os novos riscos sociais que se apresentam na sociedade contemporânea. A considerar, portanto, o conjunto de fatores que influenciam, direta ou indiretamente, a efetividade do sistema de proteção social quer sob o ponto de vista da sustentabilidade financeira, quer em relação às tendências à maior precariedade e à vulnerabilidade dos indivíduos quanto aos meios de suprir as necessidades básicas, a pesquisa enfatiza os equívocos cometidos no campo jurídico e no método de gestão, ao tentar desagregar-se a política de previdência da seguridade social, e procura apontar quais cami-

nhos trilhar, para superar o modelo securitário vigente, de forma a assegurar o direito de proteção social ao grande contingente de indivíduos excluídos da previdência social, principalmente aos que não dispõem de renda suficiente para fins contributivos. Os procedimentos securitários mostram-se mecanismos insubstituíveis de proteção social e uma das formas modernas da instituição do vínculo social. Por outro lado, propõe-se avançar na tematização da ampliação da cobertura de proteção social previdenciária, focalizando a necessidade de maior integração dessa política no contexto da seguridade social, de forma a colaborar com o adequado tratamento teórico e político e investigar mecanismos que, associados à técnica securitária, possam tornar a proteção previdenciária um direito social efetivo ao alcance da maioria dos indivíduos excluídos. O tema também analisa o papel do Estado e sua relação com o mercado e a sociedade, pondo em questão o modelo de desenvolvimento e os princípios de solidariedade e de justiça social que fundamentam a política de inclusão.

Palavras-chave: Direito. Previdência e Seguridade Social. Inclusão.

LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E EMPREGO: INTERAÇÃO NECESSÁRIA EM BUSCA DE BENEFÍCIOS GLOBAIS

Dr. Marcelo Dias Varella (orientador)
Eveline de Andrade Oliveira (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
evelineao@gmail.com

Inspirada em estudo conjunto realizado pelo secretariado da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado Trade and Employment: challenges for policy research, a presente pesquisa, em face inicial, visa demonstrar como o comércio interage com o mercado de trabalho, a fim de apontar meios pelos quais o sistema multilateral de comércio pode contribuir com a qualidade de vida das pessoas e com a elevação dos níveis de emprego no mundo. Com a liberalização do comércio e a realocação de recursos de acordo com os princípios da vantagem comparativa, acreditava-se que, embora empresas fossem fechadas e postos de trabalho fossem eliminados, a criação de novas firmas e o surgimento de empregos em outros setores da economia garantiriam ganhos em eficiência e impactos positivos na questão do emprego, melhorando a quantidade de postos de trabalho e a média salarial. Todavia, efeitos negativos foram observados, de modo que a implementação de políticas sociais e de trabalho foi a solução encontrada para redistribuir, apropriadamente, os ganhos obtidos com o comércio. Porém, os resultados alcançados também não foram satisfatórios, pois muitas políticas implementadas não foram cautelosas o suficiente, impedindo a fruição dos benefícios proporcionados pela liberalização do comércio. De outra sorte, o modelo de realocação tradicional, focalizado no comércio inter-setorial entre os países, mostra-se inadequado, pois fatores, como o investimento direto estrangeiro, a natureza do comércio, o papel da inovação tecnológica, o impacto da maior abertura comercial na elasticidade da demanda por emprego, as condições iniciais dos países, a natureza das instituições e o modo de implementação das políticas comerciais também influenciam a relação entre comércio e emprego. Desse modo, tanto as políticas comerciais quanto as voltadas para o trabalho devem ser dotadas de mais coerência, a fim de que a interação mais harmoniosa entre elas seja capaz de gerar efeitos positivos não apenas no crescimento econômico dos países em desenvolvimento, como também nos níveis de emprego e de bem-estar da população.

Palavras-chave: Emprego. Liberalização comercial. Políticas comerciais e de emprego.

LISTA COMPLETA DOS TRABALHOS ENCAMINHADOS – A ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PELO PODER JUDICIÁRIO: LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL?

Dr. Carlos Bastide Horbach (orientador)
Fabrício Juliano Mendes Medeiros (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas, fabriciojm@yahoo.com.br

As normas constitucionais que veiculam direitos sociais exigem do Legislativo e do Executivo atitude efetiva. Logo, compete, precipuamente, aos Poderes Legislativo e Executivo a elaboração e a execução de políticas públicas voltadas à concretização de tais direitos. Todavia, verificada a inação dos referidos Poderes na elaboração e na implementação das políticas públicas, é possível afirmar que o Poder Judiciário detém legitimidade para suprir essa inação, adotando tais políticas com o fito de assegurar o pleno gozo dos direitos sociais? Do fato de que as normas constitucionais programáticas não devem ser interpretadas como exortações ao legislador ordinário, é possível extrair da Constituição a legitimação para que o Poder Judiciário possa criar, organizar e promover políticas públicas sociais ante a inação dos demais Poderes? As principais questões, objeto da pesquisa em andamento, envolvem, em síntese: a natureza das normas programáticas de direitos fundamentais sociais e sua razão de ser; a legitimidade constitucional do Poder Judiciário para elaborar e implementar políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos sociais; a legitimidade desse Poder para decidir se e quando determinada política pública implementada pelos Poderes Legislativo e Executivo não serve para materializar os direitos fundamentais sociais. A pesquisa revela a existência de, pelo menos, três obstáculos à possibilidade de conferir legitimidade ao Poder Judiciário, para suprir a inércia dos Poderes Legislativo e Executivo no tocante à elaboração e à implementação de políticas públicas sociais. O primeiro vincula-se à ausência de legitimidade democrática dos membros do Poder Judiciário, dado que, diferentemente do que ocorre com os dos Poderes Legislativo e Executivo, não ingressam na estrutura do Poder Judicante por vontade popular, mas por critérios técnicos. O segundo relaciona-se à forma de elaboração e posterior gestão do orçamento público, que pode ser entendido como ato administrativo pelo qual o Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo a executar determinada despesa pública, destinada a cobrir os gastos de custeio do Estado ou a seguir a política econômica do país. O terceiro refere-se ao fato de que a elaboração de políticas públicas, notadamente as de cunho social, leva em consideração grande carga informacional, sendo certo que o Judiciário não detém estrutura e vocação institucionais para desenvolver a tarefa. Quando determinado problema social passa a constar da agenda política dos dirigentes – e isso é feito, em algumas situações, pela Constituição –, os atores engajados nos processos de elaboração das políticas planejam ações governamentais futuras, calculam os riscos e as potencialidades envolvidas, as alternativas possíveis, os objetivos

previstos e os resultados esperados. É somente depois de ultrapassadas essas fases que os administradores passam a executar a política pública formulada. A pesquisa em realização, de matriz marcadamente jurídico-teórica, pauta-se por estudo multidisciplinar que abrange não só o Direito constitucional, como também a teoria do Direito, a teoria geral do Estado, a sociologia, a sociologia jurídica e a filosofia jurídica.

Palavras-chave: Políticas públicas. Elaboração. Poder Judiciário.

A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ELETRÔNICA: INCLUSÃO DIGITAL, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Guilherme Pereira Pinheiro (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas
guilherme@spcomm.com.br

No Brasil, em função de democracia recém-firmada e com instituições ainda frágeis, os Poderes Legislativo e Executivo não despenderam o tempo ou a dedicação necessária para avistar-se com a problemática da inacessibilidade de grande parte da população aos serviços de telecomunicações e, por conseguinte, aos meios informativos de comunicação social eletrônica, como a internet em banda larga, TVs por assinatura, celulares interativos, e tutti quanti. A liberdade de acesso à informação de um povo revela-se fator fundamental na busca incessante pelos valores constitucionais fundamentais, na afirmação e na solidificação do regime democrático. Hoje e em tendência crescente, os meios de comunicação e as fontes de informação são digitalizados, e o acesso é condição imperativa para a integração de cada pessoa na sociedade. Não obstante o relativo sucesso das privatizações do setor de telecomunicações em finais do século passado, as políticas públicas, os incentivos, os subsídios e as metas de universalização das telecomunicações no Brasil ainda são insatisfatórios. Na sociedade da informação, cuja base universal é a digitalização e a integração de plataformas tecnológicas, a inclusão digital da população constitui conditio sine qua non na educação, na integração social e econômica e como recurso de manifestação do pensamento e do veículo máximo da liberdade de expressão. Respeitados institutos de educação, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, demonstraram o real impacto deletério decorrente da inacessibilidade à informação digital na formação intelectual e no desempenho escolar dos alunos. A pesquisa parte da análise da necessidade social do acesso à informação digital como mola propulsora da construção da cidadania e da dificuldade desse acesso e procurará constatar a situação atual da acessibilidade da população aos serviços de telecomunicações e às informações eletrônicas que deles provêm. O objetivo é estudar as hipóteses de legitimação social e legal de políticas discriminatórias específicas como meio de propor formas de resolver o problema. Nesse sentido, pretende-se tecer um conjunto de conceitos e análises legais e regulatórias sólidas que confiram legitimidade social, legalidade e viabilidade de fato ao acesso universal às telecomunicações, sua fonte de conteúdo e informação eletrônica, propondo, como conseqüência, uma série de políticas públicas que possam levar a cabo o que se chama de inclusão digital. Nesse ponto, torna-se importante promover análise sociojurídica com o objetivo de verificar a legitimidade e a legalidade da adoção de políticas públicas de cunho discriminatório que tenha o condão de favorecer a inclusão digital no Brasil e empreender análise crítica das políticas públicas para universalização do

acesso às telecomunicações e à informação eletrônica nos EUA e na União Européia. No estudo, desenvolve-se análise jurídica e regulatória do arcabouço jurídico pátrio, buscando diretrizes para a implantação de plano de políticas públicas no setor de telecomunicações que incentive e viabilize a inclusão digital. Dessa forma, é extremamente importante suscitar o debate, estabelecer as premissas e propor a elaboração de mecanismos jurídicos e regulatórios que possam democratizar o acesso às comunicações, promovendo verdadeira e equilibrada inclusão digital, ou seja, a universalização do acesso à informação digital por meio de redes e serviços de telecomunicações.

Palavras-chave: Universalização da informação eletrônica. Comunicação social eletrônica. Regulação.

O DIREITO SOCIAL DE COMBATE À POBREZA

Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (orientador)
Hélio de Souza Rodrigues Júnior (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas rodrigues@helio@terra.com.br

O trabalho tem como objetivo submeter à crítica o direito social à assistência social ou o direito social de combate à pobreza, com base nas idéias liberais atualmente hegemônicas, também chamadas de neoliberais, que direcionam e moldam esse direito, norteadas pela precarização do trabalho e desmonte dos mecanismos de proteção social. A crítica sustenta a existência de um direito social que se ajusta à forma como a sociedade e o Estado estruturam-se diante do modo de organização social capitalista dos dias de hoje, o que indica o direito social estar assentado em um modo de organização social marcado pelo neoliberalismo. Contudo, o questionamento da crítica não é o neoliberalismo determinar o direito social, mas o que é peculiar nas relações sociais do capitalismo atual e que dá origem a uma característica das relações sociais na forma de direito social à assistência social no Brasil. Analisam-se os efeitos integradores entre a orientação e a prática que permeia e norteia o direito social com a concepção de reformas de esvaziamento e desestruturação dos fins e das atividades do Estado, especialmente no que toca a universalização dos direitos sociais e de prestação de serviços públicos. Nesse conjunto de idéias, tem-se um direito social que não visa à ruptura, e sim à manutenção da ordem social capitalista. Faz-se explanação da relação entre pobreza e desigualdade social, para examinar, de um lado, a ardil desvinculação da relação entre pobreza e desigualdade social, de outro, o isolamento da pobreza do contexto social, isto é, como se a pobreza não estivesse relacionada às condições de produção e reprodução das diferenças sociais. Assim, a maneira de combatê-la é de caráter técnico, despolitizado, por meio do direito social à assistência social. Com esse mote principal, há nova análise crítica à concepção majoritária dos juristas sobre o que é o direito social à assistência social, sua finalidade e nascedouro, sua relação com a chamada questão social e toda a teoria dos direitos fundamentais e de gerações de direitos fundamentais que sustentam o entendimento de cidadania para o direito. Alcança-se como conclusão que o direito social é isolado do conjunto de relações sociais e despolitizado, surgiu para manter a ordem capitalista supostamente em novo patamar e, finalmente, mantém a dimensão de um direito técnico e neutro, de maneira que seria um instrumento pelo qual a sociedade assegura a sua regulação em conformidade com os objetivos do desenvolvimento, do crescimento e da expansão, expressos no texto constitucional. Assim, apura-se que o direito social de combate à pobreza harmoniza-se com elementos básicos do neoliberalismo de desmanche do Estado e precarização da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Direito social. Assistência social. Neoliberalismo.

PATENTES E PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Henrique Vitali Mendes (mestrando)
UniCEUB – Mestrado de Direito, Direito e Políticas Públicas henriquevitali@gmail.com

As pandemias tornaram-se problema primordial entre os países em desenvolvimento, nas últimas décadas. O contorno de calamidade pública que receberam alertou para a necessidade de tratamento imediato das populações afetadas. Junto com a urgente ânsia de acesso aos medicamentos, cresceu o interesse das grandes companhias farmacêuticas de proteger, a todo custo, as patentes de seus medicamentos; assim, o conflito de interesses estava estabelecido. Várias negociações internacionais, com intuito de conciliar os interesses das nações do sul e das multinacionais farmacêuticas, foram frustradas. O regime internacional de direitos de propriedade intelectual sofreu mudança significativa após a adoção da declaração de Doha. Foram inseridas flexibilizações no sistema internacional de proteção de patentes que facilitaram o acesso aos medicamentos. Não obstante, desde a entrada em vigor do regime pós-Doha, poucos países em desenvolvimento fizeram uso desses mecanismos, em especial, a licença compulsória. A pesquisa tem o objetivo de examinar o uso das flexibilidades pelos países em desenvolvimento e o contexto em que podem ser suscitadas. Busca-se entender o motivo que as tornam pouco utilizadas e demonstrar a evolução do direito de patentes com base na estratégia dos atores na persecução de seus interesses: cada um com suas normas internas e agendas políticas conflitantes entre si.

Palavras-chave: Patentes de produtos farmacêuticos. Acesso aos medicamentos. Licenças compulsórias.

INFLUÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO NO TOCANTE AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. José Rossini Campos do Couto Correa (orientador)
Joana Bezerra Cavalcanti Barbosa (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais, Joana_b@hotmail.com

Com a transição do Brasil-colônia para o Brasil-Império, a questão da infância saiu da esfera religiosa para ingressar na seara jurídica. No entanto, as primeiras leis direcionadas à infância e à juventude eram, em sua maioria, de cunho opressivo, visto que o menor excluído e abandonado era considerado culpado por suas circunstâncias. Essa mentalidade repressora só muda com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1989, que reflete o momento de 1959, quando a Assembléia Geral da ONU realiza pronunciamentos amplamente favoráveis à difusão do direito que resgate a dignidade da criança e do adolescente no mundo. Vale ressaltar que, entre a Declaração Universal dos Direitos da Criança e o ECA, existe o Código de la Niñez y la Juventud de 1978, inspirador dos que propõem o ECA no Brasil. Esta legislação recolhe o espírito de '59 da ONU, que, por sua vez, advém do espírito de 48 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e acrescenta a questão da criança na sua agenda. Assim, chega-se a estabelecimento novo que trata a criança como cidadão pela primeira vez, virando a página no tocante a idéia de pura repressão e compreendendo que deve existir promoção, proteção e defesa da criança. O panorama histórico dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e no exterior é descrito em detalhes nesta pesquisa, em que se analisa o papel da criança na história do Brasil e a influência, principalmente, das Nações Unidas no ordenamento jurídico brasileiro no que se refere ao direito da infância e da juventude.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Brasileiro.

BRASIL

Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira (orientador)
João Batista Lira Rodrigues Junior (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais, jblirarodrigues@hotmail.com

A apresentação versa sobre a análise do sistema de recepção dos tratados pelo Brasil. Nesse sentido, é feita introdução acerca das fontes formais do Direito Internacional, focalizando, posteriormente, os tratados. Em seguida, é abordado o procedimento de recepção de tratados pela República Federativa do Brasil. Uma vez apresentados os tratados e a sistemática de recepção, é proposto um problema verificado na prática. Para tanto, são introduzidos e analisados dois tratados paradigmáticos, a Convenção de Varsóvia e a Convenção de Viena, os quais, apesar de contar com a mesma hierarquia internacional, recebem tratamento diferenciado pelo Brasil. A Convenção de Varsóvia, tratado mais ratificado da história do Direito Internacional, é constantemente derrogado no país pelo recente Código de Defesa do Consumidor. Em que pesem as tentativas de corrigir tal aberração, o processo de esvaziamento da referida Convenção parece absoluto e irreversível. Por outro lado, a Convenção de Viena continua absoluta na manutenção dos direitos de diplomatas reconhecidos pelo Estado acreditado, derrogando, por sua vez, importantes normas nacionais, inclusive de caráter constitucional. Essa diferença de tratamento não é imposta pelo desejo do Poder Legislativo, único ente autorizado pela Constituição Federal a decidir sobre tratados, mas pelo Poder Judiciário, o qual é alijado, não só constitucionalmente, como também pelos mecanismos internacionais, do procedimento político-diplomático de elaboração e negociação de tratados. Assim, analisa-se o fenômeno da recepção diferenciada sob o ponto de vista jurídico, social e político, tentando melhor explicar a usurpação de poder constitucional verificada nos casos de recepção dos tratados. Em face da absoluta falta de material existente sobre a matéria, entrevistas pessoais foram realizadas com juristas, diplomatas, cientistas políticos e parlamentares, em que cada um dos específicos grupos apresentou particularidades, interesses e interpretações. Ademais, as entrevistas geraram histórias intrigantes e sensacionais sobre o funcionamento político do processo de confecção das normas internacionais. De igual modo, são explorados os danos provocados por interpretações ortodoxas nas relações diplomáticas brasileiras com os países-membros do Mercosul. Por último, são apresentadas sugestões para o fim não só da recepção diferenciada dos tratados, mas também da recepção inferior das normas internacionais pelo Brasil quando comparadas com as normas internas. Entre os exemplos apresentados, enaltecem-se os das alterações experimentadas pelas constituições argentina e francesa. Nesse sentido, vale lembrar que a atual Constituição mantém, com poucas diferenças, o texto sobre interpretação de tratados vislumbrada pela distante Constituição de 1891, em que pesem as visíveis diferenças experimentadas pelo mundo nesse século, tais como, a globalização e as duas grandes Guerras Mundiais. Graças ao ineditismo do tema, o autor teve a oportunidade de explanar

seu conteúdo para advogados em seminário da Câmara Americana de Comércio e para a missão empresarial australiana, a qual tinha interesse em saber sobre a confiabilidade jurídica do país. O problema da recepção dos tratados demonstra quão precárias são as formas jurídicas brasileiras de tratamento dos tratados.

Palavras-chave: Tratado. Recepção. Interpretação.

COTAS: UMA FORMA DE MEDIDA COMPENSATÓRIA OU APENAS UMA COMPENSAÇÃO PARA A FALTA DE MEDIDAS?

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (orientadora)
José Augusto Trindade Padilha Filho (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas gutotrindade@gmail.com

Não só no Brasil, mas também em todo o mundo, a educação é reconhecida como imprescindível para a formação do homem e da sociedade. A educação oferecida deve proporcionar o exercício qualificado da cidadania, ou seja, a participação de todos na vida social, política e econômica do país, na direção da construção de sociedade justa e democrática. Comparando o Brasil com outras nações emergentes que têm alcançado, nos últimos anos, significativa elevação nos índices sociais, econômicos e culturais, vê-se que o país investe mais no ensino superior do que no básico, levando-se em consideração o gasto por aluno em relação ao Produto Interno Bruto. Assim, considera-se que as prioridades educacionais brasileiras se encontram invertidas, ao contrário dos paises mais desenvolvidos. Deste modo, uma das questões políticas mais polêmicas da atualidade nacional que engloba tal assunto, é a ação afirmativa, isto é, ações de cunho legal que visam integrar afro-descendentes à sociedade por meio de reparações de direitos civis extras, baseados em hereditariedade, que buscam compensar esta parte da população em relação aos crimes sofridos por seus antepassados. Neste contexto, as cotas para inserção do aluno no ensino superior estão envoltas em polêmicas, desde aquelas referentes ao alcance e ao sentido do princípio constitucional da igualdade até a existência de fatores decisivos que afastem, principalmente, os alunos carentes negros do ensino superior. Em se tratando de Direito educacional, intrinsecamente ligado às políticas públicas nacionais, as cotas para inserção de alunos no ensino superior e sua aplicabilidade, nos aspectos qualitativo e quantitativo, têm sido objeto de divergências doutrinárias. Objetiva-se demonstrar, com a presente pesquisa, o desenho do atual sistema. A inserção do aluno negro no ensino superior por meio de cotas não diminui as diferenças encontradas na sociedade. Enquanto o Congresso Nacional debate a inserção no ensino público universitário, apenas 25% dos alunos concluem o ensino médio no país. Desta maneira, traçam-se alternativas que podem ser implementadas para a melhoria do sistema educacional por meio de minuciosa análise do que ocorre, levantando novas possibilidades para a completa mudança educacional no Brasil. Seguindo este pensamento, analisa-se a atuação das medidas compensatórias como sendo o meio de aplicação para a prática das políticas afirmativas, uma espécie de utilização do princípio da igualdade, demonstrando o correlacionamento entre elas, buscando suas definições e seus objetivos. Discute-se a verdadeira necessidade das atuais medidas tomadas no sistema educacional brasileiro, principalmente aquelas destinadas à inserção de alunos no ensino

superior, por meio das medidas compensatórias, mostrando, com detalhes, seu conteúdo, sua natureza jurídica e seus pressupostos. Busca-se, assim, novo caminho a ser seguido. As cotas são necessárias, no entanto sua implementação dá-se de maneira equivocada. Deve-se estabelecer certa delimitação temporal, visto que tais medidas não devem propagar-se eternamente no ordenamento jurídico. Devem-se utilizá-las como um dos recursos para o progresso do aspecto social e educacional no âmbito nacional. A melhoria do ensino básico e fundamental não pode ser esquecida, pois, apenas com este conjunto de ações, alcançam-se resultados satisfatórios. Trata-se de pesquisa de natureza bibliográfica, caracterizada pela utilização de textos legais, periódicos, artigos científicos e entendimentos doutrinários, os quais possibilitaram observação, descrição e análise dos aspectos relacionados a esta determinada situação, de modo a explorar suas dimensões, a maneira pela qual é manifestada e outros fatores com os quais interage, demonstrando, assim, de maneira clara e objetiva, a caracterização da população-alvo por meio de dados específicos relacionados à temática. O método qualitativo traz como subsídio ao trabalho a mescla de procedimentos de caráter racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos; em contrapartida, o método quantitativo possibilita a obtenção de noção da extensão estatística do objeto de estudo, oferecendo informações de natureza objetiva e aparente. A proposta de cotas na universidade pode ser extremamente desumana, pois escolher quais pobres devem ser salvos significa condenar os demais à ignorância e ao desamparo costumeiro. Tal sistema relega ao esquecimento o deficitário sistema educacional brasileiro, uma vez que se desvia a atenção do que realmente necessita de mudanças, o ensino básico e fundamental público, e transfere-se o debate para o ensino superior universitário. Fica evidente que a diminuição das desigualdades sociais é um objetivo primordial da elementar democracia nacional. Ainda que o Brasil consiga, nas próximas décadas, reduzir suas disparidades sociais e melhorar o padrão de vida da população mais carente, é provável que os alicerces da pirâmide social brasileira continuem estagnados, caso a verdadeira política para a total reformulação no sistema educacional brasileiro não seja implementada.

Palavras-chave: Sistema educacional. Ações afirmativas. Cotas raciais.

IMPOSTOS SOBRE VALOR AGREGADO NO MERCOSUL: LIMITES E PERSPECTIVAS DE HARMONIZAÇÃO

Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
José Flaubert Machado Araújo (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
flaubert@pgr.mpf.gov.br

A globalização da economia impõe a formação de blocos econômicos para a revigoração da produção interna e o incremento do processo de negociações favoráveis à abertura do mercado, fenômeno que se verifica na União Européia e na união do Japão aos Tigres Asiáticos. Essa nova condição econômica requer maior atenção ao sistema tributário para o alcance dos objetivos visados pelos mercados comuns, especialmente, no caso que diz respeito ao Brasil, os objetivos firmados pelo Tratado do MERCOSUL, que serão afetados se não for realizada a harmonização dos sistemas tributários dos Estados-partes. A harmonização da legislação sobre tributação mediante impostos indiretos, no âmbito do Mercosul, representa verdadeiro desafio, tendo em vista o desnível econômico existente entre alguns países-membros, mais especificamente, o Paraguai e o Uruguai, situação que se agrava pela ausência de estabilidade econômica, realidade inflacionária e manutenção de paridade cambial, condições consideradas como pressuposto de harmonização pelas teorias desenvolvidas na doutrina da integração econômica internacional, em outras regiões do mundo. O apontado desnível econômico é reconhecido pelo Tratado de Assunção, em seu artigo 6º, expressamente em relação à liberação comercial. O fato de Argentina, Paraguai e Uruguai já adotarem a tributação pelos tributos indiretos com base no IVA, Imposto sobre Valor Agregado, facilita a busca da neutralidade necessária à harmonização dos tributos indiretos no MERCOSUL. O Brasil, embora não adote a tributação com base no IVA, utiliza-se de sistema que assegura a não-cumulação, em relação ao ICMS e ao IPI, respectivamente, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e Imposto sobre Produtos Industrializados, que opera pela forma de compensação do que for devido em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores. Esse sistema não se aplica ao ISS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, que não atende ao princípio da não-cumulação. Registre-se que a harmonização tributária, no processo gradual de integração econômica, comporta a fase inicial denominada de coordenação, em que os países-membros passam a adotar decisões com objetivo comum, a segunda etapa, em que já é possível falar em harmonização, no momento em que se apresenta a necessidade de princípios legislativos comuns para a redução de contradições em matéria tributária ou neutralização de suas incompatibilidades, e a terceira etapa, que consiste na harmonização dos textos legais, e não mais na existência de princípio comum, o que caracteriza o mercado comum. Entende-se como mercado comum a composição de três fatores: o livre comércio, a união aduaneira perfeita e a livre circulação. O MERCOSUL encontra-se em fase de união aduaneira imperfeita, em

face da existência de listas de exceções e de adequações. Ressalte-se que a harmonização tributária no MERCOSUL reflete política pública complexa e conjunta dos países-membros, por envolver realidades políticas, econômicas e jurídicas de cada um dos países-membros. No caso do Brasil, por tratar-se de federação, a harmonização em estudo implica necessária revisão do texto constitucional, tendo em vista que os três impostos citados, IPI, ICMS e ISS, pertencem à competência de diferentes unidades da Federação, respectivamente, à União Federal, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios e Distrito Federal.

Palavras-chave: MERCOSUL. Tributação indireta. Harmonização.

A AUTORIDADE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE OS JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dr. Jose Levi Mello do Amaral Júnior (orientador)
Marcelo Ribeiro do Val (mestrando)
UniCEUB – Mestrando em Direito, Direito das Relações Internacionais marcelordoval@yahoo.com.br

A presente pesquisa teve início na participação pessoal da formulação da peça de defesa preliminar do Estado Brasileiro, no caso nº 12.479, deflagrado na Corte de San José da Costa Rica pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em que se questiona a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de arquivar o procedimento instaurado para apurar as condutas do secretário de Segurança Pública e de dois magistrados paulistas, tramitado em sigilo, mesmo após o pedido de deslocamento para a competência do Superior Tribunal de Justiça, o que caracterizaria prática de impunidade perpetrada pelos seus agentes. As autoridades foram acusadas de simular, com a utilização de cinqüenta e três policiais, uma emboscada que culminou na execução de suspeitos de integrar uma facção criminosa no ente federado. Diante do caso, surge a hipótese para a investigação sobre a possibilidade de a Corte Interamericana de Direitos Humanos submeter os tribunais brasileiros às suas decisões. O foco específico no Supremo Tribunal Federal justifica-se, não apenas por ser o órgão de cúpula do Poder Judiciário nacional, mas também por tratar-se do Tribunal que decide, no âmbito interno do Estado, sobre a mesma matéria: direitos humanos fundamentais. O trabalho parte do paralelismo da função fundamental exercida pelas duas Cortes: a promoção da paz social em âmbito nacional e internacional, por meio do combate às ameaças e às ofensas à pessoa humana por atos que afastam o Estado democrático de direito. As duas Cortes detêm funções jurisdicionais de forma a garantir a qualquer indivíduo o exercício dos direitos humanos fundamentais que lhe cabem, tendo em conta serem os mesmos, tanto os atribuídos pela Constituição da República quanto os previstos nos Pactos de San José da Costa Rica e os da Declaração Universal de Direitos Humanos, porquanto são normas que integram as fases de reconhecimento e concretização dos mesmos direitos. Verificou-se que as decisões jurisdicionais proferidas, tanto pela Corte Interamericana quanto pelo SupremoTribunal Federal, em matéria de direitos fundamentais, são concretizações de direitos humanos especificados em planos de alcance diversos em termos territoriais, e ambos são capazes de aplicar-se aos mesmos indivíduos pelos mesmos fatos, ou seja, são formas de garantia dos mesmos bens jurídicos e podem ser entendidos como esferas jurisdicionais do mesmo sistema de proteção, que se complementam, caso ultrapassada a questão da soberania, elemento que as separam. O conceito de soberania oscila ao longo dos tempos, conforme os tipos de Estado até a Idade Contemporânea, e é utilizado como justificativa para atrocidades contra o ser humano, ganhando maior relevo após a II

Guerra Mundial, quando se massacraram povos europeus. A análise da questão passa ao exame da relação entre direitos humanos – direito às liberdades e às garantias do indivíduo – e poder soberano – poder de criar e executar leis e estruturar o Estado – elementos do Estado democrático de direito, previstos nas Constituições modernas e entendidos, respectivamente, como anteriores e posteriores à idéia de nação. A relação entre direitos humanos e poder soberano pode ser de paz social, o que, segundo demonstra a História, só ocorre nos regimes de Estado democrático de direito, quando a democracia é respeitada, ou seja, quando os indivíduos e os poderes da nação respeitam os papéis políticos de cada um. Neste contexto, tem a Corte Interamericana a função de ajustar os Estados-membros, submetidos à sua jurisdição, ao controle das exceções impostas pelos poderes internos, cuja reiteração diária passa por desapercebê-las a ponto de os Tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, considerá-las normais, embora sejam capazes de desequilibrar o Estado democrático de direito. Evita-se, assim, a soberania da exceção mediante nulidades e sanções para antecipar-se ao caos. Os ajustamentos ocorrem por meio de decisões que não passaram pela influência dos desequilíbrios democráticos ocorridos no interior dos Estados, e as suas observações visam a evitar a repetição dos intoleráveis massacres humanos que a História conta. Há de encontrar-se a simbiose entre o Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana, considerando não somente o fato de o Estado brasileiro ter flexibilizado a própria soberania, mas também a possibilidade de evitar novos ditadores e intervenções bélicas internacionais que feririam a soberania, não do Estado nem do povo, mas da nação.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Internacionalização. Soberania.

O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA E A MEDIAÇÃO

Márcia Terezinha Gomes Amaral (mestranda) e Dr. Carlos Bastide Horbach (orientador),
Centro de Ensino Universitário de Brasília – UniCEUB, Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas,
mt.amaral@uol.com.br

A dissertação tem como objeto demonstrar de que forma a mediação pode contribuir para o acesso efetivo à Justiça. Para tanto, são analisados: a evolução do Estado liberal para o Estado social e sua interferência no Judiciário; os obstáculos enfrentados pelo Judiciário; o novo conceito de acesso à Justiça e as ondas renovatórias do direito; os meios alternativos de resolução de conflitos, especialmente a mediação, comparando os sistemas adotados nos Estados Unidos, na França e na Argentina, com o existente no Brasil. A crise do Estado contemporâneo decorre do enorme custo do Estado social, cujas intervenções nas áreas sociais e econômicas geraram déficit público considerável, repercutindo no Judiciário, o qual não tem condições de resolver todos os conflitos existentes na sociedade. Nesse ponto, foi de grande importância a participação dos grupos de pesquisa Lei, Estado e Sociedade e Novas tendências do Direito Público e as disciplinas cursadas no mestrado. O acesso à Justiça é um direito social básico, garantido pelo artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição e, com o Estado do bem-estar social, passou a ser concebido como um direito material, enquanto, no Estado liberal burguês, havia apenas uma garantia formal, sem que se criassem condições para o exercício efetivo de postular em juízo, deixando de atender a um dos direitos básicos da democracia: a proteção dos direitos individuais e coletivos. Os obstáculos enfrentados pelo Judiciário resultam de vários fatores, entre eles, a morosidade da prestação jurisdicional, as custas judiciais excessivas, a sobrecarga de processos nos Tribunais, além do número insuficiente de juízes. Isso dificulta ou impede o acesso à Justiça, na medida em que o cidadão deixa de procurar o Judiciário, pois não acredita que essa instância possa resolver seus problemas, havendo aumento sensível dos conflitos sociais. Assim, o Judiciário deixa de cumprir sua primordial finalidade que é a pacificação social. Os que possuem grandes recursos financeiros têm mais vantagens, ao ajuizar ou contestar ação. Além disso, as diferenças em relação à educação e ao status do indivíduo são de grande importância para o acesso efetivo à Justiça, uma vez que determinada faixa da população desconhece quais são os direitos exigíveis. As deficiências do sistema jurídico vigente e a cultura de maior participação dos cidadãos na procura de solução para os litígios por meio do diálogo e do consenso têm propiciado o desenvolvimento dos meios alternativos de resolução de disputas. Embora haja crítica de que se pretenda a privatização da Justiça, sustenta-se que não se busca a supressão da justiça estatal, mas uma forma rápida, eficaz e econômica que atenda às mutações sociais e tecnológicas das sociedades modernas, pois são métodos que podem complementar o processo jurídico tradicional. Os mecanismos alternativos de solução de controvérsias constituem relevantes instrumentos de cidadania para a consolidação do Estado Democrático de Direito, possibilitando o efetivo acesso do cidadão à Justiça, uma vez que têm custos baixos, são mais céleres, mais informais, além do

fato de a execução dos acordos ter mais cumprimento do que nos processos tradicionais. A diminuição do número de processos em curso na Justiça possibilitará seu melhor funcionamento, permitindo ao Judiciário ocupar-se de causas complexas. Várias soluções para o problema de acesso à Justiça foram buscadas, tendo-as Cappelletti e Garth denominado de "ondas renovatórias" do Direito. A primeira concerne à assistência judiciária aos pobres. A segunda refere-se à representação dos interesses difusos. A terceira onda diz respeito ao novo enfoque de acesso à Justiça, incluindo os métodos alternativos de solução de conflitos, os quais, no mundo ocidental, estão em plena expansão. Os mais conhecidos são: a conciliação, a mediação e a arbitragem, os quais têm obtido êxito em países, como a França, os Estados Unidos e a Argentina. No Brasil, desenvolvem-se gradativamente, embora não exista legislação específica sobre a mediação, pois está em tramitação o Projeto de Lei n. 4.827/98, de autoria da Deputada Zulaiê Cobra, no qual a mediação é definida como atividade técnica, exercida por terceiro imparcial, que auxilia as partes a prevenir ou solucionar os conflitos de forma consensual. É possível viabilizar a superação dos conflitos por vias alternativas, na estrutura do Judiciário, como fez o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, implementando a mediação comunitária e a forense, por meio do Projeto Justiça Comunitária, em 18 de outubro de 2000, e do Serviço de Mediação Forense, em 22 de março de 2002, com resultados satisfatórios. A mediação, como novo paradigma de resolução de controvérsias, baseia-se em diálogos transformadores que dão ênfase à criatividade, buscando gerar soluções conciliatórias, ao invés da discussão e da disputa. Surge uma cultura positiva do conflito, entendendo-se que as divergências entre as partes podem promover o crescimento pessoal, enfatizando o modelo do ganha-ganha, em vez do ganha-perde do processo tradicional. Mediante o diálogo, as partes em conflito podem chegar a um consenso que satisfaça a todos, sejam preservadas as relações e haja pacificação social. A mediação é um instituto democrático, propiciando a inclusão social, além de contribuir para o acesso efetivo à Justiça na medida em que haja orientação e conscientização dos indivíduos sobre seus direitos constitucionais, facultando-se às partes a resolução dos conflitos por meio do diálogo, prevenindo o surgimento de novas controvérsias, pois resolve-se o conflito de forma integral, e não apenas por meio da lide processual. Assim, pode ser considerada forma emancipadora de acesso à Justiça, mediante a realização da cidadania e da autonomia da comunidade.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Meios alternativos. Mediação.

A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL COMO FATOR DE EXPANSÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Dr. Paulo Roberto de Almeida (orientador)
Patrícia Caiado De Acioli (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais patikaoli@yahoo.com.br

O trabalho tem por foco a importância estratégica da proteção dos direitos de propriedade industrial como fator de expansão da economia brasileira no mercado global por meio da intensificação do uso dos procedimentos de registro de produtos tipicamente brasileiros e do fortalecimento das parcerias público-privadas nas pesquisas científicas e tecnológicas, visando ao aprimoramento dos produtos brasileiros e à criação de novos. Tomando como premissa o vínculo indissociável entre a Economia e os Direitos de Propriedade Industrial, a pesquisa tem por norte demonstrar a conscientização e o engajamento dos agentes econômicos e da sociedade brasileira acerca da importância dos direitos de propriedade industrial. Neste contexto, deve ser destacado que, hoje, os fluxos comerciais internacionais são fundamentais para a construção da econômica sólida e estável que se pauta na interdependência econômica. É relevante afirmar que o mercado de ofertas no Brasil pode ter acréscimos lucrativos por meio de produtos com maior valor agregado pela propriedade industrial, sendo essencial o incentivo quanto à inovação e à produção científica focalizada na aplicação industrial e no mercado de consumo. Sob este aspecto, tais direitos podem incrementar as atividades comerciais, já que determinados segmentos são diretamente influenciados pelo desenvolvimento de novas tecnologias, não apenas no que tange a quantidade e qualidade de produção como também quanto ao produto. Permite-se concluir da análise da experiência européia que a utilização dos direitos de propriedade industrial previstos legalmente possibilita a criação de novos produtos e de novos mercados, diferenciados por qualidade especial passível de proteção por marca, patente, denominação de origem ou por desenho industrial. Ressalte-se que se torna inadmissível o retrocesso e é equívoco aceitar a exclusão de qualquer setor passível de proteção por meio da propriedade intelectual alicerçada ao pró-desenvolvimento, pois tal pensamento e ação reduzem o fluxo de investimentos em um país, dando-lhe descrédito internacionalmente, destruindo as suas bases comerciais internacionais e tornando-o incapaz de copiar ou criar. Em que pesem todos os argumentos desfavoráveis e as eventuais desvantagens, a defesa dos direitos de propriedade industrial deve ser acompanhada por países que almejam o progresso econômico e, sob esta bandeira, devem sanear as deficiências e reformular sua estrutura a permitir o efetivo combate à violação desses direitos.

Palavras-chave: Direitos de propriedade industrial. Desenvolvimento econômico. Comércio internacional.

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE: APLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Paulo Fernando Mohn e Souza (mestrando) e Dr. Roger Stiefelmann Leal (orientador),
Centro de Ensino Universitário de Brasília – UniCEUB, Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas,
paulomohn@hotmail.com

O princípio da subsidiariedade, conforme formulado pela doutrina social da Igreja Católica, determina que é injusto subtrair aos indivíduos o que podem efetuar com a própria iniciativa, para confiá-lo à coletividade, assim como é injusto passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podem conseguir realizar (Encíclica Quadragesimo Anno, de 1931). A aplicação desse princípio de filosofia social foi estendida para a organização do Estado, onde ganha nova caracterização. Embora sua aplicação esteja associada ao federalismo, especialmente o alemão, foi no direito comunitário que o princípio ganhou positivação. Na União Européia, o princípio é um conceito-chave na repartição de competências entre a comunidade e os Estados-membros. Conforme o Tratado de Maastricht, nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a comunidade intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se os objetivos da ação não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-membros e possam, assim, ser melhor alcançados ao nível comunitário por sua dimensão ou efeitos da ação prevista. Como decorrência dessa definição, o princípio ganhou notório interesse acadêmico e prático, seguido de questões que suscitam sua aplicação, tais como, a natureza, se política ou jurídica, e a ambigüidade, aspectos negativo e positivo. Verifica-se, uma tendência de assimilação do princípio pelo Direito Constitucional de países europeus, de que são exemplos Portugal, Alemanha e Itália, não só na relação entre o Estado e a União Européia, mas também na organização interna dos Estados. O objetivo do trabalho é investigar a subsidiariedade como princípio aplicado à organização do Estado, denominada de subsidiariedade vertical. Para tanto, o trabalho inicia-se com a busca das fontes da noção da subsidiariedade na filosofia de Aristóteles, Tomás de Aquino e Althusius. Depois, é analisada a origem do princípio na filosofia social da Igreja Católica. Chega-se, então, ao acolhimento do princípio no Direito Público, em suas duas modalidades de aplicação: sociopolítica e de organização do Estado. O passo seguinte é o exame do princípio na União Européia, desde sua primeira positivação, em Maastricht, até os dias atuais. Procede-se ao estudo de sua aplicação, em conjugação com os princípios da atribuição de competência e de proporcionalidade e com os mecanismos de controle político e de "justiciabilidade" da subsidiariedade. Depois, passa-se a analisar o princípio da subsidiariedade nas diversas formas de Estado: unitária, regional e autonômica, confederação e federação. Busca-se especialmente, perquirir se o princípio da subsidiariedade pode ser aplicado em cada uma dessas formas de Estado, uma vez que muitos autores lhe atribuem íntima correlação com o modelo federal de Estado, no qual encontraria sua melhor aplicação, segundo alguns, ou mesmo imprescindibilidade, se-

gundo outros. São examinadas constituições européias que assimilaram o princípio da subsidiariedade, ora no plano externo, a relação com a União Européia, ora no plano interno, a organização do Estado. Verifica-se que as formas de Estado unitária e regional admitem a aplicação do princípio. Chega-se à conclusão de que nem todos os Estados federais admitem o princípio e que inexiste relação de identificação entre o princípio da subsidiariedade e o princípio federal. Por fim, são analisados o Estado federal brasileiro e os elementos que o distanciam ou aproximam-no da aplicação do princípio da subsidiariedade. A dissertação insere-se no campo de estudo do grupo de pesquisa Novas tendências do Direito Público, coordenado pelos professores doutores Roger Stiefelmann Leal e Carlos Bastide Horbach.

Palavras-chave: Princípio da subsidiariedade. União Européia. Formas de Estado. Federação.

INSTRUMENTOS PRIVADOS PARA REDUÇÃO DO AQUECIMENTO GLOBAL: O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO

Dr. Marcelo Dias Varella (orientador)
Priscila Pereira de Andrade (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais priscila.andrade@hotmail.com

A proteção internacional do meio ambiente aumentou nas últimas décadas, sobretudo, porque os problemas ambientais deixaram de ser percebidos apenas no âmbito local e passaram a ser vistos sob a perspectiva global. Atendendo a essas preocupações, a comunidade internacional criou ampla série de instrumentos jurídicos internacionais, órgãos especializados e entidades nos níveis global e regional para responder aos problemas identificados. A proteção normativa da natureza é feita principalmente pelos tratados de direito internacional público. Contudo, a efetividade das normas internacionais não é garantida pela simples ratificação dos Estados, pois os diferentes interesses unilaterais e a existência de mecanismos de enforcement e compliance, entre outros fatores, influenciam a aplicabilidade e o cumprimento das normas internacionais pela sociedade. Nesse sentido, os mecanismos utilizados pelo direito internacional público, elaborados por convenções internacionais pactuadas entre os Estados, não são suficientes para combater e mitigar os efeitos e os riscos oriundos dos problemas ambientais. Novas exigências demandam constantes transformações dos marcos legais, e a heterogeneidade de atores e de áreas de atuação e influência são características do direito internacional público contemporâneo. Conseqüentemente, instrumentos de direito internacional privado, como contratos, regras de responsabilidade civil e a arbitragem, têm sido utilizados para suprir as deficiências do direito internacional público e garantir a efetividade das normas pactuadas, visando à maior proteção ao meio ambiente. Há quinze anos, o problema das mudanças climáticas foi apresentado durante a Conferência das Nações unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio 92). Desde então, o mundo discute as possíveis alterações climáticas, o aquecimento global, suas causas e seus efeitos. Em 1992, a abertura para ratificação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas foi o primeiro passo efetivo para o desenvolvimento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas formado pela Convenção do Clima, pelo Protocolo de Quioto, pelos princípios de direito internacional que regem os instrumentos internacionais e os instrumentos jurídicos e políticos elaborados por diferentes atores internacionais e que apresentam como objetivo final o combate e a mitigação do aquecimento global. Uma série de ações possíveis para alcançar as metas de redução de Gases de Efeito-Estufa (GEE) ou gases responsáveis pelo aquecimento global estão indicadas nos mecanismos de flexibilização incluídos no Protocolo, que prevêem a ação conjunta dos países e criaram as condições para o estabelecimento do chamado mercado internacional de carbono, surgido com a valoração das emissões de gases de efeito-estufa e desenvolvido como instrumento de auxílio à redução dessas emissões. Assim, a valoração de merca-

do permitiu que quantidades de carbono fossem comercializadas por meio de compra e venda de permissões ou créditos de emissões de GEE pelo setor privado. Embora ainda persistam questionamentos sobre seu funcionamento, este é um mercado crescente e que pode vir a ser um dos principais instrumentos de combate ao aquecimento global. Assim, considerando a emergência do setor privado na proteção internacional do meio ambiente e a relevância dos contratos celebrados no regime internacional de mudanças climáticas, o presente trabalho visa analisar a natureza jurídica dos contratos celebrados pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, do Protocolo de Quioto. Serão apontados os principais fatores que regem os contratos de MDL, ou seja, as partes, o objeto do contrato, os requisitos, os procedimentos para celebração, as obrigações e as responsabilidades das partes, as sanções aplicáveis em caso de descumprimento do contrato. Além disso, serão analisados os procedimentos que devem ser seguidos para submissão de projetos de MDL. Por fim, serão apresentadas as perspectivas do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, após 2012, ano em que o Protocolo de Quioto, teoricamente, terminaria.

O BRASIL EM FACE DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONALEM RELAÇÃO AOS ORGANISMOS GENTICAMENTE MODIFICADOS

Dr. Marcelo Dias Varella (orientador)
Rândala Maria de Morais Nogueira y Rocha (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais randalanogueira@hotmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo verificar as implicações jurídicas da responsabilidade internacional para o Brasil, em se tratando de organismo geneticamente modificado. Assim, é enfocado o aspecto jurídico e adota-se a análise técnica-legal da capacidade do Brasil de controlar a responsabilidade internacional sobre organismo geneticamente modificado por meio de contraposição de dispositivos legais relacionados aos órgãos federais para analisar, emitir e monitorar o certificado de qualidade em biossegurança, transporte, importação de vegetais geneticamente modificados para pesquisa, liberação planejada e trabalho em contenção com organismo geneticamente modificado, com o intuito de corroborar que, para o Brasil, a responsabilidade internacional, em se tratando de OGM, não é interessante.

Palavras-chave: Responsabilidade internacional. Organismo geneticamente modificado. Órgãos e meios de controle para o Brasil gerir a responsabilidade internacional sobre organismo geneticamente modificado.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL À REPRESSÃO E COMBATE AO TERRORISMO

Dr. Jose Rossini Campos do Couto Corrêa (orientador)
Raquel de Castro Campos Jaime Consorte (mestranda)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais
raquel.consort@gmail.com

O terrorismo, como forma de coerção de um Estado por meio da violência contra sua população, não é um acontecimento após o 11 de setembro. Porém, as repercussões mundiais tornaram-no um marco do novo terrorismo. Em um mundo globalizado cujo fator espaço-tempo foi reduzido pelas novas tecnologias de comunicação e meios de transporte, os efeitos de ataques terroristas, como os praticados contra o World Trade Center e o Pentágono, tomaram dimensões globais. O combate unilateral ao terrorismo não só é ineficaz na prisão e na punição de membros de grupos terroristas, mas também não mais evita que outros atentados venham a ocorrer. Os novos terroristas possuem hierarquia não -verticalizada, descentralizada e dividida em células que têm certa autonomia de ação, dificultando a infiltração do serviço secreto; isso inviabiliza a antecipação de ações terroristas. Neste contexto, as novas tecnologias de comunicação, principalmente a Internet, dificultam o rastreamento da origem e da movimentação dos recursos financeiros utilizados pelos grupos terroristas para financiar suas ações. Desta forma, a necessidade de cooperação internacional que facilite a troca e o acesso a informações inerentes ao combate ao terrorismo e aos crimes correlatos que financiam tais grupos é imperativa, visto que o terrorismo passa a ser ameaça a todos os Estados, independente de sua capacidade de defesa.

Palavras-chave: Terrorismo internacional. Combate ao terrorismo. Cooperação internacional. Crimes cibernéticos.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA E A SUPRANACIONALIDADE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
Simírame Pereira Leite (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais simirame@terra.com.br

A pesquisa ora desenvolvida visa a investigar a evolução do conceito de soberania e a supranacionalidade diante da globalização. Terá como fundamentação teórica a concepção de soberania em Jean Bodin, Thomas Hobbes, John Locke e Kelsen, entre outros estudiosos. Jean Bodin (1529-1596) escreveu a obra que seria um marco no pensamento político, Os seis livros da República, em 1576, na qual definiu o Estado de Direito, fundando-o no conceito jurídico da soberania absoluta e indivisível. Segundo Thomas Hobbes (1588-1679), a soberania pertencia ao homem, e este, na qualidade de cidadão, transfere parcelas individuais de seu poder político ao soberano como condição elementar de garantia da autopreservação coletiva. A soberania é una, indivisível, ilimitada e é um poder do Estado. O contrato que a estabelece não se sujeita a nenhuma obrigação, salvo a de assegurar a tranqüilidade dos contratantes (os súditos). O Estado está sujeito ao titular da soberania política, que não pode e nem deve sofrer quaisquer limitações. John Locke (1632-1704), liberal com convicções parlamentaristas, defendia a idéia contratualista por homens livres e iguais, dotados de razão, que renunciavam a parcelas de seus direitos naturais com o objetivo de serem protegidos contra as guerras e suas conseqüências. Apesar de Hobbes e Locke terem visões contratualistas, há grande diferença entre suas teorias. Para o primeiro, há a cessão integral forças e poder dos súditos ao soberano, ao qual se submetem e que não terá nenhuma obrigação em contrapartida. Para o segundo, a sociedade, no estado de natureza, possuía capacidade de organização, mas o que a levaria a estabelecer contrato com o soberano seria a ameaça de inimigos externos, sendo esse o fundamento para submeter-se ao poder do Estado, titular da soberania. Para Kelsen (1881-1973), um neokantiano, soberania é uma característica da ordem jurídica, não uma característica do Estado, ou seja, é uma qualidade do poder do Estado, pois indica poder de mando, constitui supremacia de poder na ordem interna e na ordem externa. Em sua obra intitulada Teoria pura do Direito, entende que se caminha para a unidade de organização universal de Direito mundial, ou seja, a formação de um Estado mundial em unidade cognitiva de todo o Direito, formado pelo Direito Internacional e pelas ordens jurídicas nacionais como um sistema unitário de normas. A inquietação entre os estudiosos quanto à necessidade de repensar o conceito de soberania continua. Portanto, faz-se necessário que o conceito seja adequado ao mundo globalizado e interdependente. No direito comunitário, por exemplo, é visível a renúncia, pelos Estados-membros, de parte de suas soberanias. Isso é de fundamental importância para que se alcancem os objetivos da integração comunitária. Os atributos da soberania externa, na prática, têm apresentado distanciamento do conceito tradicional. Exemplo disso é o princí-

pio da igualdade entre os Estados, que, hoje, é apenas formal, o que relativiza a soberania como símbolo de independência e limita-a, conforme rezam alguns tratados e agem determinadas forças internacionais. Quanto às qualidades da soberania, como unicidade, indivisibilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade, quase todas sofreram alterações. Se, de fato, a soberania pode ser divisível, é porque o mundo a concebe assim, porém permanece a supremacia do poder do Estado em certas matérias, enquanto, em outras, foi abdicada. Na atualidade, não é mais compreensível a soberania estatal como absoluta e ilimitada, quando presenciamos Estados estabelecerem relações jurídicas complexas em cooperações bilaterais ou em blocos econômicos. Essas relações podem gerar conflitos de interesses entre os Estados-Partes. Isso faz surgir a necessidade de um organismo supranacional que congregue atributos específicos da soberania estatal, mas que seja independente desse poder estatal. Esta experiência tem sido vivenciada pela União Européia com excelente resultado e poderia servir de modelo aos Estados-partes do MERCOSUL. O que se verifica no ordenamento interno brasileiro são entraves à completa integração dos Estados signatários do MERCOSUL. Diante disso, pode-se afirmar que o momento atual exige, no mínimo, a flexibilização da concepção de soberania, fruto dessa nova ordem integrada, tendo em vista que o anseio por cooperação tem sido maior entre as nações, e isso tem ocasionado desgaste dos poderes soberanos dos Estados. A Constituição brasileira não trouxe dispositivos que permitam a efetividade da busca pela integração prevista no artigo 4º, mas poderá, mediante emenda constitucional, acrescentar dispositivo que propicie a submissão do ordenamento do país a um organismo internacional, seguindo o exemplo da Argentina e do Paraguai.

Palavras-chave: Soberania. Supranacionalidade. Globalização.

RESUMO DO TEMA: CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO PÓS-POSITIVISMO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Teófilo Amorim Chagas de Oliveira (mestrando) e Dr. Roger Stiefelmann Leal (orientador), Centro de Ensino Universitário de Brasília – UniCEUB, Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas, teoriloamorim@brturbo.com.br

O tema escolhido pretende abordar um possível controle judicial e dos Tribunais de Contas nas decisões administrativas atinentes às políticas públicas, em observância, principalmente, nos princípios da eficiência, publicidade e moralidade administrativas, precisando-lhes seus exatos conteúdos jurídicos.

O assunto será desenvolvido no contexto das transformações que vêm sendo propugnadas e efetivadas no Direito Administrativo, marcadas, sobretudo, pelo abandono da vertente autoritária em favor da intangibilidade das decisões administrativas, mormente quando se tratar de ato discricionário.

A relação do princípio da eficiência com o da independência administrativa será devidamente aquilatada, atribuindo ao Poder Judiciário e aos Tribunais de Contas a fiscalização e poder de reforma das decisões da Administração Pública, ainda que o ato desta última esteja embasado na conveniência e oportunidade (atos administrativos discricionários).

A pesquisa se preocupa em analisar aspectos intrínsecos do tema, como as normas, as regras e os princípios; a autonomia da Administração Pública; o interesse público como medida de análise das decisões; e a antinomia entre princípios constitucionais, dentre outros.

Os princípios da publicidade, eficiência e moralidade dos assuntos e questões administrativas são matérias centrais nos regimes democráticos contemporâneos, cuja consolidação foi uma das principais características do século XX. A publicidade contribui para o controle público dos atos administrativos, principalmente aqueles atinentes às políticas públicas (em razão de sua importância social), constituindo um valor ínsito à democracia, que somente pode ser mitigado em situações excepcionais e com fundadas razões.

A efetivação do princípio democrático traz consigo a idéia de democratização da Administração Pública, requisito essencial para que o Estado de Direito não se reduza a um sistema de proteção do cidadão frente às violações jurídicas.

Quanto ao princípio da eficiência, deve-se aventar que será atendido quando os atos da Administração atingir efetivamente o "interesse público", norma esta que começou a ser

utilizada após o advento da Revolução Francesa, como argumento utilizado pelos revolucionários visando a adesão de todos às suas idéias e, assim, buscando adicionar um substrato de legitimidade ao fundamento estatal. O interesse público é invocado como contraposição ao interesse privado, dentro da típica dicotomia reinante no século XIX, entre público e privado, cidadãos e Estado.

Desconsiderando as divergências terminológicas da doutrina no tocante à conceituação de interesse público, a investigação de seu conteúdo remete-nos à distinção feita por Alessi, que identificou a existência de um interesse público primário (o interesse do bem geral) e de um interesse público secundário (o modo pelo qual os órgãos da Administração vêem o interesse público). O verdadeiro interesse público é o primário, que se identifica com o interesse social, com os anseios da coletividade como um todo.

Os consagrados princípios da supremacia do interesse público e de sua indisponibilidade pela Administração levam–nos à conclusão de que esta tem o dever de satisfazer as necessidades públicas, sendo que as prerrogativas e os "poderes" que lhe são atribuídos possuem caráter instrumental justamente para possibilitar a realização dos interesses públicos.

Os tempos, contudo, mudaram. As últimas décadas do século passado testemunharam movimentos sociais, culturais e econômicos que deram novo rumo à história, como ciência dinâmica que a cada dia se renova. A vida do cidadão comum, residente em qualquer quadrante do planeta, passou a ser afetada por acontecimentos próximos e distantes, quase sempre alheios à sua esfera de influência.

O contexto é marcado pela velocidade imprimida à informação e ao conhecimento. Acentuando a dimensão funcional e organizatória do Estado de Direito, vários movimentos sociais novos, como os voltados à tutela do consumidor, à proteção do meio ambiente e à promoção da solidariedade, buscam uma nova compreensão das relações entre Estado e sociedade. Decorridos mais de quinze anos do advento da Constituição promulgada como "cidadã", a conquista da liberdade parece ser definitiva, enquanto a realização de valores importantes como democracia, justiça social, igualdade e dignidade ganham novo impulso. Passa-se a reconhecer que o ser humano deve ser o centro de toda atuação estatal e objetivo de suas ações positivas, não mais somente de meras abstenções ou consentimentos.

Neste cenário, o Direito Público, e, em especial, o Direito Administrativo, sua compreensão e aplicação passam por importantes modificações.

O controle da Administração passa, então, a exigir vinculação das atividades e atos à lei e ao direito, em uma concepção flexível da legalidade.

JUSTIÇA E MÉTODO: A EPISTEMOLOGIA PENAL MODERNA

Dr. Roberto Armando Ramos de Aguiar (orientador)
Tiago Ivo Odon (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito e Políticas Públicas
tiagodon@gmail.com

A principal preocupação do presente trabalho é a justificação da verdade produzida em um processo penal. Boa parte da literatura jurídico-processual resume a análise do direito processual penal a questões formais, como competência, partes, instrumentos de instrução, recursos etc. Tais questões, voltadas para o "quem", o "o quê", o "para quê", segundo Karl Popper, não põem em causa os objetos de análise. Partindo da pergunta que o filósofo apresenta para a teoria política – "Como organizar as instituições políticas de modo a que os governantes maus ou incompetentes não possam causar demasiado dano?" –, a mesma inquirição poderia ser feita ao estudo do processo no âmbito do direito público: como organizar as instituições jurídicas de modo a causar o menor dano possível? A pergunta não pede respostas de origem ou de autoridade. O ponto é como justificar a instituição jurídica. Questões de justiça tornam-se questões de justificação. Para analisar o método de produção da verdade no processo penal, o trabalho adota o modelo epistemológico de Ronald Dworkin, que o chama de modelo construtivo: a validade do resultado judicial depende de uma teoria geral, que dá coerência ao procedimento. Isso significa que se exige as decisões tomadas em nome da justiça nunca extrapolarem a capacidade de o agente público explicá-las no contexto da teoria política de justiça. Nesse sentido, o procedimento penal, no qual o processo penal se materializa, envolve método de produção de verdade cuja condução é feita à luz de uma teoria, a qual traduz um valor político. Em outras palavras, a justificação do método de produção da verdade no processo penal depende de uma teoria política normativa de fundo, que define a liberdade como fundamento epistemológico. Tal concepção nasceu do método misto de produção, verificação e demonstração da verdade que une duas antigas tradições de pensamento – a platônica e a aristotélica – e busca fundar o direito na razão, em substituição à autoridade, como meio de garantir (no processo) e positivar (na lei) a liberdade dos indivíduos. Analisando dois momentos históricos – os períodos medieval e moderno –, é possível concluir que houve um tipo de método de produção da verdade jurídica distinto, conjugações peculiares das tradições platônica e aristotélica, o que significa, em última instância, concepções distintas de justiça. Cada período é caracterizado por uma teoria normativa que anuncia o valor liberdade de forma diferenciada. A hipótese central do trabalho é a de que, uma vez analisada a relação entre as teorias normativas e os métodos de produção de verdade, o processo penal brasileiro não é consistente com a teoria moderna sobre a qual está fundado. Ou seja, a prática jurisdicional penal é inconsistente com a teoria política concretizada na Constituição Federal. A herança brasileira foi um mé-

todo enviesado, gerador de um Estado de Direito peculiar, que não consegue ser justificado à luz da teoria normativa de fundo consagrada na Carta política de 1988.

Palavras-chave: Justiça. Método. Verdade.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL NA CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME

Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
Vladimir Chaves Delgado (mestrando)
UniCEUB – Mestrado em Direito, Direito das Relações Internacionais

O desenvolvimento das modernas tecnologias de processamento, armazenamento e transmissão de dados, aliadas às possibilidades quase ilimitadas de sua permuta e difusão, independentemente das distâncias geográficas ou fronteiras nacionais, tem operado profundas mudanças na sociedade contemporânea em quase todos os aspectos das atividades humanas. Nos dias atuais, dificilmente, há um setor da sociedade que não tenha sido afetado pelas tecnologias da informação. Se, por um lado, isto trouxe numerosos e importantes benefícios, por outro, também tratou de impulsionar o desenvolvimento de novas formas de criminalidade e a prática de infrações tradicionais com recurso às modernas tecnologias. O caráter transnacional das redes informáticas oferece novas possibilidades para a prática tanto de crimes informáticos como de crimes tradicionais. A natureza transnacional destas infrações, como, por exemplo, quando cometidas através da internet, opõe obstáculos à persecução penal, em razão do princípio da territorialidade da lei nacional. Diante disso, a cooperação internacional em matéria penal constitui elemento fundamental para que se proteja a sociedade do moderno fenômeno da "criminalidade informática". O objetivo do presente trabalho cinge-se, então, à análise das disposições relativas ao auxílio mútuo em matéria penal, contidas na Convenção sobre o Cibercrime, adotada pelo Conselho da Europa, em Budapeste, a 23 de novembro de 2001, tratando-se da primeira convenção internacional sobre o tema. A Convenção logrou estruturar sólidas bases para a cooperação internacional em matéria penal entre os Estados, estabelecendo regime detalhado e modalidades específicas de auxílio mútuo, visando atender às demandas atuais no contexto de investigações e procedimentos penais relativos a crimes informáticos e tradicionais que envolvam a coleta de provas em forma eletrônica.

Palavras-chave: Cooperação penal internacional. Criminalidade informática. Convenção sobre o Cibercrime.

Programa de Iniciação Científica

ESTUDO DAS TÉCNICAS FACILITADAS DE ANÁLISE DE REQUISITOS (FAST) JUNTAMENTE COM OS PRINCÍPIOS E OS VALORES DAS METODOLOGIAS ÁGEIS (AM)

Alessandro Ferreira Leite – bolsista PIC
Professor-orientador: Antônio Matoso Filho
UniCEUB - FAET – Ciência da Computação
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
alessandro.leite@acm.org

Este trabalho apresenta um estudo sobre as Técnicas Facilitadas de Elicitação de Requisitos (FAST) frente aos métodos ágeis e da utilização de Wikis como modelo de coleta e documentação de requisitos. Programas de computadores estão inseridos na vida moderna, fazendo que a maior parte das atividades diárias do homem dependam disso para que possam ser realizadas. Estão presentes em dispositivos médicos, em sistemas de telecomunicações, em controles de foguetes, automóveis, aeronaves, etc. Em geral, esses sistemas possuem a característica de controlar grandes quantidades de componentes simultaneamente, de tal forma que uma falha pode acarretar prejuízos financeiros e humanos. O processo de desenvolvimento de software é visto como caótico e marcado por fracassos, como: prazos e custos além do planejado; baixa qualidade dos produtos; falta de percepção de valor pelos clientes ou usuários. Entre as razões apontadas, estão a baixa participação dos usuários, as expectativas irreais dos clientes, os requisitos incompletos e a baixa percepção dos usuários sobre o andamento do projeto. A engenharia de software, por meio da Engenharia de Requisitos (ER), dispõe de técnicas que objetivam auxiliar os interessados no software a entender melhor o problema a ser trabalhado pela adoção de técnicas, como elicitação, documentação e validação de requisitos. O trabalho da ER envolve atividade complexa de combinação de pessoas com níveis distintos de conhecimento, organização e interesse no software. Um requisito é um atributo ou a necessidade de um sistema, declarações que identificam a capacidade, as características ou os fatores de qualidade, de tal forma que tenham valor perante clientes e usuários. Entender os requisitos é uma das atividades desafiadoras do processo de construção de software, por abranger diversas áreas do conhecimento. Por isso, é necessária a aplicação de métodos, técnicas e recursos que maximizem a troca e a difusão do conhecimento a respeito do que deve ser construído, para que se obtenham os resultados desejados. As ferramentas de colaboração, em especial os Wikis, podem ser utilizados no gerenciamento da comunicação entre os interessados do projeto, por propiciar, de forma rápida e simples, o acompanhamento das discussões e das decisões tomadas durante todas as etapas da ER. Além disso, proporcionam a percepção do ponto de vista dos interessados sobre o projeto, a classificação do conteúdo, a detecção de conflitos de requisitos e a criação de repositório único das informações relevantes coletadas ou criadas durante o clico do projeto.

Palavras-chave: Engenharia de requisitos. Metodologias ágeis. Wikis.

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL: A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Alex Duarte Santana Barros– bolsista PIC
Profª. Orientadora: MS. Christine Oliveira Peter da Silva
UniCEUB – FAJS - Direito
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
alexhomero@gmail.com

Este relatório final de pesquisa versa sobre a constitucionalização do direito penal, cujo objeto se circunscreve à irradiação da Constituição Federal no Direito Penal brasileiro ocasionada pelas principais discussões travadas na doutrina acerca da opção por um sistema penal mais brando em um sistema penal mais rígido, na perspectiva do Supremo Tribunal Federal, em sede de habeas corpus. Por meio da pesquisa dogmática e instrumental, com técnicas bibliográfica e documental, e pela catalogação dos habeas corpus julgados pelo Supremo Tribunal Federal no período de janeiro de 2006 a abril de 2007, sistematizou-se a doutrina do garantismo penal à aplicação, nesse catálogo de writs, mostrando o efeito da constitucionalização. A análise crítica dos habeas corpus julgados pelo Supremo Tribunal Federal induziu à conclusão de que as fundamentações nas decisões proferidas por essa Corte são mais garantistas do que decisionistas, concluindo que a Constituição Federal é mais branda por garantir os direitos fundamentais, e a legislação infraconstitucional é mais rigorosa, ao contrapor-se a esses princípios. Dessa forma, necessita-se de maior contundência na produção legislativa, a fim de melhorar o sistema penal existente com normas e sanções eficazes, aproximando-se do estado de direito social, amenizando, assim, o caos que aumenta no Brasil.

Palavras-chave: Constitucionalização do direito penal. Habeas corpus. Teoria do garantismo penal.

MÉTODOS ITERATIVOS PARA RESOLVER SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES

Aline Pereira Neves– bolsista PIC
Orientador: Juan Alberto Rojas Cruz
UniCEUB – FAET – Matemática
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
jmcaline@gmail.com

Os métodos de resolução de um sistema linear são divididos em duas categorias: os diretos e os iterativos. Os métodos diretos envolvem enorme quantidade de operações, e o tempo computacional utilizado é muito grande se o número de equações e variáveis for extenso. Os métodos iterativos apresentam vantagens sobre os diretos, principalmente, quando a matriz A do sistema AX = B possui muitos zeros, além disso, é possível controlar o erro. Um método iterativo fundamental para resolver um sistema linear $AX = b$ (A matriz mxm, x e b vetores $mx1$) é definido recursivamente por $X_{n+1} = (I - A)X_n + b$. Outros métodos clássicos, como o de Gauss – Seidel e o de Jacobi, são obtidos por meio dele. A convergência deste método iterativo é estabelecida na literatura (cf. Boldrini, 1980) com a hipótese de que a norma da matriz $(I - A)$ seja menor que 1 ($\|I - A\| < 1$,onde $\|A\| = máx\left\{\sum_{j=1}^{n} |a_{ij}| / i \in \{1,2,3,\ldots,n\}\right\}$). Neste trabalho, apresenta-se a generalização do método iterativo, a saber, define-se $X_{n+1} = \frac{1}{c}[(A + cI)X_n - b]$, onde c é uma constante diferente de zero. Estuda-se sua convergência, utilizando o teorema do ponto fixo. Como resultados da pesquisa, destaca-se: i) foi mostrada a convergência do algoritmo $X_{n+1} = \frac{1}{c}[(A + cI)X_n - b]$ com a hipótese $\left\|\frac{1}{c}(A + cI)\right\| < 1$. ii) foi estabelecida a convergência do método iterativo $X_{n+1} = (I - A)X_n$, associado ao sistema homogêneo AX = 0, com a hipótese de que a matriz $(I - A)$ seja estocástica regular. É importante enfatizar que o resultado (i) pode flexibilizar o uso de algoritmos iterativos, pois, dependendo da escolha do valor de c, a condição $\left\|\frac{1}{c}(A + cI)\right\| < 1$ pode ou não ser satisfeita. A utilização do teorema do ponto fixo para provar a convergência do método iterativo generalizado é um caminho diferente dos encontrados na maioria das referências bibliográficas. A validez do resultado (ii) é justificada pelo fato de existirem matrizes A, tais que $(I - A)$ é estocástica regular e $\|I - A\| \geq 1$.

Palavras-chave: Matriz estocástica regular. Generalização do algoritmo. Teorema do ponto fixo.

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DO INFRAVERMELHO E DA DIATERMIA POR MICROONDAS ASSOCIADOS AO ALONGAMENTO PASSIVO NO ENCURTAMENTO DOS MÚSCULOS ISQUIOTIBIAIS

Aline Simões de Alencastro
Profª. Orientadora: MS Flávia Ladeira Ventura Dumas
UniCEUB – FACS – Fisioterapia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
aline_alencastro@yahoo.com.br
fladeira@gmail.com

Contração muscular é o encurtamento adaptativo da unidade musculotendínea e de outros tecidos moles que cruzam ou cercam a articulação. Na fisioterapia, a diatermia por microondas é uma modalidade de aquecimento profundo, enquanto a radiação infravermelha aquece praticamente apenas a epiderme. Os tecidos mais profundos são aquecidos por condução, atingindo profundidades de até 1 cm. Os efeitos fisiológicos ocorrem quase exclusivamente na parte superficial da pele. Em algumas práticas clínicas, para obter maior ganho da flexibilidade, usam-se técnicas de alongamento associadas ao calor. Este estudo teve como objetivo verificar a influência e as diferenças na utilização dos recursos térmicos de calor profundo e superficial na flexibilidade da musculatura isquiotibial. O estudo foi realizado em estudantes da Faculdade de Ciências da Saúde, do curso de Fisioterapia do UniCEUB, mediante a assinatura do Termo de Esclarecimento e Livre Consentimento. Os participantes foram distribuídos, de forma aleatória, em três grupos distintos: grupo controle - GC (alongamento muscular passivo), grupo calor superficial - GCS (infravermelho associado ao alongamento passivo) e grupo calor profundo - GCP (diatermia por microondas associada ao alongamento). A goniometria, método de avaliação para medir ângulos articulares, foi utilizada para mensurar o ângulo poplíteo e pode indicar o encurtamento da musculatura isquiotibial. Os resultados foram obtidos por meio da analise deste ângulo realizada antes e depois de cada intervenção, relacionando o recurso com o alongamento. Os resultados parciais indicam que o alongamento associado ao calor superficial diminuiu o ângulo poplíteo de maneira mais expressiva.

Palavras-chave: Termoterapia superficial. Termoterapia profunda; Alongamento.

VÍCIO DE VONTADE DO ATO ADMINISTRATIVO

Ana Carolina Borges de Oliveira- bolsista PIC
Prof. Orientador: Dr Roger Stiefelmann Leal
UniCEUB - FAJS - Direito
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
anacarolinaboliveira@hotmail.com

Este trabalho versa sobre a análise da constitucionalidade e da legalidade de ato normativo ou de execução praticado por autoridade pública, no exercício de suas atribuições constitucionais regulares, motivado por corrupção, ou seja, ato com claro e determinado vício de vontade, ainda que os procedimentos formais e materiais para sua elaboração tenham sido observados. Trata-se de sistemática que envolve tanto o Direito Administrativo como o Direito Constitucional, ramos do Direito Público que regulam o exercício do poder político e geram a outorga ao Estado de poderes especiais frente aos particulares. Assim, o estudo busca averiguar a natureza da vontade da Administração Pública, já que a vontade no âmbito do Direito Público é expressa, não por um indivíduo singular, mas por um órgão da Administração, formado por uma ou mais pessoas legalmente investidas nas suas funções, para conduzir à realização do interesse público. Além disso, a presente pesquisa parte do entendimento majoritário da doutrina brasileira que não considera a vontade do agente estatal ser um dos elementos essenciais do ato administrativo, uma vez que tal posição implicaria considerar que um ato administrativo praticado por corrupção possa ser considerado válido. A metodologia utilizada foi a pesquisa analítico-dogmática, em que foram analisados os conceitos jurídicos do presente tema, tais como, ato administrativo, poder vinculado e discricionário, controle judicial, para, posteriormente, construir e aperfeiçoar a estrutura do sistema jurídico, segundo a ótica da dimensão dogmática com explicitação das teorias doutrinárias, para propor nova visão sobre o tema. Nesse contexto, a pesquisa foi formada pela estrutura tríplice da dogmática: doutrina, legislação e jurisprudência. Com base nisso, recorre-se à doutrina estrangeira, já que, no Brasil, a relação entre vontade, corrupção e ato administrativo tem sido pouco abordada pelos estudiosos. Assim, analisa-se até onde a declaração de vontade de um indivíduo que compõe o órgão administrativo pode influenciar e direcionar a manifestação do Estado a produzir um ato viciado, por isso há a necessidade de a doutrina elencar todos os elementos de validade de um ato administrativo, para distinguir os critérios formadores, evitando, assim, possíveis omissões que possam originar atos administrativos ilegais e inválidos. Pela submissão dos indivíduos perante a autoridade do Estado, foi possível determinar que a autoridade pública, regularmente investida em sua função, incorreu em inconstitucionalidade ou ilegalidade, por ter praticado o ato motivado por corrupção. A principal conclusão que essa pesquisa permitiu foi a de que a teoria do ato administrativo brasileira precisa ser reformulada, para considerar a vontade como o elemento do ato administrativo. Decorre daí que a corrupção deve ser considerada um

vício de vontade do ato administrativo, pois é uma irregularidade que pode afetar seus elementos constitutivos e caracterizar ilegalidade e inconstitucionalidade. Conseqüentemente, este trabalho adotou a posição de juristas italianos que incluem a vontade como elemento essencial de validade do ato administrativo, o que não se verifica na doutrina nacional. Os juristas brasileiros consideram que o ato administrativo, para ser válido, precisa ter apenas cinco elementos essenciais: agente capaz, objeto lícito, forma regular, finalidade pública e motivação, cabendo fiscalização judicial apenas em três desses requisitos: agente capaz, forma regular e finalidade pública. Diante disso, também se conclui que o vício de vontade só pode ser verificado no exercício de poderes discricionários e, tal como admite o Direito Privado, pode ser estendido a atos administrativos praticados por erro, dolo, coação ou violência, já que também são manifestados com base na vontade psicológica de seu autor. Por fim, é possível admitir que devem ser analisados todos os antecedentes que levaram à formação da vontade viciada, para averiguar quais as conseqüências decorrentes disso. Ora, se a corrupção está fundamentada na vontade do agente, então caberá análise judicial sobre a intenção psicológica do agente, sobre sua vontade, o que evidencia a vontade ser elemento essencial do ato administrativo.

Palavras-chave: Ato administrativo. Vício de vontade. Ilegalidade. Inconstitucionalidade.

A HIGIENIZAÇÃO SOCIAL POR MEIO DO PLANEJAMENTO DE BELO HORIZONTE NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

Ana Carolina Silva da Costa- bolsista PIC
Prof. Orientador: Dr. Delmo de Oliveira Arguelhes
UniCEUB – FACE – História
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
acpemja@yahoo.com.br

A pesquisa A higienização social por meio do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX tem por objetivo analisar, com base na perspectiva da História Intelectual, a exclusão social na nova capital mineira mediante a concepção urbanística. Para isso, tal análise considera importante contextualizar a construção e a inauguração da cidade no momento em que ocorreram as reformas urbanas em Paris e o advento da República no Brasil. O desenvolvimento inicial do projeto analisa a apropriação e a ressignificação feita pelos republicanos brasileiros com relação às idéias políticas republicanas francesas e às reformas urbanas empreendidas em Paris. Tais influências estavam constituídas de desejos de progresso, de modernização, de ordenamento, de crença no poder e na legitimidade da ciência, capazes de promover melhorias para e na sociedade. O ideal europeu de embelezamento das cidades e a construção de largas avenidas e ruas que abririam a cidade à luz, ao ar e à circulação foram apropriados por Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Belo Horizonte, que se baseava também nas idéias positivistas e adotava-as no plano da cidade. Essa influência dividiu a capital mineira em três zonas específicas, de acordo com a tríade, salubridade, comodidade e embelezamento. A zona urbana era destinada ao funcionalismo público; a zona suburbana, aos comerciantes em geral; a zona rural era destinada aos pequenos agricultores que habitariam um cinturão verde. As idéias de Auguste Comte, valorizadoras do rigor cientifico promotor do progresso, do ordenamento, da evolução e da civilização da sociedade republicana, fundamentaram a construção da nova cidade e suscitaram a prática, por parte das classes dirigentes, de política excludente e higienizadora da população pobre de Belo Horizonte, pois desfez costumes e subverteu valores, sendo capaz de estabelecer novas regras de conduta. A urbanização de Belo Horizonte constitui objeto de estudo valoroso para o conhecimento histórico.

Palavras-chave: História intelectual; Higienização social, Planejamento urbano.

SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR EM SERVIÇO DE HOTELARIA: MODELO DE PREDIÇÃO NO NÍVEL DE ANÁLISE VERTICAL

Ana Conceição Xavier da Silva – bolsista PIC
Profª.Orientadora: MS Carla Peixoto Borges
UniCEUB – FASA – Administração
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
anaxavyer@gmail.com;
carlaborges@hightouch.com.br

Esta pesquisa analisa os índices da satisfação do consumidor em serviço de hotelaria, no nível de análise vertical. Trata-se da continuidade do estudo de Borges (2005), no qual foram identificados os seguintes fatores: apartamento, pessoal de apoio, serviços de alimentação, frigobar, ambiente das áreas coletivas, serviços de entretenimento, acesso e opções de conveniência. Procura-se, com base nos dados previamente coletados, identificar os índices significativos, usando como variável-critério a medida de satisfação geral do consumidor. O estudo, de caráter descritivo e natureza quantitativa, teve como objetivo primário identificar um modelo de índice da satisfação geral do hóspede no Brasil. Como objetivo secundário, foram comparados os resultados das relações de predição encontradas em diferentes formas de operacionalizar a variável-critério medida com item único e medida multiitem. Análises de regressão linear múltipla padrão foram realizadas para investigar se as dimensões parciais identificadas são significativas na satisfação geral do consumidor representada por medida multi-item (Avaliação de Desempenho) e uma de item único (Satisfação Geral). Investiga-se se o modelo de predição obtido pela primeira medida como variável critério é superior ao modelo de predição obtido com a medida de item único. Os resultados obtidos forneceram evidências de que o conjunto de fatores testado é preditor significativo do item de satisfação geral, mas explica apenas 7,6% da variância total (R^2=0, 076, F=4,39, p<0,05). Quando a medida multiitem foi a variável-critério, o conjunto de fatores testado também apresentou predição significativa da satisfação do consumidor, explicando 60% da variância total (R^2 = 0,60, F=82,42, p<0,05). Nesse conjunto de variáveis, cinco dos oito fatores apresentaram contribuições individuais significativas para a explicação da avaliação de desempenho. Tais resultados fornecem evidências de que o modelo de índice obtido utilizando a medida multiitem da satisfação do consumidor é superior ao modelo de índice como medida de item único.

Palavras-chave: Satisfação do consumidor. Pesquisa de marketing. Hotelaria. Serviços.

PERFIL SAZONAL DOS INDICADORES DE CONTAMINAÇÃO FECAL, ENTEROCOCCUS E E. COLI, NOS MANANCIAIS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO DISTRITO FEDERAL

Ana Flávia Correia Heringer
Profª. Orientadora: Patrícia Fernanda Batista
UniCEUB – FACS - Biomedicina
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
anaheringer@gmail.com
patriciafbsantos@yahoo.com.br

Para avaliar a eficácia de um indicador microbiológico, não basta verificar sua ação como fato isolado. O ambiente externo tem papel designado de acordo com as variações climáticas. No Distrito Federal, duas estações são aparentes: o período da seca e o da chuva, sendo este último um dos maiores determinantes no aumento da população bacteriana. Para a escolha do indicador microbiológico, é essencial a detecção de níveis mínimos de contaminação presentes, para atestar a qualidade de água, por isso sua sensibilidade e especificidade são um dos critérios. O indicador mais utilizado pelos laboratórios é a E. coli, porém novos parâmetros podem ser implantados a fim de que a análise seja mais abrangente e sensível. O objetivo deste trabalho é analisar os valores obtidos, aplicando as técnicas do substrato enzimático para E. coli e dos tubos múltiplos para Enterococcus, mais persistentes ao meio, comparando-os para obter o melhor indicador do nível de contaminação e revelar a influência do clima sobre a população de bactérias presentes nos mananciais, evidenciando, pela avaliação sazonal, o melhor indicador de contaminação fecal e relacionado-o às estações climáticas. Determinados valores demonstram que os Enterococcus foram tão ou mais resistentes à ação do meio que a E. coli, embora não se possa concluir que exista um indicador mais eficaz que o outro. A avaliação sazonal estabelece quando se podem utilizar os indicadores em função das adversidades do meio, conferindo mais segurança para a qualidade da água e, conseqüentemente, para a saúde humana.

Palavras-chave: Recursos hídricos. Microbiologia ambiental. Enterococcus.

REVISÃO JUDICIAL E DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Aylla Mara de Assis- bolsista PIC
Prof. Orientador: Dr. Carlos Bastide Horbach
UniCEUB – FAJS - Direito
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
aylla.assis@gmail.com

A presente pesquisa de iniciação à ciência lança-se ao estudo da problemática delimitada da análise e da concepção das relações que envolvem as entidades reguladoras, os agentes reguladores e o Poder Judiciário. Implica, pois, saber se as decisões e os atos praticados por agências reguladoras no âmbito e no exercício de sua competência técnico-discricionária contemplam margem de liberdade, oportunidade e conveniência, de modo a ser apresentados ao controle judicial positivo. Discute-se a possibilidade e a extensão da revisão judicial em atos administrativos regulatórios praticados no exercício da competência técnico-discricionária. Para tanto, três capítulos são desenvolvidos. O primeiro trata das entidades reguladoras, sua natureza jurídica e funções, expondo, inicialmente, o contexto histórico no qual surge a regulação contemporânea e a evolução da política de redução do Estado brasileiro. No segundo capítulo, são analisadas a discricionariedade dos atos das agências reguladoras e a tecnicidade nos seguimentos regulados. O terceiro capítulo trata do controle judicial dos atos regulatórios, apresentando os parâmetros do controle judicial da regulação estatal. Resulta da presente pesquisa conclusão que permite verificar e apresentar duas doutrinas divergentes quanto à análise de mérito dos atos administrados regulatórios. Há a doutrina clássica, que admite tão só a análise de legalidade dos atos, e a doutrina moderna, adotada pela jurisprudência, para a qual o controle judicial do ato administrativo deve abranger o mérito administrativo em relação aos seus limites e à observância dos princípios constitucionais da boa administração.

ANTROPOLOGIA DA IMAGEM A IMAGEM EM MOVIMENTO COMO FERRAMENTA DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Camila Martins Barbosa - bolsista PIBIC/CNPq
Profª. Orientadora: Dra. Lara Santos de Amorim
UniCEUB – FASA – Comunicação Social – Jornalismo
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
cmila.martins@gmail.com

A pesquisa propõe iniciar o aluno de Comunicação Social tanto na abordagem epistemológica da antropologia visual, de produção de imagens, como na antropologia do visual, iconografia e exegese de imagens. Ambas tratam da produção de conhecimento específico na área de ciências sociais e assumem diálogo interdisciplinar com as artes e a comunicação social. A pesquisa realiza estudo preliminar do arcabouço teórico da antropologia visual e da etnografia para, em seguida, aplicar as técnicas de registro da imagem próprias da comunicação social à realidade local. Foi elaborado um roteiro de vídeo etnográfico que retrata a vida de uma família habitante de uma invasão na garagem do Senado, na Asa Norte, em Brasília. O roteiro pretende denunciar a profunda desigualdade entre as classes sociais, ao filmar a realidade de migrantes brasileiros que catam papel e lixo para sobreviver e habitam o cerrado brasiliense há, pelo menos, trinta anos. A pesquisa utiliza o método qualitativo, o qual consiste na obtenção de dados descritivos da aproximação do pesquisador com o sujeito estudado, a etnografia, e propõe reflexão teórico-metodológica sobre a credibilidade do texto visual na sociedade contemporânea. Culturalmente, conforma-se com a autoridade do texto escrito e ignora-se que ele também esteja sujeito à parcialidade e ao olhar do seu realizador. Além disso, a imagem pode trazer elementos estéticos e artísticos para o campo do conhecimento sobre o homem que o texto escrito, dificilmente, poderá trazer. Uma vez que a aproximação junto às comunidades escolhidas como objeto de estudo e a captação das imagens não foram autorizadas a tempo pelo CEP/ UniCEUB, as saídas de campo foram interrompidas. No âmbito acadêmico e pedagógico, a pesquisa ganhou força e agregou estudantes voluntários que participaram de reuniões, discussões teóricas e exibições de filmes. A sensibilidade em relação à realidade social é o diferencial quando se trata da imagem em movimento associada à antropologia. A produção mercadológica de signos e conhecimento não está necessariamente interessada em valorizar a cultura e a alteridade de um grupo excluído socialmente, por exemplo. É possível, desta forma, aprofundar o estudo e a aplicação das imagens. A antropologia e a produção de imagem em movimento podem contribuir uma com a outra, na medida em que possuem métodos e objetivos semelhantes entre si. Durante a última etapa da pesquisa, discutiu-se a importância da coleta e da formação de um banco de dados acerca de atividades que envolvem a etnografia e a produção de imagens etnográficas, cujo acervo pode evidenciar as diferenças culturais e as múltiplas identidades que constituem um país, para servir de referência cultural no âmbito nacional

e na comunidade específica estudada. A imagem como registro documental fornece dados que extrapolam os conceitos materiais de cultura de uma sociedade e contém símbolos identitários que servirão de referência sobre determinada sociedade em determinado tempo. Por essa razão, a importância da criação de um banco de dados acerca de atividades que envolvem o uso da imagem no processo de estudo da alteridade faz-se importante, pois trata-se de construir a memória cultural e histórica de uma sociedade.

Palavras-chave: Antropologia visual. Imagem em movimento. Etnografia.

O ENVOLVIMENTO DO GLUTAMATO NOS NÍVEIS DE ANSIEDADE DE RATOS SUBMETIDOS AO LABIRINTO EM CRUZ ELEVADO

Camila Pinheiro Pozzer – bolsista PIC
Profº Orientador: MS Ivaldo Jesus Lima de Oliveira
UniCEUB – FACS – Psicologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
camilapozzer@yahoo.com.br
ivaldojesus@ig.com.br

O glutamato (GLU) é o neurotransmissor excitatório mais importante existente no cérebro do homem e interfere nos processos de aprendizagem e memória, além de estar envolvido no desenvolvimento da isquemia cerebral e da ansiedade. Os receptores do GLU são classificados em ionotrópicos e metabotrópicos. Os receptores ionotrópicos são NMDA, AMPA e cainato, e os metabotrópicos estão acoplados às proteínas G. Esta pesquisa investiga o envolvimento do GLU sobre os níveis de ansiedade de ratos submetidos ao labirinto em cruz elevado (LCE), com a finalidade de detectar a dose mais eficaz, por meio de curva de dose-resposta, avaliando, assim, qual seria o efeito do glutamato: ansiolítico ou ansiogênico. Para isso, foram realizados experimentos com ratos Wistars machos de 200 a 280g. Os animais de controle receberam administração de solução salina; os animais experimentais receberam GLU nas doses crescentes de 1, 3, 5 e 10 mg/ kg, i.p., 1,0 ml/ kg; todos foram expostos por 5 minutos ao LCE, 30 minutos após a administração de solução salina e GLU. As porcentagens de tempo gasto nos braços abertos foram consideradas indicadores de ansiedade. As doses de GLU que tiveram médias estatisticamente significativas em relação ao grupo de controle foram as de 3 e 5 mg/ kg i.p., indicando que o GLU nas doses citadas apresentou efeito ansiogênico sobre a ansiedade destes animais. Esses resultados demonstraram que as porcentagens de tempo nos braços abertos dos animais experimentais diminuíram em relação ao grupo de controle, com maior efetividade detectada com a dose de 3 mg/ kg i.p, corroborando pesquisas recentes e obedecendo à curva de dose-resposta típica da experimentação com drogas psicofarmacológicas. Desta forma, faz-se necessário dar continuidade às investigações do envolvimento do GLU sobre a ansiedade, na busca de novos agentes farmacológicos que possibilitem bloquear este efeito ansiogênico apresentado nesta pesquisa para o GLU, tendo em vista a compreensão das bases biológicas da ansiedade.

Palavras-chave: Glutamato. Ansiedade. Labirinto em cruz elevado.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E COMPETITIVIDADE: UMA ANÁLISE COMPARADA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cynthia Pacce Zammataro – bolsista PIC
Prof. Orientador: Dr. Marcelo Gonçalves do Valle
UniCEUB – FAJS – Relações Internacionais
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
cyhnny@gmail.com
marcelog@cnpq.br

A abertura e a liberalização comercial e financeira trouxeram desafios para países, empresas e organizações, suscitando novos níveis de organização e políticas públicas, de modo a sustentar e incrementar padrões de competitividade. Diversos países, entre eles o Brasil, têm deparado com a necessidade de revisar de seus marcos regulatórios e institucionais, reorganizar suas atividades produtivas e fomentar um ambiente mais propício à cooperação entre os múltiplos agentes que compõem o sistema nacional de inovação. O crescente grau de internacionalização e interdependência econômica, juntamente à emergência de padrões de competitividade vinculados à capacidade de aprendizado e criação de conhecimento e inovação, esparge inquietações quanto à inserção brasileira. A habilidade em engendrar condições para o contínuo aprendizado, com vistas à criação e à difusão de conhecimentos, é premissa que se revela crítica para a orquestração e a sustentação de parâmetros superiores de competitividade. Depreende-se que o padrão de concorrência vigente se vincula, de forma mais estreita, à capacidade de detenção do saber e da conformação de modelos organizacionais efetivos para o exercício da atividade inovadora. Tal questão torna-se mais relevante na medida em que a literatura especializada indica que, na atualidade, não apenas os países mais industrializados da OCDE, mas também países em rápido nível de desenvolvimento, como Coréia, China e Índia e periféricos, têm orquestrado um conjunto amplo e variado de políticas de inovação e competitividade, focalizando elementos, tais como, as condições de fomento, interação interinstitucional, participação de empresas no financiamento e na execução à inovação e a criação de ambiente institucional mais aprazível aos negócios. O trabalho aponta que o Brasil, a despeito do conjunto de ações voltadas a este fim nos últimos anos, tais como, a criação dos fundos setoriais, da lei de inovação e a nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior, encontra-se em situação fragilizada, em decorrência da limitação de recursos orçamentários e financeiros para o fomento à ciência e à tecnologia, do restrito estreitamento das relações entre atores do sistema nacional de inovação e dos entraves a seu ambiente institucional, comprometendo a inserção e a competitividade do país e suas empresas neste novo contexto.

Palavras-chave: Políticas públicas. Inovação tecnológica. Relações internacionais.

AS EXPECTATIVAS E A MOTIVAÇÃO DO PROFESSOR LIGADAS À SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA: RELAÇÕES COM A FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Deise Bordin Nimitt – bolsista PIC
Profª. Orientadora: MS Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
UniCEUB – FACE – Pedagogia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
deisebn@hotmail.com
celeidacintra@uol.com.br

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, observa as relações entre professor e aluno, por meio de estudo de caso, buscando compreender como a motivação e as expectativas do professor, relacionadas à sua formação profissional, contribuem para a melhoria da qualidade da prática pedagógica e o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Fundamenta-se no referencial teórico de pesquisadores da área de educação e formação de professores que se dedicaram a estudos sobre a motivação no sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Os dados foram coletados junto aos professores de doze escolas do Ensino Fundamental - séries iniciais, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, após a conclusão da formação em Pedagogia - Projeto Professor Nota 10, no Centro Universitário de Brasília, por meio de entrevistas com os gestores das escolas escolhidas e aplicação de questionário junto aos professores. Pelos dados coletados, no primeiro semestre de 2007, verificou-se que a motivação é fundamental para a formação do pedagogo, sendo responsável pelo fortalecimento de sua opção, pois a falta de motivação é uma das grandes causas do mal-estar de um número significativo de professores, e suas conseqüências refletem-se na qualidade do ensino, no sucesso do processo de aprendizagem e no desenvolvimento pessoal e profissional. Os professores entrevistados acreditam que, ao definir objetivos de aprendizagem, apresentar as informações sobre o conteúdo a ser estudado, propor tarefas, responder à demanda dos alunos e avaliar a aprendizagem, criam-se ambientes que afetam a motivação e a aprendizagem. Em sala de aula, a motivação leva o aluno a envolver-se ativamente no processo de ensino-aprendizagem, esforçando-se para aprender. Concluiu-se que a motivação é fundamental para a profissão docente, tanto no seu processo de formação quanto no seu desempenho pedagógico, podendo influenciar a dinâmica de autodeterminação, expectativas, percepção de eficácia e consecução de objetivos pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Motivação. Expectativas. Formação docente. Prática pedagógica.

SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR: COMPARANDO DIFERENTES PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Denise da Conceição Muniz – bolsista PIC
Profª. Orientadora: MS Carla Peixoto Borges
UniCEUB – FASA – Administração
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
denisepcj@yahoo.com.br
carlaborges@hightouch.com.br

Trata-se de estudo de caráter descritivo e natureza quantitativa, em que se investiga o efeito do procedimento de coleta de dados adotado em um levantamento de satisfação do consumidor como variável interveniente nos resultados de pesquisa. O tema situa-se no campo de estudos do comportamento do consumidor e articula teorias sobre pesquisa de marketing e satisfação do consumidor. Busca-se verificar se o procedimento de coleta de dados adotado exerce efeito significativo sobre as medidas de satisfação obtidas em pesquisa junto a consumidores de serviços de hotelaria. O objetivo geral é comparar os resultados de dois levantamentos de satisfação do consumidor, ambos realizados por meio de questionário auto-administrado, sendo um preenchido a lápis e outro pela internet. Os dados foram coletados previamente por Borges (2005), ocasião em que também foram validadas duas escalas multi-item, uma de satisfação geral ($\alpha = 0,97$) e uma de avaliação de desempenho ($\alpha = 0,86$). Além disso, Borges (2005) utilizou uma medida geral de satisfação de item único. As três medidas mencionadas foram adotadas no presente estudo como variáveis dependentes, sendo o procedimento de coleta a variável independente. Testou-se, por meio do Teste t, a hipótese de que haveria diferença significativa entre as medidas das variáveis dependentes obtidas com os diferentes procedimentos de aplicação. As hipóteses nulas para cada variável dependente testada não foram rejeitadas ($p>0,05$), o que indicou não haver evidência de diferença entre as medidas de satisfação obtidas com questionário aplicado a lápis e pela internet. Tais resultados sugerem a viabilidade de adotar diferentes procedimentos de coleta de dados em levantamentos de satisfação do consumidor.

Palavras-chave: Survey. Pesquisa de marketing. Satisfação do consumidor.

ESTUDO MOLECULAR NO CONTROLE DA TAXA DE OVULAÇÃO EM OVINOS DA RAÇA SANTA INÊS

Edylaine Almeida Castro – bolsista PIC
Prof. Orientador: Dr. Carlos Frederico Martins
Co-orientador EMBRAPA: Dr. Eduardo de Oliveira Melo
UniCEUB – FACS – Biomedicina
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
edylainecastro@yahoo.com.br
fredmartins@yahoo.com

O gene GDF-9 é um dos primeiros expressos pelo ovócito ainda no folículo primordial e exerce grande influência no controle das fases iniciais da foliculogênese. O hormônio GDF-9 pertence à superfamília Transforming Growth Factor-**β** (TGF-**β**), constituída por vários hormônios e fatores de crescimento evolutivamente conservados. O gene GDF-9 é constituído de dois exons, cujo segundo contém mais de 70% da seqüência do quadro de leitura da proteína. Codifica, em sua porção C-terminal, o peptídeo maduro com 135 aminoácidos, que, após dimerização e processamento, formará o hormônio ativo. Trabalhos realizados demonstraram que a mutação pontual high fertility encontrada neste gene foi correlacionada ao aumento da taxa de ovulação em ovelhas de raças européias quando em heterozigose e à infertilidade quando em homozigose, pela deficiência no desenvolvimento dos folículos primários, e os animais selvagens não mostram nenhuma alteração. Posteriormente, foi identificada, na raça de ovelha naturalizada brasileira Santa Inês, nova mutação no gene GDF-9 que pode estar envolvida com aumento da taxa de ovulação. O objetivo desse trabalho é verificar a existência de polimorfismo de nucleotídeo simples (SNP) nesta raça e observar se há alteração em sua taxa de ovulação. O trabalho consiste em extrair o DNA genômico da fração leucocitária sanguínea dos animais e, pela PCR-RFLP, genotipar 251 animais. A princípio, foram genotipadas 23 ovelhas da raça Santa Inês que tinham histórico de ocorrência de partos múltiplos, e observou-se grande quantidade de animais heterozigotos (14) e homozigotos (5) em relação à quantidade de selvagens (4). Paralelamente, foram genotipadas duas populações não-selecionadas de acordo com seu histórico (56 ovelhas Santa Inês do Nordeste e 172 de Brasília). Nesses animais, foi observada a distribuição genotípica distinta, com maior quantidade de animais selvagens (Nordeste-35, Brasília -114) e menor quantidade de heterozigotos (Nordeste-19, Brasília-53) e homozigotos (Nordeste-2, Brasília-5). Conseqüentemente, a freqüência do alelo selvagem é maior nos animais de Brasília e do Nordeste em relação aos selecionados de acordo com seu histórico de profilicidade. Isso é forte indício de que a mutação pode alterar a taxa de ovulação entre esses animais.

Palavras-chave: Ovinos. Taxa de ovulação. Gene GDF-9

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA FUNÇÃO PULMONAR E DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM CORONARIOPATAS IDOSOS SUBMETIDOS À REVASCULARIZAÇÃO DO MIOCÁRDIO

Elayne Kelen de Oliveira – bolsista PIC
Prof.Orientador: Vinicius Zacarias Maldaner da Silva
UniCEUB – FACS – Fisioterapia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
elaynekelen@gmail.com
Colaboradores INCOR-DF/ Fisioterapia: Maurício Milani;
Aída Luiza Ribeiro Turquetto

A doença arterial coronariana é uma das principais causas mundiais de morte, sendo a primeira na população de 60 anos ou mais. A cirurgia de revascularização do miocárdio é um dos procedimentos invasivos mais utilizados no tratamento de coronariopatas e está relacionada a alterações na conformação da caixa torácica, distúrbios hemodinâmicos e ventilatórios, que podem ser influenciados pelo tipo de incisão, pela utilização de circulação extracorpórea, pelo tempo de ventilação mecânica, entre outros fatores, e pode ocasionar a redução do volume e da capacidade pulmonares e a alteração músculo-esquelética, além de aumentar a permanência do idoso coronariopata no hospital, expondo-o à maior possibilidade de infecções e complicações clínicas. Este estudo tem por objetivo avaliar a função pulmonar e a força muscular respiratória em coronariopatas idosos submetidos à revascularização do miocárdio isolada por meio de esternotomia mediana, antes e após a cirurgia. Foi realizado um estudo do corte prospectivo com pacientes internados no Instituto do Coração (INCOR) – DF, dos quais foram avaliados 9 pacientes com idade média de 67 anos, sendo 5 homens (55,56%), 3 ex-tabagistas (33,33%), 5 com diabetes mellitus (55,56%), 5 com infarto agudo do miocárdio prévio (55,56%), 7 com hipertensão arterial sistêmica (77,78%) e 7 com dislipidemia (77,78%). As variáveis de função pulmonar – Capacidade Vital Forçada (CVF), Volume Expiratório no 1° Segundo (VEF1), Índice de Tiffenau e Pico de Fluxo Expiratório – e de força muscular respiratória – pressão expiratória e inspiratória máxima – foram mensuradas no pré-operatório e no 6° dia após a cirurgia, por meio de espirometria e manovacuometria, respectivamente. Para analisar o comportamento das variáveis, foi utilizado o Mann-Whitney Test, sendo considerada a diferença de valores de $p<0,05$. Houve redução dos valores de CVF ($p=0,0040$) e de VEF1 ($p=0,0012$) no 6° dia pós-operatório quando comparados ao pré-operatório. As outras variáveis não apresentam diferença significativa entre o período determinado pelo estudo. Os dados sugerem redução dos valores de função pulmonar no período pós-operatório que permanecem baixos até o 6° dia após a cirurgia, além de caracterizar alteração restritiva neste grupo de pacientes. Estratégias devem ser traçadas, visando à menor queda dos valores de função pulmonar no período pós-operatório.

Palavras-chave: Revascularização do miocárdio. Testes de função respiratória. Idoso.

A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO DO MERCOSUL: O PARLAMENTO DO MERCOSUL COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DO DIREITO COMUNITÁRIO

Elisa de Sousa Ribeiro– bolsista PIBIC/ CNPq
Profª. Orientadora: Drª. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
UniCEUB – FAJS – Direito
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
elisarib@uol.com.br

O projeto de pesquisa A construção do Direito comunitário do MERCOSUL faz parte das discussões do Grupo de Pesquisa do MERCOSUL, vinculado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e ao Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB. Nos últimos quatro anos, este grupo discute temas relacionados ao MERCOSUL, ao Direito de Integração e ao Direito comunitário. Ao final de diversas discussões, percebeu-se que o maior problema jurídico no MERCOSUL é a ausência de segurança jurídica, decorrente da falta de órgãos supranacionais que possam emanar normas e decisões com aplicabilidade direta e imediata sobre a ordem jurídica interna dos Estados-partes. Nesse sentido, surgiu o problema da pesquisa, que poderia ser assim expresso: é viável a construção de um Direito Comunitário do MERCOSUL com base na implementação de um parlamento regional? A hipótese inicial é que a atuação desse órgão supranacional viabilizaria o Direito Comunitário e propiciaria a institucionalização do Mercado Comum do Sul. O projeto exige a metodologia comparativa, usando como paradigma o direito comunitário europeu e andino e suas respectivas instituições. Entretanto, ao utilizar esse recurso metodológico, foi necessário guardar as devidas proporções, pois o processo integracionista europeu possui mais de 50 anos de evolução, enquanto a integração do Cone Sul é muito jovem, com apenas 10 anos de prática.. Para a base de comparação, verificou-se o contexto em que as instituições evoluíram nos dois casos, por meio da interpretação histórica, teleológica, sistemática buscando, assim, solução possível para o caso do MERCOSUL. Destacam-se como técnicas empregadas, em maior número, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e, em menor número, a pesquisa jurisprudencial. Ventura e Perotti identificam três problemas jurídicos que emperram o processo de integração: a incompatibilidade interna e externa entre normas mercosulinas de mesmo nível ou níveis diferentes, tanto na antinomia verificada entre a normativa do MERCOSUL e os ordenamentos jurídicos nacionais como no conflito entre a normativa MERCOSUL e as demais fontes de direito internacional; as dificuldades de controle do processo de incorporação de algumas normas aos ordenamentos jurídicos nacionais e a vigência variável que acarreta este descontrole, agravando a insegurança jurídica que afeta a região; a ausência de interpretação e aplicação uniforme da normativa MERCOSUL no território dos Estados-partes. A solução para esses problemas jurídicos encontra amparo na criação de um parlamento supranacional, de acordo com a concepção da soberania de integração.

Portanto, constitui pressuposto factual-jurídico, para possibilitar a criação dessa instituição, o acolhimento da soberania compartilhada pelas Constituições dos países-membros, por meio de alterações, principalmente, nas Cartas brasileira e uruguaia. Superada esta fase, a elaboração de um ordenamento jurídico comunitário precisa buscar a sua legitimidade política direta em foro tipicamente democrático, qual seja, um parlamento, cujo exercício da cidadania possa ser ampliado do Estado-nacional para o âmbito regional. A criação do Parlamento Regional possibilita a discussão de questões relacionadas ao processo de integração de forma mais democrática, incluindo a participação de representantes de diversas etnias, ideologias, classes e regiões. Ademais, com a participação desses parlamentares, entende-se que o processo de elaboração de normas será mais democrático e legítimo, diferentemente do atual sistema de decisões pelos órgãos do MERCOSUL, em que os Executivos nacionais dominam toda a esfera de tomada de decisões. Por outro lado, é patente que a criação do foro legislativo sugere participação intensa dos cidadãos mercosulinos e, conseqüentemente, começa a surgir a conscientização política em torno da importância da integração regional que escapa da esfera empresarial e governamental e começa a atingir os cidadãos, ou melhor, o MERCOSUL social. Com a estrutura supranacional, há de haver segurança jurídica, em que os investimentos internacionais e o comércio intrabloco e interbloco irão prevalecer significativamente, além da implementação das cinco liberdades comunitárias, almejadas pelo Tratado de Assunção. Nesse sentido, foram analisadas, ao longo da pesquisa, as possibilidades jurídicas de conformação de um modelo comunitário no MERCOSUL pela via do Parlamento Regional.

Palavras-chave: MERCOSUL. Direito comunitário. Parlamento regional.

PROPOSTA DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE) DA ÁREA DE NASCENTE DO PARQUE ECOLÓGICO E DE USO MÚLTIPLO OLHOS D' ÁGUA

Fabiana de Mattos Vieira – bolsista PIC
Profª. Orientadora: MS. Gladis L. Maddalozzo Granemann
UniCEUB – FACE – Geografia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
bi-mvieira@yahoo.com.br

A proposta inicial deste trabalho contém a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da área de nascente do parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos d'Água, um instrumento de estudos ambientais que envolve dados sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza e que serve como subsídio para a elaboração de diretrizes e ações de conservação e recuperação de áreas degradadas de um território delimitado. A pesquisa é impulsionada pelo litígio entre ambientalista e agentes imobiliários a respeito das nascentes, as quais estão nos limites do Parque, de acordo com o constatado. Desta forma, o ZEE, do ponto de vista dos objetivos propostos, mostrou-se inadequado. No entanto, o resultado das pesquisas leva a outras possibilidades voltadas a trabalhos de educação e controle ambiental internos ao Parque Ecológico e de Uso múltiplo Olhos d'Água.

Palavras-chave: Zoneamento ecológico-econômico. Estudos ambientais. Recursos naturais.

APLICAÇÃO DE PRÁTICAS DA NUTRIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UMA CRECHE FILANTRÓPICA

Gabriela Barrela Ávila – bolsista PIC
Profª. Orientadora: MS Ângela Cristina Stelmo da Silva
UniCEUB – FACS – Nutrição
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
gabi_bavila@yahoo.com.br
angela.stelmo@globo.com

O bem-estar das crianças atendidas por uma creche compreende a participação e a influência da instituição nas condições de saúde física e mental destes indivíduos, de suas famílias e da comunidade. A aplicação do desenvolvimento sustentável possibilita o atendimento às necessidades presentes, tendo em vista o futuro próspero. Sabe-se que o estado nutricional da criança tem influência sobre o crescimento físico, o desenvolvimento psicossocial e, conseqüentemente, a sua capacidade de aprendizagem e o seu rendimento escolar. Compreende-se que o problema nutricional é decorrente de fatores econômicos e sociais. A presente pesquisa tem como objetivo orientar e incentivar a obtenção da alimentação nutricionalmente adequada, segura, saborosa e de baixo custo por meio de propostas sustentáveis no Lar das Crianças Luiz Hermani, instituição filantrópica localizada em Riacho Fundo, Brasília, DF. A metodologia abrange, inicialmente, a caracterização das crianças quanto ao perfil nutricional da creche e à viabilidade de suas atividades. Com base neste diagnóstico, foram desenvolvidas e realizadas oficinas nutricionais educativas de caráter sustentável. Das 75 crianças avaliadas, 6% apresentaram diagnóstico nutricional, correspondendo à desnutrição aguda, à desnutrição pregressa, ao sobrepeso e à obesidade, e foram encaminhadas a acompanhamento profissional no Centro de Formação do Centro Universitário de Brasília (CENFOR – UniCEUB). Não foi possível estabelecer a evolução do diagnóstico nutricional das crianças acompanhadas em função da duração do projeto e da rotatividade das crianças na instituição. Foram realizadas 6 oficinas nutricionais educativas de caráter sustentável, envolvendo crianças, pais e funcionários. A sensibilização dos participantes das oficinas educativas do projeto sugere evolução quanto à condição inicial e perspectivas positivas, já que o Lar busca melhorias com relação ao estado nutricional das crianças e demonstra interesse em continuar o trabalho realizado.

Palavras-chave: Alimentação infantil. Saúde. Creche. Sustentabilidade.

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA NUTRICIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS

Gabriela de Oliveira Cabral
Prof. Orientador: MS Antônio Felipe Correa Marangon
UniCEUB – FACS – Fisioterapia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
cabral.gabi@hotmail.com

Durante os dezoito primeiros meses de vida, ocorrem alterações motoras no corpo da criança que permitem independência maior para explorar o mundo que a rodeia, o que é fundamental para seu desenvolvimento psíquico, sensorial e cognitivo. Mas, sabe-se que o desenvolvimento normal da criança pode ser comprometido por fatores sociais, ambientais ou hereditários. Este estudo tem como objetivo verificar a influência do estado nutricional sobre o desenvolvimento motor de crianças. Participaram desta pesquisa 36 crianças de ambos os sexos, matriculadas em uma das quatro creches selecionadas, com idade média de 19,4 meses (DP±1,7), peso 10,40 Kg (DP±1,6), estatura de 80,21 cm (DP±3,8). Foi utilizado o teste The Alberta Infantil Motor Scales (AIMS), para identificar o grau de desenvolvimento motor. Observou-se a capacidade de a criança realizar os movimentos propostos pelo teste, sozinha e sem apoio. Após a realização do teste AIMS, as crianças foram pesadas com uma balança digital e medidas com um estadiômetro infantil. Para determinação do estado nutricional, foram utilizadas as Curvas de Crescimento da National Center for Health Statistics (NCHS), levando em consideração os parâmetros de peso/ altura, peso/ idade e altura/ idade. Verificou-se que o estado nutricional não influenciou diretamente no desenvolvimento motor das crianças, pois mesmo aquelas que se encontravam em déficit apresentaram desenvolvimento motor compatível com o que se espera. Porém, faz-se necessária a realização de mais estudos, utilizando maior amostra e levando em consideração outros fatores que, assim como o nutricional, influenciam o desenvolvimento motor de crianças, em especial os socioeconômicos, culturais, ambientais e genéticos.

Palavras-chave: Estado nutricional. Antropometria. Creches.

A EFETIVIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO E DAS POSSIBILIDADES DE CONCRETIZAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DE FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO – CITES – NO BRASIL

Gabriela Garcia Batista Lima - bolsista PIBIC/CNPq
Prof.Orientador: Dr. Marcelo Dias Varella
UniCEUB – FAJS – Direito –GERIMA
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
gblima@gmail.com

A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em perigo de extinção, conhecida como CITES, é um acordo internacional que visa à conservação da fauna e da flora selvagens, relacionadas com o comércio internacional, a fim de garantir que a comercialização não ameace a sobrevivência das espécies envolvidas. Diante da compreensão da importância da convenção para a efetivação do direito internacional ambiental, para a evolução do desenvolvimento sustentável de um modo geral e para a proteção da fauna e da flora, busca-se delinear como é concretizada a convenção no Brasil. Haja vista ser a convenção fonte jurídica para a regulamentação da atividade, a presente pesquisa investiga os termos da efetividade da convenção, tendo como parâmetro a conceituação e a aplicação jurídica de efetividade na avaliação da implementação da CITES, verificando, primeiro, sua regulamentação formal, valorativa e, posteriormente, averiguando sua eficácia e efetividade pela investigação e pela delimitação dos instrumentos jurídicos e práticos voltados para a realização da realidade exigida pela CITES. Nesse aspecto, a investigação estrutura o contexto na qual a CITES está inserida e identifica a situação de sua aplicação no território brasileiro, delineando o que é feito, como é feito e o que pode ser feito para melhorar os termos de aplicação da convenção, definindo, para tanto, em que medida é realmente aplicada, se é realmente aplicada. O que se permite afirmar é que a convenção ainda não é plenamente efetiva no Brasil. Nesse parâmetro, o estudo visa propiciar os possíveis caminhos, para aprimorar o alcance da finalidade para a qual realmente foi criada, qual seja, o desenvolvimento sustentável da atividade do comércio internacional, envolvendo as espécies da fauna e da flora silvestres, a fim de ter a proteção deste recurso natural tão importante para garantir a biodiversidade mundial, o equilíbrio ecológico e as condições essenciais para a sobrevivência do planeta Terra e do ser humano.

Palavras-chave: CITES. Direito Ambiental. Efetividade.

REFUGIADOS NO BRASIL: IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE

Glória Maria Santiago Pereira – bolsista PIC
Prof. Orientador: Dr. José Bizerril Neto
UniCEUB – FACS – Psicologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
jbizerril@yahoo.com.br
dogonpereira@yahoo.com.br

Esta pesquisa etnográfica, realizada no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, teve como objeto sujeitos que se encontram na situação de refugiados, segundo a Lei nº 9.474/97 e suas providências. O objetivo está focado na experiência dos que passam pela situação de migração forçada e as possíveis implicações decorrentes disso. Enfatizam-se aspectos que advêm da subjetividade e da identidade dos refugiados, utilizando como embasamento os seguintes autores: Stuart Hall, apresentando questões pertinentes ao estudo da identidade na pós-modernidade, e González Rey, com a teoria da subjetividade sobre a relação dialética entre o sujeito e o meio. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas em abordagem qualitativa, totalizando 15 entrevistas com sujeitos na situação de refugiados, além de pessoas pertencentes às instituições responsáveis pelo atendimento aos refugiados. Conheceram-se ambientes de convivência, condições de moradia, emprego, dados importantes para a composição do trabalho etnográfico. Tanto a teoria da identidade como a da subjetividade social prezam pela construção que o sujeito faz sobre si, levando em consideração aspectos sociais, culturais e históricos que interferem nos processos de identificação e subjetividade. A pesquisa aponta para algumas questões, como a discriminação racial em relação aos refugiados que provêm do continente africano, a marginalização que sofrem tanto pela falta de entendimento da cultura local quanto pelo desconhecimento dos brasileiros acerca dos refugiados. Alguns apresentam dificuldades para colocar-se no mercado de trabalho, pois sofrem com o estigma e demonstram problemas na manutenção de relacionamentos. As políticas públicas e sociais desempenhadas por alguns órgãos visando à promoção coletiva não levam em consideração as diferenças e as variações identitárias dos sujeitos na situação de "refugiados".

Palavras-chave: Migração forçada. Estigma. Subjetividade social.

ESTUDO DE MÉTODOS PARA AVALIAR A CONTAMINAÇÃO POR HIDROCARBONETOS E SEUS DERIVADOS EM ÁREAS DO SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS (SIG) DO DF E PROPOSTA DE BIORREMEDIAÇÃO

Isabel Torres Gomes da Silva - bolsista PIC
Profª Orientadora: Drª Karin Astrid Marques
UniCEUB – FACS – Biomedicina
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
beltgs@hotmail.com

Uma das técnicas mais recomendadas e adequadas de remediação para ambientes contaminados é o tratamento biológico. Por ser um processo natural, torna-se adequado ao meio, e seu custo é relativamente baixo quando comparado a alternativas convencionais de tratamento de resíduos sólidos. Esta pesquisa busca avaliar determinadas cepas descritas na literatura como potentes biodegradadoras. A primeira parte consiste na análise da resistência da cepa Pseudomonas aeruginosa em quantidades específicas e graduais de gasolina em diferentes temperaturas em um meio de enriquecimento. Conclui-se que a cepa utilizada resiste à concentração de, aproximadamente, 3% de gasolina comum a 35ºC. Fez-se teste em S.aureus, Proteus mirabilis, e E.coli, para comparação com o crescimento de Pseudomonas aeruginosa, que obteve o melhor crescimento. No término da pesquisa, realizaram-se quatro ensaios com medição de pH por meio do inóculo de Pseudomonas aeruginosa, com a finalidade de verificar a variação da quantidade de unidades formadoras de colônias no caldo de enriquecimento tioglicolato, envolvendo as substâncias: terra, ácido e gasolina comum. Com base nas análises, conclui-se que os microorganismos desenvolveram-se satisfatoriamente, independentemente das substâncias envolvidas.

Palavras-chave: Remediação. Contaminação. Cepas. Pseudomonas.

O CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIREITO À COMUNICAÇÃO VERSUS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Juliana de Oliveira Moreira – bolsista PIC
Profª Orientadora: MS Christine Oliveira Peter da Silva
UniCEUB – FAJS – Direito
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
jukairos@gmail.com

A pesquisa trata do conflito de direitos fundamentais, cujo objeto circunda os direitos da personalidade, tais como, o direito à honra, à intimidade, à vida privada e à imagem e o direito à comunicação, entendido como o direito à liberdade de expressão e informação. O estudo é realizado mediante a pesquisa dogmática e instrumental, envolvendo as técnicas bibliográfica e documental, buscando, na doutrina, na legislação e na jurisprudência, meios para a resolução de conflitos entre direitos da personalidade e os direitos à comunicação. O conflito entre direitos fundamentais é resolvido da mesma forma que se resolve o conflito de princípios, pois tais direitos possuem caráter duplo de regras e princípios. O posicionamento dos Tribunais Constitucionais diante de tais conflitos é no sentido de maior proteção à liberdade de expressão. Entretanto, os direitos à honra, à intimidade e à vida privada devem ser respeitados em seu núcleo essencial, e, no caso, deve ser feita ponderação de valores na qual o principio da dignidade da pessoa humana seja considerado como norteador para a solução adequada. Contudo, a doutrina utiliza outros três princípios para a realização dessa tarefa, quais sejam, os princípios da unidade da Constituição, da concordância prática e da proporcionalidade. Assim, com fundamento, nos princípios que trabalham no sentido de resolver possíveis colisões entre direitos fundamentais, é necessário que se faça, em cada caso, a análise dos valores envolvidos, para que se chegue à correta interpretação das normas, a sua perfeita adequação ao caso que lhe é apresentado e ao respeito ao núcleo essencial de cada direito, sacrificando o mínimo possível o direito que precisar ser preterido em face de outro.

Palavras-chave: Princípio da dignidade da pessoa humana. Liberdade de expressão e informação. Direitos da personalidade.

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: O CONSUMO DE COSMÉTICOS EM BRASÍLIA

Laíssa de Castro Guimarães – bolsista PIC
Profª. Orientadora: MS Amália Raquel Perez-Nebra
UniCEUB –FASA – Comunicação Social – Publicidade e Propaganda
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
laissa.castro@uol.com.br

O presente estudo analisa a relação do autoconceito, que é a forma como a pessoa se percebe, com o comportamento do consumidor de cosméticos coloridos (batom, sombra), não-coloridos (creme anti-rugas, base) e ambos os produtos. Sabe-se que o Brasil é um dos maiores consumidores de cosméticos do mundo, e este dado sugere, no mínimo, um autoconceito diferente das mulheres brasileiras. Procura-se analisar o contexto em que a mulher se insere na sociedade brasileira, por meio da percepção que tem de si mesma, agregando variáveis demográficas, como, idade, cor da pele, renda e compra de cosméticos. A amostra foi composta por duzentas e uma consumidoras. O levantamento ocorreu por meio de pesquisa quantitativa, utilizando-se questionários, cuja aplicação aconteceu de diferentes formas: no ponto de venda; na rede de relacionamento (lápis, caneta e papel); pela internet. A análise utilizada foi descritiva e por inferência. O resultado da pesquisa revelou diferenças existentes entre as consumidoras dos grupos de cosméticos pré-determinados, confrontando a literatura apresentada, em que se puderam alcançar alguns dos objetivos propostos inicialmente.

Palavras-chave: Comportamento do consumidor. Autoconceito. Cosméticos.

ANÁLISE DOS VAZIOS URBANOS NA CIDADE DISPERSA

Lorena Oliveira Ribeiro Silva - bolsista PIC
Profª.Orientadora: MS Viridiana Gabriel Gomes
UniCEUB – FAET– Arquitetura e Urbanismo
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
lorena_arq@yahoo.com.br

A configuração morfológica das cidades é relacionada a vários fatores, porém, sem dúvida o fator preponderante é o econômico. Conseqüência disso é a simplificação do espaço. Os vazios urbanos são uma das conseqüências do modelo de urbanização atualmente adotado e são, também, a causa de conflitos econômico-ambientais. A pesquisa se propõe a analisar a cidade dispersa, estabelecendo um vínculo histórico com a cidade funcional. Encontradas as razões de se ter chegado a esse modelo de cidade dispersa, pôde-se levantar questionamentos a seu respeito. A área escolhida para estudo de caso permitiu a observação dos efeitos da ocupação desordenada da cidade e da expansão da cidade por meio de setores habitacionais. Por fim, pode-se concluir que a mudança do modelo de organização espacial tem início com as transformações no conceito do que se denomina desenvolvimento.

Palavras chave: Corredor ecológico. Riacho Fundo. Granja do Ipê. Planejamento ambiental.

SUBJETIVIDADE, EXPERIÊNCIA E PSICOSE

Luanna Barbosa – bolsista PIC
Prof. Orientador: Dr.José Bizerril Neto
UniCEUB – FACS – Psicologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
bruxadeavalon@terra.com.br

Esta pesquisa etnográfica, realizada no Instituto de Saúde Mental, em Brasília-DF, aborda as vivências e as produções de sentido de sujeitos portadores de diagnóstico de psicose com base em sua fala contextualizada, e não, como de praxe em psiquiatria, por meio de mapas de sinais e sintomas. A pesquisa qualitativa, baseada no olhar fenomenológico-existencial, antropológico, sociológico e sob a perspectiva da teoria da subjetividade, guarda sua importância na medida em que, afim com os propósitos da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, pode fazer pensar a posição subalterna de sujeitos que são ouvidos como refugo e por meio de metanarrativas, e não por sua voz. Para isso, foram usados o método etnográfico, a entrevista aberta e a observação participante. A análise aponta para um quadro institucional de ambivalência, fruto, entre outros fatores, dos baixos incentivos governamentais e da má administração de recursos no campo da saúde mental, o que sinaliza o status que a loucura ocupa no contexto social. Considerando o ponto de vista dos sujeitos entrevistados, indicam-se produções de sentido que denunciam a degradação moral, herdeira da vivência asilar e manicomial, e consideram-se questionamentos, percepções sobre a subalternidade, insights primários e falas que deslegitimam a condição semiológica de "sujeito psicótico". Isso sugere que o louco não só possui capacidade profunda de lucidez, como também é capaz de, pela experiência não-compartilhada, pela vivência intersubjetiva comum, visitar os terrenos da irracionalidade humana tão temidos e negados pelo "homem normal". Os resultados apontam para a carência, no Distrito Federal, de serviços substitutivos ao aparato manicomial e de formação de profissionais em relação à desinstitucionalização. Apesar da luta antimanicomial e de conquistas, como a Lei Paulo Delgado, novo paradigma e políticas de empowerment não foram instaurados sociopoliticamente, no Distrito Federal. A produção literária de discursos em primeira pessoa de sujeitos ditos psicóticos é um meio de transformar a experiência de sofrimento e opressão e trazer, ao âmbito social, novo saber sobre a loucura.

Palavras-chave: Psicose. Subjetividade. Antipsiquiatria.

A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Ludmilson Roberto da Silva – bolsista PIC
Orientador: Prof. MS. Júlio Ferreira da Costa Neto
UniCEUB – FACE- Geografia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
lud-roberto@hotmail.com
juliofcneto@uol.com.br

A presente pesquisa buscou avaliar os recursos hídricos do Distrito Federal, por meio do levantamento de informações atuais sobre as Bacias Hidrográficas do DF. A pesquisa buscou ainda avaliar as perspectivas futuras quanto aos planos de gerenciamento para a valorização da qualidade e quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no DF. Foram analisados os principais aspectos das políticas públicas junto às bacias hidrográficas, bem como os principais usos da água e a utilização do solo para ocupação urbana e rural. Os resultados da pesquisa demonstram que os usos da água em cada bacia do DF se mostram bastante conflitantes, uma vez quer variam do abastecimento doméstico até o uso para a agricultura. Podemos concluir que a ineficiência do gerenciamento, a falta de cumprimento da legislação ambiental e a conscientização no que diz respeito aos recursos hídricos estão levando o DF ao comprometimento futuro da qualidade e quantidade da água. Concluímos também que as áreas de proteção ambiental, aparentemente também sofrerão com a qualidade da água, comprometendo drasticamente a manutenção dessas áreas de preservação da biodiversidade do cerrado. O estudo aponta para a importância da criação de comitês de bacias para o enquadramento em relação a outorga e os usos da água no Distrito Federal, mantendo assim a sustentabilidade hídrica e ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade.Recursos hídricos. Distrito Federal.

ANTROPOLOGIA DA IMAGEM: A FOTOGRAFIA COMO RECURSO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Luís Felipe Martins. Balduino e Vasconcelos- bolsista PIBIC/CNPq
Profª. Orientadora: Dra. Lara Santos de Amorim
UniCEUB – FASA – Comunicação Social – Publicidade e Propaganda
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB redxot@gmail.com

A pesquisa propõe iniciar o aluno de Comunicação Social tanto na abordagem epistemológica da antropologia visual, de produção de imagens, como na antropologia do visual, iconografia e exegese de imagens. Ambas tratam da produção de conhecimento específico na área de ciências sociais e assumem diálogo interdisciplinar com as artes e a comunicação social. A pesquisa realiza estudo preliminar do arcabouço teórico da antropologia visual e da etnografia para, em seguida, aplicar as técnicas de registro da imagem próprias da comunicação social à realidade local. Foram registradas fotografias de uma família habitante de uma invasão na garagem do Senado, na Asa Norte, em Brasília. As fotos retratam a realidade de migrantes brasileiros que catam papel e lixo para sobreviver e habitam o cerrado brasiliense há, pelo menos, trinta anos. A pesquisa utiliza o método qualitativo, o qual consiste na obtenção de dados descritivos da aproximação do pesquisador com o sujeito estudado, a etnografia, e propõe reflexão teórico-metodológica sobre a credibilidade do texto visual na sociedade contemporânea. Culturalmente, conforma-se com a autoridade do texto escrito e ignora-se que ele também esteja sujeito à parcialidade e ao olhar do seu realizador. Além disso, a imagem pode trazer elementos estéticos e artísticos para o campo do conhecimento sobre o homem que o texto escrito, dificilmente, poderá trazer. Uma vez que a aproximação junto às comunidades escolhidas como objeto de estudo e a captação das imagens não foram autorizadas a tempo pelo CEP/ UniCEUB, as saídas de campo foram interrompidas. No âmbito acadêmico e pedagógico, a pesquisa ganhou força e agregou estudantes voluntários que participaram de reuniões, discussões teóricas e exibições de filmes. É possível, desta forma, aprofundar o estudo e a aplicação das imagens. A antropologia e a fotografia podem contribuir uma com a outra, na medida em que possuem métodos e objetivos semelhantes entre si. Durante a última etapa da pesquisa, discutiu-se a importância da coleta e da formação de um banco de dados acerca de atividades que envolvem a etnografia e a produção de imagens etnográficas, cujo acervo pode evidenciar as diferenças culturais e as múltiplas identidades que constituem um país, para servir de referência cultural no âmbito nacional e na comunidade específica estudada. A imagem como registro documental fornece dados que extrapolam os conceitos materiais de cultura de uma sociedade e contém símbolos identitários que servirão de referência sobre determinada sociedade, em determinado tempo. Por essa razão, a importância da criação de um banco de dados acerca de atividades que envolvem o uso da imagem no processo de estudo da alteridade faz-se relevante, pois trata-se de construir a memória cultural e histórica de uma sociedade.

Palavras-chave: Antropologia visual. Fotografia. Etnografia. Imagem.

A INTEGRAÇÃO MONETÁRIA COMO PROPOSTA PARA O MERCOSUL

Maria Fernanda Jorquera Briceño – bolsista PIC
Prof. Orientador: MS Marcos André Sarmento Melo
UniCEUB – FASA – Administração
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
aponema@hotmail.com
marcos.melo@uniceub.br

A formação de blocos regionais ocorre, a fim de almejar-se posição competitiva favorável no mercado global. As trocas comerciais ocorrem por meio dos fatores de produção que podem ser mercadorias, trabalho e capital. Um dos resultados é a intensificação do comércio internacional. Com a compreensão dos ciclos econômicos, é possível entender o comportamento de determinado país. Quando o ciclo econômico é analisado em um bloco regional, o que ocorre em um dos países-membros afeta, de modo direto, os demais países. Analisar as etapas de formação de um bloco regional é relevante, uma vez que é possível identificar a atual posição e os caminhos necessários a ser conquistados, para alcançar a situação desejada. A pesquisa busca verificar se o processo de integração monetária na União Européia é aplicável para a formação da integração monetária no MERCOSUL. Visto que o tema abordado é amplo e com muitas variáveis, o método utilizado foi bibliográfico. As metas em geral realizadas pela União Européia durante o processo de Integração Monetária são inaplicáveis às realidades do MERCOSUL, no entanto é possível que algumas possam ser aproveitadas. O resultado sugere que o MERCOSUL deva espelhar-se no processo da integração monetária da União Européia, visto que esse é o modelo de maior profundidade, apesar de que, nem sempre, as metas e as soluções alcançadas pela União Européia poderão ser reproduzidas nas realidades e nas perspectivas de integração do MERCOSUL. Identificar e saber as variáveis envolvidas na integração monetária é relevante, uma vez que essa etapa de integração é obrigatória quando se almeja constituir um mercado comum.

Palavras-chave: Moeda comum. Blocos econômicos. Integração regional.

COMO A EQUIPE INTERDISCIPLINAR E A FAMÍLIA INFLUENCIAM NO TRATAMENTO DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA

Mariana da Silva Pereira Reis - bolsista PIBIC/CNPq
Prof. Orientador: Dr. Sérgio Henrique de Souza Alves
UniCEUB – FACS – Psicologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
maryspr@gmail.com

A palavra câncer sempre foi assustadora. Quando há referência à doença, logo surge a associação ao sofrimento e à morte. Em termos epidemiológicos, o câncer de mama é o tumor de maior incidência em vários países, entre os quais o Brasil. Embora o prognóstico seja otimista para a maioria das mulheres diagnosticadas no estágio inicial, o câncer de mama tem profundo impacto psicossocial nas pacientes e em seus familiares. A ansiedade nas famílias e na equipe interdisciplinar é alta, por ser a doença estigmatizada como sinônimo da possibilidade de morte e por ser a terapêutica agressiva, com efeitos colaterais, mudança da auto-imagem, procedimentos médicos invasivos e estressantes, ocorrência de depressão e dor. Para a realização desta pesquisa, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com duas mulheres portadoras de câncer de mama, sendo, posteriormente, transcritas e discutidas neste estudo, com a finalidade de conhecer o funcionamento e as características das relações das três unidades – paciente, família e equipe hospitalar – aprofundando o nível de conhecimento que cada paciente tem da doença.

Palavras-chave: Câncer de mama. Mulher. Família. Equipe interdisciplinar.

UMA PROPOSTA DE BIORREMEDIAÇÃO PARA ÁGUAS DO LAGO PARANOÁ E SOLOS DEGRADADOS PRÓXIMOS A POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM ALGUMAS REGIÕES DO DF

Mariana Magalhães Nóbrega – bolsista PIC
Profª Orientadora: Dra. Karin Astrid Marques dos Santos
UniCEUB – FACS – Biomedicina – LABOCIEN
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
maribrega@hotmail.com

A biorremediação é um processo ou estratégia que busca desintoxicar o solo ou outros ambientes contaminados, utilizando microorganismos e enzimas. Baseia-se na degradação microbiana e em reações químicas combinadas com processos de engenharia, a fim de que os contaminantes sejam transformados, para não oferecer riscos ao ambiente e às populações que ali habitam. Alguns aspectos devem ser considerados: a existência de microorganismos com capacidade catabólica para degradar o contaminante, que deve estar disponível ou acessível ao ataque microbiano ou enzimático. Para favorecer o crescimento e a atividade do agente biorremediador, as condições ambientais devem ser avaliadas, quais sejam: disponibilidade de nutrientes, compostos tóxicos, temperatura, disponibilidade de O2 e principalmente, o pH. Como todo ser vivo, os microorganismos necessitam de nutrientes para sua sobrevivência. Nitrogênio, fosfato, carbono, energia e outros minerais são indispensáveis. O presente trabalho apresenta informações sobre as condições de proliferação bacteriana e dá ênfase à utilização de Pseudomonas aeruginosa, que produz pigmentação denominada pioverdina. O experimento foi uma tentativa de simulação de ambiente poluído, com controle de pH, temperatura e diferentes diluições, 1:10, 1:100, 1:1000 em água contaminada por derivados do petróleo: como gasolina comum, gasolina aditivada e óleo diesel. O ecossistema do Lago Paranoá foi utilizado como modelo, e diversas condições foram observadas e analisadas. Dos solventes avaliados, em meio ácido pH 3.5, a gasolina comum é o que mais favorece o crescimento das Pseudomonas aeruginosa, pois proliferou maior quantidade de unidades formadoras de colônia em todas as diluições. O óleo diesel, também em meio ácido, é o que mais inibe o crescimento, pois colônias de Pseudomonas aeruginosa foram encontradas apenas na diluição de 1:10. Em meio básico pH 8.4, as bactérias proliferam em todos os solventes e em todas as diluições. A temperatura que favorece o desenvolvimento do microorganismo avaliado é 37°C. Ao concluir as análises físico-químicas e microbiológicas, pode-se afirmar que o desenvolvimento de Pseudomonas aeruginosa é muito resistente às condições adversas do meio ambiente e que suas características proliferativas podem indicar um bom agente biorremediador.

Palavras-chave: Biorremediação. Pseudomonas aeruginosa. Hidrocarbonetos.

GESTÃO E MÉTODOS DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA NAS ORGANIZAÇÕES

Matheus Matoso de Oliveira – bolsista PIC
Prof. Orientador : MS Luis Antônio Pasquetti
UniCEUB – FASA – Administração
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
matheus.oliveira@claro.blackberry.com
pasquetti45@yahoo.com.br

Esta pesquisa trata do tema "Gestão e métodos de utilização dos serviços de comunicação eletrônica nas organizações". Tem como principal objetivo definir o nível de correlação entre as esferas da produtividade, do uso de comunicadores eletrônicos e da cultura organizacional, por meio de uma metodologia composta por pesquisas teórica e exploratória. A pesquisa exploratória foi realizada em três organizações, onde foram coletados dados referentes à rotina dos colaboradores através de questionário anônimo. Os serviços mais utilizados para a comunicação eletrônica são: E-mail, MSN Messenger, Skype e Orkut. Através do Skype, por exemplo, é possível realizar teleconferências a um custo muito mais baixo do que por linhas de telefone comum. A relevância do tema parte da preocupação que os gestores têm com a produtividade individual e também organizacional. Os comunicadores eletrônicos podem ser grandes aliados ao corte de custos e à otimização da comunicação. São vistos, muitas vezes, pelos gestores, porém, como ameaças à produtividade, já que em determinadas situações podem desviar a atenção do colaborador para assuntos pessoais, uma vez que na lista de contatos há contatos profissionais e particulares. A hipótese nula é de que a produtividade é mais correlacionada à cultura organizacional e estilo de gestão referente ao uso de comunicadores eletrônicos que ao próprio uso desses e a hipótese negativa é de que a produtividade é menos correlacionada à cultura organizacional e estilo de gestão referente ao uso de comunicadores eletrônicos que ao próprio uso desses. A principal variável, portanto, é o estilo de gestão como componente da cultura organizacional.

Palavras-chave: Cultura organizacional. Produtividade. Comunicadores eletrônicos.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: A VISTA DE OUTRO PONTO

Milena Leal de Oliveira – bolsista PIBIC/CNPq
Profª Orientadora: MS Silvana Maria Silva Iunes
UniCEUB– FACE –
Curso de Pedagogia - Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
milenalealdeoliveira@gmail.com
silvanaiunes@hotmail.com

Este trabalho propõe refletir sobre a educação matemática ensinada em escolas indígenas, conhecer a sua realidade e a formação dos professores. Tendo em vista a necessidade de mudanças qualitativas no ensino da matemática, aparece nova corrente: a etnomatemática. Sua idéia é que todas as pessoas, todos os povos em diferentes culturas possuem formas de lidar com o conhecimento matemático que lhe são próprios. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa. Em síntese, os resultados mostraram que os professores estão preocupados com o ensinar, sempre o contextualizando com a realidade e seu cotidiano. Pode-se concluir que, para ensinar não só matemática mas também qualquer outra disciplina, é importante levar em conta o contexto em que está inserida a comunidade e respeitar a diversidade cultural e a individualidade de todos.

Palavras-chave: Educação. Etnomatemática. Educação matemática indígena. Formação de professores.

A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Mônica Luiz de Lima Ribeiro bolsista - PIBIC/CNPq
Profª. Orientadora: Ilma Passos Alencastro Veiga
UniCEUB – FACE – Pedagogia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
monicaribeiro10@yahoo.com.br

Nos últimos tempos, em especial na década de 1980, a Didática tem sido objeto de estudo nos meios acadêmicos, sendo submetida a constantes questionamentos quanto a sua função na formação de educadores e sua especificidade como área de conhecimento que busca sua identidade. Dois marcos fundamentais podem ser destacados: o I Encontro Nacional de Professores de Didática (1972), realizado na Universidade de Brasília (UnB), e o I Seminário A Didática em questão (1982), realizado na PUC do Rio de Janeiro. Neste intento, a presente discussão teve como objeto de pesquisa a Didática no contexto da formação de professores para a educação básica, com o objetivo de compreender o papel da disciplina na formação de profissionais da educação. A abordagem metodológica é de cunho qualitativo. Assim, a observação, a entrevista semi-estruturada e o grupo focal foram utilizados para coletar os dados necessários em duas instituições de ensino superior, sendo uma pública e outra particular. O referencial teórico contemplou estudiosos da área, como Araújo (2006), Candau (1993; 2005), Cunha (2005), Libâneo (1991), Veiga (1989; 2005; 2006; 2007) e outros. Os resultados evidenciam que a Didática no contexto da formação de professores para a educação básica carece de: identidade unificada que sistematize o objeto da Didática; integração dos professores de Didática no sentido de evitar a pulverização bibliográfica e temática; concepção edificante, em detrimento da visão desestruturante; professores de Didática que estudem, pesquisem sobre a disciplina em questão e invistam em cursos, encontros em que a Didática seja o objeto principal. O processo didático deverá: transcender a Didática sob perspectiva instrumental, buscando a multidimensionalidade; rever os métodos explorados em sala de aula, em especial, o seminário; trabalhar o ideário pedagógico de acordo com a realidade, sendo referenciado ao contexto social amplo; evitar o parcelamento do conhecimento; unificar a identidade, sistematizando o objeto da Didática; rever a estrutura da organização curricular. O papel da Didática na formação do professor para a educação básica não está bem elucidado: ora se encontra centrado na técnica, ora é submerso por diferentes campos de conhecimento e perde sua especificidade. Entretanto, há indícios que apontam para a Didática na perspectiva fundamental de multidimensionalidade do processo.

Palavras-chave: Didática. Formação de professores. Prática pedagógica.

LINGUAGENS IMBRICADAS: SÃO BERNARDO, ROMANCE E FITA

Nelcy Martins Mir
Profª. Orientadora: Dra. Ana Luiza Montalvão Maia
UniCEUB – FACE – Letras
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
nelcymartins@gmail.com

Esta pesquisa pretende instrumentalizar a análise literária a ser feita em um dos mais conhecidos romances modernos brasileiros, ao mesmo tempo em que se busca estabelecer a ligação entre linguagem literária e linguagem cinematográfica no romance São Bernardo, de Graciliano Ramos, e no filme homônimo dirigido por Leon Hirszman, corpus da pesquisa. Permite-se a possibilidade de, principalmente, e sob nova luz, reexaminar os fundamentos da literatura e da cinematografia. O interesse em desenvolver este tema deve-se, fundamentalmente, a dois fatores: um, por ser Graciliano Ramos um dos romancistas brasileiros a ter maior número de obras adaptadas para o cinema; outro, por acreditar-se em resultados positivos em relação ao incentivo a trabalhos científicos, enfocando as relações entre cinema e literatura. Em primeiro momento, há abordagem teórica acerca da literatura e do cinema referente ao processo de adaptação da arte literária para a cinematográfica. Em seguida, faz-se a análise do romance São Bernardo, obra publicada em 1934 e a da adaptação feita por Leon Hirszman (1973), que transforma o texto escrito em arte falada. A transposição cinematográfica de textos e a contaminação destes últimos por técnicas tradicionalmente relacionadas ao cinema podem, sumariamente, ser equacionadas como prática baseada em processo de trocas intersemióticas ou como transmutação estético-semiótica efetivada no âmbito de matérias expressivas heterogêneas, sendo, por essa razão, de natureza inter-artística. A importância dessa pesquisa justifica-se no fato de tratar-se de linguagens distintas, formadas por um conjunto sígnico que envolve distanciamento no todo significativo de estrutura: verbal e imagética, e, ao mesmo tempo, por serem linguagens capazes de alinhar-se mutuamente. A pesquisa parte do desejo de utilizar os meios de comunicação verbal e visual como formas de expressão, e, sobretudo, a técnica de produção de narrativas em diversas linguagens. O objeto da pesquisa impôs a metodologia subsidiada por teorias da literatura, do cinema, dos meios e dos campos de expressão. O resultado é formado pelas semelhanças e pelas diferenças de linguagens literária e cinematográfica num todo significativo, sobretudo entre romance e fita. A literatura e o cinema são colocados à prova no que diz respeito à transposição das figuras literárias para imagens dramatizadas. Por fim, sob a forma de conclusão, faz-se reflexão a propósito do tema enfocado, pois, mais que a realização de um trabalho, espera-se ampliar a discussão sobre literatura e cinema, por meio da metodologia estrutural, em termos tanto de análise como de criação.

Palavras-chave: Literatura. Cinema. Linguagens.

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL EM RELAÇÃO À FAUNA SILVESTRE

Paola Juliana Lopes Buss
Prof. Orientador: MS Daniel Louzada da Silva
UniCEUB- FACS- Biologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
Paolabuss2006@gmail.com

O presente trabalho analisa a percepção de estudantes de sétima série do Ensino Fundamental da rede pública do Distrito Federal em relação a animais silvestres. O estudo tem por objetivo descobrir o papel da escola, da mídia e da sociedade na transmissão de questões relacionadas à fauna. Além disso, avalia-se o senso crítico dos adolescentes, sua compreensão da dinâmica dos ecossistemas, a relação entre homem e ambiente e a atitude diante de questões que envolvem os animais silvestres, como a aparição em ambiente urbano. Participaram da pesquisa 48 alunos de três escolas da rede pública do DF: Centro de Ensino Fundamental 01 do Paranoá, Centro de Ensino Fundamental 04 de Brasília e Centro de Ensino Fundamental 07 de Brasília. Utilizaram-se como recursos questionários e imagens de animais silvestres, como: lobo-guará (Chrysocyon brachyurus), tamanduá-bandeira (Myrmecophaga tridactyla), jacaretinga (Caiman crocodylus), ariranha (Pteronura brasiliensis), suçuarana (Puma concolor), anta (Tapirus terrestris), sagüi (Callithrix penicillata), macaco-prego (Cebus apella), coruja-buraqueira (Athene cunicularia), cascavel (Crotalus durissus), capivara (Hydrochoerus hydrochoeris) e jaritataca (Conepatus semistriatus). Procura-se abordar, de maneiras diferentes, o conhecimento dos alunos a respeito da periculosidade dos animais em questão e investigar seu conhecimento sobre a fauna local e seus hábitos. Os resultados revelam que a cascavel, a suçuarana e a jacaretinga são os animais vistos como mais perigosos, e a capivara, como o animal menos perigoso. Os animais vistos como mais perigosos, ao associar o nome à periculosidade, foram a ariranha e a suçuarana. O lobo-guará e o tamanduá-bandeira são bastante conhecidos no que diz respeito à imagem, mas animais, como a coruja-buraqueira e a jaritataca, são pouco ou completamente desconhecidos. Apesar de conseguir reconhecer alguns animais, grande parte dos alunos desconhece hábitos e sua ocorrência geográfica, demonstra ter interesse pelo assunto, mas confunde as informações às quais, normalmente, assiste em telejornais, filmes de ficção, ou documentários sobre a fauna de outros continentes. Apesar disso, os alunos mostram ser capazes de compreender questões ambientais, desde que sejam corretamente orientados. As maiores fontes de conhecimento apontadas são as aulas de ciências, os telejornais e os livros, mostrando a importância do professor como orientador para a melhor compreensão das informações adquiridas. Algumas respostas dos dois questionários foram analisadas por gênero e revelaram que existe tendência de os meninos identificarem melhor as espécies do que as meninas, mostrando que é possível haver a necessidade de tratamento específico para o direcionamento das discussões sobre conser-

vação e fauna. A presente pesquisa poderá beneficiar os estudos relacionados ao comportamento de pessoas em relação aos animais silvestres e proporcionar nova abordagem para a transmissão de conhecimentos no que diz respeito à compreensão de questões ambientais e da relação entre homem e natureza.

Palavras-chave: Ensino. Biologia. Fauna. Animais silvestres.

A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES PENAIS

Polyana Mendes Mota - bolsista PIBIC/CNPq
Prof.Orientador: Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior
UniCEUB – FAJS – Direito
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
polyanamota@hotmail.com

A competência do Ministério Público para apurar infrações penais é o tema deste projeto. No contexto atual, o Parquet realiza investigações na esfera penal pelo procedimento investigatório criminal, inserido no ordenamento jurídico pela resolução nº. 13/2006, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Há acalorada discussão a respeito do tema. Esta pesquisa propõe analisar a constitucionalidade destas investigações. Desse modo, aprecia-se o entendimento e a conseqüente justificativa que cada corrente da doutrina defende acerca do poder investigatório do Ministério Público, procurando extrair seus judiciosos fundamentos, conformando-os aos ditames do Direito Constitucional. Além disso, é analisado se há colisão com a competência da Polícia Judiciária, levando-se em consideração as prescrições contidas no artigo 144, §§ 1º e 4º da Carta Magna. Por último, são examinadas decisões do Supremo Tribunal Federal que tratam desta matéria. A análise crítica das opiniões de alguns doutrinadores induz à conclusão de que o ordenamento jurídico brasileiro não confere atribuição ao Ministério Público para realizar investigação criminal diretamente, pois a apuração de infrações penais é competência exclusiva da Polícia Judiciária, e a presidência da investigação pelo Ministério Público é incompatível com a função do controle externo que exerce sobre as polícias. Portanto, a resolução nº. 13/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público não encontra ressonância na Constituição. Existem doutrinadores que suscitam haver parcialidade do Ministério Público na apuração de fatos tidos como criminosos, podendo ferir o princípio da igualdade de armas no processo penal. Assim, compete ao Parquet exercer o controle externo da polícia judiciária, acompanhar os inquéritos penais e requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial. Conclui-se que, em busca da maior eficácia nas investigações criminais, é necessário que Polícia e Ministério Público deixem de lado as disputas e aprendam a trabalhar em conjunto, de maneira integrada, em estreita colaboração, contribuindo para que a coleta da prova se conduza de forma harmônica, de modo a propiciar aos membros do Parquet elaborar denúncia sem o complemento de diligências futuras, no interesse da sociedade, que pugna por justiça célere e eficiente.

Palavras-chave: Processo penal. Procedimentos investigatórios criminais. Funções institucionais do Ministério Público Federal.

ECOLOGIA DE SUINDARA (TYTO ALBA) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS (ESEC-AE) – MONITORAMENTO DE REPRODUÇÃO E DIETA

Priscila Galvão Martins – bolsista do PIC
Professor Orientador: MS Daniel Louzada da Silva
UniCEUB -FACS – Biologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
priscilagalvao86@gmail.com

Tyto alba é uma coruja cosmopolita que se alimenta principalmente de pequenos vertebrados, em sua maioria roedores. As partes não digeridas como pêlos, ossos e quitina são regurgitados em bolotas. Reproduz-se na estação seca, pelo menos duas vezes ao ano. Este trabalho tem por objetivo dar continuidade ao monitoramento da população de T. alba na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE) que vem sendo constante desde 2004. Foram realizadas visitas no mínimo mensais na ESEC-AE e coletadas bolotas, que foram numeradas e colocadas em sacos identificados. O material ficou imerso em NaOH 10% por três horas e seu conteúdo analisado. Foram considerados quatro itens de identificação: mamíferos, aves, répteis e insetos. Em atividade reprodutiva, os ovos foram medidos e pesados, bem como os filhotes. Das 230 pelotas, 217 foram coletadas na estação seca e 13 na estação chuvosa. Dos itens encontrados, havia 228 mamíferos (202 roedores e 26 marsupiais), 5 aves, 33 insetos e nenhum réptil. As espécies de roedores mais encontradas foram Bolomys lasiurus (n=47), Calomys sp. (n=43) e Thalpomys lasiotis (n=17). Outras espécies também foram encontradas, com baixa freqüência, Oligorizomys sp. (n=2) e Mus musculus (n=2). Esses resultados sugerem que T. alba mantém em seu padrão de dieta principalmente alimentando-se de roedores e que ela pode estar utilizando regiões de cerrado senso stricto e campo limpo para forragear mais freqüentemente, já que as B. lasiurus e T. Lasiotis freqüentam mais regiões de Cerrado sensu strictu e Calomys sp. regiões de campo limpo. Na estação reprodutiva, duas posturas, uma com 3 e outra com 2 ovos no mesmo local (torre) foram acompanhadas sendo que somente um eclodiu e o filhote não viveu mais que 6 dias. Em 2007, duas posturas também foram realizadas na torre e nenhum filhote sobreviveu. Em outra localidade na casa do pesquisador, foi acompanhado em 2006 um filhote até sua dispersão e, em 2007, três filhotes chegaram a ganhar autonomia. No início de agosto foi encontrado um cupinzeiro dentro da ESEC-AE com bolotas de Tyto alba e casca de ovos, o que indica ser tentativa de ninho sem sucesso. Outras duas tentativas de ninhada foram feitas no matadouro, onde os ovos foram predados por macaco-prego (Cebus apella) O monitoramento de duas posturas em um mesmo local na seca indica que as suindaras podem reproduzir-se mais de uma vez em cada estação como outros trabalhos também apontaram. Concluímos que acompanhamento da ecologia dessa população é de grande importância por tratar-se de um controlador de populações de pequenos mamíferos.

Palavras-chave: Tyto alba. Dieta. Reprodução.

BASTIDORES DAS REPORTAGENS VENCEDORAS DO PRÊMIO ESSO DURANTE A DITADURA MILITAR

Priscila Rossiter- bolsista PIC
Prof. Orientador: MS Vivaldo de Sousa
UniCEUB – FASA – Comunicação Social – Jornalismo
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
vivaldosousa@uol.com.br
priscila_rossiter@yahoo.com.br

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo jornalismo durante o período do regime militar – de 1964 a 1985 – em decorrência da censura, repórteres e editores continuaram a produzir boas matérias, tais como: o país com grande concentração de renda; o seqüestro no Brasil de opositores à ditadura militar instalada no Uruguai; como viviam os superfuncionários públicos; como militares organizaram atentados para evitar a reabertura política do país. Este trabalho pretende discutir os bastidores de matérias que ajudaram a construir a história do Brasil em época marcada pela repressão. Em meio às mudanças no contexto brasileiro, o Prêmio Esso de Jornalismo completava nove anos em 1964. Criado pela empresa Esso Brasileira de Petróleo, com o aval da Associação Brasileira de Imprensa, o Prêmio tinha a intenção de reconhecer e valorizar os profissionais da imprensa. Quando surgiu, a premiação causou certa estranheza entre os jornalistas, mas, depois, logo se tornou reconhecida. Desde o começo, o Esso procurou fugir dos gêneros de reportagens considerados sucesso na década de 50, que eram aqueles relacionados ao sensacionalismo e à promoção pessoal. Os organizadores pretendiam reconhecer os trabalhos ligados ao interesse público. Na presente pesquisa, a abordagem teórico-metodológica usada foi a análise de conteúdo. Para isso, foram feitas entrevistas individuais e semi-abertas, realizadas entre setembro de 2006 e julho de 2007, com doze jornalistas ganhadores do Prêmio Esso durante o regime militar. As entrevistas feitas para este trabalho revelam as dificuldades encontradas, as técnicas de apuração e a influência do Prêmio na vida dos jornalistas. Algumas informações foram recuperadas por meio de depoimentos publicados dos autores das reportagens.

Palavras-chave: Jornalismo. Prêmio Esso. Regime militar.

LEVANTAMENTO DE FUNGOS E BACTÉRIAS DA FLORA INTESTINAL DE BESOUROS (COLEÓPTERA: SCARABAEIDAE) COLETADOS NO PARQUE OLHOS D'ÁGUA, BRASÍLIA, DF

Rafael Vieira Nunes – bolsista PIC
Profª Orientadora: Dra. Marina Regina Frizzas
UniCEUB – FACS – Biologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
rafaelvnunes@yahoo.com.br

A família Scarabaeidae pertence à ordem Coleóptera e é conhecida pelos besouros escaravelhos ou "rola-bosta". No Brasil, existem mais de 1700 espécies descritas, porém este número não representa a real biodiversidade destes seres que carecem de estudos sobre sua biologia, população e ecologia. Os representantes dessa família são decompositores de fezes, cadáveres e restos vegetais, tendo função essencial na reciclagem da matéria orgânica nos ecossistemas. É provável que, pelos seus hábitos ecológicos, esses coleópteros sejam dispersores de fungos e bactérias de importância médica. O estudo teve como objetivo verificar a presença e a dispersão de fungos e bactérias do trato digestivo de besouros da família Scarabaeidae e avaliar a diversidade desse grupo no Parque Olhos D'água, em Brasília, DF. A coleta de besouros foi feita no local, por meio de alçapões com isca de fezes humanas, armadilha luminosa e coleta manual, durante o período de agosto de 2006 a julho de 2007. Posteriormente, as espécies coletadas foram levadas para laboratório onde seus tratos digestivos foram retirados e cultivados em meios para o crescimento de fungos e bactérias. Ao total, 16 espécies de 4 subfamílias foram coletadas. A principal espécie encontrada foi Dichotomius ascanius, recolhida em alçapão com isca de fezes, seguida de três espécies do gênero Cylocephala sp., coletadas manualmente e por meio de armadilha luminosa. Em seis espécies, foram realizadas análises microbiológicas e constatou-se que, nas três espécies que decompõem fezes, houve o crescimento da bactéria Enterococcus sp.; em todos os testes para bactérias, houve o crescimento de Streptococcus sp. A bactéria do gênero Salmonella sp. também foi encontrada no trato digestivo de Dichotomius ascanius. Na análise micológica, os fungos da família Saccharomycetaceae e da família Laboulbeniomycetidae, comuns em insetos, foram os mais encontrados, seguidos de Aspergillus nigger e Penicilinium sp. Conclui-se que os besouros da família Scarabaeidae são dispersores de bactérias e fungos de importância médica, além de conter diversa flora microbiológica, com fungos provavelmente ainda não descritos. Houve acréscimo de 10 espécies à lista de besouros Scarabaeidae no Distrito Federal, revelando grande potencial de diversidade no Parque Olhos D'água e no bioma do Cerrado.

Palavras-chave: Entomofauna. Levantamento microbiológico. Parque urbano.

LEVANTAMENTO DE ARTRÓPODES NO PARQUE OLHOS D'ÁGUA – DF VISANDO À MONTAGEM DE UMA COLEÇÃO DIDÁTICA

Raissa Teixeira Dias
Profª Orientadora: Drª Marina Regina Frizzas
UniCEUB – FACS – Biologia
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
frizzas@yahoo.com.br
raissatdias@hotmail.com

O estudo de organismos vivos tem sido uma das técnicas utilizadas para avaliar mudanças no ambiente. Os artrópodes representam cerca de 75% de todos os animais da terra, sendo que, desses, 89% são insetos, os quais se têm mostrado um dos indicadores apropriados para essa finalidade, pois, além de ser o grupo de animais mais numeroso do globo terrestre, com elevadas densidades populacionais, apresentam grande diversidade. O objetivo deste trabalho foi organizar uma coleção didática com artrópodes coletados no Parque Olhos D'Água, para ser exposta, no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), a alunos, biólogos e interessados. As coletas foram realizadas quinzenalmente, no período de março a julho de 2007, no Parque Ecológico Olhos D'Água. Foram utilizadas 10 armadilhas do tipo alçapão para coleta de artrópodes de solo e realizadas rondas no período da manhã, visando à captura da maior diversidade de organismos. Todo o material coletado, devidamente identificado e etiquetado, foi transportado para o laboratório para identificação e montagem dos artrópodes. Foram realizadas sete coletas e capturados 3.445 artrópodes distribuídos nas cinco principais classes do filo Arthropoda: Insecta, Arachnida, Chilopoda, Diplopoda e Crustacea. A classe que mais se destacou foi a Insecta, e as principais ordens coletadas foram Hymenoptera, Coleoptera, Lepidoptera, Diptera e Hemiptera, sendo que a Hymenoptera representou 83% do total coletado. Observou-se que o Parque Olhos D'Água, apesar de muito freqüentado, possui grande quantidade e diversidade de artrópodes, os quais são essenciais para a manutenção do equilíbrio do ambiente. Após a seleção dos artrópodes, foram confeccionadas duas coleções entomológicas. A primeira foi elaborada com as principais ordens de insetos organizadas de acordo com sua posição na escala evolutiva, com o número de espécies descrita em cada ordem e a porcentagem que cada ordem representa do total da classe Insecta; a outra coleção foi produzida com exemplares de insetos das cinco principais ordens. As coleções didáticas estão expostas no LABOCIEN e contribuirão para o aprendizado de todos os estudantes dos diferentes níveis – ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação – e interessados que freqüentam o local.

Palavras-chave: Insetos. Armadilhas. Biodiversidade.

QUALIDADE AMBIENTAL EM ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE - TECNOLOGIA DA ARQUITETURA (QUALIDADE DO AR, RESÍDUOS DAS PROCESSADORAS E REÚSO DE ÁGUA)

Rodrigo Pinho Rodrigues - bolsista PIBIC/CNPq
Profª Orientadora: MS Eliete de Pinho Araújo
UniCEUB – FAET – Arquitetura e Urbanismo
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
ENSP – Fiocruz Rio de Janeiro RJ
eliete_pa@yahoo.com.br

Este trabalho apresenta um estudo referente à análise crítica de ambientes em estabelecimentos assistenciais de saúde que possa ajudar a prevenção da infecção hospitalar. São abordados conceitos, como os de infecção hospitalar, saúde, direito e leis, biossegurança, e a legislação pertinente ao tema. A prevenção das infecções hospitalares nos ambientes internos e externos das unidades hospitalares é uma importante atitude e um aspecto de reflexão dos profissionais envolvidos na adoção da qualidade ambiental. Outro item relevante são as processadoras utilizadas para a revelação dos filmes radiográficos provenientes dos equipamentos de Raio X convencionais, dos mamógrafos, dos tomógrafos e dos serviços de medicina nuclear, localizadas dentro das câmaras escuras e que fazem uso de produtos químicos tóxicos e perigosos para os seres humanos. Hoje, seu mau uso, aliado à crescente demanda pelo recurso, preocupa especialistas e autoridades no assunto pelo evidente decréscimo da disponibilidade de água limpa em todo o planeta. O tema e os objetivos deste estudo devem-se aos problemas de saúde que têm origem nos projetos, nos materiais de acabamento adotados, na adoção de climatização artificial em excesso, na perda de controle individual das condições de conforto ambiental, nas condições inseguras de trabalho nos ambientes hospitalares e nos riscos aos trabalhadores originados pela ausência e ou deficiência adequada dos equipamentos hospitalares. Fez-se a Avaliação Pós-Ocupação (APO), que consiste em uma metodologia de avaliação de desempenho de ambientes construídos e prioriza aspectos de uso, operação e movimentação essencial do ponto de vista dos usuários, cuja opinião foi observada por meio da aplicação de questionários e entrevistas, submetidos ao Comitê de Ética. Foram feitos levantamentos de projetos e de procedimentos utilizados, houve diagnóstico para verificar se o hospital cumpre as normas existentes e os procedimentos adequados e se isso é suficiente para evitar a infecção hospitalar. Pelos resultados finais das medições de temperatura do ar, verificou-se que há problemas no sistema de ar condicionado. As lixeiras do hospital e o descarte do líquido e de gases proveniente da processadora estão fora dos padrões das normas da ANVISA e do Ministério da Saúde.

Palavras-chave: Qualidade do ar. Resíduos. Reúso de água.

EM BUSCA DO SELVAGEM CORAÇÃO DA VIDA: UM ESTUDO DA OBRA A PAIXÃO SEGUNDO G.H., DE CLARICE LISPECTOR

Sheyla Vasconcelos Ramos
Prof. Orientadora: Dra. Ana Luiza Montalvão Maia
UniCEUB – FACE - Letras
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
sheylaramos@pgr.mpf.gov.br

Esta pesquisa teve como problemática discutir a questão da classificação do objeto de estudo A paixão segundo G.H., de Clarice Lispector, considerado por críticos como romance, depoimento ou monólogo. Por meio da caracterização da obra, corpus da pesquisa, como uma narrativa monocêntrica e epifânica, tornou-se possível elucidar as várias classificações que lhe são atribuídas. Ao publicar o livro em 1964, Clarice Lispector já afirma que a obra é para ser lida por pessoas de "alma formada", "pois é um livro para aqueles que desejam a aventura da desconstrução de si". A análise como uma narrativa monocêntrica epifânica elucida que há uma travessia do monólogo interior ao diálogo no jogo da busca da identidade do ser, num desconserto imposto pela linguagem empregada que, paradoxalmente, inclina e repulsa. Num primeiro momento, apresenta-se a fundamentação teórica que sustenta a análise subsidiada por argumentos de autoridade centrados na singularidade da linguagem clariceana e nas técnicas do fluxo de consciência em que há um choque com a realidade, ao destacar o processo de alienação vivido pela personagem central do corpus da pesquisa. Em seguida, procura-se demonstrar que a descoberta da personagem central como ser existencial vai revelar ao leitor um aspecto fundamental: os momentos de epifania que "iluminam" o universo clariceano, proporcionando um adentramento às significações emanadas pela linguagem dramática desesperada de um indivíduo lutando contra o processo de alienação pertinente à fragmentação da sociedade contemporânea. O resultado da pesquisa destaca o ultrapassar das fronteiras entre as linhas sutis que separam o monólogo do diálogo na construção da identidade, ao desvelar que "o olhar para dentro" permite transgressões no encontro do "eu" e, por conseqüência, do "outro".

Palavras-chave: Linguagem. Busca. Epifania. Identidade.

PROPOSTAS DIETOTERÁPICAS PARA CRIANÇAS COM LEUCEMIA LINFOCÍTICA AGUDA SOB TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO NO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA

Tatiana Serpa Guedes - bolsista PIBIC/CNPq
Prof. Orientador: MS Jaime Rodrigues Júnior
Profª co-orientadora: Bruna Toscano
UniCEUB – FACS – Nutrição
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
tatiana_sguedes@hotmail.com

O objetivo deste estudo é propor intervenções nutricionais que possam favorecer a aceitação das dietas hospitalares das crianças em tratamento de Leucemia Linfocítica Aguda (LLA), no Hospital de Apoio de Brasília (HAB), beneficiando o estado de saúde, o prognóstico e a qualidade de vida destes pacientes. Nesta pesquisa, foi estudada uma amostra composta por 20 crianças com idade entre 1 e 10 anos sob tratamento quimioterápico na Ala de Hematologia Infantil do HAB. Foi aplicado aos responsáveis pelas crianças um questionário, para verificar as preferências e os hábitos alimentares dos pacientes quando internados. Os resultados deste trabalho mostraram que os alimentos mais consumidos pelas crianças durante o período de internação foram os lanches rápidos, entre eles, frutas, iogurte e pão francês, e os menos consumidos foram carnes, verduras, arroz e feijão, que constituem as principais refeições do almoço e jantar. Estes dados sugerem aceitação da dieta hospitalar baixa e insuficiente para atender a demanda energética e nutricional das crianças, o que pode comprometer ainda mais seu estado de saúde e prognóstico. Na tentativa de melhorar a ingestão alimentar destes pacientes e evitar qualquer comprometimento de seu estado nutricional, propõem-se adequações dietéticas, entre as quais se destacam o aperfeiçoamento da apresentação gastronômica dos pratos e o aumento da densidade energética e do valor nutritivo dos lanches oferecidos no HAB. Maior atenção à maneira como é apresentada e como é constituída cada refeição oferecida aos pacientes com LLA é imprescindível, uma vez que se torna evidente a necessidade de modificações na tradicional dieta de padrão hospitalar, no intuito de favorecer a sua aceitação e transformá-la em fator adjuvante eficiente ao tratamento oncológico pediátrico.

Palavras-chave: Leucemia. Terapia nutricional. Crianças. Nutrição.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A DIVERSIDADE DE TESES NO CASO SUB JUDICE DOS FETOS ANENCÉFALOS

Thalita Moraes Lima – bolsista PIC
Profª. Orientadora: MS. Samantha Ribeiro Meyer Pflug
UniCEUB – FAJS – Direito
Programa de Iniciação Científica do UniCEUB
thalitaml@gmail.com

Atualmente, os casos de anencefalia no Brasil estão mais recorrentes e preocupantes. Tal anomalia caracteriza-se pela inviabilidade da vida extra-uterina do feto, pela não-reversão do quadro clínico e por possível risco à saúde da gestante. O fato é que não há expresso normativo legal que abranja, especificamente, este caso de interesse público. Para tanto, há dúvidas sobre a suposta violação a preceitos constitucionais e a dispositivos do Código Penal. Surge, assim, complexa contenda quanto à interrupção da gestação: se seria fato típico, como o aborto, ou atípico, como a antecipação terapêutica do parto. Este problema foi suscitado na ADPF nº. 54, cuja decisão material o Supremo Tribunal Federal assentará em juízo, já que, na ausência de consenso entre teses defensáveis, terá a missão de solucionar a questão sub judice. Portanto, é importante a definição do status jurídico que será atribuído ao feto anencéfalo, se é detentor de garantias tal qual a gestante, para, então, fazer o melhor cotejo e a defesa dos direitos cabíveis a cada um nesta relação primária. Faz-se necessário o estudo da natureza jurídica da retirada adiantada do feto anômalo, se é punível, para definir a situação jurídica de todos aqueles envolvidos, direta ou indiretamente. Dessa forma, podem-se demarcar os contornos do processo e analisar as duas correntes majoritárias que compõem a ação judicial in casu, com vistas à prestação jurisdicional esperada, à segurança jurídica, à harmonia institucional e à organização social.

Palavras-chave: Anencefalia. Aborto. STF.

Projetos Institucionais

PESQUISA INSTITUCIONAL DE ESTUDO DE ESPÉCIES DE ARTHROPODA E ANURA PARA ÁREAS DE CERRADO DO BRASIL CENTRAL

M.R. Frizzas, R.G. Faria, F.P. Werneck, P.R. Queiroz
UniCEUB – FACS – Curso de Biologia
pqsilva@uol.com.br

O cerrado é um dos biomas brasileiros onde a diversidade biológica é menos conhecida e, juntamente com a Mata Atlântica, está entre os 34 hotspots mundiais ameaçados pela forte pressão antrópica. A proposta de estudos da biodiversidade de Arthropoda e Anura no cerrado é um passo inicial em direção ao conhecimento amplo desse bioma, permitindo tomar decisões concernentes a métodos efetivos para a conservação das espécies que sofram o impacto da atividade humana. O objetivo deste projeto é estudar as populações de artrópodes e anfíbios do cerrado com base em aspectos moleculares e ecológicos, buscando gerar recursos que auxiliem o monitoramento ambiental e a investigação criminal. O projeto foi dividido nas linhas de pesquisa: Biodiversidade de Arthropoda e de Anura e Estudos de Entomologia Forense. Na primeira parte do projeto (Arthropoda) foram coletadas, com o uso de armadilhas luminosas, 23 ordens de insetos, totalizando 26.388 espécimes. As principais ordens foram Hymenoptera (3,8 %), Coleoptera (20,9 %), Lepidoptera (16,1 %), Diptera (14,8 %), Isoptera (8,5 %), Trichoptera (6,6 %) e Hemiptera (5,6 %). Usando-se alçapões, coletaram-se 21 ordens de insetos, totalizando 15.151 espécimes. As principais ordens foram Collembola (39,1 %), Hymenoptera (24,5 %), Coleoptera (12,8 %), Diptera (9,4 %), Orthoptera (5,8 %) e Hemiptera (3,0 %). Na segunda parte (Anura) do projeto, foram coletados 280 indivíduos, organizados nas seguintes famílias de anfíbios: 13,6 % eram Leptodactylidae, 81,4 %, Hylidae, 3,9 %, Bufonidae, e 1,1 %, Dendrobatidae. Com relação aos répteis coletados, observou-se que 13 % dos indivíduos eram pertencentes à família Viperidae, 15,2 % eram Colubridae, 15,2 %, Polychrotidae, 34,8 %, Tropiduridae, 4,3 %, Teiidae, 8,7 %, Gymnophthalmidae, 6,5 %, Scincidae, e 2,2 %, Gekkonidae. Além disso, na fazenda Porta do Céu, foram coletados 12 indivíduos, posteriormente identificados como Hypsiboas goianus. A respeito dessa espécie, foram feitos levantamentos sobre a biologia, obtendo-se parâmetros e comportamentos úteis para o monitoramento dessa espécie. Ao longo de 35 semanas, foram coletados 802 indivíduos, pertencentes a 30 espécies, distribuídas em seis famílias e duas ordens de anfíbios. Foram coletadas 29 espécies pertencentes à ordem Anura, distribuídas em cinco famílias. As mais diversas na comunidade de anfíbios estudada foram Leptodactylidae e Hylidae. Na terceira parte (Entomologia Forense), identificaram-se, em Brasília, três famílias de dípteros: Calliphoridae, Sarcophagidae e Muscidae. Observou-se que, em áreas urbanas, ocorre a predominância de Muscidae. A análise molecular por DNAmt, utilizando o gene da

citocromo oxidase I, revelou um fragmento de 350 pb específico para a família Calliphoridae para as espécies Chrysomyia albiceps, C. megacephala e Phaenicia cuprina. A técnica de RAPD produziu um fragmento de DNA de 580 pb, que poderá ser usado para a identificação de C. albiceps, uma espécie de díptero de interesse forense. Para a família sarcophagidae, foram coletados 21 indivíduos de Sarcodexia lambens, 2 indivíduos de Dexosarcophaga carvalhoi, 26 indivíduos de Oxysarcodexia thornax, 1 indivíduo de Oxysarcodexia paulistanensis, 1 indivíduo de Ravinia belforti e 2 indivíduos de Sarcophaga ruficornis. Em seguida, foi realizada a seleção e a análise do comportamento das espécies S. lambens e O. thornax, com posteriores análises moleculares por meio da técnica de RAPD, em que se observou intensa variabilidade genética entre os indivíduos em cada espécie. Além disso, verificou-se que os aspectos de temperatura e umidade, associados a cada fase de decomposição, exercem fator determinante na dinâmica das populações de dípteros de interesse forense. Sendo assim, o entendimento aprofundado da ecologia desses grupos estudados permitirá gerar recursos, tais como, bioindicadores de qualidade ambiental, utilização de técnicas moleculares para a solução de problemas taxonômicos e de ciências forenses. As metas do projeto permitiram a obtenção de atividades de divulgação, tais como, oito trabalhos monográficos, levantamento da biodiversidade de Arthropoda e Anura, dois trabalhos a serem submetidos para a revista Universitas, capacitação de oito alunos de graduação do curso de Biologia, sete resumos apresentados em congressos, três palestras em eventos científicos, transferência de conhecimento para a comunidade do UniCEUB e perspectiva de publicação de um livro sobre os dados gerados pelo projeto. Para a execução do projeto, foi possível otimizar e racionalizar os recursos de tal forma que foram obtidos resultados de importância acadêmica em grande quantidade pelo emprego de estratégias de baixo custo operacional. Esses dados deixam claro o potencial do projeto, mostram os desdobramentos e as linhas do trabalho desenvolvido e servem de modelo para a implementação de outros projetos de acordo com as estratégias metodológicas de gerenciamento de pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Anura. Arthropoda. Entomologia forense.

LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO E IDENTIFICAÇÃO BIOLÓGICA DE PRINCÍPIOS ATIVOS DE PLANTAS MEDICINAIS ENCONTRADAS NO CERRADO DO DF

Kárin A, M.dos Santos
Melissa Monteiro
Dulce M. S. da Rocha
Rafael C.C. Cardoso
Valdi L Tutunji
Íris Regina das Neves
professorakarin@gmail.com

Os resultados de uma pesquisa bem conduzida com plantas medicinais podem ter desdobramentos em vários níveis. A descoberta de novos fármacos ou de fármacos acessíveis pode determinar a melhoria da qualidade de vida em doenças crônicas ou a sobrevivência do paciente afetado. Um levantamento recente indicou que cerca de 60% da população brasileira utiliza remédios naturais, ou seja, baseados em conceitos de medicina alternativa (homeopatia, florais de Bach) ou fitoterápica (produtos de origem vegetal, como ervas medicinais). A região do cerrado brasileiro tem sido um dos domínios ecológicos mais explorados cientificamente na última década, por apresentar diversidade de espécies vegetais com características medicinais de grande relevância. O objetivo deste trabalho é a integração de alunos do ensino médio do Colégio CEUB à pesquisa e ao pensamento científico na escola que se tem mostrado mais que um complemento às aulas regulares de biologia, química ou física. As experiências realizadas neste sentido reafirmam a idéia de que a iniciação científica no ensino médio pode ser importante impulso para a formação de futuros pesquisadores. Este trabalho foi realizado em parceria com alunos da graduação dos cursos de Biologia e Biomedicina da FACS/ UniCEUB, por meio de estudos relativos ao levantamento etnobotânico das espécies vegetais medicinais presentes no cerrado do Distrito Federal. A convocação dos alunos tanto do ensino médio como da graduação ocorreu por meio de edital. O exame de seleção constou de avaliação de currículo (80% menções SS e MS), redação e entrevista. Cada aluno da graduação ficou responsável pelo acompanhamento de um aluno do ensino médio. Em primeiro momento, realizou-se o levantamento bibliográfico e, posteriormente, apresentou-se um seminário à equipe de professores responsáveis. Em seguida, foram organizadas saídas de campos para avaliação, caracterização da região, coleta das espécies e posterior análise das modificações químicas que pudessem ocorrer nos metabólitos secundários em função de fatores ambientais. Procedeu-se à extração dos princípios ativos das espécies e da investigação de atividades biológicas (farmacológicas e toxicológicas) A classificação taxonômica das espécies e a coleta de material destinado a estudos histoquímicos, fitoquímicos, químicos, microbiológicos e toxicológicos foram feitas de forma sustentada. Construiu-se um herbário com a coleta de espécies vegetais. Este trabalho contribui com a evolução dos estu-

dos científicos de produtos naturais, particularmente os estudos químicos, farmacológicos e toxicológicos que comprovem a eficácia e a segurança das plantas medicinais, principalmente as empregadas na medicina popular com finalidades terapêuticas.

Palavras-chave: Levantamento etnobotânico. Identificação biológica. Plantas medicinais. Cerrado.